

ISSN 0100-199X

**ANPOCS** **bib**

Revista Brasileira de Informação Bibliográfica  
em Ciências Sociais

**44**

---

**Neste número:**

Depoimento: Darcy Ribeiro

Panorama da Antropologia Brasileira

Sociologia Alemã no Brasil

Novo Perfil do Estado

Teoria dos Jogos e Relações Internacionais

---

RELUME  DUMARÁ

**BIB** — Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (ISSN 0100-199X) é uma publicação semestral, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no País. O **BIB** é editado sob orientação de um Editor e um Conselho Editorial composto de profissionais em Ciências Sociais de várias instituições do País.

*Editor*

Charles Pessanha

*Comissão Editorial*

Charles Pessanha (IUPERJ e UFRJ)

Jairo Marconi Nicolau (IUPERJ)

José Ricardo Ramalho (UFRJ)

José Sergio Leite Lopes (UFRJ)

*Conselho Editorial*

Gláucio Ary Dillon Soares (CEPPA/UnB)

Helena Bomeny (UERJ e FGV)

Ilza Araújo Leão de Andrade (UFRN)

Maria Célia Paoli (USP)

Maria Celina d'Araújo (FGV e UFF)

Maria Lygia Barbosa (UFMG)

Maria Sylvania Porto Alegre (UFC)

Patrícia Birman (UERJ)

Roque de Barros Laraia (UnB)

Associação Nacional de Pós-Graduação e  
Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS  
Universidade de São Paulo – USP  
Av. Prof. Luciano Gualberto, n. 315, sala 116  
05508.900 – São Paulo, SP  
Tel.: (011) 818-4664 – Fax: (011) 818-5043

Direitos reservados para esta edição  
RELUME-DUMARÁ / ANPOCS

*Publicação e Comercialização*

DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA.

Rua Barata Ribeiro, 17 – sala 202

22011-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (021) 542-0248 – Fax: (021) 275-0294

*Editoração*

MMFREIRE – Editoração e Arte

REVISTA FINANCIADA COM RECURSOS DO

Programa de Apoio a Publicações Científicas

MCT



CNPq



FINEP

Impresso no Brasil

## **Sumário**

<b>Depoimento de Darcy Ribeiro</b>	<b>3</b>
Luís Donisete Benzi Grupioni e Maria Denise Fajardo Grupioni	
<b>Um Pedaco de Nossa História: Historiografia da Antropologia Brasileira</b>	<b>31</b>
Christina de Rezende Rubim	
<b>A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil: Notas para uma Discussão</b>	<b>73</b>
Gláucia Villas Bôas	
<b>Em Busca de um Novo Perfil Institucional do Estado: Uma Revisão Crítica da Literatura Recente</b>	<b>81</b>
Carlos Pereira	
<b>Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates</b>	<b>105</b>
Flávia de Campos Mello	
<b>Teses e Dissertações em Ciências Sociais</b>	<b>121</b>

**Colaboram neste número:**

*Carlos Pereira* é doutorando da New School for Social Research, Nova Iorque.

*Christina de Rezende Rubim* é professora de Antropologia, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Uberlândia.

*Flavia de Campos Mello* é doutoranda do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo e pesquisadora associada do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo.

*Glaucia Villas Bôas* é professora do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

*Luís Donisete Benzi Grupioni* é pesquisador do *Mari* – Grupo de Educação Indígena da Universidade de São Paulo.

*Maria Denise Fajardo Grupioni* é pesquisadora do Núcleo de História Indígena e de Indigenismo da Universidade de São Paulo.

**Copidesque:**

*Beth Cobra*

*Patrícia Campos de Souza*

**Revisão:**

*Claudia Boccia*

## Depoimento de Darcy Ribeiro

*Luís Donisete Benzi Grupioni  
Maria Denise Fajardo Grupioni*

### Apresentação

No dia 17 de fevereiro de 1997, uma terça-feira, morreu, em Brasília, Darcy Ribeiro. A comoção nacional que se seguiu a sua morte trouxe à tona a figura singular deste personagem que marcou a história política recente do país. Intelectual engajado, escritor consagrado, orador cativante, Darcy Ribeiro era adorado por aqueles com quem convivia. Era um daqueles brasileiros que tinha orgulho de sua nacionalidade e que gostava do Brasil. Sempre pronto a enfrentar polêmicas, não perdia oportunidade de dizer o que pensava, doesse a quem doesse. Inquieto e perspicaz, tinha muita indignação para colocar para fora e muitas idéias e projetos para tornar o Brasil melhor e mais justo. Era uma pessoa especial e sabia disso. Fazia questão das reverências: quando em algum debate ou palestra, o apresentador insinuasse que o professor Darcy, figura notória, dispensava apresentações, ele interrompia, dizia que não dispensava nada e que adorava ouvir elogios a sua pessoa. Afirmava que tinha certeza que os receberia após a morte, mas que apreciava muito desfrutá-los já em vida.

Em 1995, Darcy Ribeiro ocupou as páginas dos principais jornais e dos programas de entrevista das emissoras de televisão para contar a peripécia de ter fugido de um hospital e estar concluindo um livro que explicava e dava sentido ao Brasil. No Senado Federal, defendia um novo projeto para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, entrando em conflito tanto com a esquerda quanto com a direita. Nesse mesmo ano, recebia o título de Doutor *Honoris Causa* na Universidade de Brasília, da qual foi o idealizador, e tomava parte na inauguração do Memorial dos Povos

Indígenas em Brasília, ocasião em que o Governo do Distrito Federal lançava o prêmio Darcy Ribeiro para estudantes das escolas de 1.º e 2.º graus. Ganhava, assim, de roldão, as páginas dos principais jornais e revistas do país. Badalado por todos os lados e, com certeza satisfeito com as expressões de admiração e reconhecimento, que pipocavam por todos os lados, ele nos recebeu em seu gabinete, no Anexo II do Senado Federal, onde o procuramos para que nos desse um depoimento sobre sua vida e sua obra de antropólogo.

Perguntou o tema da entrevista e a forma como pretendíamos realizá-la. De pronto, recusou a proposta de fazê-la ali mesmo, ligando um pequeno gravador. Mas gostou da idéia de fazer um depoimento sobre suas pesquisas e seus livros de antropologia e propôs que a entrevista fosse feita em vídeo. Combinamos, então, para o fim de semana seguinte, no Rio de Janeiro: se o tempo estivesse bom, ele nos receberia em seu sítio, em Maricá; se o tempo não estivesse lá essas coisas, seria em seu apartamento, na rua Bolívar, em Copacabana. Com o apoio financeiro do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, encontramos com Darcy Ribeiro em seu apartamento na manhã de sábado, do dia 29 de abril. Feitas as apresentações, ele fica aguardando, pacientemente, que montemos os equipamentos para a gravação. Tudo pronto, pede para testar os equipamentos preventivamente: diz ter falado horas a fio para gravadores desligados e entrevistadores desatenciosos. Não era o nosso caso. Com uma pauta em mãos e várias outras perguntas na cabeça, damos a ele o sinal para começar. Ele se ajeita na poltrona, faz ar de sério, olha para a câmara como profissional acostumado a lidar com a imprensa e diz um monte de palavrões. Ri, de forma sape-

ca, como alguém que acaba de fazer uma travessura, e pede que voltemos a fita para ver se gravou. Tudo registrado, ele diz que agora é sério. Começa a falar e não pára mais. Então nos lembramos do primeiro parágrafo de seu livro *Testemunhos*: “Todo entrevistador de rádio, jornal ou televisão sabe que nem é preciso me fazer pergunta; basta ligar o gravador e me deixar falar, que falo. Incansavelmente. Para mim, pelo menos”. Por sorte, durante as quase três horas de gravação, ele pára, toma água, pede um café ou simplesmente descansa: é quando conseguimos pedir a ele que aborde alguns temas de nossa pauta, preparada previamente. Sem segui-la, ao pé da letra, vai, casualmente, tocando em assuntos que nos interessavam. Ele parece não ter tempo, nem paciência para perguntas: fala fluente e ininterruptamente, lembrando datas, lugares e personagens. Às vezes lança olhares e pergunta se está bom, se o assunto está interessante, para imediatamente seguir em frente, de forma veloz e cativante.

Ele mesmo decide quando a entrevista acaba. Insistimos em mais algumas perguntas, mas ele diz estar cansado. Pede cópia das fitas para a Fundação Darcy Ribeiro, que ele está organizando e que deverá herdar seus livros e os direitos autorais de sua obra. Promete, então, uma nova sessão. Desta vez, na sua casa de praia em Maricá.

Quatro meses depois, no feriado de 7 de setembro, um outro sábado, ele nos recebe em Maricá. Deitado numa rede, vestido todo de branco, nos oferece uma caipirinha e nos manda caminhar na areia da praia e sentir a brisa do mar. Diz que teremos o dia todo, que já mandou preparar um peixe para o almoço e que devemos aproveitar o dia. Montamos os equipamentos na biblioteca da casa, que foi projetada e construída por Niemeyer. Darcy senta-

se confortavelmente, pega uma bengala e faz pose para falar. Desta vez, permite que façamos mais perguntas. Lá se vão mais umas três horas de conversa e gravação até que ele declara: “Chegou irmãozinho. Acabou.” Aí ele nos chama para mostrar as fotos de sua pesquisa entre os Urubu-Kaapor que estavam sendo selecionadas para o seu novo livro *Diários Índios*, e depois para o almoço, onde nos conta detalhes de sua fuga da UTI e de seu refúgio naquela casa. Final da tarde nos despedimos, agradecendo a oportunidade de ouvi-lo e com a certeza de que quem teve a chance de conhecê-lo, não o esquecerá.

Ainda estávamos trabalhando na transcrição deste depoimento, quando Darcy morreu. Sentimos sua morte, como alguém que perde uma pessoa muito próxima e querida, tamanha foi a intimidade com que ele nos tratou nestes dois encontros, em que empreendeu uma viagem no tempo para falar sobre sua carreira de antropólogo, construindo nexos entre sua obra e sua trajetória.

Uma parte deste depoimento foi publicada na *Revista Cadernos de Campo* (USP, vol. 4), outra está disponível na *homepage* da ABA, no Boletim n.º 27. Aqui o leitor tem o depoimento completo, com estes dois trechos e um outro que permanecia inédito. Agradecemos ao BIB – *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* e à ANPOCS a possibilidade de publicá-lo na íntegra, propiciando aos leitores a oportunidade de também empreenderem uma viagem sobre momentos da história da antropologia brasileira através da vida e da obra de um de seus atores e autores ilustres, assim definido por Carlos Drummond de Andrade: “...Darcy é o cara mais Sete Quedas que eu conheci”.

---

### *Como o senhor começou a se interessar pela antropologia?*

DARCY RIBEIRO: Em 1942, eu conheci um exemplar de *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, do Engels. Foi uma coisa incrível, porque eu era estudante de me-

dicina, e tomava bomba todo ano, tomei três vezes bomba, porque lia livros como esse do Engels, porque assistia cursos de filosofia, porque escrevia romances de trezentas páginas. Eu era estudante de medicina para agradar minha mãe. A Faculdade de Medicina não me interessava, o que me interessava estava fora

da Faculdade. Naquela época do Estado Novo, Chico Campos, o chamado “Chico Ciência”, importava livros da Argentina e dos alemães que interessavam a ele. Ele importou vários livros marxistas, entre eles, *A Origem da Família*. O seu livreiro, Paulo Tederman, sempre reservava um exemplar para mim. Foi assim que eu li um livro sobre teoria da cultura, aos vinte anos. Eu não digo que tenha produzido qualquer efeito não. Mas será pura coincidência que esse primeiro livro teórico que eu li é o livro que fui escrever em 65/66 (*O Processo Civilizatório*), que eu publico em 68 no Smithsonian, que é a mais importante instituição científica no campo da antropologia? É claro que essas coisas não são pura coincidência, havia um olhar voltado para certas questões que permaneceria por muitos anos.

No período que eu estava em Minas Gerais, fazendo de conta que estudava medicina, mas lendo outros textos, eu não sei bem porque, mas consegui um nível de convivência e de participação em grupos de conversa de professores de filosofia e dos intelectuais mais importantes dali. Em essência, eu era um jovem inocente, falante e curioso. Eles achavam engraçado que eu perguntasse qualquer coisa. Então, eu me lembro de duas inocências minhas que são tipológicas biograficamente. Uma delas é que eu quando cheguei lá em Belo Horizonte, aos 17 anos, eu cheguei falando contra o poema de Carlos Drummond “A pedra no meio do caminho”. Meu discurso era que isso não era poesia e que o bom era Olavo Bilac. Um certo dia, eu me encontrei gostando daquilo. E foi incrível, porque eu que falava tanto mal disso, mudara de opinião. Então, foi uma virada. E outra virada parecida, foi quando encontrei um livro de divulgação sobre história da filosofia. Eu devorei o livro, encantado por Sócrates e Platão, e eu dizia: “Porra, em Montes Claros não tem ninguém como esse Sócrates, nem em Belo Horizonte”. Então eu comecei a procurar homens sábios.

Naquele tempo, anos 40, eu era um jovem meio atípico. Havia uma guerra terrível lá fora, e aqui dentro uma guerra intelectual entre comunistas e integralistas. E eles faziam campa-

nha para aliciar gente. Eu fui muito cotado, tanto pelos comunistas, quanto pelos integralistas. Não sei porque não fui integralista, eu gostava do discurso integralista, que era nacionalista, eu gostava dos livros que eles davam para a gente. Mas optei pelos comunistas, eu li uma biografia do Jorge Amado e, por alguma razão, me identifiquei com os comunistas. O que foi muito bom. Os comunistas me deram o acesso a uma quantidade de livros que tinham um ponto de vista único sobre as coisas. O grande perigo para um intelectual, sobretudo mineiro, é a “erudição vadia”. Os meus colegas, quando eu voltei de São Paulo, dez anos depois, achavam que eu tinha “torrado” muito, tinha lido muito. Mas eu dizia que tinha lido muito menos que eles, porque o grande defeito da erudição vadia do mineiro, que é típica, é que ele leu tanto Sócrates, quanto Kant, quanto Marx, quanto todos. E quem leu todos não leu ninguém. Quem lê simplesmente por curiosidade intelectual, pode ser que chegue a ter uma certa ilustração sobre o pensamento, mas nunca chega a ter um pensamento. Então, o fato de eu me identificar com os comunistas concatenou minhas leituras num certo rumo e é melhor um rumo denso que a dispersão. Eu fugi da dispersão mineira assim. A outra razão mais importante é que, de certa forma, o Partido Comunista fazia de cada membro um herdeiro responsável pelo destino humano. Então, é uma atitude que faz com que você seja capaz de comover-se com o que acontece de ruim na guerra, ou de bom em alguma outra coisa, em qualquer lugar da Terra. Você é responsável pela humanidade. Essa atitude é o que mais falta hoje: os jovens serem ganhos para uma postura aberta para o mundo e generosa. Apesar do sectarismo envolvido, essa abertura realmente é uma coisa muito importante. Em vez de um jovem estar voltado para ganhar dinheiro ou para ter emprego, ele pode estar voltado para criar uma vida digna que é uma vida solidária.

Num certo momento, eu deixo Minas, convidado a ir para São Paulo, pelo Donald Pierson, da Escola de Sociologia e Política, que me daria uma bolsa de estudos. Foi um conflito com a minha família, eu estava fazendo 21

estava muito mal na França, e a sociologia também, porque muito influenciadas pela filosofia alemã. Nos Estados Unidos, estavam influenciadas pelo Puritanismo. Havia, então, ali em São Paulo, um ambiente curioso. Não houve influência em mim dessas pessoas que eu citei, mas o ambiente que se criou, era um ambiente tão estranho, que era capaz de fazer uma coisa milagrosa, ou seja, catapultar um jovem ignorante que vinha de Minas para a tarefa de estudar o destino humano. Quer dizer, como é que eu, um jovenzinho de Montes Claros, ignorante, filho de criador de boi, que normalmente deveria ser vaqueiro, como é que eu vou estudar o humano e tentar fazer teoria sobre o humano? Como é que eu vou estudar os índios como testemunhas da formação humana? Realmente, eu devo isto àquele ambiente de São Paulo, que permitia ideais científicos muito altos. E, especificamente, aos seminários do Baldus, que durante anos eu freqüentei. Desses seminários saiu Egon Shaden, que foi professor durante anos e o melhor antropólogo da USP; o único que fez uma obra teórica relevante. Saiu Florestan Fernandes, que também fez estes seminários e saí eu. O Florestan estava, naquela época, muito empenhado em provar que se podia fazer estudos funcionalistas, com base em documentos. Fez a tese dele sobre isso. Ele queria ser o mestre dos documentos, dos textos escritos, e escreveu um livro admirável sobre a organização social Tupinambá. Então, o Florestan se voltou para a reconstituição do que eram os Tupinambá e fez uma obra admirável. Eu, ao contrário, me voltei para ler na realidade, para estudar as populações indígenas.

Na verdade, eu não queria só índio. Eu tinha sido formado com um certo interesse pela observação direta; podia também ser sociólogo. Um dos empregos pelos quais eu podia optar era no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que tinha uma das melhores equipes do Brasil. Havia passado por ali Mário de Andrade e, na ocasião, ali estavam Rodrigo de Mello Franco, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Havia um emprego ali para mim que era para estudar os fundamentos da cultura

material do século XVI, a cultura que o português trouxe: a tecnologia de fazer chapéu, sapato, tijolo, telha, açúcar, carro de boi; enfim, a tecnologia com que o Brasil foi construído. O Afonso de Mello e Franco tinha escrito um livro sobre isso com base nos documentos. E cumpria fazer isso por observação direta, porque essas coisas continuavam sendo feitas da mesma forma. O estudo da tecnologia rústica era um tema que me interessava já naquela época, e eu podia ir para lá. Mas o Baldus me deu uma carta de referência para o Rondon, e de repente eu fui levar a carta para o Rondon sem muita esperança; e ele acabou me oferecendo um emprego no Conselho de Proteção aos Índios e no Serviço de Proteção aos Índios, que funcionavam juntos. Não havia nome para aquele emprego, não havia, na escala de funcionários, antropólogos, nem etnólogos; havia naturalistas, e o meu primeiro contrato foi como naturalista. Eu fiquei uns meses aqui, no Rio, me preparando para a primeira pesquisa de campo.

Já antes eu tinha escolhido a minha pesquisa de campo, ou seja, ainda que tenha sido uma surpresa que eu conseguisse um emprego, não era surpresa para mim a possibilidade de me dedicar ao estudo da população indígena. Nisto a influência fundamental é do Baldus e também do Sérgio Buarque. O Sérgio era meu professor de História e eu tratava muito com ele de uma coisa que ninguém em São Paulo sabia, que era a história da população do Chaco e do Pantanal. E eu me encantei com a história dos Guaicuru. Assim como o Florestan queria fazer a reconstituição dos Tupinambá, eu queria estudar os Guaicuru, os índios cavaleiros, dos quais havia representantes ainda. Eu estava me preparando para isso.

Naquele tempo, aos 24 ou 25 anos, eu continuava comunista ativo, queria muito ser comunista profissional e fiz contatos para isso. Foi então que o Joaquim da Câmara Ferreira, diretor do *Jornal Hoje*, prestes a passar um ano em Moscou, propôs que eu ficasse dirigindo o *Jornal do Partido*. Diante disso, o Partido Comunista teve de tomar uma decisão, e, tendo mais juízo do que eu, avaliou que era loucura

me entregar o jornal, como também era loucura me integrar como um quadro profissional. Então, disseram-me que tinham vários nomes sérios como Oscar Niemeyer e como Portinari; que precisavam criar sábios para o futuro e que eu estava liberado. Então eu sou um caso estranho de liberação, eu não sou renegado, nem fugido, nem nada, fui licenciado pelo Partido Comunista para ser cientista. Para mim, foi uma decepção aquilo. Mas, no fundo, essas coisas foram decepcionantes, por um lado, e estimulantes, por outro. Era uma vida em que eu tomava opções aos vinte e poucos anos, e que me enchia, também, o coração. Depois disso passei uma temporada lendo muito em São Paulo, na Biblioteca Municipal, orientado pelo Sérgio. Aqui para o Rio, eu já vim contratado pelo Rondon. Trabalhei muito na Biblioteca Nacional, onde descobri documentos originais sobre os Guaicuru e pesquisei muito sobre eles.

*E como foi a sua primeira pesquisa de campo?*

DARCY RIBEIRO: Eu parti para o campo muito preparado, lendo tudo que me era acessível sobre o passado dos índios que iria pesquisar. Mas eu não sou besta, tinha medo de chegar lá e encarar o “meu povo”, a “minha tribo”, sem nunca ter visto um índio antes, e vendo o meu pela primeira vez. Então eu disse: “Agora não vou não!” Resolvi, primeiro, visitar todos os índios da região para ter uma base. Visitei todas as aldeias Terena e fiquei muito impressionado de ver os Terena muito aculturados. Havia desde Terena que só falava na própria língua, estes eram poucos, até Terena integrado na vida urbana de Campo Grande. Ver esse gradiente de um povo que se acerca da civilização, chega, e fica na porta, foi uma coisa que me impressionou. Depois fui ver os Guaraní, porque eu já tinha lido muito sobre eles. E eles me impressionaram também, uma gente maltrapilha, feia, fétida pela quantidade de fumaça das fogueiras: estavam quase como que defumados, pois viviam com foguinhos debaixo das redes. Uma situação muito miserável. Mas eu custei a lavar meus olhos para

vê-los. Então, de repente, também graças ao Nimuendajú, eu fui vendo, atrás daquela miséria, uma espiritualidade profunda. Uma gente voltada para coisas espirituais, para coisas intelectuais, uma gente que era capaz de ficar horas conversando sobre temas míticos. E tudo aquilo me parecia estranho: o Terena era um trabalhador braçal, era um enxadeiro, o interesse da cultura dele era elementar, ele exercia sua cultura como uma festa. Ele continuava Terena porque não havia lugar para ele na sociedade nacional, senão como índio. Mas os outros não, aqueles índios maltrapilhos lá, eram o povo Guaraní, de milênios, guardando a mitologia, e com coisas absolutamente extraordinárias. Eles haviam transformado o mito da criação no mito da perdição, como o Nimuendajú mostrou. Quando o filho de Maíra, Deus Criador, fez grandes transformações no mundo, o pai se irritou muito e começou uma guerra do pai com o filho. Nesta guerra, o pai mandou o grande tigre azul, maior que o céu, matar o filho. Trata-se de uma guerra do grande tigre azul contra o filho. O filho mata o grande tigre azul, e com a pele dele faz o fundo do céu, com os olhos, faz o sol e a lua. Esta é uma concepção da origem do mundo. E os Guaraní, de então, contavam esta história em termos de que a Terra está cansada, a Terra chora e diz: “Termina com isso pai, estou cansada de comer cadáver”, ou seja, a Terra volta-se para o grande tigre azul, trata-o de pai e pede para ele por um fim. Essa espiritualidade guaraní teve um impacto muito grande em mim, como um outro modo de ser índio.

Havia um outro grupo indígena lá, que era o dos Ofaié-Xavante. Era um grupo de dois mil índios, ao princípio do século. Quando cheguei lá, tinha menos de dez, dos quais, cinco falavam a língua. Eu fui passar um mês com eles. Colhi a mitologia deles e vi o que é o fim de uma tribo, é uma coisa incrível. Naqueles dez índios, homens, mulheres e crianças, vivia um povo, com concepções sobre si mesmo, com uma mitologia, com costumes que não podia desempenhar. À margem de uma fazenda enorme e da mata mais rica do Brasil, mata de peroba, que a família Moura Andrade tinha

apropriado, eles eram uns miseráveisinhos de uns indiosinhos. Mesmo o pedacinho de terra deles, os Moura Andrade queriam tirar. Com isso eu fiquei comovido sobre a necessidade de ampará-los contra os Moura Andrade. Eles tinham feito todo Oeste de São Paulo, inclusive fundaram uma cidade que se chama Andradi-na. Já tinham passado para o lado do Mato Grosso, onde estavam fazendo a mesma coisa, tinham fazendas do tamanho da Holanda. Esses indiosinhos perdidos no meio de uma fazenda, em que há uma vontade superior, que é a do dono da lei. Não sabendo de nada sobre isso, ali, tentando caçar, pescar, pedindo perdão por existir, ditaram uma mitologia, para mim muito expressiva. São justamente os mitos Ofaié, os principais mitos meus que o Lévi-Strauss interpretou.

Eu construí, desse modo, uma base de informações sobre a indianidade, para chegar, sem inocência, na minha tribo. Se eu não tivesse visto índio nenhum, eu teria tomado os meus índios, como “os índios”. Eu cheguei sabendo que eram “uns índios”, era um modo de ser possível. A atitude deles, comigo, era uma atitude de orgulho. Ainda que muito pobres, despojados dos cavalos e do gado que eles tinham aos milhares, intoxicados com o aguardente, conseguiam sobreviver e guardar um orgulho de povo senhorial, achando-se superior a qualquer outro povo. Mas, eu não teria nem sequer percebido isso se não tivesse o cuidado de ver os outros grupos antes.

Estava eu, afinal, diante da minha tribo, os Kadiwéu, povo que eu tinha me preparado para estudar. Havia evidentes diferenças entre eles e os outros. Eles contrastavam com os outros índios pela independência mental e pela autonomia. Eles tinham um território muito grande, eram maiores e mais fortes, ainda que houvesse pouca comida e muita fome, porque os rapazes não faziam roça. A gente vigorosa de lá, mesmo sem nenhuma possibilidade de fazer guerra, continuava preparada para fazer guerra. Quem fazia roça eram os velhos e as mulheres. Então a quantidade de comida que havia era pequena.

Mas, no princípio, eu cometi um erro:

comecei a conversar muito com os Terena que viviam por ali, porque eram mais falantes, mais humildes, dominavam mais o português. O problema era que os Kadiwéu tinham desprezo pelos Terena, os viam como escravos. Então, eu percebi que não podia continuar com aquele tipo de convívio e passei a procurar mais os Kadiwéu. Comecei o meu método que usei ao longo da vida, que é o de visitar casa por casa, fazer o esquema de parentesco, depois tentar conversar com eles sobre os laços que têm com os outros membros da mesma aldeia. Isso é uma coisa que desenvolvi em toda minha carreira de etnólogo e é muito bom porque, ao falar de parentesco, você não só aprende, como fala de coisas que eles sabem e estão interessados: que fulano é irmão de beltrano por tal razão, ou é tio ou é avô, e aí você vê como toda aldeia está articulada. E isso me deu uma intimidade maior com eles.

Naquela ocasião ocorreu um acontecimento básico, fundamental para o meu relacionamento com o grupo, cuja causa foi puramente incidental: eu estava na varanda do posto indígena, na casa do administrador daquela reserva, deitado numa rede, olhando um livro do Guido Boggiani, um etnólogo italiano que tinha estado lá, no fim do século passado. Os índios vieram olhar o livro, que inclusive é muito ilustrado, e reconheceram imediatamente os desenhos deles, e começaram a perguntar: “De quem é esse papel?”, “Quem te deu esse papel?” Mas eu não podia explicar que tinha comprado numa livraria, fui “enrolando” e passando o livro. Num certo momento, eles reconheceram o retrato de uma mulher. Uma velha que estava ali, Anôã, que era a melhor desenhista e acabou fazendo mais de mil desenhos para mim, ficou muito emocionada e disse: “É Liguí, é Liguí” e chamava as outras para ver o retrato da mulher que ela tinha conhecido anos antes. Então, isto me ligava mais a eles e eles me perguntavam mais insistentemente porque eu tinha o retrato da Liguí e que papéis eram aqueles. Comecei a falar, então, de um homem que esteve lá, que desenhava muito, há muitos anos atrás e que tinha gostado muito deles. Aí eles identificaram:

mulher, Berta, que tinha vindo dos Estados Unidos. Ela estava mais ou menos preparada para ser etnóloga e aquela foi a primeira experiência dela. Ela sofreu muito, porque dentre as mulheres, uma ou outra falava algumas palavras em português comigo, mas com ela, não falavam nenhuma. Aquelas mulheres ficavam o tempo todo falando de mim e rindo para enciumá-la, isso deixava a Berta danada da vida com as índias, morrendo de ciúmes, porque ficava imaginando que alguma índia tivesse tido um caso comigo. Foi nessa época que tiramos aquelas fotografias com os rostos desenhados e que eu fiz uma grande coleção de desenhos Kadiwéu.

*Quais foram os resultados dessa pesquisa entre os Kadiwéu?*

DARCY RIBEIRO: A primeira coisa que publiquei como etnólogo é o que todo antropólogo sério deve publicar: uma terminologia de parentesco. Na verdade, eu era obrigado a fazer isso porque a antropologia fundamental era parentesco, tinha que saber, tinha que estudar parentesco, era uma espécie de prova. O interessante é que, uns trinta anos mais tarde, saiu um livro sobre parentesco nos Estados Unidos que trazia aquele meu artigo como um dos melhores. Seleccionaram vinte artigos sobre parentesco e um deles era o meu. Eu acho que o meu era o melhor porque, ao invés de ficar naquela velha marca dos estudos de parentesco, eu mostrava a aplicação dos termos de parentesco ao escravo. Os Kadiwéu eram um povo que fazia escravos, apanhava crianças de dois anos em outras tribos e criava. Então havia todo um esquema em que o menino que chegava era chamado de “meu neto”, depois o filho dele podia passar a “meu filho”, o neto podia ser “meu irmão”. Havia um esquema pelo qual o parentesco integrava o escravo na tribo. Isso porque os Kadiwéu tinham praticamente substituído o pacto pela adoção, uma vez que as mulheres não se permitiam ter filhos. Esta é uma característica dos grandes povos guerreiros, onde as mulheres se tornam guerreiras também e se negam a ter filhos.

Há toda uma história longa do contato

desses índios com a civilização que me interessou muito e, com base nela, publiquei, mais tarde, minha monografia principal sobre eles. Nesse tempo todo, eu vivia mais da metade do ano com os índios e menos da metade do ano aqui no Rio. Geralmente, me preparando para a próxima viagem e organizando o material. Essa era minha vida durante a época que vai de 1946 a 1948.

*E depois disso? O senhor não voltou mais para os Kadiwéu. Que rumo tomou sua carreira?*

DARCY RIBEIRO: Em 1949 eu me dei outra tarefa etnográfica. Ocorre que eu estava empolgado com a minha carreira de antropólogo, e ocorre, ainda, que meu livro sobre religião e mitologia Kadiwéu ganha o prêmio científico-literário mais importante do Brasil. Era o prêmio Fábio Prates que se dava em São Paulo e tinha grande repercussão. Foi muito importante para mim porque até aquela época minha família achava que eu era um boêmio e não acreditava que eu tivesse feito uma carreira. Quando ganho o prêmio e sai nos jornais principais de Minas, do Rio e de São Paulo entrevistas comigo, eles viram que não era só boemia. É muito curioso que, pouco antes, a minha mãe tinha dito: “Meu filho fala com seu tio deputado, arranja um outro emprego, você está muito sacrificado”. E eu disse: “Mas mamãe, eu gosto muito do meu emprego, estou muito bem”. Ao que ela respondeu: “Não meu filho, esse emprego de amansar índios é muito pesado”. Ela achava que eu era um amansador de índio! E o prêmio Fábio Prates foi importante na minha carreira porque o livro tinha sido publicado, havia uma concorrência muito grande, foi importante para mim pessoalmente, como afirmação, e foi importante para os meus amigos e minha família porque, de repente, eu reapareço como um homem inteligente, realizado, ou qualquer coisa assim.

Nessa época, por volta de 1949, eu estava me preparando intensamente para estudar outro grupo. O meu ideal, agora, era procurar um grupo o mais parecido possível com os Tupinambá de 1500, porque foram eles que fizeram

a forma básica da cultura brasileira. O Brasil é uma variante da cultura Tupinambá, com eles nós aprendemos a caçar, pescar, cultivar o que cultivamos. Teria sido impossível o europeu desembarcar aqui com a técnica de viver em Portugal se não tivesse essa herança indígena adaptativa. Por outro lado, a nossa carne é feita de Tupinambá também. O brasileiro é produto de uma mulher Tupinambá, prenhada por um europeu e que tem um filho, que alguns vieram a chamar de mameluco, que não se identifica com a mãe indígena. Esta é uma inimiga cativa de raça inferior, que não está em situação de igualdade com o pai. Então, o fruto dessa união é o brasileiro, que leva geneticamente a marca indígena e que dá a toda população brasileira um ar indígena. Então o Tupinambá é extremamente importante para o Brasil. Eles eram os índios que o Florestan estudava em papéis, os dos excelentes cronistas do século XVI, que foram descritos com muitos detalhes, não só a antropofagia, os ritos, mas o modo de ser. Então o que o Florestan fazia com papéis eu queria fazer com uma tribo. Aparentemente, o grupo mais próximo, seria o dos índios chamados Urubus, mais tarde descobri que a autodenominação deles era Kaapor, o que é praticamente silvícola, porque “kaa” é mata e “por” é morador, ou seja, “gente da mata”. Depois se viu também que, no plano lingüístico eles mantinham certa semelhança com os Tupinambá, embora passados quinhentos anos e vivendo a doida desventura de serem enxotados pela civilização, por milhares e milhares de quilômetros. É claro que eles não tinham nenhuma semelhança formal, mas eu iria descobrir, depois, que tinham muitas outras semelhanças, apesar do tempo passado e das vicissitudes sofridas. Se nós não somos os mesmos que éramos em 1500, eles são menos ainda.

O fato é que eu havia me preparado longamente para aquela pesquisa e, finalmente, fui a campo para uma primeira pesquisa de vários meses. Subindo o rio Gurupi que corre do Maranhão ao Pará, trabalhei na margem maranhense. Esta primeira expedição àquela área foi muito desastrosa, porque encontrei os índios atacados por um surto de sarampo. A

população decresceu terrivelmente, eles emagreceram enormemente. Foi uma época muito infeliz, ainda assim eu encontrei algumas aldeias intocadas, onde existia uma grande alegria de viver, o que me deu uma idéia do que era a beleza da vida daquela gente.

*Foi durante esta viagem que o senhor produziu o filme sobre os Urubu-Kaapor?*

DARCY RIBEIRO: Foi. Pude realizar ali, com Heinz Foerthman, um cinegrafista que eu tinha levado, um filme de uns quarenta minutos sobre um dia de vida de uma tribo da floresta tropical. O que eu desejava, mesmo, era ter feito toda uma documentação cinematográfica de tudo, mas havia duas coisas: primeiro, a metade da tribo tomada pela epidemia, e num estado de prostração terrível; segundo, eu peguei a época das chuvas, então chovia torrencialmente a semana inteira. Ficava-se dentro da casa e chovia e chovia. Havia muita fome, muita penúria. Quando chove, os rios enchem, então fica impossível pescar, porque quando há água demais os peixes dispersam. E é impossível também deslocar-se muito para caçar. Então falta carne de caça, falta carne de peixe, vive-se do que tem nas roças: é muito penoso. E quando isso melhorou, nós pudemos ainda fazer um filme que ganhou um prêmio de melhor filme etnográfico do Museu do Homem, de Paris. Mas esse filme foi o resumo do que nós pensávamos, porque eu imaginava um filme com toda uma documentação copiosa, de todos os costumes, de tudo, e resultou naquilo que foi praticável. O bom deste filme é que ele não mostra o índio no dia de festa, não mostra o índio enfeitado, mas o índio tal como ele é no dia-a-dia: quando vai na roça com a mulher, vai caçar, vai coletar fruto da mata, como prepara as coisas. Há seqüências muito bonitas de como se faz uma flecha. Aliás, quando a gente olha para uma flecha indígena, parece uma coisa simples, mas não é. A flecha tem que ter uma absoluta precisão de peso para que ela possa voar, ela precisa ter as duas plumas colocadas de forma exata para que ela se mantenha na rota certa, ela tem que ter uma ponta dura inserida num corpo muito leve, e essa

inserção é uma obra de arte; além disso é preciso fazer com que uma madeira densíssima se combine com o caniço. Então, o filme mostra muito bem a elegância e a técnica de fazer uma flecha. E era muito curioso porque, para um índio, eu não podia dizer que estava filmando. Tinha uma máquina lá, mas ele não sabia o que era aquilo, ele ia fazendo a flecha, chegava certo momento e eu dizia: "para um pouquinho", mas ele não queria parar e continuava fazendo a flecha. Eu tinha que esperar ele chegar naquele ponto novamente para continuar filmando. Então muitas flechas foram feitas ali e, da combinação delas, eu fiz uma síntese. E as coisas em geral são assim.

Depois dessa expedição longa, no ano seguinte, eu voltei a essa tribo, porque não estava satisfeito com o que sabia deles. Eu queria conhecer todas as aldeias e fiz uma coisa muito louca. Na primeira viagem eu subi durante vinte dias a remo pelo Rio Gurupi, entre o Maranhão e o Pará. Da segunda vez, subi pelo rio Pindaré, fui até o local onde havia marcado, com antecedência, de me encontrar com um grupo de índios e com o João Carvalho (sertanista da Funai) também. Os índios tinham uma idéia de quando seria essa data, e enquanto isso, fui para diferentes aldeias. Quando cheguei no local e data combinados, fiquei muito nervoso porque eles não chegavam: passou um dia, uma semana, dez dias, vinte dias de erro! Ora o que são vinte dias de erro para um índio? Depois de vinte dias, finalmente, chegaram todos, contando as aventuras durante a travessia de quinhentos quilômetros para chegar onde eu estava. Passamos poucos dias ali e retomamos a marcha. Aí ocorreu a coisa mais terrível da minha vida: é que eu tinha comprado, no Maranhão, umas meias que tinham uma costura no meio do pé. Olhe, nunca compre uma meia com costura no meio do pé! Essa meia me fez um mal danado porque me arrebitou o pé dentro da bota. O que saía era uma água, não sangue, uma espécie de soro, era uma coisa horrível. Marchar sobre essa bota foi horrível. Isso eu tive de fazer pelo seguinte: eu ia com os índios, fazendo uma travessia do rio Pindaré para o rio Maracaçu,

mas acontece que, numa certa altura, os índios descobriram sinais dos índios Guajá. Esta era a tribo inimiga preferida para brigar e matar. Então eu fiquei no meio de um fogo cruzado: eles queriam me levar para matar Guajá, e eu tinha que tirá-los de lá. Foi uma situação muito difícil e a única saída que encontrei foi forçá-los a descer comigo e pegar a linha telegráfica de São Luis para Belém que passa por ali. Consegui convencê-los e, fizemos a marcha ao longo da linha telegráfica, o que foi horrível: a linha telegráfica exposta ao sol, debaixo da linha do equador, naquela altura, com um calor insuportável! Então, não só meus pés arrebitaram, como tinha de tentar alcançar o grupo que ia na frente com toda carga da expedição. Nunca fiz um esforço tão tremendo na minha vida como este de andar sobre meus pés. Eu me lembro que em uma ocasião, peguei um remédio da expedição, que era um analgésico qualquer que se usa para olho, e injetei no meu pé. Foi pior ainda, porque o meu pé adormeceu e eu sentia que andava sobre o joelho. Nunca numa expedição eu tive sofrimento tão tremendo como nessa travessia de quilômetros e quilômetros, primeiro pela linha telegráfica, depois pelo rio Maracaçu. E o pior é que eu subi até o último ponto deste rio por uma bobagem: os índios teimavam e eu não atendia. Acontece que o mapa que eu tinha era feito pelos norte-americanos durante a guerra, por aerofotogrametria. Onde havia muita nuvem, eles inventavam um rio, e naquele rio que nós estávamos, eu cheguei até as nascentes dele e não tinha mais rio, mas eu teimava com os índios que, pelo mapa, deveria ter mais rio. Aquele rio, por um erro da carta geográfica, deveria encostar no rio Gurupiuna e dar nas aldeias que eu queria visitar.

Vinte anos antes tinha ocorrido a pacificação naquela área, até então os índios Urubu-Kaapor eram os índios mais aguerridos do Brasil e eram o pavor de toda aquela região. Foram pacificados, mas logo depois da pacificação foram contaminados com gripe e com varíola, morreram muitos. Um índio Orokó, revoltado, matou o funcionário principal da pacificação, do Serviço de Proteção aos Índios — SPI, e mais outras pessoas também. O grupo

que tinha feito contato com os brancos, não queria aquilo, então fizeram ostracismo, deixaram aqueles Orokó isolados. Perante os brancos, disseram que iam lá matá-los, mas nunca foram atrás, e eles viveram vinte anos isolados. Eu queria muito ver esses Orokó, porque os meus índios estavam em contato com os Tembê, e eu não sabia até que ponto os mitos deles eram mitos puros, ou mitos influenciados pelos Tembê, o que era Tembê e o que era Kaapor.

Mas os índios que estavam comigo tinham pavor de chegar lá porque achavam que eles iam me matar e iam matá-los. Eles não se visitavam e não sabiam também, com muita precisão, onde era. Num certo momento, por sorte, atravessando um lugar, os índios ficaram suspeitando do barulho que ouviam. Eu fui me aproximando com meu guia na época, o João Carvalho. Tinha um grande grupo de índios batendo timbó para intoxicar os peixes, era uma grande pescaria. Então, quando chegamos os índios ficaram espantados de ver chegar aquelas pessoas estranhas, mas deram uns peixes para assarmos e aí fiquei sabendo que aqueles índios eram Orokó. Saí dali e fui visitar a aldeia deles, na aldeia tive uma surpresa, eu esperava ver casas originais, sem influência da civilização, e o que eu vi foi um horror: eles tinham feito uma palafita, tal como tinham visto no Maranhão, onde as casas de palafita eram feitas no meio das plantações de arroz. Então, para mim, foi uma decepção. Outra coisa, eu nunca vi tanta barata, era um tipo de barata pequenina de 1 cm, e havia uma epidemia dessas baratas. Eu acabava ficando mais no mato que na aldeia, porque no mato tinha menos barata. E lá, pela primeira vez, eu fui objeto de um estudo metucioso: eles fizeram a minha anatomia completa, tocaram no meu corpo inteiro. Eu não sou muito peludo, e eles puxavam os pelinhos que eu tinha nas pernas, os pelos do covão, os pelos do púbis interessavam muito, o pau interessava muito. Olharam-me inteirinho, descobriram que eu tinha dentes de ouro, diziam que era dente de pedra e metiam a mão na minha boca. Outra coisa formidável é que a planta do meu pé, era delicada e eles pegavam e passavam a planta

do meu pé na cara, porque eles nunca tinham imaginado um pé que nunca andou descalço, um pé despreparado para andar descalço. É de admirar, por exemplo, os índios correndo na mata para caçar guariba. Eles não olham por onde andam, aquele pé é capaz de suportar qualquer coisa. Mas o meu pezinho interessou muito. Interessou mais o meu cozinheiro, Cesário, que era preto, e, até então, eles tinham visto preto só de longe. Quando pegaram o meu cozinheiro de perto, levaram-no para banhar no rio, para arear e chateá-lo o tempo todo. Dali seguimos viagem, eu percorri as demais aldeias, ao longo de uns 800 quilômetros, e completei a pesquisa com eles. Os resultados dessa pesquisa eu publiquei em muitos artigos, e estimulei mais gente a fazer pesquisa nestes mesmos índios.

Agora, nesse momento eu estou vivendo uma aventura muito especial, é que eu decidi tomar meus diários, que compõem umas seiscentas ou oitocentas páginas, passar para o computador e preparar para publicação. É interessante porque, em lugar de fazer uma monografia falando de parentesco, mitologia, arte, dilacerando a realidade, decidi publicar como está: tudo misturado. E o que estou preparando, está sendo calmamente lido, para ser editado. Para mim é uma coisa muito bonita, porque, na medida em que leio, sou eu outra vez com vinte e poucos anos, lá, vivendo com os meus índios e revivendo aqueles momentos de que eu já tinha esquecido. Então, cada página para mim é uma surpresa. Este é um livro para ser publicado no futuro, não estou com pressa de publicá-lo, o que eu gosto muito é que eu encontrei a forma de dar sentido a isso.

Uma vez fui lá falar com o Lévi-Strauss e perguntei o que ele achou do meu livro *O Processo Civilizatório*. Eu tinha mandado para ele a edição em inglês do Smithsonian, e ele disse: “me interessou”, assim com um certo muxoxo. O problema é que ele tem horror a qualquer interpretação diacrônica, e a questão dele é gramática, é tratar a cultura como se fosse língua, porque qualquer coisa que não seja gramatical, que seja diacrônica, horroriza-o. Mas aí ele me disse que eu era um dos príncipes da

observação, que várias vezes ele tinha utilizado os mitos que eu colhia, o meu material etnográfico e que isso era o nobre que eu tinha. Eu me irritei e disse, "Então tá, eu sou o coletor de material de campo e você faz a interpretação teórica". E ele respondeu: "Não, a minha obra teórica não vai durar vinte anos, nem a sua, mas a etnografia vai, porque todos os bons registros do século passado são sempre reeditados". E eu tenho a sensação de que esses meus cadernos de campo devem ser publicados, porque isso pode interessar a muita gente.

Isso que eu falei até agora, é minha carreira de etnólogo, e eu fiz a minha carreira de etnólogo, como alguns outros fizeram. Eu me concentrei sobre dois povos, a respeito dos quais eu fiz monografias e estudos de profundidade. É claro que nesse período eu estudei outros, eu fui muitas vezes ao Xingu, fui muitas vezes ao Amazonas, ao rio Negro, fui muitas vezes ao Araguaia, estudei os índios de São Paulo, os Kaingang, os Guarani, os Bororo. Mas nos doze anos em que me dediquei à etnologia, as minhas duas pesquisas básicas foram, cada uma delas, compostas de duas longas expedições, e o que vai ficar da minha obra de etnólogo para colocar ao lado dos outros antropólogos brasileiros é isso, minha contribuição. Se eu tivesse feito só isso, eu seria esse etnólogo assinalado, recordado, porque trabalhou pelo menos em duas tribos, com muita profundidade.

*E por que o senhor não continuou realizando trabalhos de campo com outros grupos indígenas?*

DARCY RIBEIRO: Numa certa altura, ocorreu dentro de mim uma quebra, até então minha postura era Lévi-straussiana, era aquela de recolher os fósseis do espírito humano, procurar o mito mais perfeito, mais antigo, mais arcaico. Já no meu livro sobre mitologia Kadiwéu, eu quebrei com isso, porque publiquei muito mito impuro sobre espingarda, sobre os brancos etc.

Começou uma atitude mais profunda em mim de verificar que o etnólogo que vai ao encontro dos índios, vai ao encontro deles como quem vai ao encontro do primitivo, do

arcaico e poucas vezes tem olhos para ver o índio presente, o destino dele. E eu comecei a ver que é muito mais explicativo para um grupo indígena, sua condição de distância, do que o grau de conservação de sua cultura. Foi então que eu inventei uma coisa que causou muita irritação nos antropólogos bestas: o "complexo de Berlim". Na época, eu dizia que a ninguém ocorreria jamais, chegar em Berlim, em 1945, quando Berlim era bombardeada com uma quantidade de aviões diariamente, estudar a forma da família alemã ou estudar a literatura alemã, porque é evidente que nada era observável ali, senão aquela desgraça. E, no caso dos índios, é como se estivessem sob o bombardeio de Berlim, sob um bombardeio tremendo de enfermidade, de violência, do diabo; enquanto o antropólogo fica ali, querendo ver o que é o índio puro, subsumindo aquilo uma realidade outra sem valor explicativo. Na maior parte das etnografias que andam por aí, você pode ler uma inteira sem ver nada do que o índio está sofrendo, que a terra foi tomada, que a filha dele foi roubada, que a mulher dele foi estuprada, que ele é vítima de toda violência, porque só aparece o que interessa ao antropólogo que foi lá.

Então essa foi uma mudança muito profunda na minha atitude, e uma mudança que acabou fazendo com que eu me afastasse da etnologia de campo. Fui fazer outra coisa e me converti num combatente da causa indígena. Desde então eu, no mundo inteiro, fiquei conhecido como um lutador pela causa indígena. Nesse sentido, é que eu costumei dizer que os índios me deram muito mais do que eu dei a eles, eu ajudei a fazer o Parque do Xingu, eu nesses anos todos lutei muito por eles. Mas o fato é que através de tudo isso eu ganhei renome internacional e uma respeitabilidade que eu não teria alcançado se não tivesse essa atitude de amizade com eles. De fato, eles me deram mais do que dei a eles.

Essa mudança de atitude teve também conseqüências laterais curiosas, uma delas é que, eu consegui transformar o que era a seção de estudos do SPI e do Conselho de Índios, onde eu trabalhava, num prédio novo que veio

a ser o Museu do Índio. Isso teve muita repercussão, porque foi o primeiro museu do mundo feito contra o preconceito. O Museu era feito para as pessoas chegarem lá e mudarem de atitude para com os índios. A experiência diária do museu era pegar crianças de quarta série primária mais ou menos, nas várias escolas do Rio, mandar escrever sobre "O Índio", antes de ir ao museu, e escrever novamente, na volta do museu. A comparação das duas descrições era uma beleza. Dava para ver o trabalho bonito que o Museu fazia mudando atitudes em relação ao índio. Na escadaria da entrada do Museu, o visitante se deparava com uns quarenta retratos de índio sorrindo. Já aí quebrava aquela imagem do índio feroz, comedor de gente. Era um índio sorrindo, índio beijando criança. Então isso contribuía para mudar atitudes. Depois, mostrava-se a beleza da arte plumária, a delicadeza das cores. Tinha, também, um painel muito grande em que eu dizia que os índios tinham domesticado quarenta plantas importantes, como milho, mandioca, amendoim, abacaxi etc. E que nós, brasileiros, por exemplo, não domesticamos nenhuma, e mostrava as dificuldades de uma roça indígena, mostrava uma floresta original, as dificuldades de abater uma floresta com machado de pedra que não corta, que esmaga, e apesar disso, a grandeza da agricultura indígena, que é equivalente à agricultura oriental. No Tigre e Eufrates se desenvolveu uma agricultura de grãos que fez a civilização, e aqui, foi uma agricultura de tubérculos e de frutos tropicais que fez isto. Então o Museu do Índio teve muita repercussão no Brasil e fora. Mas essa é a época em que eu saio e crio, no Museu, ainda o primeiro curso brasileiro de pós-graduação em antropologia. Não havia mestrado, nem doutorado no Brasil e eu só vim a regulamentar isso na Universidade de Brasília. Aquele era um curso muito intensivo em que cada aluno tinha um ano de estudo em tempo integral, orientado por pessoas com nível de doutorado, e depois fazia um ano pesquisa de campo e mais um ano de elaboração da pesquisa. Era um programa de três anos destinado a formar pesquisadores.

Nessa época eu entro em conflito com o

Serviço de Proteção aos Índios. E eu acabei saindo de lá, porque o conflito era aberto. Eu queria que o Serviço não tivesse a atitude burocrática que tinha e tivesse uma compreensão mais profunda. Mas era uma guerra também contra os antropólogos que queriam ler no índio a natureza humana como eu queria, como eu fiz também. Mas foi uma crise que eu tive no meu espírito e também tive com o mundo quando eu mudei de atitude.

Resulta aí, que me aproximo do Anísio Teixeira que era um grande educador, um homem que orientava o Ministério da Educação, como educador. Eu me aproximo dele, nós nos tínhamos muita antipatia um pelo outro. Nós tínhamos muitos amigos comuns também e Anísio sempre dizia que eu era uma pessoa meio louca, que sendo uma pessoa muito competente como é que eu me dedicava a 0,002% da população brasileira, no lugar de me dedicar a toda a população brasileira. Era uma espécie de brincadeira que fazia, mas o certo é que eu passei a trabalhar com ele e rapidamente passei a ser o vice-diretor de um grande instituto de estudos educacionais, e levei o curso para lá. Ou seja, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, que passei a dirigir no plano científico. Eu levei aquele curso de aperfeiçoamento em antropologia e em ciências sociais e funcionou muitos anos ali. Esse curso é que depois passou para o Museu Nacional, com Roberto Cardoso, e que continuou funcionando e funciona até hoje. Mas eu me lembro de que naquele período, de transição, houve uma transição também nos meus interesses. Aproximando-me da educação, com Anísio, eu passei a me interessar por educação primária, a fazer um programa de pesquisas, o maior que o Brasil teve, um programa de trinta e tantas pesquisas antropológicas e sociológicas em que eu tentava entender culturalmente e socialmente o Brasil, para termos um discurso melhor sobre a educação no Brasil. Para saber como educar, como fazer o Brasil entrar na civilização letrada. Então foi um programa de pesquisa muito ambicioso em que eu chamei os principais cientistas sociais brasileiros para cooperar neste programa, estudando temas di-

ferentes. Eram estudos tanto do Brasil provinciano, quanto do Brasil urbano. Inclusive eu fiz 14 pesquisas em cidades representativas de áreas brasileiras em que eu estudava a cidade e o seu contexto rural. Essas pesquisas tiveram muito êxito e foram publicados 14 livros. Logo veio a ditadura.

Nessa época eu já estava com a vida alterada, porque tinha sido chamado a ser Ministro da Educação. [governo João Goulart] Depois fui ser chefe da Casa Civil, que é o segundo cargo do governo no Brasil: é como ser primeiro-ministro. Eu dirigia a campanha pelas reformas de base, principalmente a reforma agrária, a reforma urbana, a reforma contra o capital estrangeiro, e foi uma luta muito grande em função da qual fui parar no exílio.

Agora vou a outro capítulo. Quando a gente fica velho tem que falar um pouco de si mesmo, para os jovens saberem. E assim de improviso, você se lembra de algumas coisas e se esquece de outras. É bom, porque é uma seleção. Bom, derrubado o governo, eu me vi no exílio. [No Uruguai] Nos primeiros meses no exílio eu estava num desespero tal que o que eu fiz com o Brizola e com o grupo dele foi imaginar alguma forma de retomar o poder, mas isso me ocupava pouco tempo: enquanto eles ocupavam as 24 horas do dia pensando em fazer alguma guerra, eu lia ciência e ficção. Eu li tudo o que pude pegar sobre ciência e ficção. Eu li uma centena de livros, que era um modo de fugir da realidade que estava ali. Então aquilo é que alimentava o meu espírito.

Mas depois de alguns meses, uns três meses, eu caí em mim. Na primeira semana eu já fui contratado pela Universidade como professor de antropologia e depois comecei a fazer um programa de reforma universitária. Aí eu voltei a manter uma vida intelectual mais intensa porque eu me propus um velho problema da minha vida: por que o Brasil não deu certo? Ainda não deu certo? Por que outra vez a direita nos derruba? Por que não fomos capazes de defender as reformas que estavam quase alcançadas? Por exemplo, a reforma principal, que era dar um pedacinho de terra a dez milhões de famílias brasileiras? Era uma coisa factível

nesse país imenso com essa quantidade enorme de terras. E quem dirigia isso era o Presidente, que era, ele mesmo, um latifundiário, mas compreendendo que, se milhões de famílias tivessem terra para plantar o que comem, para se manter ali, seria uma forma de fixá-las no campo e de que seus filhos tivessem educação. Eu me pergunto: por que fracassamos? E escrevi então um livro sobre o Brasil. Um livro de quatrocentas páginas. Em um ano eu escrevi esse livro que seria a síntese daquelas pesquisas que eu tinha feito, das quais eu tinha catorze livros escritos e muitos manuscritos também. Mas depois, ainda que fosse síntese de estudos originais, ao fim do livro, quando terminei, verifiquei que o livro não dizia nada de novo. Dizia o que estava em outros livros também, porque não havia uma teoria sobre o Brasil. O Brasil, de fato, era inexplicável, porque as teorias existentes não explicavam o Brasil. E eu vi que era necessário fazer uma teoria.

Então eu joguei de lado aquele meu livro, para fazer uma teoria explicativa sobre o Brasil, que me permitisse escrever um livro mais compreensivo. Nessa época há uma crise no pensamento filosófico mundial, e particularmente no marxismo. São publicados os *Grundrisse do Marx*, os borradores do Marx, que é do Marx maduro, texto de 1845, e é incrível que a teoria implícita sobre a formação da sociedade ou do capitalismo era muito melhor que a do Engels, que tinha se inspirado no livro de Lewis Morgan: *A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado*, que é uma má etnografia, mas era um esforço de compreensão das sociedades como coisas explicáveis e como capazes de evolução.

Engels se encantou com o livro do Morgan, e o Marx preferiu calar as teorias dele. Mas, quase um século depois, as teorias do Marx são publicadas e, de repente, o marxismo tinha duas teorias sobre a origem das sociedades, e quem tem duas não tem nenhuma. E a discussão estava reaberta. Isso teve um grande efeito sobre mim que procurava uma teoria explicativa. Um antropólogo norte-americano pode ficar contente com a explicação do passado dele na Europa. Ele esteve na Europa

quem é ele para escrever uma teoria da história?”. Quer dizer, é esse complexo de inferioridade do brasileiro que o leva a pensar que ele é incapaz de fazer uma teoria da história. Então, ele escreveu uma carta sobre isso e o editor me mandou. Aí eu mandei para ele a edição norte-americana, para mostrar que a editora mais importante do mundo em antropologia, que é a Smithsonian, de Washington, publicou meu livro. Eu disse para meu editor: “Não seja besta! Você não publica porque é imbecil! E eu proponho que você publique o meu livro e a carta desse idiota lá também. Porque você pode publicar o meu livro como tradução da edição norte-americana”. Depois dessa edição saiu uma outra na Alemanha, onde o livro foi muito discutido.

É um livro latino-americano, brasileiro, escrito no Uruguai, com muita ajuda de antropólogos e arqueólogos de fora, que teve um grau de discussão internacional muito grande. Há uma revista antropológica muito importante, que é *Current Anthropology*, que uma das coisas que faz é entregar a uns dez antropólogos um livro ou um artigo importante para que eles leiam e façam apreciações, e o meu livro foi objeto de apreciação internacional.

Esse livro *O Processo Civilizatório*, afinal saiu em uma edição brasileira também e tem uma dezena de edições nas línguas principais. Mas o tipo de explicação que eu alcançava no *Processo Civilizatório* era muito genérico porque eu tinha que explicar dez mil anos, em poucas palavras, era uma coisa muito genérica, como as teorias de alto alcance histórico. Todas as teorias francesas da história são muito genéricas, e eu sentia necessidade de alguma coisa mais concreta.

#### *O que o senhor fez então?*

DARCY RIBEIRO: Então eu parti para escrever uma outra coisa, que era um livro que, em vez de alto alcance histórico, tinha médio alcance. Eu o chamei de *As Américas e a Civilização*. Neste livro, eu examinei quinhentos anos da história americana para explicar as causas de seu desenvolvimento desigual: por que o Brasil, que era e fora muito mais rico,

muito mais ilustrado do que os Estados Unidos, ficou para trás? Os Estados Unidos eram o próprio atraso. Nunca tiveram cidades como Salvador, como Recife, como o Rio, muito menos como Ouro Preto, nunca tiveram nada de civilização. E nós tínhamos muito mais e tínhamos muito mais riqueza também, porque nós éramos muito ricos. O Haiti também, que era a pérola da França, que tinha uma gente paupérrima. A França vivia do Haiti e a América do Norte vivia de vender comida e artefatos para o Haiti, mas aquela gente paupérrima progrediu formidavelmente e se organizou como civilização. E nós, que éramos muito mais ricos, e no caso do Brasil, muito mais ilustres, caímos no atraso. Por que? Quais as causas do desenvolvimento desigual?

Neste livro eu faço uma tipologia dos povos americanos, em que eu mostro que os povos americanos podiam ser classificados numa categoria de “povos testemunho”, que eram povos que viviam o drama de ser dois. Este é o caso dos povos do altiplano andino, e do México, da Guatemala, em que a civilização moderna e européia, chega lá e se implanta, mas a gente de lá continua carregando no peito uma outra alta civilização e outros altos valores. Poderia-se dar mil exemplos, como quando eu organizei o Memorial da América Latina e levei um grupo para o México e a Guatemala, para fazer uma grande coleção de artefatos de lá. Nessa ocasião, eu e os outros pudemos ver a quantidade de sabedoria e de beleza que você encontra naquela população aparentemente primitiva, como a da Guatemala ou do altiplano andino, que tem um sistema de cura e de fórmulas que você encontra também nos remanescentes de altas civilizações como a civilização árabe, como a chinesa, como a indiana. Eles são o que eu chamo de “povos testemunho”, porque guardam em si a memória viva das altas civilizações que eles foram.

Outra coisa são os “povos transplantados”. Povo transplantado é gente européia que vai para o espaço do além mar, tira os índios, limpa o terreno e ali faz uma sub-Europa. É o caso, do progresso da Austrália em relação ao Brasil. A Austrália, cem ou duzentos anos mais

jovem. Ora, não tem novidade nenhuma fazer a Austrália é uma bobagem! Você pega um pocadinho de irlandeses, escoceses, italianos e joga lá e eles fazem uma Inglaterra de segunda e aquilo ali funciona muito bem. É totalmente diferente do que pegar massas de índios, de negros, de europeus e construir um gênero humano novo, construir uma civilização. Então, nesse livro eu apresento as categorias de “povo testemunho”, de “povo transplantado”, e de “povo novo”, que é povo que surge como gênero humano novo. É o caso específico do Brasil, da Venezuela, da maior parte dos países da América Latina, em que a população foi desindianizada. Desafrikanizaram o negro, que aqui posto foi refeito, e deseuropeizaram o europeu. Então esse “povo novo” não está pregado em passado nenhum, nem está reproduzindo civilização estranha nenhuma, ele é um gênero novo, é uma coisa nova, uma gente que se vê de repente, que é o chamado mameluco, que não é índio, porque não se identifica com a mãe que o pariu, e cuja cultura ele comeu, não é aceito pelo pai como igual também, é um mulato, não é africano, evidentemente, e também não é indígena, e não é europeu. Essa gente, que não é ninguém e que se constrói, a si mesma, como uma outra entidade, é um gênero humano novo, alguma coisa nova no mundo.

*E esse livro, calcado num escopo de tempo menor e voltado a entender a gênese de um continente, o satisfaz?*

DARCY RIBEIRO: Não. Eu ainda não estava insatisfeito porque, no fundo, não havia teorias explicativas aceitáveis para coisas tão importantes como uma tipologia das classes sociais, não havia tipologia das formas de ação política também, não havia também um estudo adequado das forças insurgentes, das esquerdas, ou das forças capazes de uma revolução. E não havia uma teoria adequada também da cultura, da nossa cultura, feita de retalhos, tomada de tantas matrizes diferentes, mas fundida e que chegou a ser uma coisa original e própria. Então, eu escrevi um livro de verdade sobre a América Latina, em que eu proponho uma tipologia das

classes sociais, que não foi essa bobagem de estar repetindo a conversa marxista de proletariado e aristocracia e burguesia que eu não vi aqui. Esse livro é *O Dilema da América Latina*.

Tendo escrito esses livros, escrevi mais um que é *Os Índios e a Civilização*, que eu vinha fazendo há anos, por encomenda da Unesco. Este livro me ensinou muito porque me fez desenvolver um conceito de “transfiguração étnica”, que é o processo pelo qual os povos se fazem e se transformam ou se desfazem. Nenhum índio vira civilizado, o que há é que um povo indígena, mantendo sua indianidade, vai morrendo e, ao lado dele, surge um núcleo humano que cresce à custa dele e que cresce contra ele, que é o núcleo civilizado. Então, assim como não há conversão, não há assimilação. O que há é uma integração inevitável. Se o índio é cada vez mais cercado de um contexto civilizado ou comercializado, se ele próprio se converte em mão-de-obra, se ele próprio tem de produzir mercadoria, é claro que ele tem uma integração cada vez maior com a sociedade nacional. Mas esta integração não quebra nele a identidade, que é como a do judeu, como a do cigano. Ele mantém a sua identidade como indígena. Apesar de transformados os costumes, apesar de mudar o modo de se vestir, apesar de todas essas mudanças, ele permanece indígena. Então, eu chamei a isto, teoricamente, processo de transfiguração étnica. A transfiguração étnica se faz através de instâncias, que não precisam ser uma depois da outra. São instâncias nas quais um povo se transforma e se transforma tanto mais, necessariamente, porque é transformando-se que ele sobrevive. E ele se transforma mantendo sua própria cara, mas mudando para tornar viável sua vida num contexto que lhe é hostil.

Num primeiro momento, ocorre um tipo de interação biótica: chegam os brancos trazendo suas pestes. O mundo antigo, Europa, Ásia, África, estava integrado e as suas pestes passavam entre eles. Um povo que não sofreu as pestes, como os povos americanos, morria pela metade quando chegava o europeu com suas doenças. Quando, então, chegava a se-

gunda doença, ela matava a outra metade. Ainda hoje, as tribos que estão entrando em contato com a civilização sofrem também o mesmo processo. É um processo de interação biótica em que duas populações, bioticamente diferentes, se encontram e a coexistência entre elas provoca este desastre. No caso do Peru, por exemplo, a população caiu incrivelmente, muito menos em decorrência da guerra e da escravidão que também matam muito, mas em função deste tipo de interação biótica. A relação é de 1 por 25: onde existiam 25 pessoas, depois de um século, você tem uma pessoa.

Assim, a transfiguração étnica se dá, primeiro, por uma interação que é biótica e, depois, uma interação ecológica. Se você coloca vacas e cabras e porcos, onde os índios estavam, onde eles faziam suas roças, esses animais tomam o lugar onde eles estavam e provocam enorme mortalidade. É claro que se considera uma vantagem que os europeus tenham trazido animais domésticos, mas esses animais representam uma invasão no ambiente e impõem uma nova condição ecológica, fazendo com que as populações diminuam enormemente. É importante entender isto porque o mundo moderno, vamos chamar o Terceiro Mundo ou o Quarto Mundo, cheio de miséria, de pobreza, é obra do homem europeu. O bandido europeu, onde ele chegou, encontrou povos tribais que eram ecologicamente equilibrados, produziam o que comer, tinham uma grande alegria de viver. Esses povos foram ecologicamente dizimados, na medida em que chegaram os europeus e passaram a usá-los como mão-de-obra e modificaram totalmente o ambiente deles.

Depois da interação biótica e ecológica, você tem a interação econômica, em que o índio é tomado ele mesmo e escravizado ou ele tem de entrar num circuito econômico, produzindo mercadoria. E depois tem ainda toda a esfera terrível da interação social, cultural, psicológica. Aí chega mais gente com convicção de que o único deus é o seu, de que o deus é branco, e mete isto na cabeça daquela população que tinha outras concepções. Todo o desprezo que o europeu tem pelos índios, se intro-

jeta, sobretudo nas crianças e nos jovens, que passam a ver a si mesmos como um povo de segunda classe. O efeito deste processo de transfiguração étnica é, nessas várias instâncias, dizimador. Um povo vai desaparecer em qualquer destas instâncias, ou na primeira ou na segunda, ou pelo conjunto delas, ou pode sobreviver a elas.

Sobreviver a ela é se reinventar. Com essa compreensão que eu tinha alcançado, eu comecei a escrever este livro, *Os Índios e a Civilização*. É um livro que apresentava uma teoria nova, importante. Esse livro me custou muito trabalho para fazê-lo e eu custei muito a aceitá-lo. Eu publiquei quase todo o livro em artigos, que tiveram muita repercussão, por que foram publicados em muitas línguas. Mas só no exílio é que eu o terminei como parte desse conjunto: *O Processo Civilizatório, As Américas e a Civilização, Os Dilemas da América Latina e Os Índios e a Civilização*, em que eu examino em detalhes o que aconteceu com as populações indígenas, com mais atenção sobre o século XX, onde mostro que 80 povos desapareceram. Isso tudo me ajudava a fazer uma teoria do humano e uma teoria explicativa da sociedade brasileira.

*Nesse livro, Os Índios e a Civilização, o senhor apresenta o modelo da "transfiguração étnica", segundo o qual os grupos indígenas perderiam gradativamente seu patrimônio original, mas permaneceriam sendo identificados como índios, no sentido de "índio genérico". Passados mais de trinta anos da primeira publicação deste livro, como o senhor vê a aplicabilidade desse modelo diante da questão indígena contemporânea?*

DARCY RIBEIRO: É um pouco complicado. Esse livro eu comecei a fazer e, só depois de dez anos, publiquei no exílio. Antes, porém, havia publicado quase todo em artigos esparsos. O que ocorre é o seguinte, a Unesco decidiu fazer, na década de 50, uma série de pesquisas no Brasil, tomando-o como um país

exemplar. Então contratou Florestan Fernandes, de São Paulo, Fernando Henrique Cardoso ajudou um pouco também, e alguns outros. O objetivo era estudar o negro em São Paulo, como Charles Wagley e Thales de Azevedo tinham feito na Bahia e o Luiz de Aguiar, no Rio de Janeiro. Com isso a Unesco queria mostrar um caso de democracia racial, a partir de um país que tinha conseguido uma coexistência entre branco e negro, sem preconceito. Mas essa pesquisa foi uma decepção, porque em todos os lugares, os pesquisadores detectaram preconceito na forma de uma discriminação cruel, perversa, tremenda. Então foi o contrário do que havia sido previsto. Mas foi muito bom para o Brasil, porque acabou-se com aquela ilusão criada pelo Gilberto Freire. Nessa ocasião, eles pediram a mim uma pesquisa paralela, também ideal. Havia a idéia de que o Brasil tinha conseguido que os índios virassem brasileiros, que os índios se tornassem civilizados. E eu já levava em mim uma dúvida profunda sobre isso, influenciado por aquele caso Terena que comentei antes, em que o ponto de chegada não era tornar-se brasileiro, ele continuava Terena, vivendo na cidade, sendo tido como índio e se vendo como índio. Minha experiência com índios, no Brasil inteiro, indicava uma coisa diferente. E eu aceitei o encargo, dado pela Unesco, através do Alfred Metraux, de fazer um estudo em conexão com Marwin Harris e com Charles Wagley. Eu acabei escrevendo uma primeira forma reduzida do relatório que foi publicada por Marwin Harris e Wagley, e continuei trabalhando no material que, só anos depois, publiquei como livro com o nome de *Os Índios e a Civilização*.

Eu creio que nunca se fez uma pesquisa tão aprofundada e tão minuciosa. Eu contava com os arquivos do SPI e reconstituí todos os contatos de povos indígenas com a sociedade brasileira no século XX até aquela época. Então, de um pouco antes de 1900 até 1957 eu examinei o que aconteceu com estes povos, examinei todas as listas, como a do Capistrano, de lugares onde existiram povos indígenas e que agora eram aldeias ou cidades.

A teoria básica da historiografia brasileira

era a de que os índios vão ficando civilizados e, num belo dia, o que era uma aldeia, vira uma vila. Eu desconfeitei que não era assim e comecei a trabalhar para demonstrar isso, ou seja, o que acontece é que um grupo indígena que vive num certo local vai desaparecendo, vitimado por uma quantidade de elementos do contato: a peste branca, a doutrinação missionária e tanta coisa mais. Eles vão diminuindo, diminuindo, enquanto simultaneamente uma população vai crescendo ao lado, crescendo inclusive com carne dos índios. O brasileiro é feito, fundamentalmente, de uma mulher indígena prenhada por um branco, ou de uma negra prenhada por um branco. Aquele mameluco e esse mulato que não são nada, não são índio, não são africano é o que veio a ser o brasileiro. Agora, o fato é que, essa construção cultural é uma construção nova, é um povo novo, é alguma coisa que surge não como continuidade da vida indígena. O requisito para que uma tribo indígena permaneça ela mesma, é que os pais criem os filhos na sua tradição e, assim, o povo continua, a identificação étnica continua. É uma identificação, às vezes muito leve, como a identificação do judeu ou do cigano. O que faz do judeu um judeu e do cigano um cigano, é uma auto-identificação moral. O que faz do índio, índio, é uma identificação como tal. Por exemplo, quando eu cheguei do exílio estava o Geisel aqui querendo promulgar uma lei de emancipação. Ele dizia: "Se eu, até os doze anos só falei alemão, se sou tão bom brasileiro que sou presidente da República, por que esses índios teimam em continuar índios?". Ele queria obrigar os índios, por lei, a deixar de serem índios. Quer dizer, tomar as terras deles, por para fora, e isso é uma coisa de uma violência atroz. A primeira campanha que eu fiz no Brasil, quando voltei do exílio foi contra essa lei do Geisel, essa loucura do Geisel.

Mas o importante da teoria que eu construí, foi verificar que não tinha sentido o sistema explicativo da teoria da aculturação. Toda antropologia se alimentava dessas teorias. Segundo certa teoria norte-americana, os índios em contato com a civilização vão se interin-

fluenciando naturalmente. Traços de uma cultura vão passando à outra e eles vão ficando cada vez mais parecidos, com a eventualidade de se fundirem. Essa é a teoria geral aculturativa. Eu me lancei contra a teoria aculturativa mostrando que, primeiro, a relação não é igualitária, os brancos absorveram tudo que podiam absorver no primeiro século, e depois já não tinham nada que dar. Não tinha mais relação de troca. Depois, nunca houve possibilidade dos índios receberem alguma coisa em compensação. O que a sociedade oferecia a eles era um lugar subalterno. Era uma sociedade de classes que tinha classes inferiores, oprimidas, e o lugar do índio seria debaixo da classe mais oprimida. Então a oferta não era uma oferta aculturativa, nem de convivência igualitária.

Era lugar comum na cultura brasileira, como ainda hoje também, a idéia de que os índios eram evangelizáveis, de que uma boa missão converte. Eu fui vendo que nunca ninguém converteu ninguém, levantei, por exemplo, aqueles dados do Nóbrega, que quarenta anos depois de estar aqui diz: "Com um anzol os converto, com um anzol os desconverto". E chega à convicção de que só Deus pode iluminar a fé no coração dos homens. O fato é que nunca ninguém converteu ninguém. Tem índios, como os Bororo, com 150 anos de contato, ou os do rio Negro, e isso não levou a nenhuma conversão. É claro que os padres fazem coisas perversas quando pegam crianças de tribos diferentes e as colocam em internatos que, para se comunicarem entre si precisam falar o português. Assim, eles criam marginais. As meninas criadas no rio Negro, nessa situação, serviam para ser putas em Manaus, porque não prestavam mais para ser índias, nem prestavam para ser nada. E a mesma coisa fizeram muitas outras missões, insistindo na idéia de que a tarefa de proteger o índio era do missionário e que o missionário, evangelizando, incorporava o índio à civilização. E a teoria geral da cultura brasileira é a teoria da evangelização, segundo a qual, o governo deve ficar dando dinheiro às missões religiosas para irem lá converter os índios, ou seja, cristianizar. A tarefa das missões é estender a cristan-

dade, estender a europeidade, é matar os povos, é a tarefa terrível de catar qualquer povo do mundo que tenha uma fé qualquer e quebrar a alma deles para convertê-los em cristãos, uma coisa que só se faz com muita violência. Com populações indígenas nunca se conseguiu conversão alguma.

Pois bem, com base na minha experiência, eu conhecia mais índios do que qualquer outro. Eu não era um etnólogo universitário, eu tinha passado anos no sul de Mato Grosso visitando as tribos de lá, eu passei meses no Xingu, passei muito tempo no Amazonas, passei muito tempo no Maranhão. Eu conhecia mais índio do que qualquer pessoa. Eu não só estava preparado para conhecer e observar, como tivera, na minha vida, uma oportunidade de observação mais ampla do que qualquer outro. Mas, não estava satisfeito com isso e para escrever meu trabalho para a Unesco, fui a São Paulo ver os Kaingang de Bauru e passei uma temporada lá, para ver índios que, em 1918 impediram que a estrada Noroeste do Brasil seguisse de Bauru para frente. Eu estive nas duas aldeias indígenas Kaingang e vi índios muito aculturados, no sentido que os costumes se pareciam com os do caboclo, o modo de se vestir também. Mas índios, sentindo-se índios e sabendo-se índios. Saí de lá e fui procurar o grupo mais interessante que encontrei: os Xokleng de Santa Catarina, grupo este que o Von Ihering queria que o governo mandasse matar porque estava em guerra contra os amiguinhos dele, os colonos alemães de Santa Catarina. Essa briga deu na criação do Serviço de Proteção aos Índios. Eu fui para lá e passei meses estudando o caso. Cheguei lá, vi os índios várias vezes, falei várias vezes com eles, fiz observação, mas o que fiz, sobretudo, foi ler o relato de Eduardo Hoerhan, que era o encarregado da pacificação e que passou mais de trinta anos com o grupo que ele tirou da mata: um grupo aguerrido, de um vigor formidável. Eduardo pacificou-os em 1918 e sofreu ao ver a transformação desse povo. É uma história dramática que reproduzo na minha revista *Carta* (n.º 9, 1993), publicada pelo Senado. Nesse caso, também era evidente

como os índios foram se aproximando da civilização sem deixar de serem índios.

A base de tudo isso é que escrevi vários artigos examinando fatores como convívio e contaminação, os efeitos das doenças, os efeitos da integração econômica. Escrevi vários trabalhos e o Wagley e o Harris publicaram um resumo disso tudo. Depois houve uma briga minha com o Metraux, porque eu mandei um texto provisório para ele, e ele contratou a Plom, e eu briguei com ele, escrevi para a Plom proibindo a publicação. Acontece que eu sou muito perfeccionista. A mesma coisa aconteceu comigo, agora: esse livro que acabo de publicar *O Povo Brasileiro*. Fiquei 30 anos melhorando e estou sempre achando que posso fazer mais. Mas, como ia morrer, estava no hospital com câncer para morrer, fiquei com pressa e acabei o livro em quarenta dias. Levei trinta anos escrevendo, pensando, pensando. Esse livro é o mais pensado.

Da mesma forma, o livro da Unesco também, eu levei dez anos pensando e só larguei no exílio, com o título de *Os Índios e a Civilização*. Lá, eu faço uma reconstituição dos contatos dos índios com a civilização no século XX, quase que tribo por tribo. Depois, faço um balanço crítico da ação protecionista. Desenvolvo a teoria da transfiguração étnica, ou seja, há um processo natural, cultural, de transfiguração étnica através do qual um povo permanece ele mesmo à medida que muda e se adapta às condições de sobrevivência. Trata-se de um processo de auto-conservação em que eles vão conservando o que é possível de sua cultura, mas não se fecham: quem se fecha, morre e desaparece. Então, o que ocorre é uma transfiguração étnica. Com esta concepção a gente entende os índios que estão no Brasil, os estados em que eles se encontram e os problemas que sofrem. Eu mostro que a transfiguração étnica passa por etapas que não são sucessivas, podem ser simultâneas, uma pode faltar, mas que são remarcadas. Há, primeiro, uma interação ao nível biótico: seres humanos se encontram como portadores de micróbios e enfermidades. Esse encontro ao nível biótico é o que mais matou. Chegou o europeu trazendo doen-

ças tais que mataram um milhão de Tupinambá aqui na costa, como a varíola, no século XVI. Então essa interação biótica precisa ser levada em conta, porque ela é fundamental no processo de transfiguração. Depois há uma interação de ordem ecológica: quando entra alguém, deruba a mata, planta capim e põe gado, as condições ecológicas se transformam. Nas tribos do Nordeste sobre as quais se sabe tão pouco, a expansão do gado tirou o índio, em função de uma sucessão ecológica em que, uma nova população, com uma nova forma ecológica de adaptação, se instalou; destruindo a interação biótica, a interação ecológica e econômica anteriores. Deste modo é que o índio é convertido em condição material de prosperidade do outro, não existe mais para si, existe para o outro. Sofre todo tipo de opressão econômica para intercambiar bens que se tornam indispensáveis para ele. Além disso, ao nível sócio-psicológico, há toda uma série de traumas, de problemas, de tensões que são o aspecto mais espiritual da transfiguração.

Meu livro sobre transfiguração é a tentativa mais copiosa e mais ambiciosa de uma interpretação do que se sucedeu com os índios. É claro que, depois, outros estudos foram sendo feitos, complementando o meu. Outra coisa que há no meu livro é uma relação de todos os grupos que existiam no Brasil, uma avaliação de quantos eram. Eram mais ou menos cem mil. Eu tinha todos os elementos, na época, para fazer este levantamento: o contato com os postos do SPI, o contato com o arquivo do SPI, o contato com missionários e, com base nisso, eu fiz a primeira lista circunstanciada de cada tribo e fiz uma classificação, que ainda hoje se usa. Classifico esses índios em isolados, sem contato direto com a civilização, em que há mais erro porque apareceram mais grupos depois da minha publicação; índios em contato intermitente, que têm um contato hoje, outro amanhã; índios em contato permanente e índios integrados. Esse "integrados" foi muito mal interpretado em decorrência de uma leitura ignorante, segundo a qual, integrado era integrado à sociedade nacional. O que eu digo é diferente, trata-se de uma integração no siste-

ma de produção nacional: os índios chegam a um ponto em que não podem viver sem trabalhar para ter um salário, não podem viver sem produzir alguma mercadoria, sem se alugar como mão-de-obra. Essa integração não é nenhuma assimilação, toda minha teoria é de que não há assimilação, há uma compulsória integração. As fronteiras da civilização avançam, envolvem grupos indígenas e eles, inevitavelmente, integram-se ao sistema, estão ali, não podem se negar a isso, mas não estão integrados, toda questão é que não há assimilação.

E, como o livro foi feito por mim, depois de ter trabalhado no SPI, há também, alguns antropólogos bisonhos que têm o seguinte tipo de postura: o pensamento do Darcy está contaminado porque ele era funcionário e, como funcionário, tem um pensamento impuro. Esta é a mesma atitude “filha da puta” de um sociólogo que dizia que Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade eram sem caráter porque trabalhavam para o Getúlio. Mas eles foram os quadros culturais que criaram o Ministério da Educação, que criaram a arte moderna no Brasil, quer dizer, atacá-los como getulistas é de uma burrice cavalgar. Estas pessoas não compreendem coisas fundamentais, que no meu livro ficam claras.

Outra incompreensão deste tipo refere-se à política implementada por Rondon. Foi um passo imenso, dado graças ao positivismo, que o Estado abrisse mão da ação missionária na condução da questão indígena para assumi-la como questão do Estado leigo. Uma primeira consequência disso é que a terra indígena, ao invés de ser reservada em nome da missão, passa a ser reservada em nome dos índios, e há mil consequências importantes que decorrem do fato da proteção estar nas mãos do Estado. Em segundo lugar, pela primeira vez no mundo se faz uma legislação, no Brasil, ao contrário da tradição liberal. A tradição liberal, em nome da liberdade, mandava que os índios fossem tratados como iguais, isso liquidou com os índios do Peru, do México, porque eles eram tão livres que a terra que tinham, podiam vender, e alguém comprá-la por uma garrafa de cachaça. Então aqui, a legislação é uma legis-

lação totalmente nova, que dá ao índio uma igualdade relativa, assegurando-lhe todos os direitos que tem o cidadão comum, sem cobrar os deveres. Dá a ele um direito de cidadania, mas estabelece uma tutela que, aparentemente seria ofensiva, porque compara o índio com um menor de idade, mas isto não era feito para ofendê-lo, pelo contrário, era feito para que a terra dele não fosse roubada. Então, essa igualdade relativa é uma grande coisa em direito, tão grande coisa é, que isso foi feito pela primeira vez no mundo, na legislação brasileira, em 1910 e é última palavra nos Estados Unidos. Lá, o direito compensatório trata o negro como diferente, porque ele teve uma história diferente, dá direito especial à Universidade, ainda que não esteja tão bem preparado. Essa aceitação da realidade na lei, ao invés da brutalidade liberal do “morra quem morrer que no fim vai dar certo” é uma coisa muito importante que ocorreu então.

Há uma incompreensão quanto a isso e, às vezes, há pessoas que lêem os meus estudos sobre contato com a ingenuidade de querer interpretar a história, a partir de valores subalternos, sem uma capacidade de comparar com o que havia antes, e com o que havia como alternativa viável naquele momento.

*E como o senhor definiria seu novo livro O Povo Brasileiro? Que tipo de recepção o senhor acha que o livro terá? Ele seria uma continuidade deste conjunto?*

DARCY RIBEIRO: Esse conjunto me levou mais de dez anos para ser escrito, hoje tem 170 edições nas principais línguas. É o conjunto de uma obra teórica, de um brasileiro, latino-americano, mais traduzido e mais discutido, porque está quase todo ele em todas as línguas principais. Mas esse conjunto não me era ainda satisfatório. Depois do exílio, quando eu vim para cá, por volta de 1980, eu tornei a escrever uma terceira versão completa de um outro livro, mas não estava satisfeito. O tempo foi passando e eu acabei sendo hospitalizado, numa UTI. A UTI me horrorizava, a UTI é uma câmara da morte, eu passei 21 dias na UTI. É verdade que a UTI me salvou: eu estava com

dor, pneumonia, liquidado em função de um tratamento de quimioterapia para o meu segundo câncer. Mas a minha angústia era enorme, parece até inverossímil, pois eu queria viver e eu sabia que se eu ficasse na UTI eu iria morrer. Eu queria viver e eu queria terminar esse livro. Você calcula, eu tinha 170 edições de cinco livros. Tinha de completar esse conjunto com mais um livro. Então, para mim, era de uma importância enorme. Eu fiz uma guerra tremenda e acabei obrigando a fazerem uma UTI-zinha, num apartamento, porque eu não agüentava ver aquela gente morrendo ao lado. Mas eu queria fugir e eu ameaçava o médico de que se ele não me deixasse sair, eu ia suicidar-me. O médico ficava apavorado, ele tinha medo de mim. Eu ficava dopado, quando eu saía da dopagem eu xingava o médico, a mãe dele. Eu fazia o diabo porque eu estava loucão para sair daquela casa da morte. Um dia, eu estava ameaçando me suicidar se o médico não me deixasse passar o ano novo em casa, em Copacabana. Ele deixou e, quando eu me vi no carro, estava o meu sobrinho que é um homem sério, que garantiu ao médico, deu um recibo para ele, que ia me trazer no dia seguinte. Quando chegou na esquina, que o carro ia virar para Copacabana, eu disse: “Não vou para Copacabana, eu vou para Maricá”. Aí meu sobrinho disse não, e comecei a discutir com ele, coloquei-o para fora do carro e disse: “vá para fora seu filho da puta”. Aí chamei o Jairo, que é o marido da minha chefe de gabinete. Disse: “senta aí Jairo e vamos para Maricá”. E eles que estão acostumados a receber as minhas ordens, a trabalhar comigo, entraram no carro e tocaram para cá, para Maricá. Eu consegui fugir do hospital. Então vim aqui para Maricá e fiz uma completa loucura: no caminho, no último posto de gasolina, tem um lugar que vende caldo de cana e eu gostava de caldo de cana espremido com limão, que dá um tipo de bebida que eu gosto. Eu estava a 21 dias sem comer, vivendo de soro, e eu disse: “Traz um copo de caldo de cana para mim”. E ele foi lá e trouxe. Eu bati aquele copo, uma maravilha. A minha barriga que não via nada a dias reclamou. Quando eu cheguei aqui tive uma

caganeira que foi um horror. Eu expelia bosta por tudo que era lado (risos). Mas eu creio que isto me curou. Aí mandei trazer para cá o computador e chamei outra secretária, a Giselle, que é a minha assessora principal, peguei as versões antigas do livro e fui ditando a versão final do *O Povo Brasileiro*. Eu o fiz aqui em um mês e tanto. É claro que o livro estava todo na minha cabeça, só que de uma forma insatisfatória e eu o refiz de uma forma que me deixou satisfeito. Ficou bom, ficou o que eu queria. E esse livro foi editado; em um mês saiu uma edição e oito reimpressões e em dois meses vendeu 80 mil exemplares: é o primeiro livro meu que tem um sucesso grande assim, mas o sucesso não é tanto pelo livro, é porque o cara para escrevê-lo, estava com câncer, câncer dá muito prestígio, fugiu da UTI... (risos). Então tudo isto teve um efeito bom porque afinal eu consegui coroar a minha obra.

Desde 64 que eu estou trabalhando nisso e a essa série eu chamo “Estudos de Antropologia da Civilização”. Mas além disso há a minha obra de etnologia indígena, que é uma obra copiosa, há os livros que eu publiquei sobre religião, mitologia, arte indígena, e que constituem um capítulo que eu não posso jogar fora, não posso desprezar. Mas o importante mesmo quanto a índio é *O Índio e a Civilização* em que eu trato do destino dos índios, em que eu trato os índios como uma gente humana, como populações humanas que sofreram um terrível drama e em que analiso e teorizo.

Quanto ao *Povo Brasileiro*, esse livro acabou por fazer parte dos meus estudos de antropologia da civilização. Para mim seria uma frustração tremenda se eu morresse sem escrevê-lo. Agora, até que eu estou livre para morrer.

*Nem tanto: os jornais noticiam que o senhor está escrevendo um novo livro!*

DARCY RIBEIRO: É verdade. Enquanto isso não acontece, estou fazendo uma coisa que está me dando muito prazer. Eu fiz uma pesquisa de dois anos nos anos 50 entre os índios Urubu-Kaapor, que ficam no rio Gurupi, que é fronteira entre o Maranhão e o Pará. É a segunda tribo à qual me dediquei totalmente, porque

eram os índios mais próximos dos Tupinambá que viviam na costa em 1500.

Mas, em 500 anos, a língua deles mudou, os hábitos deles mudaram e eles são outros, mas são outros muito próximos, os mais próximos. Então se pode estudar os Tupinambá, como o Florestan Fernandes estudou, por exemplo, com base na documentação dos cronistas, de 1500 a 1600, que descreveram os Tupinambá. Florestan fez uma obra extraordinária, seu livro *Organização Social dos Tupinambá*, foi feito como uma tese funcionalista com base na documentação dos cronistas.

Eu me treinei para outra coisa: para ir ler na realidade. Então, fui procurar uma tribo, a mais próxima dos Tupinambá para estudar o que eram as populações indígenas brasileiras. Então, fiz duas grandes expedições entre esses índios. E em todas as minhas expedições, eu fazia sempre diários. Tenho diários que estão em umas 800 páginas datilografadas que são os diários das duas grandes expedições que eu fiz em 49 e 50/51, entre os índios Urubu-Kaapor. Eu sempre pensei que ia ter tempo, em algum momento, de me dedicar intelectualmente a esse material, mas quando acabou isso começou a minha vida de ministro, de ser político, de fazer a revolução brasileira, de ir para o exílio, de fazer uma teoria do Brasil, uma teoria do mundo. Mas a minha idéia, até há algum tempo atrás era a de que eu ia subsumir daquelas 800 páginas de diário, a sua religião, a sua mitologia, a sua economia, a sua arte, para publicar mais uma monografia. Mas de repente, *caí em mim*, de que isso é uma loucura, uma bobagem, porque não é verdade, não há uma ideologia sem uma religião, sem uma economia, sem uma arte: está tudo misturado. Por isso tudo, é muito mais verdadeiro o meu diário, então eu tomei a decisão de refazer o diário, e estou terminando agora.

Esse diário é uma espécie de convite: venha leitor, venha andar comigo mil quilômetros, aldeia por aldeia, vamos visitar cem aldeias, conhecer as pessoas que estão lá, o que elas estão fazendo, se tem um batizado, como é que batizam, se tem um casamento, como é que casam. Venha comigo ver! Então na reali-

dade, eu creio que vou dar um livro ao leitor, mais legível, porque é um livro em que, dia-a-dia, eu descrevo a minha vivência com os índios, tem coisa como essa, por exemplo, que causava muita impressão, entre os militares: quando eu estava preso, contar que havia realizado uma marcha de 700 quilômetros impressionava muito, porque para qualquer milico, andar cem quilômetros é muito, e eu tinha andado, com meus pés, 700 quilômetros, numa dessas expedições, a pé, na floresta. Isso era extraordinário.

O leitor tem a possibilidade de me acompanhar e de ter uma aventura espiritual. É claro que uma das coisas bonitas e estranhas é que a metodologia é toda contraditória, uma hora eles me contam uma coisa, outra vez me contam outra, e mais outra versão; e se eu fosse fazer um livro na forma de uma monografia, eu ia subsumir daquilo o que decidisse que era a verdade; e, para os índios nada daquilo é verdade, porque tudo é verdade. Então é muito mais verdadeira essa exposição larga, ampla, do que eu vi em cada aldeia. E é muito engraçado porque o negócio já está tendo êxito. Depois que o meu editor viu uma entrevista que dei num jornal, onde afirmei que ainda não tinha decidido quem vai editar, mas que há uma proposta francesa e há uma no Brasil, ele me telefonou e disse: "mas Darcy eu mandei para você o contrato, eu quero o livro". Você vê, é raro você ter um livro que o editor já está brigando, antes dele ser feito. E eu estou dedicado a isso. E é muito bom, porque é tão bom como escrever um romance.

*O senhor não falou ainda de seus romances. Como é essa sua faceta de romancista?*

DARCY RIBEIRO: Romances. Não vou dar muitos detalhes sobre isso, mas digamos, quando eu estava escrevendo *O Processo Civilizatório*, eu fiquei meio doido. Eu trabalhava tanto, dia e noite, que eu entrei em paranóia. Eu lia uma página três vezes, mas não entendia nada. Fui procurar um médico, porque eu achei que estava louco. O médico, um uruguaio paciente, me ouviu uma vez, me fez ir lá outra

vez, e me disse: “olha professor, o senhor tem que sair dessa, o senhor tem que descansar um pouco, tirar essa preocupação da cabeça”.

E eu estava tão doido, que fui passar quinze dias fora para descansar, quinze ou vinte dias. Fui para um hotel de verão no inverno, então o hotel não tinha nenhum conforto, não tinha ninguém lá naquela época do ano. Havia uma senhora italiana que me alugou um quarto. Eu cheguei lá e ficava lendo o dia inteiro, lendo, lendo, lendo, e ela, no segundo dia me disse: “o senhor veio para descansar e fica só lendo aí. E olha, eu preparei para o senhor esse vinho”. Ela pegou um litro de vinho e colocou na lareira, o vinho estava quase fervendo, pôs na mesa do almoço e disse: “olha, é para o senhor beber quando o senhor quiser, esse vinho é nosso, fazemos aqui mesmo, mas é bebível”. E eu bati aquele litro de vinho. No estado em que eu estava, tomar um litro de vinho, me deixou loucão. Mas aí eu percebi uma coisa: eu tinha uma espécie de polvo na minha cabeça e pensei que a única forma de me livrar desse polvo era por outro. Então eu disse: “eu vou escrever um romance”.

Passé a fazer um esforço enorme para escrever um romance e tive a idéia de *Maíra*. Era a idéia de um livro em que eu tomava uma história real, que é a história de Aipobureu, que é um índio Bororo que foi para Roma. O fruto, o produto nobre de dezenas de anos de trabalho dos salesianos, era aquele menino índio que eles estavam convertendo ao sacerdócio, e ele passou uns anos em Roma se preparando. Em Roma ele ficava duvidando se podia ser sacerdote ou não, e em sua volta vive o drama de, não conseguindo ser sacerdote, não consegue ser índio também. Então essa história, com muito mais coisa, é o que veio a ser *Maíra*. E eu fiquei quinze dias lá escrevendo, fiz todo esquema de *Maíra*, esquema que eu nem usei depois. Mas o que é incrível, é que quando acabei de fazer o esquema, eu estava curado. Voltei para casa, descansado, e três meses depois *O Processo Civilizatório* estava pronto. Ou seja, não é fazendo nada que você descansa, mas fazendo outra coisa. E no trabalho intelectual, se você deixa um por outro, isso

te descansa completamente, e eu não parei um dia de trabalhar com a cabeça.

Depois, quando eu voltei para o Brasil, fui preso por nove meses e passei uns dias preso num lugar horrível. Primeiro me puseram preso, para me humilhar, numa prisão de soldados. Mas milico tem juízo, não persegue muito quem foi poderoso, porque pode voltar a ser. Então acabaram me tirando daquela prisão em que a privada era um nojo, e me levaram para um lugar melhorzinho que eles tinham, que era o Clube dos Cabos. Os cabos tinham uma área muito grande, com muita mesa de pingue-pongue, que era para eles se divertirem, e tinha um quatinho fechado e bem ventilado, onde me puseram, na véspera do Natal. E eu passei risco de vida ali, porque a porta ficava fechada, mas tinha só meia parede, então de vez em quando voava garrafa de coca-cola que os soldados jogavam para mim, e eu vivia com medo, pedaços de bolo que vinham da mesa de Natal.

Naquele lugar, eu pedi papel e escrevi um outro esquema de *Maíra*. Depois escrevi mais outro, até que cheguei a versão final do livro que eu escrevi no exílio do Peru onde eu já disse que, enquanto escrevia o livro, estava vivendo com os índios. Fui compondo o livro até ter a forma que tem.

O livro me surpreendeu, primeiro, porque eu não tinha nenhuma intenção de fazer isso, mas um tema profundo do livro é a morte de Deus, o deus dos índios vai morrer, está morrendo, porque o mundo não tem remédio; aquele mundo deles, o que era original, está morrendo. Há um capítulo em que o próprio deus diz: “que deus sou eu, o que está acontecendo, se o meu povo desapareceu, quem é que vai me adorar?”. Então, o tema profundo é esse sentimento que me afeta, do mundo indígena estar se descaracterizando. Eles vão continuar existindo, existe mais índio hoje do que ontem, vai haver mais índio amanhã do que hoje, mas eles serão outros, serão índios, mas mudam como tudo muda. Outra descoberta que eu fiz, é que, sem querer o livro tinha a estrutura da missa católica, que é a morte de Deus também. Então, quando eu descobri que ele tinha a

estrutura da missa eu o dividi em capítulos como os capítulos da missa católica. E o livro se escreveu a si mesmo.

E tem um livro que para mim foi uma aventura de aprender o caminho da literatura. A primeira coisa que eu fiz na minha vida foi, aos vinte anos, escrever um romance. Eu era estudante de medicina, e tomava bomba todo ano, era reprovado todo ano e pensava seriamente em me suicidar. Agora, eu estudava medicina, não ia à faculdade, e escrevi um livro de trezentas páginas. Nenhum estudante de medicina escreve um livro de trezentas páginas. Se escreve, tem que tomar bomba. Então, a primeira coisa que eu fiz na vida foi esse romance, que eu ainda tenho uma cópia dele, felizmente não foi publicado. Mas eu tinha um grande interesse nisso, depois fui estudar antropologia, depois fui estudar os índios. Havia tanta seiva na vida indígena, os índios me refizeram, e me transformaram em um intelectual atípico.

Eu retomei o interesse por literatura, no exílio, primeiro, para descansar, e depois, no Peru. No Peru eu estive um período muito grande. A minha ida para o Peru foi, ao mesmo tempo, um equívoco e um acerto. Eu era assessor do Salvador Allende [*sic*], não via nenhuma possibilidade do Brasil chegar ao socialismo, ou fazer uma reforma eleitoralmente. Um erro, você vê agora, nas duas últimas eleições, a votação principal foi para a esquerda, e se o PDT e o PT estivessem unidos, com um projeto próprio, poderiam ter ganho. Quer dizer, há essa possibilidade no Brasil, mas eu não via. Quando eu fui convidado pelo Carlos Delgado, um intelectual peruano, para ir para o Peru, eu conversei com o presidente. Ele me disse que eu vinha para ajudar a pensar a revolução peruana, e eles estavam fazendo uma profunda reforma agrária, a mais profunda que houve na América Latina, tentando mudar as coisas, mudar a imprensa, mudar tudo. E eu me interessei muito por aquilo. Mas eu fui vendo, custei a compreender, que havia um trauma dos militares contra os intelectuais como Carlos, como Panchito, e como outros que estavam entregando os dados a um brasileiro, para ele estudar a revolu-

ção. Isso era uma coisa humilhante para eles. E alguns milicos não aceitavam isso.

Mas eu estava interessado nisso e preparei todo um sistema para colocar o Peru no que eu chamava de "socialismo cibernético" que era o seguinte: eu preparei tudo para que, se os peruanos me dessem os dados que tinham sobre o Peru, eu colocaria no computador um Peru artificial, um Peru computacional, com o número de mulheres que tinha, o número de crianças, velhos, escolas, todo Peru lá dentro, de forma que eu pudesse mover esse Peru para a frente, para ver vegetativamente o que aconteceria com ele dentro de dez, vinte anos.

Mas se sabe que qualquer previsão vegetativa não dá certo, nunca deu certo. O que nós queríamos fazer era uma coisa sacana: era saber o que o Peru precisava para se tornar, dentro de vinte anos, o que a Argentina era em 1950. Nós decidimos acoplar os dados da Argentina aos dados peruanos e descobrir que etapas seriam necessárias para que o povo peruano chegasse às mesmas condições da Argentina. Era isso que eu queria fazer e a idéia básica disso tudo era o seguinte: um socialismo não é só uma teoria filosófica, é uma possibilidade de reordenar a vida para que a vida seja mais confortável para mais gente, e o computador permitia fazer isso. Mas os putos dos peruanos nunca me deram os dados, ficaram me enrolando. Como tenho uma capacidade de trabalho intelectual muito grande, eu preparei tudo durante uns meses, estava animado e com uma equipe muito boa. Mas na hora de entregarem os dados, me enrolavam e não me deram nada.

Mesmo assim, o Peru foi bom porque eu tive bastante tempo lá para usar a cabeça no que eu queria. Tive tempo para escrever *Maira*, horas e horas, porque toda minha potencialidade intelectual estava desocupada. Então eu escrevi um romance longo. Depois, como eu gostei dessa experiência, ainda no Peru, eu escrevi praticamente todo um outro livro que é *O Mulo*, ali eu conto as minhas memórias de até os 17 anos com a minha família. E eu estou impregnado de memórias da minha gente. É uma gente bruta, e o livro é uma espécie de romance social ao contrário. Em lugar de fazer como Jorge Amado, mostrar que o povo é

bonito, e que o povo vai fazer a revolução, eu entro na cabeça de um senhor da classe dominante, que descreve o povo com todo aquele preconceito, que era a minha gente. O livro é uma maravilha. Publicaram páginas inteiras no *O Globo* contra mim, dizendo que tudo que estava escrito era o que o Darcy pensa (risos).

Outro livro meu é *Migo*. Eu passei seis meses em Minas por alguma razão específica. Tive folga lá e decidi escrever um livro engraçado. A primeira parte do livro é minha história infantil. Mas depois é o seguinte, eu imagino como seria se eu tivesse ficado na província, em Minas, e fosse um intelectual mineiro, um intelectual provinciano, mineiro, com muita inveja dos que estão no Rio de Janeiro, de um Darcy Ribeiro, por exemplo. É um livro que tem como um de seus temas, a palavra, o poder da palavra, o poder incrível que a palavra dá ao homem. E o livro é uma brincadeira com isso, porque o personagem principal, de vez em quando ele diz, isso é conversa do Darcy, besteira, nunca se passou isso comigo, e o Darcy fala mal dele também. E eu inventei um personagem que é o diabo. É uma maravilha o tal do diabo, porque ele lê a história de cada personagem que está no romance, e ele vê a verdade do personagem. Esse livro, eu pensei que ia ter um grande êxito em Minas, que todo mundo ia adorar o livro, porque é um livro do meu furor patriótico mineiro. Mas o êxito foi pequeno.

Outro romance é *Utopia Selvagem*, um livro pequenininho, que é muito engraçado, porque o livro é sobre um negro que cai numa tribo de amazonas. Todo dia ele come uma e depois morre de medo porque ele pensa: "qual-

quer dia chegam os homens dessas donas, e eles vão acabar comigo". Mas depois ele descobre que não tem homem nenhum, porque elas comem os seus homens, quando já não querem mais, e que ele vai ser comido. Então o negro que está lá fica apavorado. Esse livro é uma sátira da América Latina, e o fato é que no Brasil tem várias edições, todo mundo riu muito, gostou do livro. Inclusive os alemães pegaram e fizeram 160 notas de pé de página, para mostrar que o livro é eruditíssimo, porque cada frase é de um autor tal. Deram cursos na Alemanha e também no México sobre este livro.

Há, ainda, um outro livro: é *Uirá*, que conta uma história verdadeira, e foi feito um filme sobre esse livro. É um texto de umas quarenta páginas com a reconstituição da vida de um índio que sai à procura de deus. Pronto, aí vocês têm o Darcy completo.

Quando eu escrevi o meu romance *Maíra*, naquelas mil horas, ou naqueles mil dias em que eu estive escrevendo *Maíra*, eu não estava exilado, porque *Maíra* me devolvia a minha vida entre os índios. E agora muito mais com esse diário eu me recupero. Tem aqueles retratos todos, daquela época. São cem fotografias selecionadas que eu fico olhando para elas, de duas mil, que eu tenho. Então, eu me vejo com trinta anos, cheio de calor humano, convivendo com aquela gente. E me dá um sentimento de estar revivendo aqueles dias. Nunca escrevi uma coisa tão gratificante como esses diários. Eu vou chamar o livro provavelmente de "Diários Índios". E isso é o que eu estou fazendo agora.

(Recebido para publicação  
em dezembro de 1997)

## Resumo

### *Depoimento de Darcy Ribeiro*

O antropólogo e político brasileiro, que faleceu em 17 de fevereiro de 1997, fala sobre sua trajetória intelectual.

## Abstract

### *An Interview with Darcy Ribeiro*

The Brazilian anthropologist and statesman, who passed away on February 17, 1997, talks about his intellectual trajectory.

## Um Pedaco de Nossa História: Historiografia da Antropologia Brasileira

*Christina de Rezende Rubim*

“O campo intelectual brasileiro é bem mais complexo do que se poderia supor a partir de visões parciais, compostas de imagens isoladas que se insinuam pelo relevo atribuído em apologias. É, sobretudo, o desvendamento das relações que atores e autores do campo intelectual mantêm com as instâncias do poder, com as instituições do mundo acadêmico, com o mercado de trabalho e editorial, que torna possível a apreensão dos significados mais profundos” (Luiz de Castro Faria, 1993, p. 5).

### Introdução

O objetivo deste artigo é fazer um mapeamento das publicações sobre a história da Antropologia no Brasil. Não pretendo com isso esgotar o assunto ou os textos citados, como também não é minha intenção discorrer apenas sobre aqueles textos que explicitamente tratam do tema em questão. Na verdade, a intenção foi fazer uma seleção de textos — da história da disciplina, sobre o pensamento antropológico e daqueles que tratam do perfil e situação dos programas de pós-graduação — que pudessem nos orientar no sentido de perceber como se tem construído, teoricamente e na prática, a Antropologia entre nós. Mesmo porque, no momento em que fazemos a seleção de algumas publicações em detrimento de outras, estamos priorizando um determinado recorte da realidade histórica, empobrecendo-a necessariamente.

Neste texto, pois, faço o caminho dos demais autores que escreveram sobre a Antropologia no Brasil; ou seja, o recorte escolhido é também o da cronologia, o das temáticas desenvolvidas e o das instituições em que atuamos.

O recorte é também o do pensamento antropológico, poderíamos dizer, moderno, isto é, aquele que se construiu a partir da institucionalização dos programas de pós-gradua-

ção em Antropologia Social no Brasil, embora já se encontrasse presente, anteriormente a este período, nas preocupações de um grupo de intelectuais que se autodefiniam como profissionais da área de Antropologia. A proposta mais objetiva é seguir caminhando através dos autores escolhidos, pontuando algumas questões e problemáticas presentes em seus textos, sem contudo aprofundá-las.

### Momentos que Antecederam a Profissionalização do Antropólogo através dos Programas de Pós-Graduação

Na primeira Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em novembro de 1953, havia já uma preocupação com o fazer antropológico no Brasil, com o ensino universitário na área, a institucionalização da disciplina na academia, bem como com os seus limites e possibilidades ante uma realidade específica. Na ocasião, foi apresentada pelo professor Egon Schaden uma comunicação sobre a Antropologia institucionalizada, que na época se restringia quase que somente ao ensino universitário de graduação.

Os textos com os quais começo este roteiro são significativos na compreensão da Antropologia brasileira no período anterior à im-

plantação dos programas de pós-graduação, no final da década de 60. São eles: “Problemas do Ensino da Antropologia”, a referida comunicação de Egon Schaden (1954), publicada depois na *Revista de Antropologia*; “Possibilidades de Exercício de Atividades Docentes, de Pesquisa e Técnico-Profissional por Antropólogos no Brasil”, de Mário Wagner Vieira da Cunha (1955), outra comunicação apresentada naquela reunião e publicada na mesma revista; “O Ensino da Antropologia no Brasil”, de Eunice Ribeiro Durham e Ruth Corrêa Leite Cardoso (1961), também publicado na *Revista de Antropologia*, e as observações de Roberto Cardoso de Oliveira e Egon Schaden apresentadas à Reunión para la Integración de la Enseñanza, em 1967, e publicadas no *Anuário Indigenista* sob os títulos “Brasil 1” (Cardoso de Oliveira, 1967) e “Brasil 2” (Schaden, 1967), respectivamente.

Apesar de tratarem das condições e da qualidade do ensino de Antropologia no Brasil na época, a preocupação maior que transparece nestes textos é com a formação do profissional em Antropologia, tanto no que diz respeito ao ensino quanto à formação dos pesquisadores, ou seja, os objetivos que mais tarde serão encampados pelos programas de pós-graduação. O que mais sobressai nos textos, quando comparados àqueles escritos no período da pós-graduação, é a concepção da Antropologia como uma ciência abrangente e múltipla, que trata dos problemas biológicos e culturais relativos ao homem e que, necessariamente, inclui especialidades como a Arqueologia, a Antropologia Física, a Lingüística, a Antropologia Cultural, Etnografia brasileira.

Os anos 50 foram um período de confirmação e proliferação do ensino superior brasileiro. Várias instituições de ensino foram criadas por todo o território nacional e logo começou-se a sentir a influência de uma geração de intelectuais formados no país. A ciência e a tecnologia tornaram-se, por analogia com o que vinha acontecendo nos Estados Unidos, prioridades governamentais. No campo das ciências sociais, foi o período de criação de entidades profissionais como a Associação

Brasileira de Antropologia (ABA) e a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

A década de 60 é, sem dúvida, significativa na compreensão dos rumos tomados pela Antropologia no Brasil. Foi um momento de “escolhas”, quando a ênfase nos aspectos sociais do homem foi se firmando, respaldada pela conjuntura sociopolítica da época. Na verdade, este foi um período de grande transformação do ensino como um todo, e que confirmou a necessidade de profissionalização do antropólogo no país. A Antropologia Cultural/Social<sup>1</sup> começou a se afirmar e foram sendo criadas as condições necessárias para a formação do profissional em Antropologia, que viria a se consolidar na década seguinte.

O texto de Egon Schaden de 1954 discute algumas questões que faziam parte das preocupações dos antropólogos de então e que, resguardadas as particularidades da época em que foi escrito, continuam atuais no pensamento antropológico contemporâneo e fundamentais para a compreensão do que é a Antropologia brasileira. Schaden parte do suposto de que a disciplina possui uma identidade própria no campo mais geral das ciências sociais; mesmo sem contar com a unidade de seu objeto de estudo, guarda a sua singularidade na perspectiva de análise utilizada e na forma especial de se aproximar da realidade. Segundo ele, as escolas teóricas antropológicas<sup>2</sup> conviviam criativamente entre si, não existindo uma “teoria antropológica brasileira” — o que seria contraditório com o espírito da Antropologia “[...] de explicar o lugar do homem na natureza ou, em outros termos, a compreensão científica da natureza humana” (Schaden, 1954, p. 3). Colocando-se contrário a qualquer nacionalismo<sup>3</sup> científico, o autor, no entanto, não deixa de considerar a riqueza empírica e singular proporcionada pelo nosso país na compreensão da Antropologia.

O objetivo principal de “Problemas do Ensino da Antropologia” é discutir a situação da Antropologia no Brasil na época, que, como vimos, não fugia muito do ensino da disciplina na graduação e tinha como objetivos: (a) formar estudantes de História, Geografia e Ciências So-

ciais; (b) formar professores universitários de Antropologia; (c) formar pesquisadores; (d) formar técnicos na solução de problemas práticos. Egon Schaden reconhece que existem limites nesta formação e propõe a criação de alternativas que venham a romper com o que denomina de semidiletantismo.

Mesmo deixando clara a necessidade de complementaridade entre ensino e pesquisa, o autor faz uma diferenciação entre a Antropologia acadêmica e o que chama de Antropologia aplicada, entre a qualificação do antropólogo e a do professor de Antropologia. O ensino, diz ele, “[...] deve ultrapassar a transmissão de conhecimentos e técnicas de investigação”, dando uma visão global dos fenômenos humanos, devendo-se contar com a participação dos alunos em pesquisas de Antropologia Física e Cultural. Importante notar que, ao se referir à transmissão dos conhecimentos antropológicos na universidade, Egon Schaden rejeita qualquer tipo de especialização. No seu entender, o professor, ao contrário do pesquisador, deve ter a Antropologia como objeto de estudo. O antropólogo como profissional, no entanto, deveria se concentrar nas pesquisas de campo mais restritas, formando especialistas nas diferentes áreas da Antropologia, pois a época dos pesquisadores de formação eclética, como Boas e Kroeber, já havia terminado:

“O antropólogo de hoje precisa concentrar-se no estudo de campos mais restritos, de determinada tribo indígena, deste ou daquele aspecto da aculturação de imigrantes europeus ou asiáticos, de certos fatos biológicos do cruzamento racial” (Schaden, 1954, p. 8).

De um modo geral, o texto do professor Schaden é representativo dos problemas do ensino e da pesquisa em Antropologia no Brasil, colocando desde então objetivos que mais tarde se consolidariam nos atuais programas de pós-graduação e que hoje ainda se encontram presentes em nossas discussões:

“Como quer que seja, diante da riqueza de assuntos de investigação, seria imperdoável conferir diploma de especialista em Antropologia a quem não tenha escrito dissertação ou monografia, baseada, se possível, em material inédito, e colhido

pelo próprio candidato. Formar antropólogos é, antes de mais nada, formar pesquisadores capazes” (Schaden, 1954, p. 9).

A comunicação de Mário Wagner Vieira da Cunha, também apresentada na reunião de 1953, segue com a discussão da profissionalização do antropólogo. A questão central do texto é responder à pergunta:

“como pode o antropólogo ganhar a vida trabalhando como antropólogo. Por outras palavras, vamos considerar, como é aliás o tema proposto, as oportunidades de atividade docente, de pesquisa ou técnico-profissional do antropólogo. E, como essas atividades não nos parecem muitas e precisam, no interesse da própria ciência, ser desenvolvidas, vamos antes nos referir às suas possibilidades de expansão” (Vieira da Cunha, 1955, p. 105).

Vieira da Cunha, então diretor do Instituto de Administração da USP, reconhece que, considerando a situação da época, quando a atividade docente se restringia às Faculdades de Filosofia e à Escola de Sociologia e Política, não se devia fragmentar a Antropologia nas suas diferentes especialidades, sendo esta uma necessidade apenas da pós-graduação. Como Schaden, o autor concorda que, para os objetivos docentes de então — a complementação dos cursos de História, Geografia e Ciências Sociais —, a Antropologia devia ser lecionada como um todo, o que não é fácil quando se trata de um mesmo indivíduo. A atividade docente, para Vieira da Cunha, não deveria no entanto se restringir às faculdades, devendo ser ampliada aos serviços públicos,<sup>4</sup> museus, empresas e ao Exército.<sup>5</sup>

Para o autor, a questão central neste debate é que o antropólogo deveria obrigatoriamente ser formado como cientista, até mesmo para o exercício da atividade docente, do contrário não poderia considerar-se um profissional da área:

“Ele será bom docente na medida em que seja bom antropólogo. E bom antropólogo é quem recebeu treinamento de cientista nesta disciplina, ainda que venha a ser administrador de museu, professor ou técnico, dentro da especialidade” (Vieira da Cunha, 1955, p. 107).

E continua o texto afirmando que a pesquisa ainda estava longe de ser feita na universidade, pois esta ainda era pensada como uma instituição exclusivamente docente. Reconhece, portanto, que quando se falava em pesquisa, o pensamento remetia às instituições que foram criadas para este fim exclusivo e que eram anteriores ao ensino superior no Brasil. E isto era ainda mais claro quando se tratava da pesquisa antropológica no país. Propõe, então, que esforços sejam feitos para que os docentes façam pesquisas, pois estas não poderiam ser concebidas separadas dos conteúdos teóricos das aulas. Era necessário, segundo Vieira da Cunha, aproximar os institutos de pesquisa das universidades, encontro que seria benéfico para ambos, e que só seria possível com uma mudança na estrutura do ensino universitário. Neste momento, o autor aborda uma questão central na profissionalização da Antropologia em nosso país: a necessidade de se contar com bolsas de pós-graduação. De resto, afirma que uma procura maior pela profissão só seria possível com o desenvolvimento de aptidões científicas individuais.

Na visão do autor, o que caracterizava o profissional em Antropologia eram as atividades técnicas e consultivas, isto é, a aplicação desta especialidade na solução de problemas práticos do dia-a-dia:

“[...] a antropometria, a dendrocronologia, a técnica de ‘split-line’ para o estudo do crescimento dos ossos, a técnica de Cook e Treganza para a determinação dos períodos de ocupação dos sítios arqueológicos, as técnicas de análise das línguas não-indo-européias, mostram de que valor pode ser a transferência de técnicas desenvolvidas pelos antropólogos. Este exemplo também nos leva a compreender como se abririam, de modo duradouro, campos novos de atividade para os antropólogos” (Vieira da Cunha, 1955, p. 110).

Vieira da Cunha acreditava que muitos antropólogos não reconheciam estas atividades como da profissão do antropólogo, e foi perspicaz ao perceber que se estava criando uma disputa entre o lado “aplicado” da Antropologia — representado por autores como Chapple, Lloyd Warner, entre outros — e o seu

lado humanístico — Kroeber e Redfield. Em se tratando da Antropologia feita no Brasil, esta disputa será fundamental, pois explica por que a profissionalização da disciplina, que se dá exclusivamente através da pós-graduação, é hoje quase que somente em Antropologia Social/Cultural.<sup>6</sup>

Os anos 50 fazem parte de uma época em que a ciência e a tecnologia se sobrepõem a todo tipo de conhecimento. Este foi um momento de redefinição dos objetivos nacionais, de substituição de importações, de abertura de nossa economia para o mercado externo, de alinhamento político ao bloco liderado pelos EUA. Na educação, já na década de 60 se abandonou o modelo francês de cátedras,<sup>7</sup> substituindo-o pelo modelo prático e democrático dos departamentos<sup>8</sup> norte-americanos.

Mas, a Antropologia brasileira parece ter seguido um caminho diferente daquele proposto por Vieira da Cunha (1955, p. 110). Optou pela ênfase nos aspectos sociais e, no entanto, é hoje um sucesso, que influencia, inclusive, as demais ciências sociais e humanas.

O texto de Eunice Durham e Ruth Cardoso, de 1961, nos mostra uma situação um pouco diferente da relatada por Vieira da Cunha e Egon Schaden. Apesar do pequeno número de especialistas, fica clara a preocupação das autoras com a proliferação dos cursos de Antropologia como complementação da formação em outras áreas como História, Geografia e Psicologia, o que para elas parece ser paradoxal. No entanto, elas concordam que o ensino da disciplina era ainda precário, não somente devido ao relativo isolamento das instituições educacionais da época, o que dificultava uma avaliação mais consistente da situação antropológica vivida no início dos anos 60, mas também devido ao não aparelhamento das bibliotecas existentes e ao objetivo dos cursos de graduação, que era a formação de professores para o ensino secundário. Neste sentido, estes cursos assumiam para as autoras um caráter “marginal” (Durham e Cardoso, 1961, p. 94), pois eram informativos e não formativos — no sentido citado por Schaden — na profissionalização do antropólogo.

Pela própria natureza da graduação em Ciências Sociais, que não tinha — como ainda hoje não tem — como objetivo formar especialistas em Antropologia, e, conseqüentemente, pelas poucas oportunidades de trabalho na área então existentes, não havia interesse por parte dos estudantes em investir nesta profissão que, conforme as autoras, era exercida principalmente por autodidatas (Durham e Cardoso, 1961, p. 97). Assim, elas apontavam para a necessidade de se criar um espaço de profissionalização, que ainda naquele início de década foi precariamente ocupado pelos cursos de especialização.

Na segunda parte do texto essa problemática é aprofundada, passando as autoras a discutir o ensino da disciplina em face da especificidade da Antropologia e da necessidade de superação do exotismo e das descrições puras e simples. A singularidade da perspectiva antropológica é, para elas, o que se deveria priorizar nos cursos introdutórios na graduação; a especialização e a profissionalização deveriam ficar a cargo da pós-graduação. Para as antropólogas, é neste espaço — a pós-graduação *lato sensu*, que tem como prioridade a formação do antropólogo como profissional, tanto na pesquisa como no ensino superior — que a experiência na pesquisa de campo, em equipe ou individualmente, assume importância vital. Neste momento de profissionalização, dizem as autoras, deve ser exigido tempo integral de alunos e professores, além da concessão de bolsas de estudo e do financiamento das pesquisas. Segundo elas, a importância de um programa que mostre o desenvolvimento histórico da Antropologia não se restringe apenas às informações cronológicas dos fatos significativos; ele deve mostrar também a formação do antropólogo e incentivar a compreensão da própria perspectiva científica da disciplina:

“[...] as aptidões necessárias a um bom profissional podem ser adquiridas no campo, pelo exercício destas mesmas aptidões, tal como no ensino médico, em que a prática do diagnóstico é que capacita o estudante a diagnosticar” (Durham e Cardoso, 1961, p. 103).

As preocupações das autoras se afastam

das de Schaden por não acharem legítima a preocupação intelectual somente quando pode ser imediatamente utilizada. Afirmam que esta perspectiva no Brasil é inviável por ser o mercado de trabalho muito restrito, e melhor seria “[...] construir uma atitude de curiosidade intelectual” (Durham e Cardoso, 1961, p. 101).

Ao contrário do texto escrito por Schaden em 1954, que é mais analítico e reflete a incipiência do ensino e da pesquisa em Antropologia no Brasil na época, e do texto de Durham e Cardoso de 1961, no qual percebemos que estão sendo preparadas as condições para a implantação da pós-graduação, os textos de Roberto Cardoso de Oliveira e Egon Schaden de 1967, apesar de descritivos da situação da Antropologia, refletem uma situação mais favorável à disciplina em nosso país. Havia, então, uma realidade amadurecida para a implantação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, uma certa estrutura básica na pesquisa e no ensino de alto nível e uma pequena experiência com os cursos de especialização ministrados por Roberto Cardoso de Oliveira no início dos anos 60. Como exemplo dessas condições básicas temos a criação da CAPES e do CNPq, na década anterior, da FAPESP, em 1961, e de várias universidades pelo país, como a maioria das federais, a UnB e as católicas. É importante notar que as instituições de ensino superior citadas nos textos de 1967 são, em grande parte, aquelas que continuam com o ensino e/ou a pesquisa em Antropologia até os dias atuais: UnB, UFPr, UFSC, UFRS, UFC, UFBa, USP, o Instituto Joaquim Nabuco, em Pernambuco, e os Museus Paraense Emílio Goeldi, Nacional e Paulista. A novidade na realidade contemporânea no campo antropológico é a Unicamp,<sup>9</sup> no interior paulista.

Os textos de 1967 limitam-se a fazer o levantamento das instituições que possuem o ensino e a pesquisa em Antropologia, de quantos professores estão integrados aos principais centros, e de quais as linhas de pesquisas mais desenvolvidas, e colocam a necessidade de se criar condições para que se façam traduções de textos clássicos. Em suma, têm como objetivo

mostrar a situação da Antropologia institucional mediante um inventário quantitativo e demonstrativo. Da leitura destes textos podemos concluir que havia, à época, um certo amadurecimento do ensino da Antropologia na graduação e que estavam dadas as condições infra-estruturais para a implantação dos programas de pós-graduação, o que de fato veio a ocorrer.

### A Década de 70 e o “Anthropological Blues”

A década de 70 foi o período de implantação e consolidação dos programas de pós-graduação. Os profissionais em Antropologia se afirmaram com a formação adquirida nas pós-graduações e com a excelência de suas pesquisas, assumindo um papel importante nas decisões sociais relativas aos seus objetos de estudo e, como queria Schaden em 1954, se especializando cada vez mais. Nas universidades, o pensamento antropológico começou a receber a influência do estruturalismo francês e da Antropologia britânica: etnociência, *decision-making*, drama social, ritos de passagem, representações sociais, são expressões quase que obrigatórias em todas as dissertações e teses defendidas no período. Foi uma época rica para a nossa disciplina em termos de produção acadêmica. A Antropologia se profissionalizou, as temáticas se diversificaram, o diálogo com o exterior se intensificou e as trocas de experiências internas se transformaram qualitativamente com o reaparecimento das entidades profissionais. A falta de liberdade na sociedade contrapunha-se ao fervilhamento de idéias e teorias que circulavam na academia, devido, principalmente, ao diálogo e às experiências trocadas com o exterior a partir dos vários estudantes que fizeram as suas especializações nos Estados Unidos, França e Inglaterra.

Se os estudos de comunidades, etnologia indígena e minorias étnicas marcaram o período anterior, nos anos 70, além da continuidade dos estudos indígenas, têm início as pesquisas em antropologia do campesinato, principalmente quando a perspectiva de análise era a do

marxismo, e diversificam-se as temáticas desenvolvidas. A Antropologia urbana se consolida e as temáticas sobre a sociedade nacional assumem a liderança dentre as demais. Financiamentos de órgãos internacionais, como as Fundações Ford e Fulbright, e de instituições nacionais de fomento à pesquisa foram significativos no desenvolvimento dessa produção.

O final da década de 70 marcou o início da autoconsciência da Antropologia brasileira, do pensamento crítico do que somos e do que fazemos. Foi um momento particularmente fértil, quando começou a existir um diálogo mais intenso entre os programas de pós-graduação. As discussões sobre a perspectiva antropológica, o relacionamento entre pesquisador e pesquisado e a qualidade desta relação intensificaram-se e refinaram-se numa direção muito saudável e criativa, ao mesmo tempo em que as questões metodológicas (Cardoso, 1986), um pouco esquecidas durante os anos 70, voltaram com um vigor que transparece na qualidade e na quantidade dos trabalhos produzidos no período.

Em 1977 foram criados a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), o Programa de Doutorado em Antropologia Social no Museu Nacional/UFRJ e o *Anuário Antropológico*, na Universidade de Brasília. Um pouco mais adiante, em 1981, foi a vez do doutorado da UnB e, em 1985, o da Unicamp.<sup>10</sup> Outros programas de pós-graduação começam a ser implantados neste final de década: UFRGS,<sup>11</sup> PUC-SP, UFPe.<sup>12</sup> A *Revista de Antropologia*, criada por Egon Schaden em 1953, e que em 1955 se transformou no órgão oficial da ABA, passou para a tutela do Departamento de Antropologia da USP, onde se encontra até hoje.

Em relação ao contexto mais amplo, este foi um momento extremamente fértil. A abertura política “lenta, gradual e segura” e a anistia, em 1979, criaram um clima de liberdade e agitação intelectual; os movimentos sociais<sup>13</sup> começaram a aparecer no cenário político nacional, novas idéias passaram a circular rapidamente e o diálogo interno e externo se intensificou e se acirrou. O interesse por novas

temáticas era visível, particularmente na Antropologia, onde começaram a ser produzidas pesquisas (Cardoso, 1986; Durham, 1986b) sobre aquela parcela da população que até então se encontrava marginalizada social e/ou politicamente: favelados, meninos de rua, operariado, violência etc. A Antropologia urbana se confirmava como linha de pesquisa fundamental no cenário da Antropologia nacional.

A década de 70 foi múltipla, podemos dizer assim, no que se refere à diversidade de linhas de pesquisa implementadas, ao aprofundamento das temáticas que vinham sendo desenvolvidas e, enfim, à busca de um caminho próprio à nossa realidade. No entanto, esta ênfase no fazer antropológico não foi acompanhada por uma discussão sobre este fazer (Cardoso, 1986; Durham, 1986b). Foi um momento de produção, de reconhecimento das temáticas que iriam se intensificar ou refluir na década seguinte.

Roberto Da Matta é um pioneiro do período<sup>14</sup> em relação ao repensar o fazer antropológico, autor de um texto que tem sido presença constante nos cursos de introdução à Antropologia: “O Ofício de Etnólogo, ou Como Ter ‘Anthropological Blues’”. O trabalho foi publicado numa coletânea exemplar nas ciências sociais brasileiras, organizada por Edson Nunes (1978), *A Aventura Sociológica — Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social*,<sup>15</sup> que na década seguinte vai servir de inspiração para um outro livro, do qual falaremos mais adiante.<sup>16</sup>

“O Ofício de Etnólogo, ou Como Ter ‘Anthropological Blues’” (Da Matta, 1978) foi apresentado originalmente em um simpósio sobre trabalho de campo na UnB e depois publicado em *Comunicações do PPGAS* (1974). O texto é interessante principalmente porque, dentre outros aspectos, entende a experiência do fazer antropológico como uma experiência iniciática<sup>17</sup> — a exemplo dos ritos de passagem tão em voga na época — que caracteriza e singulariza o próprio fazer/pensar da Antropologia. Ao discutir o trabalho de campo, o autor acaba tocando em questões metodológicas vitais relativas ao projeto da

Antropologia como ciência ocidental e à própria história da disciplina no Brasil. O descantamento de si mesmo, que o autor chama de movimento de estranhar o familiar e familiarizar-se com o estranho, proporcionado pela experiência prática do trabalho de campo, não seria uma mera etapa do pensamento antropológico, como uma leitura apressada do texto poderia fazer crer, mas uma consequência do pensamento dos clássicos na Antropologia.

Da Matta apresenta neste texto, num certo sentido, uma das questões precursoras do debate antropológico atual: a questão do inusitado da pesquisa, aquilo que o autor chama anedotário<sup>18</sup> e que habitualmente não aparecia nos textos — problemática que hoje parece ser valorizada, começando mesmo a ser a condição da singularidade antropológica. Portanto, o que existe de mais significativo no texto de Da Matta, o que o torna atual e obrigatório nos cursos de introdução à Antropologia, é o resgate da subjetividade do conhecimento científico na razão ocidental, o lado vivo e dinâmico da ciência como atividade humana.

A experiência do trabalho de campo não é entendida como voluntarismo, o fazer pelo fazer, mas como uma consequência do pensamento antropológico moderno. Ou seja, o trabalho de campo não é por si só o que caracteriza a Antropologia, mas uma consequência da razão antropológica que relativiza o viver, descentrando do pesquisador o referencial de toda verdade possível. A singularidade da Antropologia está neste pensar que não existe sem o fazer e neste fazer que é impossível sem o seu pensar. A totalidade que aprendemos e apreendemos quando somos socializados antropológicamente e quando educados dentro do pensamento antropológico clássico (Gilberto Velho, 1980) tornou-se sistematicamente consistente com a criação dos programas de pós-graduação. É este fundamento do pensamento antropológico que propicia o estar no campo de uma forma descentrada de si mesmo (familiarizar-se com o estranho) e o posicionamento crítico e questionador em relação ao mesmo, ao conhecido (estranhamento do familiar). São estas questões, hoje fundamentais na Antropo-

logia contemporânea, principalmente na chamada Antropologia interpretativa, que tornam atual este texto de Da Matta escrito em 1978.

O lado obscuro e anedótico que Da Matta se propõe a discutir no texto é a subjetividade inerente à vida humana, que o autor chama sugestivamente de “*anthropological blues*”. O “*anthropological blues*” tem uma familiaridade com a nossa cultura e com a busca de uma identidade própria aos brasileiros e ao país. Tem a ver com a nossa história, com a história de nossa disciplina e com o formato que a Antropologia assume entre nós. Com o seu peso e o seu lugar entre as ciências sociais e com a respeitabilidade e relevância alcançadas por este saber em nosso país.<sup>19</sup>

É interessante perceber que o texto de Da Matta inicia uma discussão que só vai ser aprofundada no Brasil nas décadas de 80-90, com a influência da Antropologia interpretativa norte-americana. Da Matta, inclusive, recorre, em sua argumentação, a autores que mais tarde se tornariam clássicos no assunto. Ou seja, ao mesmo tempo em que se produzia uma Antropologia interpretativa nos EUA, nós por aqui também, de forma um tanto quanto isolada, estávamos discutindo as mesmas questões;<sup>20</sup> as idéias não são simplesmente transportadas mecanicamente dos chamados países centrais para os periféricos. Tínhamos condições teóricas e práticas para levar adiante esta problemática, e talvez por isto a hermenêutica tenha adquirido tamanha importância entre nós na década seguinte.

Com este texto, Da Matta nos ensina muito sobre a nossa própria história antropológica;<sup>21</sup> talvez pela primeira vez nos tenham sido mostrados os bastidores do trabalho de campo, ficando explícitas as dificuldades bem nossas<sup>22</sup> de “estar ali”. O exótico, que hoje é criticado em nossa disciplina (Peirano, 1994), não é importante por si só, pelo preconceito que essa percepção acarreta, mas pelo inusitado que nos faz perceber a diferença e desenvolver todo um pensamento social e histórico a partir do significado da compreensão desse estar no mundo.

“O Ofício de Etnólogo...” é um texto ao

mesmo tempo introdutório e denso, pois levanta questões significativas — apesar de não aprofundá-las — para a crítica antropológica. Ao relê-lo sempre consigo perceber coisas novas no seu conteúdo. A questão da subjetividade do pesquisador é também central no texto,<sup>23</sup> pois além das questões colocadas acima, nos remete às vivências de cada um de nós como seres no mundo, à história de vida do pesquisador que, juntamente com a socialização no ofício, tornará possível o salto de qualidade em direção a um conhecimento criativo e significativo e que vai dar um contorno singular ao pensamento antropológico, distinguindo a disciplina, em última instância, das demais ciências sociais. Em nossa formação este aspecto não é escamoteado mas, ao contrário, valorizado, mesmo que não explicitamente, tornando-se fundamental na construção do objeto e, portanto, do conhecimento também; é o que de mais singular existe na Antropologia como ciência,<sup>24</sup> seja ela entendida como moderna ou pós-moderna.

[...] enquanto o plano teórico-intelectual é medido pela competência acadêmica e o plano prático pela perturbação de uma realidade que vai se tornando cada vez mais imediata, o plano existencial da pesquisa em Etnologia fala mais das lições que devo extrair do meu próprio caso. É por causa disso que eu a considero como essencialmente globalizadora e integradora: ela deve sintetizar a biografia com a teoria, e a prática do mundo com a do ofício” (Da Matta, 1978, p. 25).

O que o texto de Da Matta nos sugere é que trabalho de campo em si mesmo não singulariza a Antropologia. Existe uma cumplicidade especial entre pesquisa e pensamento antropológico; eles se complementam mutuamente. A superação do etnocentrismo, o relativismo cultural, a percepção de que olhamos os outros através de nossas próprias lentes (Laplantine, 1988), de que existem outras verdades além das nossas, enfim, o pensamento antropológico é que guia e treina a sensibilidade de cada um de nós na prática do trabalho de campo. Partimos sempre deste confronto, do diálogo entre o eu e o outro, e somos formados dentro deste pensamento. É este aspecto que

caracteriza a Antropologia, que parte de um referencial plural, ao contrário do que acontece com as demais ciências sociais. Daí o pensamento antropológico ter mais sucesso no mundo atual, em nossa sociedade ocidental plural e complexa, onde ele se adequa mais à realidade. Na Antropologia, mais do que em qualquer outra ciência social, o trabalho de campo transforma a proposta de pesquisa inicial, uma vez que o próprio pesquisador se transforma neste processo. Não existe em nossa disciplina o receio, imposto pelo método, de transformação dos planos iniciais da pesquisa ou de mudança da metodologia empregada. Este processo é inerente ao pensamento antropológico, que possui na sua tradição a concepção da diferença, da pluralidade e da relatividade.

### A Nova Geração

Na década de 80, começa-se a perceber que, para produzir conhecimento criativo e significativo, não basta fazer ciência; é também necessário que se pense e se questione sobre o que fazemos, como fazemos e para que fazemos. Em outras palavras, a criatividade científica é consequência de um movimento em torno da própria ciência e que só é possível com o questionamento de nossas certezas. Nesta concepção, a história da ciência não é mera coadjuvante da produção do conhecimento, mas constitutiva da própria criação significativa em si mesma. Ou seja, não basta somente fazer: temos de olhar para o que se faz e aprender com este fazer.

Este período nos presenteia com uma nova geração de profissionais que, hoje, é responsável pela formação de toda uma geração de antropólogos, influenciando em suas escolhas e na delimitação do campo de atuação da Antropologia contemporânea. Dois exemplos são os das professoras Mariza Peirano e Mariza Corrêa.

Mariza Peirano, após uma incursão pela Arquitetura, fez parte da primeira turma de mestrado em Antropologia Social da UnB (1972), tendo sido a segunda a se diplomar,<sup>25</sup> no ano de 1975. Doutorou-se em 1981 em Harvard com a tese *The Anthropology of Anthro-*

*pology: The Brazilian Case*, sob a orientação de David Maybury-Lewis. Mariza Corrêa, formada em jornalismo, fez parte também da primeira turma de mestrado da Unicamp, tendo sido a primeira a defender tese em Antropologia, no mesmo ano de 1975. Em 1982 doutorou-se pela USP, sob a orientação da professora Ruth Cardoso, com a tese *As Ilusões da Liberdade — A Escola Nina Rodrigues & a Antropologia no Brasil*.

As teses de doutorado das duas professoras vêm influenciando significativamente a história de nossa disciplina no Brasil, pois iniciam uma discussão mais sistematizada e consistente sobre o pensamento e a pesquisa em Antropologia brasileira e que será a marca da virada dos anos 80-90.

As duas pesquisas se aproximam por tratarem de momentos anteriores à institucionalização e profissionalização da Antropologia no Brasil. Mariza Corrêa, com a Escola Nina Rodrigues, e Mariza Peirano, com a ideologia do “*nation-building*”, discutem a constituição das ciências sociais, tendo como principal preocupação a formação de um campo intelectual antropológico no Brasil. Ou seja, Corrêa, com uma preocupação antropológica, discute um grupo de intelectuais precursores de um determinado campo de estudos no final do século passado, até mais ou menos 1950; Peirano, com a mesma preocupação, analisa a institucionalização das ciências sociais através de autores que considera mais significativos, cobrindo o período de 1930 a 1970.<sup>26</sup>

*As Ilusões da Liberdade...* enfoca num primeiro plano o proeminente médico da Escola de Medicina da Bahia, Nina Rodrigues, hoje reconhecido como um dos precursores dos estudos raciais feitos pela Antropologia brasileira.<sup>27</sup> A proposta de Mariza Corrêa é fazer uma análise da carreira institucional desse grupo que vê em Nina Rodrigues o seu mestre e em Afrânio Peixoto e Arthur Ramos os seus mais eminentes discípulos. A preocupação central desses intelectuais, chamados pela autora de médicos-cientistas sociais, é a definição de nosso povo e de nosso país como nação. Para a autora, as instituições do saber

sempre estiveram ligadas à busca de uma identidade própria brasileira. As duas faculdades de Medicina do país — no Rio de Janeiro e em Salvador — e as três de Direito — Rio, São Paulo e Recife — foram as precursoras deste debate que, no século seguinte, vai servir de embasamento para a discussão sobre raças e etnias no campo da Antropologia.

O médico “baiano”<sup>28</sup> Nina Rodrigues foi um dos pioneiros desta problemática quando, extrapolando o paradigma biológico vigente na época, ensaiou uma análise “social”<sup>29</sup> de suas dissecações de cadáveres, a serviço da Justiça, no então recém-criado Instituto Médico Legal da Bahia.<sup>30</sup> Segundo Corrêa, Nina Rodrigues influenciou a formação dos Institutos Médicos Legais de São Paulo e do Rio de Janeiro por meio de seus discípulos, que no início do século se transferiram para o Sudeste do país, seguindo a mudança no pólo político-geográfico do Brasil que se processava naquele momento. O que nos mostra a autora é que o mais importante para a formação de um campo antropológico pelo citado grupo de cientistas é justamente a ênfase dada por Rodrigues aos estudos de caso contextualizados que serviam de base para os processos judiciais da época, absolvendo ou mandando para a prisão os eventuais criminosos baianos.<sup>31</sup>

Um dos grandes méritos do trabalho de Corrêa — e que caracteriza sua pesquisa como antropológica e não histórica — é a sua percepção das contradições existentes na formação dos intelectuais brasileiros. Isto é, com uma postura essencialmente das ciências humanas e, portanto, também da Antropologia, Corrêa não tem a pretensão de nos mostrar intelectuais coerentes, para os quais prática e teoria formam uma simbiose perfeita. Ela mostra no seu trabalho que, ao escolherem um caminho e na pesquisa encontrarem outro, estes intelectuais reconheciam a mudança de rumo sem grandes problemas e traumas<sup>32</sup> e logo encampavam o novo. O grande mérito da história que Corrêa constrói é o de não ser unilinear, conseguindo perceber as contradições existentes na formação dos intelectuais brasileiros e no que isto contribuiu em suas

escolhas, constituindo um campo intelectual consistente e formador de diferentes disciplinas científicas como, por exemplo, a Antropologia e a Medicina Legal:

“Ao procurar o racista em Nina Rodrigues, encontrei um intelectual genuinamente preocupado com as contradições em que o colocavam suas informações teóricas quando comparadas com suas observações empíricas. Ao acompanhar seus discípulos, tentando juntar os fios de uma tradição sempre evocada como justificadora de suas ações, encontrei muito mais rupturas do que continuidades entre sua produção e a de seu alegado mestre; as continuidades sendo, ironicamente, mais visíveis em linhas de pesquisa não explicitamente referidas à tradição da escola. Analisando um grupo de médicos, me deparei mais frequentemente com criminólogos, psicólogos, educadores, políticos e até literatos. Todos eles explícita e constantemente preocupados com os problemas sociais de seu país, ainda que procurassem legitimar essa preocupação enquadrando-a numa prática que, por ser definida como profissional e científica, lhes aparecia como desvinculada de interesses particulares e dirigida à procura do ‘bem geral’” (Corrêa, 1982, p. 52).

Resumindo, o que a autora nos ensina é a analisar um contexto social e político e, dentro dele, um grupo de intelectuais formador de um campo do conhecimento científico brasileiro — a Medicina Legal e a Antropologia —, e em que medida ser brasileiro — nós como povo e esse país como nação — influenciou a identidade dessas especializações, dada pela delimitação do seu campo e de seu objeto.

Uma das conseqüências mais produtivas da pesquisa de doutorado da professora Mariza Corrêa é que ela passou a coordenar,<sup>33</sup> na Unicamp, um projeto de pesquisa sobre a história da Antropologia no Brasil. Interessantes neste projeto são os depoimentos gravados<sup>34</sup> dos personagens mais significativos de nossa história, e que constituem um arquivo singular para as ciências sociais no país. Constam deste arquivo os depoimentos de Lévi-Strauss, Darcy Ribeiro, Egon Schaden, Roberto Cardoso de Oliveira, entre outros.

As pesquisas que, sob a orientação da referida professora, foram defendidas como

dissertações de mestrado na Unicamp foram outra conseqüência indireta de *As Ilusões da Liberdade...* e inauguraram, nesta universidade, uma linha de pesquisa que continua até hoje e uma área temática no doutorado em Ciências Sociais: Itinerários Intelectuais e Etnografia do Saber. Dentre as dissertações de mestrado nessa linha já defendidas podemos citar: *O Brasil é dos Brasileiros: Medicina, Antropologia e Educação na Figura de Roquette Pinto*, de João Baptista Cintra Ribas (1990); *Estrangeiros no Brasil: A Missão Francesa na Universidade de São Paulo*, de Fernanda Peixoto Massi (1991); *A Aliança e a Diferença: Uma Leitura do Itinerário Intelectual de Charles Wagley*, de Francisco Tadeu Ribas Santos Rosa (1993), e a minha *Antropólogos Brasileiros e a Antropologia no Brasil: A Era da Pós-Graduação* (Rubim, 1996). Várias outras pesquisas sobre o tema encontram-se em andamento na Unicamp.

Além dos depoimentos gravados em vídeo e das pesquisas orientadas na pós-graduação, Mariza Corrêa escreveu outros artigos como desdobramentos de seu doutorado. Dois deles constituem o que existe de mais sistematizado sobre a história propriamente dita da Antropologia no Brasil: "Traficantes do Excêntrico: Os Antropólogos no Brasil dos Anos 30 aos 60" (Corrêa, 1988a) e "A Antropologia no Brasil (1960-1980)" (Corrêa, 1995b). Estes textos — o segundo é uma continuação cronológica do primeiro — traçam a história da disciplina através de seus personagens e de suas instituições.

"A Revolução dos Normalistas" (Corrêa, 1988b) é outro fruto da pesquisa de Corrêa. Poderíamos dizer que se situa cronologicamente entre os dois primeiros, fazendo um paralelo entre um grupo de intelectuais sob a liderança de Anísio Teixeira — chamados de normalistas — e o grupo que se auto-identifica como antropólogos. O momento focado no texto é a década de 50, período que a autora diz não ser muito lembrado quando se trata de escrever a história da disciplina.

A produção da professora Mariza Peirano é hoje, sem dúvida, um dos pensamentos mais

criativos em relação à disciplina em nosso país. Ela tem sido responsável, nos últimos 15 anos, pela formação de um grupo atuante na Antropologia. O seu campo de atuação é mais próximo ao que poderíamos chamar de metodologia da Antropologia e possui como fio condutor a compreensão da Antropologia brasileira.

*The Anthropology of Anthropology: The Brazilian Case* (Peirano, 1981)<sup>35</sup> é um trabalho que tem como objetivo central entender o contexto sociocultural específico de surgimento do campo das ciências sociais brasileiras, e mais particularmente da Antropologia, através da ideologia do *nation-building*. Partindo de uma análise teórica mais geral dos pensamentos de Norbert Elias (1994) e Louis Dumont (1985) sobre a questão da possibilidade de as antropologias regionais serem definidas pela hierarquia de valores do holismo e do universalismo, a autora analisa a carreira intelectual e o trabalho de seis autores brasileiros no espaço Rio-São Paulo: Florestan Fernandes, Antônio Cândido, Darcy Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira, Roberto Da Matta e Otávio Velho.

A discussão de fundo proposta por Peirano é a de como o desenvolvimento das ciências sociais é determinado regionalmente pela auto-identidade de cada nação. No caso brasileiro, de como a busca de uma identidade nacional e os diferentes momentos desta busca influenciaram a delimitação de um campo científico que tem como objetivo a compreensão dos aspectos sociais brasileiros. No final da década passada — discussão introduzida por Wanderley Guilherme dos Santos (1978) e citada pela autora —, a questão principal para os intelectuais brasileiros era a de como organizar o novo Estado após a Proclamação da República e de como organizar politicamente os grupos sociais que estavam em formação; nos anos 20, a temática dominante foi a da formação histórica do país; na década de 30, os intelectuais recolocaram a problemática da centralização da nação (Peirano, 1981, pp. 249-250).<sup>36</sup> Na verdade, trata-se de uma discussão que coloca em pauta um ponto tocado

pela autora: a questão da autoridade científica, ou seja, o que socialmente autoriza a ciência como verdade.

“A Favor da Etnografia” (Peirano, 1994) é um texto onde a autora procura discutir o trabalho de campo e a etnografia tradicionalmente colocados em prática pela Antropologia, elegendo como interlocutor o professor Nicholas Thomas, da Australian National University, autor de “Against Ethnography” (1991). Depois de discutir rapidamente algumas questões colocadas por dois clássicos da disciplina, Peirano toca na questão central da problemática antropológica contemporânea: “[...] o impacto profundo da pesquisa de campo no etnólogo” (Peirano, 1994, p. 216) e, conseqüentemente, na relação teoria/pesquisa.

Um dos méritos da pesquisa feita por Peirano no doutorado foi o seu desdobramento, na segunda metade da década de 80, na análise do contexto de surgimento de outras Antropologias, como a norte-americana e a indiana, e na comparação entre elas e a realidade brasileira.<sup>37</sup> Este trabalho deu origem a um livro onde a professora analisa e compara estas três realidades e sintetiza o seu pensamento na última década (Peirano, 1991).

Enfim, as pesquisas das professoras Peirano e Corrêa discutem as concepções de ciência e verdade em épocas determinadas, em que estão implícitas a concepção contemporânea destes conceitos e das respectivas historicidades.

#### **A Década de 80: A Proliferação do Pensamento sobre Si Mesma**

O final da década de 70 foi um momento particularmente fértil na sociedade brasileira. A conjuntura sociopolítica havia se transformado. Os programas de pós-graduação alcançaram a maturidade e vários doutorados foram criados nas instituições onde os mestrados se consolidaram — Museu Nacional, UnB e Unicamp<sup>38</sup> —, além de outros fora do eixo Centro-Sudeste do país: Nordeste e Sul, basicamente.<sup>39</sup>

Foi neste momento que se começou a perceber que, para produzir conhecimento

criativo e significativo, não basta somente fazer ciência, mas também é necessário que se pense e se questione sobre o que se faz, como se faz e para que se faz. Segundo esta concepção, a história da ciência não é mera coadjuvante da produção do conhecimento, mas é constitutiva da própria criação significativa. Ou seja, não basta somente fazer; é preciso que se olhe para o que se faz e se aprenda com este fazer.

Algumas publicações têm tido um peso importante na discussão sobre a Antropologia no Brasil, acompanhando os debates travados desde a década de 80. São elas o *BIB* — *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, a *Revista de Antropologia* e o *Anuário Antropológico*.<sup>40</sup>

No *BIB*, editado pela Anpocs,<sup>41</sup> foram publicados os perfis institucionais do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional (*BIB*, 1978),<sup>42</sup> do Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Política e Sociologia da UFRGS (*BIB*, 1980)<sup>43</sup> e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UnB (*BIB*, 1983).<sup>44</sup> Além de um breve histórico destes programas, foram enumeradas as linhas de pesquisas então desenvolvidas por cada um deles e apresentadas informações sobre seu corpo docente, sua situação atual e a forma de ingresso na instituição. Nesta mesma linha, a *Revista de Antropologia*, editada pela USP, publicou “A Antropologia na Universidade de São Paulo: Histórico e Situação Atual”, como parte de seu Noticiário, redigido por três bibliotecárias: Alba Costa Maciel, Diva Andrade e Eunides do Vale (1978).

Um outro bloco de artigos que discutem a trajetória da Antropologia no Brasil são aqueles que surgiram como comunicações apresentadas em reuniões científicas e que tratam do ensino e pesquisa na pós-graduação. “Ensino Pós-Graduado, Teoria e Pesquisa Antropológica — Uma Experiência na Universidade da Bahia”, comunicação apresentada pelo professor Pedro Agostinho (1979), do Departamento de Antropologia e Etnologia da UFBA, na XI Reunião da ABA, relata, a partir de uma experiência pessoal, a situação da pós-graduação

numa universidade “periférica” e a situação da área geográfica em que está inserida, bem como a dos grupos indígenas que dela fazem parte.

Ainda na *Revista de Antropologia*, Eduardo Diatay Bezerra de Menezes (1979), da Universidade Federal do Ceará, publicou “A Pesquisa como Base para o Ensino de Pós-Graduação”, centrado na busca dos objetivos dos cursos de pós-graduação em ciências sociais no Brasil, que parecem ser “[...] um programa terminal e que comporta normalmente três direções — a profissional, a docente e a de pesquisa” (Menezes, 1979, pp. 144-145). O autor toca em um ponto nevrálgico da pós-graduação em ciências sociais que é a sua organização em torno de uma disciplina (Antropologia, Sociologia e Ciência Política) ou, com o epíteto da multidisciplinaridade, em torno de áreas problemáticas.<sup>45</sup> Menezes observa que, como a graduação em nosso país transformou-se em agência de treinamento de mão-de-obra especializada,<sup>46</sup> a pesquisa científica concentrou-se na pós-graduação, e hoje é condição *sine qua non* de sua existência. No entanto, a pesquisa passou a ser, segundo ele, um recurso pedagógico<sup>47</sup> do ensino na pós-graduação e não, como deveria ser, uma “epistemologia construtivista e dialética” (Menezes, 1979, p. 147), isto é, o ensino como consequência da atividade científica. Por fim, o autor assume uma posição pessimista com relação às possibilidades de a universidade, que naquele momento cumpria outras finalidades, conseguir colocar em prática a proposta do espírito científico: a investigação científica e não a informação codificada.

“Antropologia para Sueco Ver” é um texto escrito por Otávio Velho (1980) para um número especial da revista sueca *Ethnos*,<sup>48</sup> “[...] dedicado a uma análise comparativa do desenvolvimento da Antropologia Social nos últimos 20 anos em diversos países do mundo”. O autor inicia a sua exposição com a contextualização do lugar do qual está falando: “uma das regiões do globo tradicionalmente identificadas como objeto da Antropologia” (Velho, 1980, p. 79). Afirma que, para um país

novo como o nosso, nossa Antropologia já não é tão jovem assim, se datarmos o seu início com a publicação, em 1933, de *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freyre. Outros dois momentos fundamentais desta história, segundo o autor, são a I Reunião Brasileira de Antropologia, em 1953, mesmo tendo contado com um pequeno número de pessoas,<sup>49</sup> e a profissionalização da Antropologia em 1968, com a criação dos cursos de pós-graduação.

Conforme Otávio Velho, até os anos 60, a Antropologia de orientação culturalista estava dividida basicamente em três temáticas: os estudos de sociedades tribais, os estudos de relações raciais e os estudos de comunidades. Na virada da década, segundo o autor, desenvolveu-se uma crítica à tradição culturalista de orientação norte-americana, resgatando-se o conflito como foco de análise antropológica, e, com isto, a consequente adesão à orientação da Antropologia britânica.

A partir de 1968, segundo Otávio Velho, as temáticas antropológicas desenvolvidas no Brasil ampliaram-se de maneira considerável, paralelamente a um aumento significativo do interesse pela Antropologia por parte do público mais geral. Para o autor, isto só foi possível devido à grande influência e ao consequente desgaste da Sociologia e dos seus esquemas generalizantes no período anterior. Pela especificidade da pesquisa de campo em realidades concretas, a Antropologia contribuía mais para o conhecimento de nossa realidade, o que foi fundamental na popularização da disciplina na década de 70.

O ponto central levantado pelo autor é que, na passagem dos anos 60-70, começou a se formar uma tendência na Antropologia que ele chamou de “politizada” ou de “althusserianismo populista”. Esta tendência seria uma tentativa de juntar, teoricamente, o pensamento de Louis Althusser com a tradição do trabalho de campo na disciplina, isto é, a “síntese entre o althusserianismo e um populismo antropológico” (Velho, 1980, p. 89), refletindo uma aproximação com o marxismo, tradição que influenciou as ciências sociais naquela época. Isto porque, no contexto político ditato-

rial da virada da década de 60, a Antropologia havia se mantido um pouco “resguardada” da repressão que se abateu sobre as ciências sociais, pela sua tradição de escolha de temas “exóticos” e, portanto, distantes das grandes discussões políticas levantadas pela Sociologia e a Ciência Política.

O contexto político-social mais geral, a relativa “liberdade” da Antropologia nos anos 70 e o pensamento marxista, juntamente com o althusserianismo, contribuíram para o desenvolvimento de uma prática de pesquisa antropológica que o autor chamou de “populista”. Segundo Otávio Velho, esta é uma das incompatibilidades da apropriação do marxismo pela disciplina. Ou seja, para ele, essa prática populista era diferente da concepção althusseriana de ideologia dominante na qual está inscrito o seu próprio pensamento.

O que Otávio Velho afirma é que a vertente politizada da disciplina necessariamente não foi a menos “antropologizada”, porque, em última instância, tentava-se privilegiar a visão do “outro”, isto é, uma concepção essencialmente antropológica. Em suas palavras:

“A recolocação levada adiante por esses pesquisadores constitui, de resto, uma contribuição fundamental, plenamente coerente com a insistência da tradição antropológica na diversidade” (Velho, 1980, p. 87).

O autor enfatiza ainda que a Antropologia foi dominada também, naquele momento, pelo estruturalismo, o que levou a uma aproximação entre as duas correntes de pensamento que se manifestou

“[...] no anti-historicismo, no anti-humanismo, no privilegiamento das estruturas e, em termos mais gerais, na posição mais epistemológica naturalista caracterizada por se manter em termos de exterioridade a relação entre observador e objeto do conhecimento sendo visto como exterior à realidade” (Velho, 1980, p. 88).

Finalizando, Otávio Velho (1980, p. 89) defende que a grande popularização e crescimento da disciplina após 1968 “fez com que se atrasasse uma reflexão sobre o que estava sendo feito”. Esta reflexão deverá necessariamente trazer para o centro do debate as divergên-

cias existentes, e na maioria das vezes não claramente explicitadas, entre as diferentes concepções da Antropologia, o que o autor chama de “dor de crescimento”.

Eunice Ribeiro Durham (1982), em “Os Problemas Atuais da Pesquisa Antropológica no Brasil”, faz um pequeno histórico da produção antropológica brasileira no período de 1940 a 1970 e da sua inserção sociopolítica. Segundo ela, os profissionais em Antropologia eram então poucos e dispersos, restringindo-se a algumas universidades e museus, mas foram suficientes para permitir a formação de uma infra-estrutura para a institucionalização da Antropologia num momento posterior. Além da Antropologia paulista — USP, Escola de Sociologia e Política e Museu Paulista —, que para a autora foi o centro mais dinâmico da Antropologia naquele período, havia ainda o Museu Emílio Goeldi e o Museu Nacional, que estavam mais interessados nos estudos indígenas. A especificidade da Antropologia paulista, intimamente ligada à Sociologia e sob a influência dos professores estrangeiros<sup>50</sup> e do método funcionalista, eram os estudos sobre a sociedade nacional: estudos de comunidades, estudos sobre religiões africanas, minorias étnicas etc. A preocupação, na época, era com as bases de funcionamento da sociedade, e não com a sua transformação, afirma Durham.

O final da década de 50 e início dos anos 60, conforme a autora, foi um período de grandes transformações, que ampliou o debate político, com a exigência, por parte da sociedade, de reformas sociais. A Sociologia começou a se preocupar mais com as transformações sociais e a Antropologia, seguindo o seu caminho anterior, ficou à parte desta discussão. O golpe militar de 1964 acirrou o discurso sociológico militante e a marginalidade antropológica. O final da década de 60 trouxe o terrorismo e a repressão. Vários intelectuais foram presos, cassados, exilados ou aposentados compulsoriamente. A pesquisa sociológica comprometida ficou inviável. Como diz Eunice Durham (1982, p. 156), a Antropologia foi muito menos atingida, mas sofreu grandes transformações teóricas, com o avanço cada vez maior do

estruturalismo francês, o que aumentou, na década seguinte, o prestígio científico da disciplina na comunidade intelectual.

O milagre econômico do início dos anos 70 quase triplicou o mercado universitário, o que foi reforçado com a criação e consolidação dos programas de pós-graduação e o consequente incentivo financeiro à pesquisa.<sup>51</sup> Na Antropologia, segundo Durham, cresceram as pesquisas sobre o indigenismo que incentivavam a organização dos grupos indígenas e seu engajamento nas discussões nacionais e na defesa de seus direitos. As pesquisas sobre a sociedade nacional, por sua vez, se concentraram em grupos considerados marginalizados e nas temáticas mais políticas: favelados, trabalhadores assalariados do campo e da cidade etc.

Na início da década de 80, o fim da prosperidade econômica e a superação do estruturalismo levaram a disciplina a buscar novos caminhos, aproximando-se cada vez mais do marxismo. Este, contudo, não conseguiu dar conta de toda a especificidade da perspectiva antropológica. Como consequência, diz a autora, tivemos o divórcio entre a teoria empregada e a pesquisa empírica, o que colocou a Antropologia num impasse teórico-metodológico, agravado com a diminuição das verbas para a pesquisa.

Durham alerta para o fato de que, em 1982, os mecanismos autoritários e repressivos da década de 70 não haviam sido realmente desmontados, haja visto que o controle ideológico continuava a existir por parte das agências financiadoras, essencialmente instituições estatais até a democratização do país. Segundo Durham, fatores de outra ordem prolongaram esse controle até recentemente. Um bom exemplo disso seriam os projetos relativos às populações indígenas, que cada vez mais são considerados de interesse da segurança nacional e, portanto, extremamente vigiados e acompanhados pelo Estado. Por fim, a autora conclui que a Antropologia contava, no início dos anos 80,<sup>52</sup> com condições favoráveis ao seu desenvolvimento, não obstante tivesse de ultrapassar alguns obstáculos, como a falta de

uma definição teórica que ocupasse o lugar deixado pelo estruturalismo e alguns entraves institucionais que poderiam ser superados com uma atuação política comprometida.

Além dessas publicações mais descritivas e informativas da situação dos programas de pós-graduação de Antropologia, podemos citar ainda os textos de *Avaliação & Perspectivas*, encomendados e patrocinados pela CAPES periodicamente, que têm como objetivo o que o próprio título explicita. Os textos de que temos notícias são o de 1978, redigido por Antônio Augusto Arantes Neto,<sup>53</sup> o de 1982, escrito por Roque de Barros Laraia, e o de 1990, de Mariza Corrêa.

Também se tornou comum a publicação dos itinerários intelectuais ou histórias de vida de autores/atores que estiveram presentes na história da Antropologia no Brasil. Vários destes textos foram publicados no *Anuário Antropológico, in memoriam*: “Expedito Arnaud (1916-1992)”, por Lourdes de Fátima Gonçalves Furtado (1994, pp. 245-246); “Manuel Diégues Júnior (1912-1991)”, por Luiz de Castro Faria (1993, pp. 227-234); “Carmem Cinira de Andrade Macedo (1948-1991)”, por Josildeth Gomes Consorte (1993, pp. 235-240); “Egon Schaden (1913-1991)”, por Luiz de Castro Faria (1993, pp. 241-256); “René Ribeiro (1914-1990)”, por Roberto Motta (1993, pp. 233-246); “Ruy Coelho (1920-1990)”, por Teófilo de Queiroz Júnior (1993, pp. 247-256); “O Dono do Trovão Manoel Nunes Pereira (1893-1985)”, por Mariza Corrêa (1986, pp. 333-336); “Nimuendajú Indigenista”, por Júlio Cezar Melatti (1984, pp. 335-338) etc. Além destes artigos, foram publicados na revista *Estudos Avançados*, da USP: “Emilio Willems e Egon Schaden na História da Antropologia”, de João Baptista Borges Pereira (1994), “Luis Pereira: 1933-1985”, de Teófilo de Queiroz Junior (1986), “Hiroshi Saito: 1919-1983”, de Oracy Nogueira (1984/85), “José Loureiro Fernandes: 1903-1977”, de Cecília Maria Vieira Helm (1978) e outros.

Outra fonte importante sobre a história da Antropologia no Brasil são os *Anais da ABA*,

particularmente as notícias sobre suas reuniões e outros congressos, publicados em sua maioria como artigos não assinados na *Revista de Antropologia*: (1954, 1966, 1978a, 1981b).

Sobre resenhas bibliográficas relativas a determinadas linhas de pesquisas, o que já é tradicional desde os anos 40, temos: “Ensaio sobre a História da Etnologia Brasileira”, de Herbert Baldus (1943); “Estudos de Comunidades no Brasil, sob a Perspectiva Nacional”, de Charles Wagley (1954); “Estudos e Pesquisas sobre os Imigrantes Japoneses no Brasil”, de Hiroshi Saito (1972), “Pontos de Vista Sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico”, de Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro (1977); “Os Movimentos ‘Messiânicos’ Brasileiros: Uma Leitura”, de Alba Zaluar (1979); “Estudos Antropológicos das Populações Negras na Universidade de São Paulo”, de João Baptista Borges Pereira (1981); “Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente”, de Rubem César Fernandes (1984) etc.

Destas resenhas, a mais interessante para este trabalho é, sem dúvida, “A Antropologia no Brasil: Um Roteiro”, de Júlio Cezar Melatti (1984). O texto é uma das primeiras tentativas de se fazer uma compilação da história da Antropologia no Brasil. Foi publicado<sup>54</sup> no início da década de 80 e tinha como um de seus objetivos “dar conta da Antropologia no Brasil”. O autor constrói a história da disciplina dando ênfase ao recorte temático e cronológico dos fatos. Começa pelos cronistas e, entre estes, considera a carta de Pero Vaz de Caminha a primeira crônica antropológica escrita sobre o Brasil.

Talvez o mais valioso no texto de Melatti seja a rica bibliografia<sup>55</sup> apresentada ao final do trabalho e a parte referente aos cronistas, principalmente estrangeiros, que escreveram sobre o Brasil. Por outro lado, o grande vazio do texto é consequência da ênfase dada ao tema da etnologia, ênfase justificada pelo autor pelo fato de os trabalhos etnológicos, quantitativamente falando, comporem a maior produção antropológica brasileira.<sup>56</sup> Ele divide a história da disciplina em antes dos anos 30, dos anos

30 aos 60, e a partir dos anos 60. As temáticas escolhidas pelo autor são: etnologia; interpretações gerais do Brasil; estudos de mudança social; mudança cultural ou aculturação; estudos de comunidades; folclore; relações sociais entre negros e brancos; fricção interétnica e etnicidade; mitologia e ritual como sistemas ativos; estudos regionais e estudos em comunidades; arte e artesanato; Antropologia urbana; Arqueologia; Lingüística<sup>57</sup> e Antropologia Física. O texto de Melatti também informa sobre os cursos de pós-graduação em Antropologia existentes no país, nas áreas de Antropologia Social, Lingüística, Antropologia Física e Arqueologia, e sobre o que o interessado deve fazer na graduação para chegar até eles.

Em 1987 o *BIB* publicou “Os Estudos de Parentesco no Brasil”, de Roque de Barros Laraia, que se propõe a entender a história da Antropologia brasileira a partir da temática dos estudos de parentesco. O texto periodiza esta história em dois grandes períodos: a primeira metade do século, que chama de período heróico, marcado pela presença de Curt Nimuendaju, quando não existe um interesse mais sistematizado pelos estudos de parentesco; e a segunda metade do século, mais especificamente a partir da década de 60, que se caracteriza pelo interesse por estes estudos, realizados por profissionais em sua maior parte com formação acadêmica. O que caracteriza e unifica todos estes trabalhos são, segundo o autor, os objetos de estudos empíricos: os grupos indígenas brasileiros, seguindo-se um modelo de parentesco Tupi ou Jê.

No período heróico, além de Nimuendaju, o autor cita os trabalhos lingüísticos sobre o parentesco de Rodolfo Garcia (1942), Carlos Drummond (1943), Virgínia Watson (1944), Eduardo Galvão e Charles Wagley (1946) e Florestan Fernandes (1949). Na década de 50, que foi marcada pela presença de Darcy Ribeiro, refere-se a Herbert Baldus e James Watson em 1952 e a Egon Schaden em 1954. Roberto Cardoso de Oliveira inicia-se na Antropologia nesta década, publicando, em 1959, *Matrimônio e Solidariedade Tribal Terena*. No geral, eram trabalhos de tipologias de parentesco e

que pouco se preocupavam com a ideologia (aspecto êmico) que os grupos indígenas construíam sobre a reprodução biológica humana, em consequência do sistema de parentesco. Segundo Laraia, este último aspecto só começou a ser desenvolvido no período seguinte, a partir da década de 60. O período heróico caracterizou-se pela influência da Antropologia americana, baseada nos estudos *cross-cultural* de George Murdock e na análise compo-nencial de Ward Goodenough, o que foi significativo nos estudos sobre parentesco no Brasil.

Dentre os autores que desenvolveram trabalhos sobre parentesco no grupo Jê no período Laraia cita Júlio Cezar Melatti (1968), Roberto DaMatta (1970), Anthony Seeger (1974) etc; sobre os Tupi, Roque de Barros Laraia (tese de doutorado em 1972), Charles Wagley (1977) e, na década de 80, a tese de doutorado de Eduardo Viveiros de Castro (1986),<sup>58</sup> além do trabalho de Alcida Rita Ramos (1972) entre os Sanumá, que não está incluído nos dois grupos lingüísticos citados.

O trabalho de Laraia nos mostra que os estudos sobre a tipologia de parentesco Jê ganharam alento, a partir da década de 60, com o projeto Harvard Central Brazil Project, envolvendo o Museu Nacional e a Harvard University, isto é, com os trabalhos de campo de David Maybury-Lewis (organizador do programa), Terence Turner (1966), Joan Bamberger, dentre outros da Harvard University, além de Roberto Da Matta (1976) e Júlio Cezar Melatti (1979), ambos do Museu Nacional. Nos anos 70, seguiu para Harvard do Rio de Janeiro, sob a orientação de Anthony Seeger, e de São Paulo, sob a orientação de Lux Vidal ou Thekla Hartmann, uma nova leva de pesquisadores sobre os Jê que contribuíram com novos estudos de parentesco no Brasil.

Além dos Jê e Tupi, Laraia refere-se aos estudos sobre parentesco dos índios do Xingu que se caracterizaram pelas relações intertribais desenvolvidas no Parque Nacional do Xingu. Segundo o autor, foi em 1953, com Eduardo Galvão, que esta área cultural tornou-se importante para os estudos antropológicos.

Na década de 70 ele cita Renate Brigitte Vier-  
tler (1970), Ellen Basso (1973) e Thomas Gre-  
gor (1975 e 1977).

O *Anuário Antropológico* é uma fonte que também devemos rastrear em busca de publi-  
cações sobre o pensamento antropológico.<sup>59</sup> Um artigo interessante é o de Alcida Rita Ra-  
mos (1988), “A Antropologia Vista através do  
*Anuário Antropológico*”, onde se tenta cons-  
truir a história da disciplina em nosso país  
tendo por base os artigos publicados neste  
periódico — seus autores, suas origens, as  
temáticas recorrentes etc.

Na mesma direção temos a *Revista de  
Antropologia*, a primeira em nossa área a ser  
publicada no país e que, em 1994, completou  
40 anos.<sup>60</sup> Na apresentação do seu 36.º número  
(1994), a editora responsável, professora Paula  
Montero, faz um breve histórico dos artigos  
publicados na revista.

Por fim, mas com certeza não esgotando  
os textos produzidos sobre o tema na década  
de 80, temos o livro do professor da Universi-  
dade Federal Fluminense Roberto Kant de  
Lima (1985), *A Antropologia da Academia:  
Quando os Índios Somos Nós*, que faz uma  
análise comparativa entre a academia norte-  
americana e a brasileira. Partindo de suas ex-  
periências pessoais como aluno de mestrado  
no Museu Nacional e de doutorado em uma  
universidade norte-americana, Kant de Lima  
discute as possibilidades de produção criativa  
na Antropologia de um país de Terceiro Mun-  
do, quando comparadas às de um centro desen-  
volvido. A questão teórica central do autor é o  
colonialismo cultural e a dominação intelectual  
exercida pelos países centrais.

É interessante notar a problemática enfa-  
tizada pelo texto. O autor parte do pressuposto  
de que a Antropologia é uma ciência histórica-  
mente marcada pelo seu surgimento em meio  
ao colonialismo europeu; neste contexto o an-  
trópologo produz conhecimento, verdade e  
ciência e seus informantes produzem dados e  
informações. Deste ponto de vista, se pergunta  
até que ponto o Brasil, um país tradicionalmen-  
te considerado um “museu vivo”,<sup>61</sup> acadêmica-  
mente também estaria produzindo somente in-

formações e dados utilizados pelos países desenvolvidos. Ou seja, para o autor, existe uma diferença entre fazer Antropologia no Brasil e fazer Antropologia nos Estados Unidos: nós produzimos dados; eles, ciência e verdade (Kant de Lima, 1985, p. 13).

### A Aventura Antropológica

*A Aventura Antropológica — Teoria e Pesquisa*, organizado por Ruth Cardoso (1986), é um livro que se tornou exemplar entre nós. Como diz a sua organizadora, o trabalho segue os passos de uma outra importante coletânea publicada na segunda metade da década de 70<sup>62</sup> e “que abriu o caminho para as reflexões menos convencionais sobre as atividades dos cientistas sociais em seu esforço para explicar nossa sociedade” (Cardoso, 1986, p. 13). Os textos escolhidos por Cardoso valorizam a pesquisa de campo, pois esta parece ser, para ela, a direção seguida pelas ciências sociais na década de 80, abrindo caminho para as discussões e questionamentos sobre o debate metodológico. A coletânea é também um fruto do Grupo de Trabalho Cultura Popular e Ideologia Política da Anpocs e demonstra a significação que estas reuniões periódicas assumem no cenário intelectual brasileiro.

O texto de Eunice Ribeiro Durham (1986b), “A Pesquisa Antropológica com Populações Urbanas: Problemas e Perspectivas”, discute a popularidade e a relevância do texto antropológico sobre nós mesmos no contexto sociopolítico brasileiro da década de 80. De acordo com a autora, a Antropologia sempre foi considerada “menor ou marginal” pelos cientistas sociais por ter como objeto de estudo temas também marginais aos grandes debates políticos. Esta situação, no entanto, teria mudado a partir da segunda metade dos anos 70:

“[...] as pesquisas concentram-se em grande medida em temas de interesse geral imediato — não apenas os costumes exóticos das tribos indígenas (embora esses constituam também uma leitura fascinante), mas muito do que é cotidiano e familiar em nossa sociedade urbana ou que constitui reminiscência de um passado recente: os hábitos e valores dos moradores de Copacabana tanto

quanto o modo de vida dos bairros de periferia, das favelas e da população caipira; a umbanda e o pentecostalismo ao lado do catolicismo tradicional e das comunidades de base da Igreja renovada; a família operária e a das camadas médias; os movimentos sociais urbanos e as formas do lazer popular; o feminismo e a sexualidade. Estamos, em suma, produzindo uma nova e intrigante etnografia de nós mesmos” (Durham, 1986b, p. 17).

Na visão de Durham, o interesse da Antropologia, nos anos 80, pelas minorias desprivilegiadas que passaram a fazer parte do cenário político nacional acabou transformando também a qualidade das pesquisas.

O sucesso da disciplina, segundo a antropóloga, deve-se também à ineficácia dos esquemas globalizadores mais correntes na Sociologia e na Ciência Política que buscavam uma interpretação da sociedade nacional. Por outro lado, diz Eunice Durham, não temos capitalizado corretamente estes resultados, que aparecem como pesquisas pontuais e segmentadas, não se integrando metodologicamente como totalidade. Diante do impasse, a autora afirma ser o momento de se fazer uma reflexão crítica acerca do conjunto da produção recente no Brasil, especialmente a produção relativa às populações urbanas; enfim, sobre as pesquisas feitas na cidade, pesquisas que, segundo ela, se desenvolveram numa linha diferente da Escola de Chicago:

“[...] uma tentativa de compreender o fenômeno urbano em si mesmo. Ao contrário, trata-se de pesquisas que operam com temas, conceitos e métodos da Antropologia, mas voltados para o estudo de populações que vivem nas cidades. A cidade é, portanto, antes o lugar da investigação do que seu objeto” (Durham, 1986b, p. 19).

Eunice Durham apresenta também um breve histórico desta linha de pesquisa que remonta a Nina Rodrigues e passa por Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro e Roberto Da Matta, pelo funcionalismo e o estruturalismo, a antropologia britânica e o culturalismo norte-americano, além dos conceitos antropológicos utilizados em cada período. No momento em que a autora escrevia, as pesquisas encontravam-se diante do seguinte dilema: o trabalho de campo

essencialmente funcionalista — desenvolvido segundo esta concepção — ou a abordagem teórica que tentava romper com a perspectiva cientificista, denominada por Durham (1986b, p. 33) de “armadilha positivista”. Para ela, existia então uma dicotomia entre a prática antropológica, cada vez mais politizada, e os conceitos utilizados pela disciplina, que nem sempre se mostravam coerentes e contextualizados pelas teorias eleitas nas análises.

Afirma ainda Eunice Durham que a crítica aos estudos funcionalistas no Brasil foi feita primeiramente pelos sociólogos e só mais tarde pelos antropólogos. Este repensar sociológico aconteceu, sobretudo, por meio da crítica aos estudos de comunidades e às suas concepções conservadoras da realidade, que não contemplavam os conflitos sociais. A crítica aproximou a Sociologia do marxismo, o que na Antropologia foi de difícil assimilação:

“[...] para os antropólogos que enveredaram pela linha marxista, o problema que se colocava e ainda se coloca é o de integrar um método de pesquisa de campo desenvolvido pelo funcionalismo com uma teoria explicativa que parte de outras premissas e caminha em outra direção. De modo geral, continuou-se a fazer pesquisa como a faziam os funcionalistas, mas tentando encontrar ‘ganchos’ que permitissem interpretar os resultados com conceitos como ‘modo de produção’, ‘relações de trabalho’ e ‘lutas de classe’” (Durham, 1986b, p. 24).

Para a autora, existe uma incompatibilidade entre a visão microscópica da Antropologia, que se concretiza nas pesquisas de campo, e a interpretação mais abrangente da teoria marxista. Somente as pesquisas que escolhiam como tema as relações de trabalho, movimentos sindicais ou lutas camponesas conseguiam satisfatoriamente integrar teoria e prática.

O outro caminho escolhido pela Antropologia na década de 70, segundo a autora, foi o estruturalismo, que também empobreceu a riqueza dos estudos microscópicos em consequência de seu rigor formalista.

Enfim, para Eunice Durham, a problemática enfrentada pela Antropologia na década de 70 e início dos anos 80 foi a de tentar contem-

plar os resultados múltiplos da observação participante — moldada teoricamente pelo funcionalismo — com uma perspectiva que enfatizava os conflitos e impasses da realidade social. Ao discorrer sobre a produção antropológica no período, a autora afirma que as pesquisas seguiram em duas direções: a ênfase na observação participante e os estudos simbólicos. A primeira tendência, para Durham, tem resvalado na “participação observante”, na militância política e nos estudos em que o pesquisador está integrado como sujeito na pesquisa.<sup>63</sup> Na outra vertente, o conceito de ideologia, por exemplo, foi amplamente utilizado com uma concepção que a autora afirma ser despolitizante:

“É freqüentemente usado como simples sinônimo de sistemas de idéias e valores, substituindo às vezes visão de mundo, perdendo sua complexidade e desligando-se da problemática teórica que lhe era própria. Raramente é empregado no seu contexto original, o mais das vezes por antropólogos de formação sociológica. Mas sua utilização no sentido simplificado e despolitizado contém uma constante alusão à problemática política e à teoria marxista, mesmo quando ela não é utilizada na interpretação dos dados” (Durham, 1986b, p. 29).

A consequência apontada pela autora foi a de que,

“[...] ao mesmo tempo em que os antropólogos se politizam na prática de campo, através de seu engajamento crescente nas lutas travadas pelas populações que estudam, despolitizam os conceitos com os quais operam, retirando-os da matriz histórica na qual foram gerados e projetando-os no campo a-histórico da cultura” (Durham, 1986b, p. 32).

O texto apresentado por Ruth Cardoso (1986), “Aventuras de Antropólogos em Campo ou como Escapar das Armadilhas do Método”, é muito denso e, no meu entender, revelador das questões mais significativas do debate antropológico contemporâneo. A autora coloca como central em sua discussão o relacionamento entre pesquisador e pesquisado e as novas técnicas de investigação e de concepção do trabalho de campo, que têm como desdobramento os desencontros entre as

introduções teóricas e os dados coletados pelas pesquisas empíricas. E completa:

“A interpretação que se constrói sobre análises qualitativas não está isolada das condições em que o entrevistador e o entrevistado se encontraram. A coleta de material não é apenas um momento de acumulação de informações, mas se combina com a reformulação de hipóteses, com a descoberta de pistas novas que são elaboradas em novas entrevistas. Nestas investigações, o pesquisador é o mediador entre a análise e a produção da informação, não apenas como transmissor, porque não são fases sucessivas, mas como elo necessário” (Cardoso, 1986, p. 101).

A discussão da autora segue na mesma linha do que foi levantado por Otávio Velho (1980) e Eunice Durham (1986a): a “popularização” da Antropologia na década de 70, que veio acompanhada pela valorização do trabalho de campo. Para Ruth Cardoso, esta volta às pesquisas qualitativas foi saudável, mas não esteve devidamente acompanhada por uma discussão teórica e metodológica mais consistente, o que não deixou de evidenciar uma concepção de que “dados bem coletados devem falar por si mesmos” (Cardoso, 1986, p. 99). Ou seja, uma concepção teórica próxima ao empirismo positivista.

Na sua visão, o conseqüente engajamento do antropólogo com o grupo estudado, uma prática que se tornou comum e que muitas vezes transformou o pesquisador em seu porta-voz, eliminou uma perspectiva importante da tradição da pesquisa de campo na Antropologia: o distanciamento necessário à compreensão do “outro”:

“A capacidade de se surpreender, que deve ser inerente ao trabalho do cientista, fica amortecida quando se propõe a fusão total do discurso do investigador com o do grupo investigado. [...] É a sistematização que a ciência propõe que permite avançar para além destes fragmentos na busca de uma explicação mais global, porém, sempre provisória” (Cardoso, 1986, p. 101).

Mais adiante, a autora afirma que o resgate da subjetividade não deve servir para recolocar a antiga discussão entre verdade e mistificação. Todo discurso, de certa maneira, é

também uma narrativa que constrói conjuntos de significados e todo método, o caminho para se chegar até eles. Para Ruth Cardoso, conceitos como os de objetividade e neutralidade perderam importância e ninguém mais teima em defendê-los, sendo a legitimidade científica muitas vezes garantida simplesmente pela apresentação do relacionamento entre o antropólogo e os atores sociais em questão. Esta simplificação levou-nos a uma postura eclética e descompromissada com o método na pesquisa. E, no lugar de concluir, a autora apresenta uma série de questões para iniciar o debate:

“1. O trabalho de campo contribuiu definitivamente para a crítica do economicismo e dos vários estruturalismos, mas deixou de ir à raiz das questões metodológicas e por isso levou a uma postura eclética. Talvez até possamos defender o ecletismo se soubermos conjugá-lo com o anarquismo de que nos fala Feyrabend (1978).

2. Uma contribuição inegável da volta ao trabalho de campo foi a presença de atores sociais, suportes dos discursos, que ganharam carne e osso e deixaram de ser autônomos. Depois de fazê-los entrar em cena, é preciso definir com que autonomia podem atuar dentro do *script*. Se, ao criticar o mecanicismo, também abandonarmos a noção de estrutura, ou ficamos sem resposta para esta questão, ou nos juntamos aos weberianos e parsonianos para estudá-la melhor.

3. Também merece cuidado a questão da subjetividade como instrumento de conhecimento. Aqui se beira tanto um irracionalismo muito em moda que nega a ciência (podemos lembrar o sucesso de Castañeda) quanto a camisa-de-força da crença na realidade exterior. O desafio está em encontrar um caminho intermediário” (Cardoso, 1986, p. 105).

Na mesma direção seguem os textos de Alba Zaluar (1986), “Teoria e Prática do Trabalho de Campo: Alguns Problemas”; de José Guilherme Cantor Magnani (1986), “Discurso e Representação, ou de Como os Baloma de Kiriwina Podem Reencarnar-se nas Atuais Pesquisas”; de Guita Grin Debert (1986), “Problemas Relativos à Utilização da História de Vida e História Oral”; de Eder Sader e Maria Célia Paoli (1986), “Sobre ‘Classes Populares’

no Pensamento Sociológico Brasileiro (Notas de Leitura sobre Acontecimentos Recentes)”; e de Luiz Fernando Dias Duarte (1986), “Classificação e Valor na Reflexão sobre Identidade Social”.

### Pensando a Antropologia

A obra de Roberto Cardoso de Oliveira sobre a Antropologia justificaria um trabalho dedicado exclusivamente a estas publicações. Formado em Filosofia pela USP, este autor dedicou 30 anos de sua vida fazendo pesquisa no campo antropológico. A partir de um certo momento, como ele próprio diz, passou a pensá-lo.<sup>64</sup> A Antropologia ganhou com isto e todos nós ganhamos também.

Roberto Cardoso de Oliveira<sup>65</sup> é uma das figuras brasileiras mais significativas no período dos anos 60 aos 90, período marcado pelos programas de pós-graduação em Antropologia Social. Iniciando sua trajetória intelectual na USP, como discípulo de Florestan Fernandes e sob a influência teórica do funcionalismo (Cardoso de Oliveira, 1992, p. 47), foi descoberto, antropológicamente falando, por Darcy Ribeiro e por seu intermédio transferiu-se para o Rio de Janeiro. Nesta cidade, participou do quadro de professores dos cursos de especialização do Museu do Índio e, mais tarde, do Museu Nacional, onde, no final da década de 60, foi um dos autores que introduziu o estruturalismo no Brasil. Criou o primeiro curso de pós-graduação em Antropologia nesta instituição, em 1968, e, em 1972, criou o programa da UnB, onde permaneceu até 1984. No ano seguinte, participou também da criação do doutorado da Unicamp, onde se aposentou em 1994. Esteve presente ativamente na vida de nossa associação profissional, a ABA, da qual foi presidente na gestão 1986-88, e em diferentes fóruns de discussão e avaliação da disciplina no país. Foi também o responsável direto pela formação de toda uma geração de profissionais que atuam em nossa disciplina<sup>66</sup> e é uma figura recorrente nas dissertações e teses de diferentes instituições, influenciando temáticas, escolhas de objetos e orientações teóricas. Além disso, é um dos poucos autores entre nós

que trata da Antropologia como tradição,<sup>67</sup> não se limitando à Antropologia praticada em nosso país.

Vários dos textos de que trataremos foram publicados em diferentes periódicos nacionais e reunidos no livro *Sobre o Pensamento Antropológico* (1988), constituído de três partes. Na primeira, intitulada A Formação da Disciplina, estão reunidos os textos “Tempo e Tradição: Interpretando a Antropologia”,<sup>68</sup> onde está presente a sua *matriz disciplinar*,<sup>69</sup> “As ‘Categorias do Entendimento’ na Antropologia”, “A ‘Categoria da Causalidade’ na Antropologia”,<sup>70</sup> e “A Categoria de (Des)Ordem e a Pós-Modernidade da Antropologia”,<sup>71</sup> no qual são discutidas as questões atuais do interpretativismo norte-americano.

A Disciplina na Periferia é o título da segunda parte do livro, que inclui os textos “O Que É Isto Que Chamamos de Antropologia Brasileira?”,<sup>72</sup> “A Organização dos Antropólogos Brasileiros: A ABA” e “Por uma Etnografia das Antropologias Periféricas”. A última parte, chamada Posfácio, é composta dos seguintes textos: “A Vocação Meta-Disciplinar da Etnografia da Ciência”, “Entre o Estruturalismo e a Hermenêutica” e “Leitura e Cultura de uma Perspectiva Antropológica”.

“O Que É Isto Que Chamamos de Antropologia Brasileira?” divide a história da disciplina em três períodos e duas grandes linhas de pesquisa: a etnologia indígena e a antropologia da sociedade nacional. O primeiro período foi o que o autor chamou de período heróico, das décadas de 20 e 30, período marcado pelo conceito de *cultura*, pelos aspectos românticos e pela não institucionalização da disciplina. O autor representativo da temática etnologia indígena foi Curt Nimuendaju, e o da antropologia da sociedade nacional, Gilberto Freyre. O período seguinte, que Cardoso de Oliveira chama de carismático, final dos anos 40 e início dos 50, foi marcado pela introdução do conceito de *estrutura* e teve em Florestan Fernandes o seu representante na área da antropologia da sociedade nacional e Eduardo Galvão e Darcy Ribeiro no campo da etnologia de vertente culturalista. O último período, que o autor

chama de burocrático, foi a fase de grande desenvolvimento da Antropologia. Tem início na segunda metade da década de 60 e caracterizou-se pela institucionalização dos programas de pós-graduação no país, sendo o próprio autor o responsável pela criação de dois deles, o do Museu Nacional e o da UnB.

Cardoso de Oliveira é o autor que mais tem pensado as questões filosóficas instigadas pelo pensamento antropológico. Ele tem se esforçado também em manter um maior intercâmbio com antropólogos latino-americanos e, neste sentido, foi um dos fundadores da Associação Latino-Americana de Antropologia (ALA), sendo o seu atual presidente. Em "O Movimento dos Conceitos em Antropologia"<sup>73</sup> (Cardoso de Oliveira, 1994a), com o objetivo de discutir as possíveis singularidades das Antropologias regionais sem perder de vista a sua pretensão universalista de ser ciência, o autor examina comparativamente a dinâmica de certos conceitos que surgiram em países centrais<sup>74</sup> e que, quando aplicados em nossa realidade específica, sofreram transformações. Comparando a ciência — no caso, a Antropologia — a uma "cultura", o autor denomina as singularidades periféricas de "idiomas regionais", perguntando-se como pode haver estas especificidades sem deixar de ser a Antropologia o que ela é, ou seja, uma ciência universal.

A questão nos remete à prática antropológica nos países que Cardoso de Oliveira chama de periféricos, pois como poderá um antropólogo nativo, estudioso de uma ciência que nasceu num determinado contexto, o contexto colonial europeu, e que tinha como objeto de estudo o "outro" distante e diferente culturalmente, estudar a si mesmo como "outro"? O autor coloca estas questões para discutir a história dos conceitos de *colonialismo* e *colonialismo interno*, dois conceitos centrais na América Latina, que possui em seu território uma grande quantidade de populações indígenas. E aponta para a questão do indigenismo e dos conceitos forjados nesta tradição — como os conceitos de *fricção interétnica*<sup>75</sup> e de *etnode-senvolvimento*<sup>76</sup> — como os prováveis campos

onde a Antropologia na América Latina se singularizou.

O que podemos concluir do texto do autor, embora não esteja explícito em suas palavras, é que a universalidade da disciplina é garantida pelos paradigmas em curso na *matriz disciplinar* e que as singularidades nacionais se manifestam nas temáticas desenvolvidas em cada lugar, dizendo respeito à identidade de cada país.

Cardoso de Oliveira é autor de vários outros textos sobre o assunto, dos quais os mais recentes são "A Antropologia e a 'Crise' dos Modelos Explicativos" (1994b) e a aula inaugural proferida para os cursos de graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp em 1993, "Olhar, Ouvir, Escrever" (1994c), ambos editados pela Unicamp.

## Os Anos 90

Uma das coisas que mais chama a atenção quando olhamos para a Antropologia dos anos 90 é a preocupação expressa consigo mesma. Comunicações, seminários e mesas-redondas sobre o tema<sup>77</sup> estão sempre presentes nas reuniões profissionais dos antropólogos. A preocupação com quem somos, quantos somos, nossas origens e temáticas desenvolvidas é uma constante em nossos encontros regionais e nacionais. Possuímos uma história relevante neste país e a tradição do pensamento antropológico se popularizou (Castro Faria, 1992) e se transformou em linha de pesquisa da disciplina.

Mas, apesar desses esforços, além de tantas outras atividades organizadas pelo país, sentimos falta de um conhecimento maior e mais detalhado da produção institucionalizada pelos programas de pós-graduação em Antropologia,<sup>78</sup> que possa nos fornecer informações mais concretas sobre nós mesmos,<sup>79</sup> no que influenciemos o pensamento social brasileiro e em que aspectos contribuimos no desenvolvimento e transformação deste pensar. Sentimos falta também da socialização e de um banco de teses que reúna toda esta produção para servir de memória e apoio a futuros projetos. É necessário que se encontre um caminho para

fazer circular as pesquisas que a cada semana engrossam os nossos catálogos de teses e dissertações, e que saibamos qual é realmente o espaço de nosso mercado de trabalho,<sup>80</sup> onde estamos atuando e o que fazemos. Por último, o enriquecimento do catálogo confeccionado pela ABA é imprescindível neste contexto em que as ciências sociais e particularmente a Antropologia são respeitadas como um campo do pensamento sobre a nossa realidade.

Ao longo dos anos 90, alguns de nossos programas de pós-graduação completaram duas décadas de existência e a Antropologia, já inserida e consolidada em várias instituições de Norte a Sul do país, abriu novas frentes, chegando aos mais distantes lugares.<sup>81</sup> Os 20 anos dos programas do Museu Nacional e da UnB foram celebrados com publicações comemorativas organizadas, respectivamente, por José Sergio Leite Lopes (1992) e Alcida Rita Ramos (1992). Ao contrário da publicação da UnB, que segue um estilo mais descritivo, Leite Lopes tenta uma crítica histórica que denomina de não-naturalizada; isto é, analisa criticamente a constituição no tempo da formação e consolidação do Programa de Pós-Graduação do Museu Nacional sem esquecer dos embates teóricos e conflitos entre seus participantes; dos impasses e entraves burocráticos que o programa teve de superar, o que o autor chama de “crises de sobrevivência”; do contexto sociopolítico não favorável à produção científica no início de sua formação, no segundo semestre de 1968, o que influenciou nas escolhas das preocupações teóricas de professores e alunos; da luta dos docentes por melhores salários; de que o programa teve elementos perseguidos pelo regime militar; “da convivência insuportável com a violência” a que muitas vezes são obrigados a resistir professores e alunos; e dos conflitos com as instituições governamentais<sup>82</sup> que não acabaram com a abertura política dos anos 80, mas que, muito pelo contrário, vêm dificultando cada vez mais algumas pesquisas que necessitam de autorização governamental. Dificuldades estas que, em última instância, não foram empecilhos para a

produção criativa que se consolidou no Museu Nacional.

Na mesma publicação/coletânea estão presentes outros textos. O texto do professor David Maybury-Lewis (1992) é mais teórico e discorre sobre o contexto de surgimento da Antropologia interpretativa nos EUA e sobre suas preocupações atuais, chamadas ironicamente por ele de “hipocondria epistemológica”, quando comparadas às reais contribuições da Antropologia clássica como, por exemplo, o relativismo cultural. Para ele, esta discussão deve estar presente tanto nos EUA quanto no Brasil em todas as épocas.

O texto do professor Roberto Da Matta (1992) fala de tradição num país que tem vocação para “museu vivo”, para “caleidoscópio sociopolítico”, dando ênfase aos nossos mitos de formação: a invenção da fábula das três raças, a valorização do mulato, o acaso da descoberta do Brasil etc. Para o autor, os mesmos elementos são combinados conforme nossos desejos e ideologias, o que tem como consequência as diferenças entre o público e o privado, entre a casa e a rua, entre o formal e o informal.

O texto de Roberto Cardoso de Oliveira (1992) limita-se, como ele mesmo diz, a dar um depoimento pessoal sobre a sua passagem pelo PPGAS do Museu Nacional. Inicia com a pré-história do programa, com os cursos de especialização nos anos 60 e com as influências de suas escolhas teóricas: a escolha do funcionalismo, via USP e Florestan Fernandes, no lugar do culturalismo norte-americano, e a introdução do estruturalismo francês de Lévi-Strauss no Brasil. Seu objetivo é contextualizar o que estava na origem da Antropologia feita no Museu Nacional através de seu depoimento pessoal. Um ponto importante no texto — diferentemente do que José Sergio Leite Lopes declarou — é a afirmação de que o programa do Museu, por se encontrar relativamente isolado das instituições universitárias maiores e dos cursos de graduação, “foi deixado fora do foco da atenção do sistema policial-militar” (Cardoso de Oliveira, 1992, p. 54).<sup>83</sup>

O último texto da coletânea comemorati-

va dos 20 anos do PPGAS é o do professor Luiz de Castro Faria (1992). O autor discute as possibilidades de uma Antropologia Social tupiniquim,<sup>84</sup> considerando que, ao se afastar das demais disciplinas que compunham a Antropologia geral, nem por isto ela se transformou em Sociologia, mas também não criou uma identidade própria. Tornou-se apenas, segundo o autor, um espaço para os desamparados de diferentes áreas como a História, a Arquitetura, a Medicina etc., o que lhe dá condições, hoje, de enveredar por todas elas. Neste sentido, a Antropologia ganhou *status* e popularidade e o “título de antropólogo passou a ter uma cotação elevada, atribuída muito mais pela sociedade que pela academia. Vale hoje como uma espécie de *passe-partout*” (Castro Faria, 1992, p. 71).

É quase impossível, nos limites deste artigo, fazer um mapeamento completo da produção sobre o tema na primeira metade dos anos 90. Mas, com certeza, não podemos deixar de citar os trabalhos do professor Klaas Woortmann, da UnB, “Repensando a (Pós-Graduação em) Antropologia” (1991), e “Crônica (Informativa, Levemente Crítica e um Tanto Apologética) de um Programa de Pós-Graduação: A Antropologia na UnB” (1993), que é justamente uma tentativa na direção de fazer um levantamento mais detalhado de quem somos e do que fazemos. O seu trabalho refere-se ao Programa de Pós-Graduação na UnB, seus alunos, professores e produção, além de discutir os novos formatos que o mestrado vem assumindo nos últimos anos entre nós.

Ainda de Brasília temos a dissertação de mestrado de Edgar Gutierrez Mendonça (1994), Uma “Aldeia” de Antropólogos: A Antropologia em Brasília, que versa sobre a Antropologia brasiliense, o espaço departamental ocupado pelos professores e alunos, discutindo também a *Série Antropologia* publicada pelo Departamento de Antropologia da UnB.

Vale ainda destacar o *Anuário Antropológico* 92 (1994), que é uma homenagem ao professor Roque de Barros Laraia,<sup>85</sup> que teve a sua carreira como antropólogo consolidada na

UnB. Compõem o *Anuário* os seguintes textos: “Saudação a Roque de Barros Laraia”, de Roberto Cardoso de Oliveira; “Paciência e Resignação”, de Alcida Rita Ramos; “Uma Presença Efetiva”, de Júlio César Melatti; “A Honra Acadêmica (ou da Condição de Emérito)”, de Roberto Cardoso de Oliveira; “Treze Pontos Riscados em Torno da Cultura Popular”, de Roberto Da Matta; “Sobre Homens Marginais”, de Gilberto Velho; “Religião e Modernidade: Roteiro para uma Discussão”, de Otávio Velho; “Lideranças Indígenas, Indigenismo Oficial e Destruição Florestal: O Caso de Ibirama”, de Silvio Coelho dos Santos; “Os Xetá: A Trajetória de um Grupo Tupi-Guarani em Extinção no Paraná”, de Cecília Maria Vieira Helm; “A Árvore da Memória”, de Ellen F. Woortmann, e “Da Aventura à Testemunha: Um Caminho Etnográfico ao Lado de Roque Laraia”, de Denise Maldí.

Em São Paulo, temos a tese de doutorado da professora Lilia Moritz Schwarcz (1993), *O Espetáculo das Raças — Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)*, e o trabalho do coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da USP em 1994, professor José Guilherme Cantor Magnani, que, na mesma direção de Klaas Woortmann em Brasília, vem fazendo um levantamento específico sobre a Antropologia uspiana. É de sua autoria, também, o texto “O Campo da Antropologia”, publicado com outros textos<sup>86</sup> em *Cadernos de História de São Paulo — Os Campos do Conhecimento e o Conhecimento da Cidade* (Magnani, 1992), editado pelo Museu Paulista da Universidade de São Paulo, onde ele apresenta o roteiro bibliográfico de todos os trabalhos antropológicos relativos à Grande São Paulo.

Os cariocas serão representados na década de 90 por Antônio Carlos de Souza Lima (1985), autor de *Aos Fetichistas, Ordem e Progresso — Um Estudo do Campo Indigenista no Seu Estado de Formação*, e Eduardo Viveiros de Castro (1993), com “O Campo na Selva Visto da Praia (Fazendo Etnologia Indígena no Museu Nacional, 1974-90)”.<sup>87</sup> O professor Luiz de Castro Faria (1993) também dá a sua

contribuição, neste momento, com o livro *Antropologia — Espetáculo e Excelência*.

Uma outra fonte de pesquisas que vem crescendo na década de 90 são os memoriais feitos para concursos internos para professor titular, que, a partir do itinerário intelectual de cada autor, traçam, sem dúvida, um pedaço de nossa história nem sempre presente nas demais publicações.<sup>88</sup> Cito os de: Alba Zaluar (Memorial da Violência, 1994, Unicamp), Antônio Augusto Arantes Neto (sem título, 1995, Unicamp), Carlos Rodrigues Brandão (Minha Memória I e II, 1987 e 1994, respectivamente, Unicamp), Eunice Ribeiro Durham (sem título, 1984, USP), Gilberto Alves Velho (sem título, 1992, Museu Nacional), Mariza Corrêa (sem título, 1994, Unicamp), Mariza Peirano (Não Foi Só por Acaso: Um Depoimento, 1992, UnB), Moacir Gracindo Soares Palmeira (sem título, 1994, Museu Nacional), Otávio Guilherme Alves Velho (sem título, 1992, Museu Nacional), Thekla Hartmann (sem título, s/d., USP) e Teresa Pires do Rio Caldeira (sem título, 1993, Unicamp).

#### De Que História Falamos?

Não por acaso,<sup>89</sup> comecei esta exposição com textos que foram produzidos numa reunião de antropólogos em novembro de 1953 no Rio de Janeiro e vou terminá-lo com uma outra reunião de antropólogos, realizada em abril de 1995 também no Rio de Janeiro. As preocupações principais, nestes dois encontros, foram basicamente as mesmas: a problematização do ensino/pesquisa e a profissionalização do antropólogo no Brasil. Nesses quase 42 anos, a Antropologia brasileira se transformou, amadurecendo, produzindo e conquistando um espaço no pensamento social nacional. Hoje, já não somos mais um grupo de profissionais preocupados somente com determinadas temáticas ou problemas teóricos gerais. Somos, hoje, um grupo de cientistas sociais que conquistou o seu espaço neste país e na Antropologia mundial,<sup>90</sup> contribuindo significativamente na produção do conhecimento e intervindo/influenciando nas questões práticas que nos dizem respeito no país.<sup>91</sup>

É importante notar que, apesar de serem estes dois momentos diferenciados de nossa história — da Antropologia como disciplina e de nosso país como nação —, a problemática da profissionalização do antropólogo, de seu ensino e pesquisa, tem sido recorrente entre nós, assumindo hoje uma significação especial. Encontram-se no centro de nossos debates questões como a de um curso de graduação em Antropologia, a compactação do mestrado e a necessidade de um maior intercâmbio entre as instituições onde se encontram os antropólogos, dentre uma série de outras problemáticas.

Quando falamos em história da ciência e, mais particularmente, como é o nosso caso, na história da Antropologia, devemos partir de algumas afirmações que estão claras hoje para nós. Não é nossa intenção olhar para o passado com os olhos exclusivos do presente, naquilo que ficou conhecido como “presentismo” (Stocking Jr., 1968), ou fazer um diálogo com o passado como se ele ainda estivesse vivo no presente (Gellner, 1981), apesar de termos consciência de que este distanciamento é, de certa forma, relativo, pois estaremos necessariamente falando de um tempo e lugar determinados socialmente. É do anacronismo que enfaticamente nos afastamos. Construir uma história exclusivamente genealógica (Stolcke, s/d.) e cronológica também não é a minha intenção, apesar de que, necessariamente, pensamos não poder deixar de periodizar no tempo e discorrer sobre as linhagens acadêmicas a que estamos nos referindo. Afirmar que toda teorização e construção histórica é um processo social datado no tempo e determinado pelo lugar de quem fala (Silverman, 1981) é hoje quase um consenso entre aqueles que discorrem sobre a história da ciência. Ou seja, para nós está claro o caminho que não queremos seguir, mas não está inteiramente claro o caminho que desejamos percorrer. Mesmo porque, acreditamos que muitas dessas escolhas se farão pelo caminho e que a direção seguida restringirá as escolhas a serem feitas por nós. Pretendemos fazer uma Antropologia crítica, objetivamente definindo a que espaço pertencemos, nossas posições teóricas diante da dis-

ciplina e de que afirmações filosóficas partimos, além, é claro, da contextualização político-social de nosso objeto de estudo.

Está clara também a direção para onde se orienta a nossa pesquisa. Escrevemos para os nossos pares, os antropólogos deste país e dos demais. Concordamos com Verena Stolcke (s/d., p. 16) quando diz que "la historia no está sólo hecha de los logros que se admiten sino también de los acontecimientos que se omiten", e por este motivo temos como certo que, ao escolher uma determinada direção, estamos necessariamente empobrecendo a realidade como um todo (Weber, 1992) e omitindo aspectos dessa história que também são relevantes e significativos na sua compreensão.

O que podemos aprender com todos estes textos? O que existe de comum em todos eles que nos indique alguma singularidade no que fazemos? Qual o tipo de *olhar* que devemos escolher para dirigir sobre este período tão recente de nossa história?

É a partir destas discussões, aqui somente pontuadas, que pretendemos entender um pouco melhor o que é fazer Antropologia no Brasil. Das questões epistemológicas colocadas por

Roberto Cardoso de Oliveira; da percepção crítica e criativa de Mariza Peirano; da historicidade e não unilinearidade de Mariza Corrêa; das questões metodológicas colocadas por Ruth Cardoso e Eunice Durham e do inusitado da pesquisa de campo discutido por Roberto DaMatta é que pretendemos construir também um pedaço dessa história. Histórias que são também estórias e que talvez nos permitirão compreender melhor o nosso lugar neste país e em nosso tempo.

A história da Antropologia entre nós é a história da delimitação de um campo intelectual, da construção de seu objeto de estudo, das temáticas que foram sendo abandonadas e daquelas que foram se desenvolvendo e consolidando no tempo e que se materializam no que hoje é a Antropologia brasileira. São estas questões, enfim, que elegi nesta construção visando à compreensão da Antropologia no Brasil.

*(Recebido para publicação  
em março de 1997)*

#### Notas

1. É interessante notar que, antes da década de 70, toda Antropologia que não era Arqueologia ou Antropologia Biológica era chamada de Antropologia Cultural. Os autores mais citados nos textos da época são Boas, Kroeber e Margareth Mead, por exemplo. Ou seja, existe uma mudança de foco (ou de linguagem?) entre as décadas de 60 e 70. Com a institucionalização dos programas de pós-graduação em Antropologia Social, é a Antropologia britânica que começa a dominar os trabalhos na área. A exceção é o caso da USP, que, segundo o depoimento do professor João Baptista Borges Pereira em outubro de 1994, pretendia um programa mais amplo para a Antropologia, que incluísse também a Arqueologia.
2. O que Roberto Cardoso de Oliveira (1988, pp.13-25) chama de paradigma.
3. O que hoje Mariza Peirano (1991, pp. 11-22) denomina regionalismo.
4. Serviço de Proteção aos Índios (SPI), entre outros.
5. O Exército, segundo ele, poderia se interessar por um curso de Antropometria ou Antropologia Física, por exemplo.

6. Neste processo de consolidação da Antropologia Social/Cultural no Brasil, foram fundamentais os trabalhos de campo realizados nas duas décadas anteriores pelo então professor da Universidade de São Paulo, Emílio Willems. Segundo Borges Pereira (1994, pp. 250-251), foi deste autor alemão o primeiro estudo de comunidade feito no Brasil, *Uma Vila Brasileira — Tradição e Mudança* (Willems, 1961). “A Willems devem-se pesquisas de campo e reflexões que tiraram a Antropologia feita no país de seu interesse apenas pelo biológico e pelo tribal e a colocaram como ciência preocupada com a análise e interpretação de aspectos cruciais da sociedade complexa brasileira” (Borges Pereira, 1994, p. 250). Outro trabalho importante foi o artigo publicado em 1955 por Oracy Nogueira, professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, na *Revista de Antropologia*: “Os Estudos de Comunidades no Brasil”. Estas duas pesquisas, que enfatizavam a vida social do conjunto de habitantes de áreas distantes dos locais urbanos de maior densidade demográfica, marcaram presença no Brasil nas décadas de 50 e 60. Oracy Nogueira afirma que, embora também possa ser aplicada aos grupos indígenas, em nossa tradição tal perspectiva metodológica se desenvolveu entre os agrupamentos populacionais integrados na estrutura social nacional. Diz o autor que a própria realidade social e demográfica do Brasil da época propiciava esta concepção, dada a ampla diversidade cultural e os grandes vazios demográficos que levavam a um certo isolamento de determinados grupos populacionais. Estes estudos tinham como principal objetivo a aplicação de ações práticas na realidade social brasileira. Os critérios de escolha das comunidades eram: nunca terem sido estudadas anteriormente, a sua representatividade perante uma série de outras comunidades análogas, e a aplicação ou repercussão de um fato econômico ou político local. Oracy Nogueira lista 17 pesquisas feitas até aquele momento, sendo quatro delas já publicadas: *Cunha, Tradição e Transição em uma Cultura Rural do Brasil* (Willems, 1947), “Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetá num Período de Trezentos Anos” (Hermann, 1948), *Cruz das Almas: A Brazilian Village* (Pierson, 1951) e *Amazon Town; A Study of Man in the Tropics* (Wagley, 1953).
7. Modelo vitalício para os professores titulares.
8. Em que são realizadas periodicamente eleições para os diferentes cargos de chefia na universidade.
9. A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) foi criada em 1967 e o seu Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social em 1971.
10. O doutorado criado na Unicamp é em Ciências Sociais.
11. Na UFRGS, em 1974, foi criado o Curso de Especialização em Antropologia Social; em 1979, o Programa de Mestrado em Ciências Sociais, com concentração nas áreas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política, que vão se constituir em três programas diferenciados em 1986. O doutorado em Antropologia Social começou a funcionar no início da década de 90. Entrevista com Ruben Oliven em 10 de abril de 1995.
12. No início dos anos 70 foi criado na Universidade Federal de Pernambuco o mestrado integrado em Sociologia e Economia; em 1976, a especialização em Antropologia Social e, em 1977, o mestrado em Antropologia Social. Entrevista com o professor Russel Parry-Scott em 11 de abril de 1995.
13. Sobre esta temática ver o texto de Cardoso (1983).
14. Não podemos deixar também de nos referir à tese de doutorado de Paulo Roberto Azeredo, escrita em meados dos anos 70 e não defendida devido à morte prematura de seu autor, tese que foi publicada postumamente, em 1986, com prefácio de João Baptista Borges Pereira, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. *Antropólogos e Pioneiros: A História da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etimologia* trata do curto período de existência (1941-1950) desta entidade e de um de seus mais atuantes membros: Arthur Ramos. A escolha

desta temática, já na década de 70, demonstra que a preocupação com a nossa história tem sido uma constante, mesmo nos períodos em que as publicações sobre o tema não foram frequentes.

15. É interessante perceber o significado assumido pela coletânea entre os cientistas sociais brasileiros. Para Fábio Wanderley Reis (1991), por exemplo, ela foi organizada em contraposição a uma corrente presente na Ciência Política daquele período: “Um traço saliente da ciência política ensinada e produzida no país continua a ser, em minha opinião, o de suas deficiências no que diz respeito a teoria e metodologia [...]. Por certo, a implantação da pós-graduação em ciências sociais no Brasil se deu em seguida a certas revisões de postulados e abordagens tradicionais da disciplina, ocorridas sobretudo nos Estados Unidos, e à incorporação a ela de métodos e técnicas sociológicas ‘modernas’. O ensino e a prática da ciência política no país sofreram os efeitos desses processos, com a ênfase, durante algum tempo (marcado mesmo por certas polêmicas bastante vivazes, que a alguns de nós pareciam então momentosas), no treinamento em metodologia e empiricamente orientada e com pretensões de cumulatividade. Dificilmente poderia se pretender, porém, que essa perspectiva tenha chegado a amadurecer efetivamente e a constituir-se em real ortodoxia entre nós. Ao contrário, ela sofreu prontamente uma poderosa reação proveniente de diversas fontes, e — pondo de lado, por exemplo, as resistências suscitadas por parte de certas orientações político-ideológicas e as confusões correspondentes — parece especialmente significativo que já em meados da década de 70 um centro como o IUPERJ, certamente um dos focos de propagação da perspectiva em questão, tenha dado origem a um volume destinado a *reagir* contra importantes aspectos dela, o qual, apesar de grandemente equivocado em seus postulados, contou com a adesão receptiva de vários nomes que pareciam filiados a ela [...]”. O argumento é completado em nota de rodapé: “Refiro-me ao volume organizado por Edson Nunes (1978). Eu próprio recebi convite tardio para participar do livro e inicialmente o aceitei, não tendo se concretizado minha participação em consequência do prazo apertado que me foi dado por Edson. Era minha intenção, porém, tomar posição contrária aos postulados fundamentais do livro.” (Reis, 1991, p. 28). Este livro é um entre vários outros no país que teve a sua edição esgotada e que não foi republicado, prejudicando ainda mais a confecção de bibliografias para a graduação em Ciências Sociais. Ver sobre o problema Schwartzman (1991), Fry (1995) e Corrêa (1995a).
16. Refiro-me à coletânea organizada por Ruth Cardoso (1986), *A Aventura Antropológica — Teoria e Pesquisa*.
17. Atualmente, o trabalho de campo não é apenas considerado como uma iniciática para o aprendiz de antropólogo: “[...] se, na antropologia, a criatividade nasce na relação entre pesquisa empírica e fundamentos da disciplina, então a pesquisa de campo surge como algo mais que um mero ritual de iniciação no qual o antropólogo prova que ‘sofreu, mas resistiu’. A solidão, embora boa companheira das descobertas da alteridade, não é o caminho virtuoso e mágico que, por si só, produz boa antropologia. À parte o fato de que a distância necessária para produzir o estranhamento pode ser geográfica, de classe, etnia ou outra, mas será sempre psíquica, os conceitos nativos requerem, necessariamente, a outra ponta da corrente, aquela que liga o antropólogo aos próprios conceitos da disciplina, isto é, à tradição teórico-etnográfica acumulada” (Peirano, 1991, pp. 36-37).
18. Em conversa com Luis Fernando Dias Duarte em janeiro de 1995 no Museu Nacional, ao perguntar-lhe sobre alguns problemas ocorridos entre professores da Casa, este me sugeriu que eu não deveria me sentir desconfortável com estas perguntas, pois “fofoca também é Antropologia”. Ver também o texto de Max Gluckman (1963) sobre o assunto.

19. Ver o interessante texto do professor Luiz de Castro Faria (1992), que discorre sobre a popularidade alcançada pela Antropologia no mundo contemporâneo e a sua aproximação com o poder.
20. Da Matta (1978, p. 35) leu Geertz e Dumont e cita a já em pauta nos EUA Antropologia interpretativa.
21. Da Matta (1978, p. 31) coloca uma questão que sempre me incomodou na Antropologia: “É como se na escola graduada tivessem nos ensinado tudo: espere um sistema matrimonial prescritivo, um sistema político segmentado, um sistema dualista etc., e jamais nos tivessem prevenido que a situação etnográfica não é realizada num vazio e que tanto lá, quanto aqui, se pode ouvir os *anthropological blues*”. Sempre reclamei que não me ensinaram a fazer pesquisa antropológica. Descobri agora que o “barato” do trabalho de campo não pode ser ensinado didática e teoricamente. Ou se encontra a sensibilidade necessária para vivê-lo — isto é, ou se está disposto a vivê-lo intensamente —, ou não se tem esta disposição. A pesquisa antropológica tem muito a ver com o inusitado, com as escolhas feitas, com o que se deixou de observar ou se escolheu priorizar. Além do treinamento clássico no pensamento antropológico — que é a própria essência do pensar e fazer da disciplina —, só se aprende a fazer pesquisa de campo fazendo, vivenciando este momento fundamental do pensamento antropológico que didaticamente é muito difícil de ser ensinado.
22. De fazer pesquisa num país em desenvolvimento.
23. “Desejo [...] neste trabalho, trazer à luz todo um ‘outro lado’ desta mesma tradição oficial [de contar como faz a pesquisa] e explicitamente reconhecida pelos antropólogos, qual seja: os aspectos que aparecem nas anedotas e nas reuniões de Antropologia, nos coquetéis e nos momentos menos formais. Nas estórias que elaboram de modo tragicômico um mal-entendido entre o pesquisador e o seu melhor informante, de como foi duro chegar até a aldeia, das diarréias, das dificuldades de conseguir comida e — muito mais importante — de como foi difícil comer naquela aldeia do Brasil Central.”  
 “Estes são os chamados aspectos ‘românticos’ da disciplina, quando o pesquisador se vê obrigado [...] É curioso e significativo que tais aspectos sejam cunhados de ‘anedóticos’ e, como já disse, de ‘românticos’, desde que se está consciente — e não precisamos ser filósofos para tanto — de que a Antropologia Social é uma disciplina da comutação e da mediação. E com isso quero simplesmente dizer que talvez mais do que qualquer outra matéria devotada ao estudo do Homem, a Antropologia é aquela onde necessariamente se estabelece uma ponte entre dois universos (ou subuniversos) de significação, e tal ponte e mediação é realizada com um mínimo de aparato institucional ou de instrumentos de mediação. Vale dizer, de modo artesanal e paciente, dependendo essencialmente de humores, temperamentos, fobias e todos os outros ingredientes das pessoas e do contato humano” (Da Matta, 1978, pp. 26-27).
24. Usarei algumas vezes o conceito de ciência e outras vezes o conceito de disciplina para me referir à Antropologia. No entanto, isso não significa que considero a Antropologia uma ciência nos moldes como o conceito é empregado para as chamadas *hard science*: “[...] el verdadero problema que plantean las ciencias del spiritu al pensamiento es que su esencia no queda correctamente aprehendida si se las mide según el padrón del conocimiento progresivo de leyes. La experiencia del mundo sociohistórico no se eleva a ciencia por el procedimiento inductivo de las ciencias naturales. Signifique aquí lo que signifique, y aunque en todo conocimiento histórico esté emplicada la aplicación de la experiencia general al objeto de investigación en cada caso, el conocimiento histórico no obstante no busca ni pretenda tomar el fenómeno concreto como caso de una regla general. Lo individual no se limita a servir de confirmación a una legalidad a partir de la cual pudieron en sentido práctico hacerse predicciones. Su idea es más bien comprender el fenómeno mismo en su concreción histórica y única. Por mucho que opere en esto la experiencia general, el objetivo no es confirmar y ampliar las experiencias generales para alcanzar el conocimiento de una ley tipo de cómo se

- desarrollan los hombres, los pueblos, los estados, sino comprender cómo es tal hombre, tal pueblo, tal estado, qué se he hecho de él, o formulado muy generalmente, cómo ha podido ocurrir que sea así” (Gadamer, 1992 [1960], pp. 32-33).
25. O primeiro foi Carlos Rodrigues Brandão, hoje professor na Unicamp.
  26. Com a mesma preocupação antropológica, é necessário que se faça também esta discussão sobre o período que chamamos de a *era da pós-graduação*. Este foi o objetivo de minha pesquisa no doutorado (Rubim, 1996).
  27. A autora diz ainda que, além da antropologia das questões raciais, o autor é também precursor da Medicina Legal brasileira.
  28. Raymundo Nina Rodrigues era por nascimento maranhense.
  29. Que o autor, na época, chama de “psicológica”.
  30. Mais tarde Instituto Médico Legal Nina Rodrigues.
  31. Nina Rodrigues foi o médico que examinou os cadáveres de personagens famosos como, por exemplo, o de Antônio Conselheiro.
  32. Ao contrário do que Derek Freeman afirma sobre Margareth Mead: que ela encontrou nos adolescentes samoanos o que o seu mestre, Franz Boas, queria que ela encontrasse. Pela transcrição da discussão de Freeman sobre a pesquisa da antropóloga norte-americana ver Maybury-Lewis (1992).
  33. “O impulso inicial do projeto foi de Maria Manuela Carneiro da Cunha e, já que a idéia era produzir um trabalho coletivo, vários professores da área de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp colaboraram de uma maneira ou de outra em variadas etapas de sua concretização [...] Foi quase por acaso, e devido mais às circunstâncias do que a um planejamento racional, que fiquei encarregada de pô-lo em prática, no âmbito de seminários ocorridos no primeiro e no segundo semestres do ano de 1984, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social” (Corrêa, 1987, p. 23, nota 1).
  34. E que deram origem também ao livro organizado por Corrêa (1987), *História da Antropologia no Brasil (1930-1960) — Testemunhos: Emilio Willems e Donald Pierson*.
  35. Tese de Ph.D. defendida na Harvard University em 1981 e publicada dez anos depois na *Série Antropologia*, Brasília, UnB, n. 110; alguns de seus capítulos foram editados em formato de artigos e publicados no livro *Uma Antropologia no Plural: Três Experiências Contemporâneas* (Peirano, 1991) e no *Anuário Antropológico*.
  36. Concorro com a afirmação da autora e vou mais além, isto é: como a delimitação de um campo científico social influencia a consolidação da auto-reflexão sobre si mesmo.
  37. Além de Peirano, na década de 80 fizeram pesquisas no exterior os seguintes pesquisadores: Ruy Coelho (*Os Karaíb Negros de Honduras*, 1960); George de Cerqueira Leite Zarur (*Seafood Gatherers in Mullet Springs; Economic Rationality and the Social System*, 1975); Luiz Tarlei de Aragão (*Tradition et Modernisme dans la Ville Nouvelle de St. Quentin-en-Yvelines; Utilisation des Méthodes Anthropologiques dans l’Étude d’une Ville Nouvelle*, 1980); Maria Manuela Liege Carneiro da Cunha (*Negros, Estrangeiros; Os Escravos Libertos e sua Volta à África*, 1985); Cláudia Fonseca (*Crime, Corps, Drame et Humour: Famille et Quotidien dans la Culture Populaire*, 1993); Wilson Trajano Filho (tese de doutorado em andamento na Guiné-Bissau).
  38. O caso da USP é diferente. O mestrado e o doutorado já existiam desde a década de 40, quando foram defendidas 31 dissertações de mestrado e 22 teses de doutorado em Ciências Sociais. Com o novo regimento, que passou a vigorar em 1971 (*Revista de Antropologia*, 1986), a USP adaptou a sua pós-graduação à nova legislação.

39. O mestrado em Antropologia Social da UFSC foi criado em 1988. Entrevista com a professora Miriam Grossi em 11 de abril de 1995.
40. Existem outras publicações igualmente importantes como os *Novos Estudos Cebrap*, a *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, *Dados — Revista de Ciências Sociais* etc.
41. Esta publicação foi editada pelo Iuperj até 1980, quando passou para a coordenação da Anpocs (n. 9). Em 1996 ganhou o *status* de revista.
42. O mestrado foi criado em 1968 e o doutorado em 1977. Neste ano, quando foi escrito o perfil, já havia a preocupação por parte do PPGAS em diminuir o tempo gasto no mestrado (quatro anos), o que só veio a se efetivar nas demais instituições na década de 90. O texto também mostra que, ao contrário do que diz Mariza Corrêa (1995a), não havia isolamento entre os programas de pós-graduação em Antropologia Social no país, pelo menos entre os quatro maiores: “O Programa mantém atualmente convênios formais de intercâmbio acadêmico com a Universidade de Brasília (Instituto de Ciências Humanas, Curso de Mestrado em Antropologia Social) e com o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (mestrado em Sociologia e Ciência Política), além de contatos íntimos com os grupos de pesquisa em Ciências Sociais da USP, da Unicamp e de diversas universidades européias e norte-americanas.” (*BIB*, 1978, p. 6).
43. O curso de mestrado em Sociologia e Ciência Política foi criado em 1973 e o de Antropologia em 1979. O doutorado em Antropologia começou a funcionar em 1990.
44. O mestrado foi criado em 1972 e o doutorado em 1981.
45. Como, por exemplo, o Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp ou o Programa de Mestrado em Ciências Humanas da UFBA.
46. O que, para o autor, deveria ter ficado a cargo do ensino técnico de nível médio.
47. Que era a proposta de Vieira da Cunha no texto de 1955.
48. Onde foi publicado sob o título “Through Althusserian Spectreles: Recent Social Anthropology in Brazil”.
49. Eram 41 filiados à ABA em 1953, segundo o autor.
50. Como, por exemplo, Donald Pierson, Charles Wagley, Lévi-Strauss etc.
51. FAPESP, CNPq, CAPES, Finep, Fundação Ford etc.
52. Alguns antropólogos brasileiros, nesta época, seguiram os passos da Antropologia interpretativa norte-americana sem estarem, no entanto, no meu entender, munidos de uma boa dose de crítica e questionamentos, que só começam a aparecer no final dos anos 80.
53. Com uma breve introdução de Júlio César Melatti, este relatório foi publicado em *América Indigenista*, do Instituto Indigenista Interamericano (Melatti, 1980).
54. Originalmente como parte da coleção Curso de Introdução à Antropologia, publicada pelo convênio Fundação Universidade de Brasília/Open University, e, mais tarde, também no *BIB* (Melatti, 1984).
55. São ao todo 14 páginas de citações bibliográficas, onde podemos achar um material farto sobre a temática.
56. “O leitor notará que um maior espaço é dedicado à Etnologia. Isso decorre de duas razões: a existência, pelo menos é esta a nossa impressão, de um maior número de trabalhos e um mais amplo leque de temas etnológicos explorados do que referentes a outros ramos da Antropologia; e por ser este roteiro elaborado para um curso que tem um interesse mais forte na Etnologia” (Melatti, 1984, p. 3).

57. Incluída no roteiro de Melatti, apesar de ter se desenvolvido como ciência independente, devido aos laços íntimos que mantém com a Antropologia.
58. Sobre os Tupi ver Viveiros de Castro (1984/85 e 1986, cap.1).
59. Deixarei de fora os textos referentes a Mariza Peirano que foram discutidos anteriormente, quando da análise de sua tese de doutorado, e os de Roberto Cardoso de Oliveira, que serão discutidos mais adiante em capítulo específico.
60. Na realidade, a primeira *Revista de Antropologia* foi editada no ano de 1953.
61. Isto é, tradicionalmente estudamos a nós mesmos.
62. *A Aventura Sociológica — Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social*, organizada por Edson Nunes (1978).
63. Ou seja, negros estudando negros, mulheres estudando mulheres etc.
64. “[...] praticamente não faço mais pesquisa antropológica, não exercito integralmente minha disciplina, mas nem por isso deixei de refletir sobre ela, sobre sua história e sua epistemologia, seja escrevendo, seja lecionando na Unicamp e, episodicamente, falando em outras instituições de ensino e pesquisa” (Cardoso de Oliveira, 1992, pp. 45-46).
65. No ano de 1992 foi organizada por Mariza Corrêa e Roque de Barros Laraia (1992) uma coletânea de textos de ex-alunos, amigos e colegas do professor Roberto Cardoso de Oliveira, como homenagem pela passagem do seu 60.º aniversário de nascimento. A coletânea conta com vários textos que discorrem sobre a trajetória intelectual e a vida do autor (como os de Luiz de Castro Faria, Roque Laraia e Carlos Rodrigues Brandão), além de textos teóricos sobre as suas contribuições à Antropologia (Ruben, 1992), seu acervo, que se encontra aos cuidados do Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, e bibliografia.
66. Roberto Cardoso de Oliveira foi professor da maioria dos docentes que hoje são professores no Museu Nacional e na UnB. Foi responsável pela orientação de 5 dissertações de mestrado no Museu Nacional; 16 dissertações de mestrado e 2 teses de doutorado na UnB, e 4 dissertações e 2 teses na Unicamp, totalizando 29 pesquisas até 1995.
67. Sobre este assunto, ver também Da Matta (1977), Azzan Junior (1993) e Rubim (1994).
68. Também publicado no *Anuário Antropológico* 84 (1985).
69. Conceito desenvolvido anteriormente por Thomas Kuhn (1991 [1962]) e Clifford Geertz (1984).
70. Também publicado no *Anuário Antropológico* 83 (1985a).
71. Também publicado no *Anuário Antropológico* 86 (1988).
72. Também publicado no *Anuário Antropológico* 85 (1986).
73. Texto originalmente escrito para o seminário *Entre el Acontecimiento y la Significación: El Discurso sobre la Cultura en el Nuevo Mundo*, Trujillo, Espanha, dezembro de 1992, e publicado parcialmente na *Revista de Antropologia* em 1994.
74. “[...] nunca será demais lembrar que tomo por periférico aquele espaço que não se identifica com o espaço metropolitano — leia-se: Inglaterra, França e Estados Unidos da América —, de onde emergiram os paradigmas da disciplina no final do século passado e princípios deste e que desses países se difundiram para outras latitudes. Periférico, no caso, não se identifica também com a noção política de periferia, enquanto marcadora de um lugar habitualmente ocupado pelo chamado ‘Terceiro Mundo’. Assim sendo, as ‘antropologias periféricas’ podem existir em qualquer dos ‘mundos’, inclusive no mundo europeu, desde que sejam assim chamadas em países que não tenham testemunhado a emergência da disciplina em seu

- território e, igualmente, não tenham ocupado uma posição hegemônica no desenvolvimento de novos paradigmas” (Cardoso de Oliveira, 1994a, pp. 14-15).
75. Conceito desenvolvido por Roberto Cardoso de Oliveira no Brasil e que se colocou como alternativa aos conceitos então em voga de aculturação e mudança social.
  76. Conceito desenvolvido por Rodolfo Stavenhagen em 1981 e que propunha, em face da problemática da modernização, um “desenvolvimento alternativo” na América Latina, ressaltando-se as populações étnicas na região. Segundo Cardoso de Oliveira (1994a, pp. 23-24).
  77. Como, por exemplo, as reuniões que acontecem na ABA, na Anpocs, como a Semana de Antropologia realizada no segundo semestre de 1994 na Unicamp e o Seminário sobre o Ensino em Antropologia que se realizou em abril de 1995 no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, como seqüência da mesa-redonda O Ensino das Ciências Sociais em Questão, realizada no Encontro Anual da Anpocs de 1994, em Caxambu. Sob a coordenação de Mariza Peirano, estiveram presentes neste último evento — além de Fábio Wanderley Reis, cientista político da UFMG, e de Juarez Brandão Lopes, sociólogo da Unicamp — Peter Fry, do IFCS/UFRJ, com o texto “Formação ou Educação: Os Dilemas dos Antropólogos perante a Grade Curricular” (Fry, 1995); Paula Montero, da USP, com “Tendências da Pesquisa Antropológica no Brasil” (Montero, 1995); Luis Fernando Dias Duarte, do Museu Nacional/UFRJ, com “Formação e Ensino na Antropologia Social: Os Dilemas da Universalização Romântica” (Duarte, 1995), e Mariza Peirano com “Sobre o Ensino da Antropologia” (Peirano, 1995). Estes textos foram publicados pela ABA em março de 1995, com comentários de Mariza Corrêa (1995a) e Pierre Sanchis (1995).
  78. Unicamp, USP, UnB, Museu Nacional/UFRJ, UFRGS, UFSC, UFPe, UFPA, UFPR, UFF, além do mestrado em Ciências Humanas da UFBA e do mestrado e doutorado da PUC-SP.
  79. Não penso ser a Antropologia uma disciplina com limites rigidamente demarcados em relação às suas irmãs das ciências sociais. Por isso, falo e penso aqui na Antropologia, mas poderíamos desdobrar e generalizar para as ciências sociais muito desta problemática.
  80. Uma pesquisa que vai ao encontro desta questão é a tese de doutorado de Maria da Glória Bonelli (1993), *Identidade Profissional e Mercado de Trabalho dos Cientistas Sociais: As Ciências Sociais no Sistema das Profissões*.
  81. Em 1994 foi criado o mestrado em Antropologia Social da UFPA.
  82. Funai principalmente.
  83. Observação feita por ele também na entrevista concedida a Corrêa (1991).
  84. “[...] a categoria tupiniquim é manipulada para designar uma razão diferente, uma razão brasileira” (Castro Faria, 1992, p. 70).
  85. Professor emérito da UnB, com o título conferido pelo Conselho Universitário em 5 de agosto de 1992.
  86. “O Campo da História”, de Raquel Glezer; “O Campo da Geografia”, de Odette Seabra; “O Campo da Economia”, de Flávio Azevedo Marques de Saes; “O Campo da Arquitetura e Urbanismo”, de Nestor Goulart Reis Filho, e “O Campo da Sociologia”, de Eva Alterman Blay.
  87. Apresentado no seminário temático A Construção do Trabalho Intelectual, coordenado por Sérgio Miceli e Ângela Gomes, XIV Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, 22-26 de outubro de 1990.
  88. Interessante também é a leitura dos “agradecimentos” das dissertações de mestrado e teses de doutorado, pois elas nos mostram os caminhos seguidos por gerações de antropólogos e as redes sociais de que fazem parte.

- 89 Veja, sobre este assunto, o artigo de Howard S. Becker (1995), "Foi por Acaso: Reflexões sobre a Coincidência", e o referido memorial de Mariza Peirano, "Não Foi Só Por Acaso: Um Depoimento".
90. Como atesta a produção, na Alemanha, de uma dissertação de mestrado sobre a Antropologia no Brasil: "*Ethnology Brazilian Style?*" *Eine Untersuchung Zur Historischen Entwicklung Des Ethnologischen Selbstverständnisses in Brasilien*, de Wilhem Rodrian (1993), que discute a questão levantada por Alcida Rita Ramos (1990).
91. Como exemplos podemos citar a política indigenista e a intervenção na Constituição de 1988.

### Bibliografia

Agostinho, Pedro

- 1979 "Ensino Pós-Graduado, Teoria e Pesquisa Antropológica — Uma Experiência na Universidade de Brasília". *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 22, pp. 133-142.

Aragão, Luiz Tarlei de

- 1980 *Tradition et Modernisme dans la Ville Nouvelle de St. Quentin-en-Yvelines; Utilisation des Méthodes Anthropologiques dans l'Étude d'Une Ville Nouvelle*. Tese de doutorado, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales.

Arantes Neto, Antônio Augusto

- 1978 "Avaliação & Perspectivas: Antropologia Social". *Avaliação & Perspectivas*, Brasília, CNPq.

Azeredo, Paulo Roberto

- 1986 *Antropólogos e Pioneiros: A História da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia*. São Paulo, FFLCH/USP.

Azzan Junior, Celso

- 1993 *Antropologia e Interpretação*. Campinas, Ed. da Unicamp.

Baldus, Herbert

- 1943 "Ensaio sobre a História da Etnologia Brasileira". *Boletim Bibliográfico*, São Paulo, vol. 1, pp. 59-69.

Becker, Howard S.

- 1995 "Foi por Acaso: Reflexões sobre a Coincidência". *Anuário Antropológico* 93, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

*BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*

- 1978 "Perfil Institucional: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional/UFRJ". *BIB*, Rio de Janeiro, n. 3, pp. 5-8.
- 1980 "Perfil Institucional: Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Política e Sociologia da UFRGS". *BIB*, Rio de Janeiro, n. 9, pp. 7-9.
- 1983 "Perfil Institucional: Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília". *BIB*, Rio de Janeiro, n. 15, pp. 57-62.

Bonelli, Maria da Glória

- 1993 *Identidade Profissional e Mercado de Trabalho dos Cientistas Sociais: As Ciências Sociais no Sistema das Profissões*. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Campinas, IFCH/Unicamp.

- Borges Pereira, João Baptista
- 1966 *Cadeira de Antropologia — Organização e Atividades*. São Paulo, FFLCH/USP.
- 1981 “Estudos Antropológicos das Populações Negras na Universidade de São Paulo”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 24, pp. 63-74.
- 1994 “Emilio Willems e Egon Schaden na História da Antropologia”. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, vol. 8, n. 22, pp. 249-253.
- Cardoso, Ruth Corrêa Leite
- 1983 “Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico”, in M. Hermínia Tavares de Almeida e Bernardo Sorj, *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, São Paulo, Brasiliense.
- 1986 “Aventuras de Antropólogos em Campo ou como Escapar das Armadilhas do Método”, in Ruth C.L. Cardoso (ed.), *A Aventura Antropológica — Teoria e Pesquisa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Cardoso de Oliveira, Roberto
- 1967 “Brasil 1”. *Anuário Indigenista*, México, vol. XXVII, dezembro, pp. 47-53.
- 1988 *Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/MCT/CNPq.
- 1992 “Depoimento: Rememorando um Programa”. *Comunicações do PPGAS*, Rio de Janeiro, n. 2, novembro, pp. 45-56.
- 1994a “O Movimento dos Conceitos em Antropologia”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, n. 36, pp. 13-31.
- 1994b *A Antropologia e a “Crise” dos Modelos Explicativos*. Primeira Versão, Campinas, IFCH/Unicamp.
- 1994c “Olhar, Ouvir, Escrever”. Aula Inaugural, Campinas, IFCH/Unicamp, pp. 5-29.
- Castro Faria, Luiz de
- 1992 “Uma Antropologia Social Tupiniquim?”. *Comunicações do PPGAS*, Rio de Janeiro, n. 2, pp. 57-75.
- Corrêa, Mariza
- 1982 *As Ilusões da Liberdade — A Escola Nina Rodrigues & a Antropologia no Brasil* (2 vols). Tese de doutorado em Ciência Política, São Paulo, FFLCH/USP.
- 1987 *História da Antropologia no Brasil (1930-1960) — Testemunhos: Emílio Willems e Donald Pierson*. São Paulo, Vértice/Ed. da Unicamp.
- 1988a “Traficantes do Excêntrico: Os Antropólogos no Brasil dos Anos 30 aos 60”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, vol. 3, n. 6, fevereiro, pp. 79-98.
- 1988b “A Revolução dos Normalistas”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 66, agosto, pp. 13-24.
- 1990 “Avaliação e Perspectivas: Antropologia nos Anos 80”. *Avaliação & Perspectivas*, Brasília, CNPq.
- 1991 “An Interview with Roberto Cardoso de Oliveira”. *Current Anthropology*, vol. 32, n. 3, junho, pp. 335-343.
- 1995a “Damas & Cavalheiros de Fina Estampa, Dragões & Dinossauros, Héreis & Vilões”, in *O Ensino da Antropologia no Brasil — Temas para uma Discussão*, Rio de Janeiro, ABA, março, pp. 42-43.
- 1995b “A Antropologia no Brasil (1960-1980)”, in S. Miceli (org.), *A História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 2, São Paulo, Sumaré.
- Corrêa, Mariza e Laraia, Roque de Barros (eds.)
- 1992 *Roberto Cardoso de Oliveira — Homenagem*. Campinas, IFCH/Unicamp.

- 1993 *Antropologia — Espetáculo e Excelência. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/Ed. da UFRJ.*
- Cunha, Maria Manuela Liege Carneiro da  
1985 *Negros, Estrangeiros; Os Escravos Libertos e Sua Volta à África.* São Paulo, Brasiliense.
- Da Matta, Roberto  
1977 *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social.* Petrópolis, Vozes.  
1978 “O Ofício de Etnólogo, ou Como Ter ‘Anthropological Blues’”, in Edson Nunes (ed.), *A Aventura Sociológica — Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social*, Rio de Janeiro, Zahar, pp. 23-35.  
1992 “Para Uma Antropologia da Tradição Brasileira (Ou: A Virtude Está no Meio)”. *Comunicações do PPGAS*, Rio de Janeiro, n. 2, pp. 23-44.
- Debert, Guita Grin  
1986 “Problemas Relativos à Utilização da História de Vida e História Oral”, in Ruth C. L. Cardoso (ed.), *A Aventura Antropológica — Teoria e Pesquisa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Duarte, Luiz Fernando Dias  
1986 “Classificação e Valor na Reflexão sobre Identidade Social”, in Ruth C. L. Cardoso (ed.), *A Aventura Antropológica — Teoria e Pesquisa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.  
1995 “Formação e Ensino na Antropologia Social: Os Dilemas da Universalização Romântica”, in *O Ensino da Antropologia no Brasil — Temas para uma Discussão*, Rio de Janeiro, ABA, março, pp. 10-17.
- Dumont, Louis  
1985 *Individualismo; Uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna.* Rio de Janeiro, Rocco.
- Durham, Eunice Ribeiro  
1982 “Os Problemas Atuais da Pesquisa Antropológica no Brasil”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 25, pp. 159-170.  
1986 “A Política de Pós-Graduação e as Ciências Sociais”. *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Anpocs, n. 21, 1.º semestre, pp. 41-55.  
1986b “A Pesquisa Antropológica com Populações Urbanas: Problemas e Perspectivas”, in Ruth C. L. Cardoso (ed.), *A Aventura Antropológica — Teoria e Pesquisa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Durham, Eunice Ribeiro e Cardoso, Ruth Corrêa Leite  
1961 “O Ensino da Antropologia no Brasil”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 9, ns. 1-2, pp. 91-107.
- Elias, Norbert  
1994 *O Processo Civilizador; Uma História dos Costumes.* Vols. I e II. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Fernandes, Rubem César  
1984 “Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente”. *BIB*, n. 18, pp. 238-273.

- Fonseca, Claudia  
1993 Crime, Corps, Drame et Humour: Famille et Quotidien dans la Culture Populaire. Tese de doutorado, Université de Nanterre.
- Fry, Peter  
1995 "Formação ou Educação: Os Dilemas dos Antropólogos perante a Grade Curricular", in *O Ensino da Antropologia no Brasil — Temas para uma Discussão*, Rio de Janeiro, ABA, março, pp. 26-41.
- Gadamer, Hans George  
1992 *Verdad y Metodo: Fundamentos de Una Hermenéutica Filosófica*. Salamanca, Ediciones Sígueme.
- Geertz, Clifford  
1984 "The Way We Think Now: Toward an Ethnography of Modern Thought", in C. Geertz, *Local Knowledge — Further Essays in Interpretive Anthropology*, Nova York, Basic Books Publishers, pp. 147-163.
- Gellner, Ernest  
1981 "Introdução", in E. Evans-Pritchard, *História do Pensamento Antropológico*, Lisboa, Edições 70, pp. 15-38.
- Gluckman, Max  
1963 "Fofoca & Escândalo". *Current Anthropology*, 4 (3), junho.
- Helm, Cecília Maria Vieira  
1978 "José Loureiro Fernandes: 1903-1977". *Estudos Avançados*, São Paulo, USP.
- Hermann, Lucila  
1948 "Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetá num Período de Trezentos Anos". *Revista de Administração*, São Paulo, Ano II, ns. 5/6.
- Kant de Lima, Roberto  
1985 *A Antropologia da Academia: Quando os Índios Somos Nós*. Petrópolis, Vozes/UFF.
- Kuhn, Thomas  
1991[1962] *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo, Perspectiva.
- Laplantine, François  
1988 *Aprender a Antropologia*. São Paulo, Brasiliense.
- Laraia, Roque de Barros  
1982 "Avaliação & Perspectivas: Antropologia". *Avaliação & Perspectivas*, Brasília, Seplan/CNPq.  
1987a "Etnologia Indígena Brasileira: Um Breve Levantamento". *Série Antropologia*, Brasília, UnB, n. 60.  
1987b "Os Estudos de Parentesco no Brasil". *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Anpocs, n. 23, 1.º semestre, pp. 3-17.
- Leite Lopes, José Sergio  
1992 "20 Anos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ". *Comunicações do PPGAS*, Rio de Janeiro, n. 2, novembro, pp. 1-8.

- Maciel, Alba Costa; Andrade, Diva e Vale, Eunides do  
 1978 "A Antropologia na Universidade de São Paulo: Histórico e Situação Atual". *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 21 (1a. parte), pp. 117-143.
- Magnani, José Guilherme Cantor  
 1986 "Discurso e Representação, ou de Como os Baloma de Kiriwina Podem Reencarnar-se nas Atuais Pesquisas", in Ruth C. L. Cardoso (ed.), *A Aventura Antropológica — Teoria e Pesquisa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.  
 1992 "O Campo da Antropologia". *Cadernos de História de São Paulo: Os Campos do Conhecimento e o Conhecimento da Cidade*, São Paulo, Museu Paulista/USP, n. 1, pp. 45-56.
- Maybury-Lewis, David  
 1992 "O Relativismo na Antropologia Norte-Americana". *Comunicações do PPGAS*, Rio de Janeiro, n. 2, pp. 9-22.
- Melatti, Júlio Cezar  
 1984 "A Antropologia no Brasil: Um Roteiro". *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Anpocs, n. 17, 1.º semestre, pp. 3-52.  
 1980 "Situação e Problemática da Antropologia no Brasil". *América Indigenista*, México, Instituto Indigenista Interamericano, vol. XL, n. 2, pp. 225-279.
- Mendonça, Edgar Gutierrez  
 1994 Uma "Aldeia" de Antropólogos: A Antropologia em Brasília. Dissertação de mestrado em Antropologia, Brasília, ICH/DAN/UnB.
- Menezes, Eduardo Diatay Bezerra de  
 1979 "A Pesquisa como Base para o Ensino de Pós-Graduação". *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 22, pp. 143-149.
- Miceli, Sérgio (ed.)  
 1989 *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. I. São Paulo, Idesp/Vértice/Finep.
- Montero, Paula  
 1995 "Tendências da Pesquisa Antropológica no Brasil", in *O Ensino da Antropologia no Brasil — Temas para uma Discussão*, Rio de Janeiro, ABA, março, pp. 18-25.
- Nogueira, Oracy  
 1955 "Os Estudos de Comunidades no Brasil". *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 3, pp. 95-103.  
 1984/85 "Hiroshi Saito: 1919-1983". *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, pp. 447-449.
- Peirano, Mariza  
 1981 *The Anthropology of Anthropology: The Brazilian Case*. Ph.D Thesis, Boston, Harvard University.  
 1991 *Uma Antropologia no Plural — Três Experiências Contemporâneas*. Brasília, Editora da UnB.  
 1994 "A Favor da Etnografia". *Anuário Antropológico* 92, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, pp. 197-224.  
 1995 "Sobre o Ensino da Antropologia", in *O Ensino da Antropologia no Brasil — Temas para uma Discussão*, Rio de Janeiro, ABA, março.

- Pierson, Donald  
 1951 “*Cruz das Almas*”: *A Brazilian Village*. Washington, Smithsonian Institution, Institution of Social Anthropology, n. 12.
- Queiroz Junior, Teófilo de  
 1986 “Luis Pereira: 1933-1985”. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, pp. 197-198.
- Ramos, Alcida Rita  
 1988 “A Antropologia Brasileira Vista através do *Anuário Antropológico*”. *Série Antropologia*, Brasília, UnB, n. 67.  
 1990 “Ethnology Brazilian Style”. *Cultural Anthropology*, vol. 5, n. 4, pp. 452-472.  
 1992 *Antropologia em Brasília: Vinte Anos de Pós-Graduação*. ICH/DAN/UnB.
- Reis, Fábio Wanderley  
 1991 “‘O Tabelaio e a Lupa’: Teoria, Método Generalizante e Idiografia no Contexto Brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, ano 6, n. 16, julho, pp. 27-42.
- Revista de Antropologia*  
 1954 “XXXI Congresso Internacional de Americanistas”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 2, n. 2, pp. 155-159.  
 1966 “VII Reunião Brasileira de Antropologia. Belém, 6-11 de junho de 1966”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 14, pp. 131-132.  
 1978a “IX Reunião Brasileira de Antropologia”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 21 (2.<sup>a</sup> parte), pp. 213-214.  
 1978b “X Reunião Brasileira de Antropologia”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 21 (2.<sup>a</sup> parte), pp. 214-215.  
 1978c “XI Reunião Brasileira de Antropologia”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 21 (2.<sup>a</sup> parte), pp. 215-216.  
 1981a “XII Reunião Brasileira de Antropologia”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 24, pp. 171-174.  
 1981b “Associação Brasileira de Antropologia: Estatuto”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 24, pp. 174-180.  
 1981c “Novas Regionais da ABA e Seus Regimentos”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 24, pp. 180-187.  
 1986 “USP 50 Anos — Ciências Sociais”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 29, pp. 155-161.
- Rodrian, Wilhem  
 1993 “Ethnology Brazilian Style?” Eine Untersuchung Zur Historischen Entwicklung Des Ethnologischen Selbstverständnisses in Brasilien. Dissertação de mestrado, Munique, Ludwig-Maximilians Universität.
- Ruben, Guilherme Raul  
 1992 “A Teoria da Identidade na Antropologia: Um Exercício de Etnografia do Pensamento Moderno”, in Mariza Corrêa e Roque de Barros Laraia (eds.), *Roberto Cardoso de Oliveira — Homenagem*, Campinas, IFCH/Unicamp.
- Rubim, Christina de Rezende  
 1994 “A Objetividade como Critério de Cientificidade na Antropologia”. *Temáticas*, Campinas, IFCH/Unicamp, ano 2, n. 4, 2.<sup>o</sup> semestre, pp.141-180.

- 1996 Antropólogos Brasileiros e a Antropologia no Brasil: A Era da Pós-Graduação. 2 vols. Tese de doutorado, Campinas, IFCH/Unicamp.
- Sader, Eder e Paoli, Maria Célia
- 1986 “Sobre ‘Classes Populares’ no Pensamento Sociológico Brasileiro (Notas de Leitura sobre Acontecimentos Recentes)”, in Ruth C. L. Cardoso (ed.), *A Aventura Antropológica — Teoria e Pesquisa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Saito, Hiroshi
- 1972 “Estudos e Pesquisas sobre os Imigrantes Japoneses no Brasil”, in Egon Schaden (org.), *Homem, Cultura e Sociedade no Brasil: Seleções da Revista de Antropologia*, Petrópolis, Vozes, pp. 99-101.
- Sanchis, Pierre
- 1995 “Uma Leitura dos Textos da Mesa-Redonda ‘O Ensino das Ciências Sociais em Questão: A Antropologia’”, in *O Ensino da Antropologia em Questão — Temas para uma Discussão*, Rio de Janeiro, ABA, março, pp. 44-49.
- Santos, Wanderley Guilherme dos
- 1978 *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo, Duas Cidades.
- Schaden, Egon
- 1954 “Problemas do Ensino da Antropologia”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 2, n. 1, junho, pp. 1-10.
- 1967 “Brasil 2”. *Anuário Indigenista*, México, vol. XXVII, dezembro, pp. 53-60.
- Schwarcz, Lilia Moritz
- 1993 *O Espetáculo das Raças — Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Schwartzman, Simon
- 1991 “As Ciências Sociais nos Anos 90”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, ano 6, n. 16, julho, pp. 51-60.
- Seeger, Anthony e Viveiros de Castro, Eduardo
- 1977 “Pontos de Vista Sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico”. *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 2, pp. 11-35.
- Silverman, Sydel (ed.)
- 1981 *Totems and Teachers — Perspectives on the History of Anthropology*. Nova York, Columbia University Press.
- Souza Lima, Antonio Carlos de
- 1985 *Aos Fetichistas, Ordem e Progresso — Um Estudo do Campo Indigenista no Seu Estado de Formação*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ.
- Stocking Jr., George W.
- 1968 *Race, Culture, and Evolution — Essays in the History of Anthropology*. Nova York/Londres, The Free Press/Collier-Macmillan Limited.
- Stolcke, Verena
- s/d *De Padres, Filiaciones y Malas Memorias — Que Historias de que Antropologias?* Mimeo.

- Thomas, Nicholas  
1991 "Against Ethnography". *Cultural Anthropology*, vol. 6, n. 3, pp. 306-321.
- Velho, Gilberto  
1980 "Sobre Conhecimento e Heresia", in G. Velho (ed.), *O Desafio da Cidade*, Rio de Janeiro, Campus.
- Velho, Otávio Guilherme Alves  
1980 "Antropologia para Sueco Ver". *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Iuperj, vol. 23, n. 1, pp. 79-91.
- Vieira da Cunha, Mário Wagner  
1955 "Possibilidades de Exercício de Atividades Docentes, de Pesquisa e Técnico-Profissional por Antropólogos no Brasil". *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 3, pp. 105-114.
- Viveiros de Castro, Eduardo  
1984/85 "Bibliografia Etnológica Básica Tupi-Guarani". *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vols. 27/28, pp. 7-24.  
1986 *Araweté: Os Deuses Canibais*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor/Anpocs.  
1993 "O Campo na Selva Visto da Praia (Fazendo Etnologia Indígena no Museu Nacional, 1974-90)". *Estudos Históricos*, n. 10.  
1995 "Sobre a Antropologia Hoje: Te(i)mas para Discussão", in *O Ensino da Antropologia no Brasil — Temas para uma Discussão*, Rio de Janeiro, ABA, março, pp. 5-9.
- Wagley, Charles  
1953 *Amazon Town; A Study of Man in the Tropics*. Nova York, The Macmillan Company.  
1954 "Estudos de Comunidades no Brasil, sob a Perspectiva Nacional". *Sociologia*, São Paulo, vol. 16, n. 2.
- Weber, Max  
1992 "A 'Objetividade' do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política", in Max Weber, *Metodologia das Ciências Sociais*, Parte 1, Campinas, Ed. da Unicamp/Cortez, pp. 107-154.
- Willems, Emilio  
1947 *Cunha, Tradição e Transição em uma Cultura Rural do Brasil*. São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola da Secretaria de Agricultura.  
1961 *Uma Vila Brasileira — Tradição e Mudança*. São Paulo, Difel.
- Woortmann, Klaas Axel A. W.  
1991 "Repensando a (Pós-Graduação em) Antropologia". *Série Antropologia*, Brasília, UnB, n. 118.  
1993 "Crônica (Informativa, Levemente Crítica e um Tanto Apologética) de um Programa de Pós-Graduação: A Antropologia na UnB". *Série Antropologia*, Brasília, UnB, n. 142.
- Zaluar, Alba  
1979 "Os Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura". *BIB*, n. 6, pp. 9-21.  
1986 "Teoria e Prática do Trabalho de Campo: Alguns Problemas", in Ruth C. L. Cardoso (ed.), *A Aventura Antropológica — Teoria e Pesquisa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Zarur, George de Cerqueira Leite  
1975 *Seafood Gatherers in Mullet Springs; Economic Rationality and the Social System*. Ph.D Thesis, University of Florida.

## Resumo

### *Um Pedaco de Nossa História: Historiografia da Antropologia Brasileira*

O objetivo deste artigo é construir um panorama da antropologia brasileira através das publicações que tratam da história da disciplina no Brasil, de seu itinerário intelectual e do perfil e situação dos programas de pós-graduação, pontuando algumas questões e problemáticas presentes nestes textos. O recorte é o do pensamento antropológico moderno, isto é, aquele que se construiu a partir da institucionalização dos Programas de Pós-Graduações em Antropologia Social, embora já se encontrasse presente nas preocupações de um grupo de intelectuais anteriormente a este período, e que se auto-definiam como profissionais da antropologia.

## Abstract

### *A Slice of Our History: The Historiography of Brazilian Anthropology*

The article paints an overview of Brazilian anthropology drawn from academic journals that address the history of this discipline in Brazil, its intellectual itinerary, and the profile and status of graduate programs. Sifting out some of the questions and issues raised in these texts, the picture that emerges is one of modern anthropological thought, that is, anthropological thought that was effectively built around the institutionalization of graduate programs in Social Anthropology, even though the discipline had already found expression earlier, through the concerns of a group of intellectuals who defined themselves as professionals in anthropology.

## A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil. Notas para uma Discussão\*

Glaucia Villas Bôas

Nos últimos anos, aumentou notavelmente o interesse pela leitura de sociólogos alemães no Brasil. Autores como Simmel, Max Weber, Tönnies e Elias têm sido objeto de discussão em salas de aula de cursos de graduação e seminários de pós-graduação. Suas idéias e conceitos fazem parte de quadros referenciais de teses e projetos de investigação. Novos livros, ainda que em número reduzido, têm sido publicados por editoras brasileiras, a exemplo de *Filosofia do Amor* de Georg Simmel, *A Racionalidade na Música* de Max Weber, *O Processo Civilizatório* de Norbert Elias, e também uma coletânea de textos de Tönnies. A leitura desses autores acrescenta-se àquelas das obras de Habermas, Claus Offe e Luhmann, ampliando e diversificando o espectro dos autores alemães de interesse do público brasileiro especializado no campo da Sociologia.

É curioso notar que este interesse ocorre justamente nos meios sociológicos brasileiros, onde é comum a afirmação de que as ciências sociais, particularmente a Sociologia, seria fruto de um casamento bem-sucedido da teoria sociológica francesa com os métodos empíricos norte-americanos, casamento mantido até os dias de hoje. Embora não haja estudo que confirme este traço da disciplina, suspeito que a afirmação se deva aos efeitos da presença de mestres franceses e norte-americanos, no mo-

mento de fundação da disciplina, sobretudo nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde a Sociologia cresceu e tomou vulto juntamente com as Faculdades de Filosofia criadas na década de 30.

De fato, à primeira vista, a tradição sociológica brasileira tem pouca afinidade com o pensamento sociológico alemão. Não distinguimos as ciências da cultura das ciências da natureza de modo a conceber a Sociologia como ciência do espírito ou da cultura, como ocorreu no contexto alemão à época do surgimento da disciplina. Tampouco estamos habituados a distinguir a condição interessada do cientista social, como sujeito de um saber instrumental, de um ideal ascético da neutralidade, como exigência fundamental da compreensão deste "outro", objeto de conhecimento sociológico. Ao contrário, a Sociologia brasileira buscou engajar-se no processo de desenvolvimento histórico do país.

Mas, apesar dos contrastes e das diferenças, há indícios de que a Sociologia alemã tem um lugar na tradição brasileira. Qual seria este lugar? A pergunta leva, quase de imediato, a pensar em estudos voltados para o rastreamento de influências recebidas por um autor ou grupo de intelectuais; leva a pensar em filiações a correntes de pensamento e construção de genealogias possíveis. A propósito deste

\* Este texto foi apresentado em 1996 no seminário As Relações Brasil-Alemanha: Balanço e Perspectivas, realizado em Konstanz, sob a promoção da Arbeitgemeinschaft Dutscher Lateinamerika Forschung (ADLAF) e do Instituto de Cooperação Científica de Tübingen; no grupo do Laboratório de Pensamento Social do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), e em seminário promovido pelo Departamento de Sociologia e Antropologia da Unesp, campus Marília. Agradeço a contribuição de todos os que leram e discutiram comigo o trabalho.

assunto, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1989, pp. 378-38), em artigo sobre as ciências sociais, chega a dizer que, no Brasil,

“o pendore mais forte dos estudiosos é para descobrir as correntes de pensamento vindas do exterior e sua influência sobre os pesquisadores nacionais. Mesmo que se reconheça ser necessário analisar a situação interna do país, não se leva adiante uma investigação que esclareça qual é ela e se pode ou não exercer uma função determinante”.

Não é, porém, desta perspectiva que questiono o lugar da Sociologia alemã no Brasil. Ao desejo de procurar “origens” e “causas” contraponho, nesta exposição, o desejo de saber como as idéias são acolhidas fora do contexto social onde foram elaboradas e para além de sua época histórica, privilegiando as escolhas feitas por leitores, portadores de outra história, cultura e valores, e as interpretações que deram àquelas idéias. Com isto quero dizer que não trato da influência da Sociologia alemã no Brasil, mas procuro apontar alguns problemas relativos à sua recepção, com o propósito de conhecer não apenas o fenômeno da circulação das idéias, mas principalmente, através dele, a identidade cognitiva da Sociologia brasileira. Para tanto, recuo no tempo e focalizo o momento de configuração acadêmico-científica da disciplina no contexto brasileiro.

### **O Florescimento da Sociologia no Brasil nas Duas Primeiras Décadas do Pós-Guerra**

Quando a Sociologia surge no Brasil como disciplina acadêmico-científica, não indaga dos fundamentos da associação entre os homens, à maneira dos estudiosos franceses, nem da possibilidade teórica e metodológica de conhecer a sociedade, à maneira dos alemães. Tampouco a ela interessavam as reformas sociais ou a integração de grupos de diferentes origens étnicas nas grandes cidades, a exemplo dos sociólogos norte-americanos que fundaram o Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago. A pergunta que funda a disciplina já estava inscrita na tradição de pensamento sobre o Brasil e dizia respeito à iden-

tidade da sociedade brasileira. Interessava investigar problemas concretos do país, principalmente, conhecer suas peculiaridades para saber das suas possibilidades de integrar-se ao concerto das nações modernas. Os sociólogos imprimiram uma marca própria a esta questão, tratando de verificar as mudanças sociais do ponto de vista da diferenciação e desigualdade sociais. Fizeram a crítica da abordagem culturalista dos problemas brasileiros, relegando a segundo plano as diferenças de ordem cultural — que constituíam o cerne de tantos estudos até aquela época —, assim como deixaram de lado o estudo da atuação do Estado como propulsor da nação, problema que ocupava os historiadores políticos.<sup>1</sup>

As primeiras pesquisas sociológicas começaram a ser publicadas em livro no Brasil no final da década de 40 e início dos anos 50. Eram resultado dos primeiros esforços para formar pesquisadores no campo das ciências sociais, nas Faculdades de Filosofia, criadas no país na década de 30. Quando pesquisei o conjunto de livros constantes do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, observei que a produção dos 20 anos do pós-guerra, que transcorrem de 1945 a 1964, forma um todo coerente, que se divide em duas partes distintas relativamente ao leque temático, às questões propostas e à metodologia (Villas Bôas, 1992).

Nos dez primeiros anos daquele período, uma parte significativa da produção sociológica estava voltada para o conhecimento do mundo rural brasileiro. O exame do meio rural do país levava os sociólogos a focalizarem as relações de patriarcas, senhores de engenho, coronéis, jagunços, parceiros, arrendatários e trabalhadores rurais. A convivência de novas e velhas relações de trabalho, as condições da propriedade rural e a influência do meio rural na vida política do país eram temas que chamavam a atenção dos pesquisadores na época. Os livros *Os Parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Cândido de Mello e Souza, e *Lutas de Família no Brasil*, de Luiz Costa Pinto, são exemplos do interesse em perscrutar o mundo

rural brasileiro neste primeiro momento de fundação da disciplina.

Havia também uma outra questão a interessar os jovens sociólogos: queriam avaliar a mobilidade social de diferentes grupos étnicos: negros, brancos, migrantes, imigrantes de diferentes nacionalidades, alemães, libaneses, japoneses, italianos. Thales de Azevedo pesquisou a ascensão social de grupos negros na cidade de Salvador; Luiz Costa Pinto escreveu sobre as relações entre negros e brancos na cidade do Rio de Janeiro; Emílio Willems publicou *A Aculturação dos Alemães no Brasil*. Além dessas pesquisas, um livro pioneiro antecede os estudos sobre os trabalhadores, suas associações e sindicatos: *O Sindicato Único no Brasil*, de Evaristo de Moraes Filho, vem a público também nesta época.

Na realidade, estas pesquisas oferecem um quadro rico de hábitos, maneiras de pensar e trajetórias de vida de diferentes atores sociais. Não são conhecidas das gerações seguintes de pesquisadores. Creio que a crítica, às vezes avassaladora, feita à Sociologia da década de 50 — vista, no seu conjunto, como uma Sociologia desenvolvimentista e economicista, por vezes funcionalista e marxista — não permitiu distinguir e avaliar com clareza a produção daquela fase. Somente nos últimos anos as revisões do pensamento sociológico têm chamado a atenção para elas, que começam a ser reeditadas e lidas em cursos e seminários de formação. Algumas obras incluem meses de trabalho de campo, entrevistas e depoimentos de representantes de diferentes grupos sociais; outras se baseiam em farta e minuciosa documentação histórica. Tratam de problemas concretos da vida de grupos sociais, sua mentalidade, ideais, desejos e maneiras de realizá-los. Não concebem o país como uma totalidade histórica e social em transformação, porém delineiam um quadro realista da vida de coletividades menos afortunadas, mediante o qual trazem à discussão o problema das desigualdades e da necessidade de mudanças sociais. Não há, nesta fase, uma recusa do passado da sociedade brasileira. As continuidades se

apresentam juntamente com as mudanças na sua positividade.

A partir de meados dos anos 50, fase de acelerado crescimento industrial do país, uma mudança sensível opera-se na configuração da disciplina. A questão da modernidade se impõe à Sociologia. O transplante de idéias, padrões científicos, hábitos e costumes “racionais” passa a constituir um dos focos polêmicos da atenção dos sociólogos. Embora discordassem quanto à modalidade de integração do Brasil no conjunto das sociedades modernas, aceitavam este desafio como uma exigência histórica, política e intelectual.<sup>2</sup> Neste momento, torna-se difícil distinguir os ideais de modernidade almejados pelos sociólogos das tarefas próprias da Sociologia. Os sociólogos apostam na universalidade dos processos de racionalização, industrialização e padronização do mundo, abandonando definitivamente as diferenças culturais, consideradas resquícios de um passado indesejável.

Não apenas se amplia o leque temático da disciplina, como se ampliam suas diretrizes teóricas. Os pesquisadores passam a tratar de temas rurais e urbanos tendo agora como quadro de referência o processo de transformação da sociedade de base agrária em sociedade industrial. São muitas as obras deste período. Entre outras, destaco as de Florestan Fernandes, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Guerreiro Ramos, Fernando Henrique Cardoso, Marialice Forachi, Octávio Ianni, Luiz de Aguiar Costa Pinto e Juarez Brandão Lopes.

Três características são significativas na produção sociológica deste período. Primeiro, a Sociologia alarga os horizontes teóricos da tradição de pensamento no Brasil, mostrando a diferença social entre os homens a partir de sua inserção desigual no processo de trabalho. A diferenciação das coletividades deixou de se basear nas suas origens étnicas, na cor da pele, na religião e na cultura para encontrar na categoria trabalho um critério válido. Dando continuidade ao que esboçara na fase anterior, a Sociologia marca época descortinando as desigualdades sociais com base neste critério. Não era por isso uma Sociologia marxista; nem

realizou estudos das classes sociais de forma dogmática. Continuou a estudar os grupos desfavorecidos, imigrantes, migrantes, negros etc., dos quais, acreditava, dependia a realização do projeto da sociedade moderna no Brasil. Certamente, deve-se à Sociologia da década de 50 a legitimidade de uma nova abordagem das diferenças sociais.

Segundo, a Sociologia incorpora definitivamente uma concepção moderna de história. Diz Hannah Arendt que,

“[...] na época moderna a história emergiu como algo que jamais fora antes. Ela não mais se compôs dos feitos e sofrimentos dos homens, e não contou mais a história dos eventos que afetaram a vida dos homens; tornou-se um processo feito pelo homem, o único processo global cuja existência se deve exclusivamente à raça humana” (Arendt, 1979, p. 89).

Com raras exceções, a idéia de processo contida na visão moderna, teleológica e “etapista” da História marca os fundamentos teóricos dos estudos sociológicos desta época. O projeto histórico de transformação do país toma conta da capacidade de analisar sua inserção na modernidade — não se consideram mais as diferenças culturais e históricas. O atraso do Brasil deve ser superado a qualquer custo. A Sociologia torna-se programática.

Terceiro, um dos temas mais discutidos pelos sociólogos é o seu próprio papel numa sociedade de mudanças. Nesta segunda fase, os sociólogos passaram a se considerar atores das mudanças sociais. Deixam de ocupar o mero lugar de espectadores da cena das mudanças para nelas atuar, fazendo uso de seus conhecimentos. O engajamento político e intelectual dos sociólogos serve, em grande medida, para legitimar a Sociologia como um saber científico válido.

### Os Sociólogos Alemães Escolhidos

A estes dois momentos da fundação da Sociologia brasileira correspondem, provisoriamente, de acordo com minhas primeiras observações, duas modalidades distintas de recepção das idéias e autores da Sociologia alemã. No primeiro deles, observam-se refe-

rências a Georg Simmel, Werner Sombart, Alfred Vierkandt, Richard Thurnwald, Karl Dunkmann (do círculo sociológico de Berlim), mas também a Ferdinand Tönnies e Leopold von Wiese. Um exemplo encontra-se em *Lutas de Família no Brasil*, de Luiz de Aguiar Costa Pinto, publicado em 1949. Costa Pinto estava interessado, particularmente, na distinção do *paterfamilias*; queria mostrar, através do estudo de casos, os conflitos pelo poder de famílias proprietárias de terra. Além de referências a autores franceses, ele discute trabalhos de Vierkandt, Dunkmann e, sobretudo, de Thurnwald, que tratou daqueles problemas de maneira exaustiva na sua *Etnologia do Direito*. Outro exemplo é o livro de Evaristo de Moraes Filho, *O Sindicato Único no Brasil*, publicado em 1952. Moraes Filho examina e discute o conceito de grupo social fazendo uso de autores franceses, norte-americanos e alemães. Entre estes últimos, novamente aparecem Tönnies, Simmel, Vierkandt, Dunkmann, Sombart, e também obras de Max Weber (embora não se refira ao seu *Economia e Sociedade*).

Os sociólogos alemães recebidos neste período são representativos de uma vertente cuja concepção de sociedade tem como fundamento as relações, interações e ações de indivíduos e grupos. A idéia de grupo social impunha-se, naquele momento, como um instrumento sociológico importante na definição da identidade da disciplina. Não só a diferenciava da Antropologia feita até aquela época, como se mostrava mais adequada para a realização das pesquisas empíricas do que o conceito genérico de humanidade contido no pensamento de Comte e Spencer. Em um trecho de seu livro, Evaristo de Moraes Filho deixa isso claro:

“[...] a Sociologia abandonando o conceito genérico e universal de sociedade global, abrangendo a humanidade inteira como um todo, para cingir-se a conceito mais modesto e limitado de grupo social. A Sociologia do século XX é a ciência social. Descobriu ela que, dentro da grande humanidade, existe uma infinidade de grupos concretos, de todos os matizes e com os fins mais diversos possíveis” (Moraes Filho, 1978, p.19).

Como chegavam ao Brasil, nos anos 40-50, justamente aqueles sociólogos alemães que

ocuparam um lugar de destaque nas primeiras décadas do século nas cidades de Berlim, Kiel e Colônia? Um dos caminhos foi, sem dúvida, a revista *Sociologia*. Fundado em 1939, este periódico exerceu um papel importantíssimo na divulgação da Sociologia alemã no país, sobretudo naquele contexto histórico, em que a produção de livros e o mercado editorial começavam a dar seus primeiros passos. Durante largo período a revista ficou sob a direção de Emílio Willems, então professor da Escola de Sociologia e Política, na cidade de São Paulo (Alves, 1993). René König, seu contemporâneo na Universidade de Berlim no início dos anos 30, conta que Willems fora assistente de Richard Thurnwald e emigrou para o Brasil em 1933 com Herbert Baldus, que desempenhou papel importante no campo da Etnologia (König, 1981a). Willems traduzia os artigos dos sociólogos alemães para a revista, dedicando-se especialmente à obra do mestre Thurnwald. Começa pela *Etnologia do Direito* e, na década de 40, traduz *Sociologia Econômica e Teoria do Desenvolvimento do Estado e da Cultura*. Thurnwald era conhecido em Berlim como etno-sociólogo pouco apaixonado pelas questões políticas, mas segundo König (1981b, p. 39), seus escritos sobre o desenvolvimento pareciam “um verdadeiro manifesto à época do surgimento do ‘terceiro mundo’”. O perfil intelectual de Thurnwald muito provavelmente adquiriu novo significado para Willems no Brasil, uma vez que, àquela época, nem o debate sobre o desenvolvimento, nem as fronteiras entre a Sociologia e a Antropologia estavam bem delineadas nos meios intelectuais brasileiros.

Emílio Willems dividiu as responsabilidades editoriais da revista com Donald Pierson, sociólogo norte-americano, aluno de Robert Park, um dos fundadores da Escola de Chicago, que estudara na Alemanha e se tornara importante divulgador da obra de Georg Simmel nos Estados Unidos. Penso que é importante destacar esta parceria de Willems e Pierson. Em certa medida, os sociólogos traduzidos por Willems pertencem à mesma corrente de idéias da sociologia alemã que “emigra”

para os Estados Unidos no início do século e encontra seus principais representantes nas figuras de Simmel, Tönnies e Leopold von Wiese. Max Weber, por exemplo, só vai merecer atenção décadas depois. O encontro de Willems e Pierson não me parece fortuito. Trata-se de um encontro de pontos de vista próximos, afins, que refletem uma vertente do pensamento sociológico na qual as interações, relações e ações de agentes sociais constituem o ponto de partida de estudos concretos. É interessante assinalar que esta vertente não terá continuidade, como veremos a seguir, não obstante a presença de Willems tenha se prolongado no Brasil e a grande consideração que por ele tiveram os sociólogos brasileiros, a exemplo de Florestan Fernandes. Somente muito mais tarde, na década de 70, antropólogos brasileiros estudiosos da Escola de Chicago vão retomar, pela ótica dos especialistas norte-americanos, a leitura de sociólogos alemães, principalmente Simmel, para abordar problemas da Antropologia urbana.

Na segunda fase, há uma mudança notável nas referências à Sociologia alemã. Na fase em que os sociólogos se identificam como atores das mudanças sociais e fazem valer seus ideais de modernidade como tarefas da Sociologia, as referências a Hans Freyer, Karl Mannheim e Max Weber aparecem com muita frequência nos seus escritos. A escolha parece ao menos curiosa, uma vez que os três sociólogos alemães integraram circuitos sociológicos distintos e tiveram trajetórias intelectuais bem diferentes. Mas ela adquire sentido quando se associam as idéias principais das obras alemãs citadas e as questões postas pelos sociólogos brasileiros naquele período.

Os livros de Freyer que aparecem mencionados com frequência são *A Sociologia como Ciência da Realidade e Teoria da Época Atual*; de Mannheim, *Ideologia e Utopia*; de Max Weber, *Economia e Sociedade*. A tradução espanhola de *Economia e Sociedade*, publicada em 1944, e a coletânea de textos de Weber organizada por Hans Gerth e Charles Mills, publicada em 1946 pela Oxford University Press, são leituras importantes nos meios

sociológicos brasileiros no período em foco. O mercado editorial começava a se consolidar no Brasil, mas os sociólogos alemães ainda eram lidos em língua espanhola ou inglesa; as traduções para o português só surgem depois de meados da década de 60, em sua maioria em coletâneas (cf. Souza Lima, 1994). Contudo, a recepção da Sociologia alemã não estará mais ligada a uma figura de peso, como fora Willem de la Motte no primeiro período. Dependerá, sim, da leitura e da interpretação de especialistas de tradição sobretudo anglo-saxônica, como é o caso da conhecida introdução de Louis Wirth à edição inglesa de *Ideologia e Utopia*, traduzida para a edição espanhola.

O que interessava aos sociólogos brasileiros nas obras alemãs escolhidas? De maneira sintética, pode-se dizer que o conceito manheimiano de "*freischwebenden Intellektuellen*" foi de grande importância; justificava uma participação singular dos intelectuais/cientistas no domínio da política. Na leitura de Hans Freyer importava a ênfase no papel da ciência no processo de desenvolvimento histórico. E, finalmente, em Max Weber, a idéia de racionalidade, cujo valor se opunha aos valores das práticas sociais "tradicionais" e era útil para detectar o "moderno" emergente na sociedade brasileira naqueles anos de acelerado crescimento industrial. A recepção de Mannheim e Freyer está inscrita nos escritos mais programáticos de Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos e Costa Pinto, nos quais procuravam delinear as bases da Sociologia que *deveria ser feita no Brasil*. De outro modo, o conceito de racionalidade de Max Weber difundiu-se em numerosos trabalhos de pesquisa sobre a passagem do tradicional para o moderno no Brasil, como mostra o artigo pioneiro de Fernando Correa Dias (1973).

Mais uma vez, as idéias e os conceitos tomados da Sociologia alemã a partir de meados dos anos 50 mostram-se coerentes com a orientação assumida pelos sociólogos brasileiros. Interessados na construção da sociedade moderna no Brasil e na participação ativa dos cientistas sociais neste processo, valorizavam na obra de Mannheim, Freyer e Weber justa-

mente as idéias que justificavam seus ideais, sem que houvesse interesse em examinar com mais acuidade os fundamentos da obra desses autores. Anos depois, novas orientações na Sociologia vão motivar outras escolhas. Nos dias de hoje, não se fala em Hans Freyer nos meios sociológicos brasileiros. *Ideologia e Utopia* de Mannheim ainda é referência em estudos nos campos da História das Idéias e da Sociologia do Conhecimento. Max Weber tornou-se, porém, de enorme importância na discussão sobre o caráter autoritário da idéia de totalidade histórico-social que marcou a Sociologia de meados dos anos 50. Não somente a Sociologia tem buscado argumentos para sua autocrítica no pensamento weberiano; também a Antropologia Social, que põe em xeque o caráter universal dos fenômenos e discute o etnocentrismo da civilização européia, procura fundamentos para suas orientações em Max Weber.

## Conclusão

Em ambas as fases, a leitura da Sociologia alemã recai sobre autores ou obras que estiveram em evidência ou foram escritas nas primeiras décadas do século XX, no contexto histórico intelectual alemão. Há, portanto, um descompasso que interessa assinalar. No momento em que a Sociologia se institucionaliza, se legitima e começa a ser publicada em livro no Brasil, a Sociologia alemã se encontra em plena fase de reconstrução. Ao término da Segunda Guerra Mundial, os especialistas alemães discutiam a retomada de sua própria tradição e as influências dos métodos empíricos norte-americanos, que chegavam ao contexto intelectual alemão na mesma época em que eram recebidos no Brasil. Pouco recebemos desta discussão. Helmut Schelsky, T.W. Adorno e René König, provavelmente os sociólogos mais conhecidos naqueles anos, não foram lidos no Brasil. Adorno foi recebido décadas depois, tornando-se mais significativo no campo da Filosofia e da Teoria da Comunicação, da ensaística literária, do que no da Sociologia.

Durante o período abordado, há duas modalidades de recepção da Sociologia alemã.

Uma delas ocorre de forma *direta*, através de Emílio Willems; a outra é *indireta* e depende da leitura e interpretação que sociólogos brasileiros fizeram da interpretação que autores norte-americanos ou ingleses deram aos textos alemães. Não gostaria de chamar esta segunda modalidade de uma recepção de “segunda mão”, imprimindo-lhe uma qualidade negativa. Ao contrário, esta é uma questão importante que distingue a recepção da Sociologia alemã, a qual seria preciso aprofundar, analisando os diferentes valores contidos nas diversas leituras.

Creio, entretanto, que o descompasso no tempo e o “descompasso” na interpretação das idéias e conceitos tomados da Sociologia alemã se tornam significativos — para a compreensão do lugar que a Sociologia alemã ocu-

pa na Sociologia brasileira — somente se associados às questões e aos problemas que ocupam os estudiosos brasileiros em diferentes momentos históricos. O exemplo da Sociologia feita no Brasil nas duas primeiras décadas do pós-guerra indica que a recepção de idéias está intimamente relacionada com as questões relevantes postas no campo da Sociologia naquele período. Neste caso, o exame do descompasso não seria tão importante quanto o estudo do lugar próprio da Sociologia alemã, cujas peculiaridades valeria investigar em estudo aprofundado.

(Recebido para publicação  
em outubro de 1997)

#### Notas

1. Na minha tese de doutorado mostro como se delineiam os temas e as questões de diferentes disciplinas, inclusive da História. Cf. Villas Bôas (1992).
2. Discuto esta questão em Villas Bôas (1994).

#### Bibliografia

- Alves, Andrea Moraes  
1993 Alguns Temas e Problemas da Sociologia no Brasil. Uma Análise de Conteúdo da Revista Sociologia (1939/1941). Tese de mestrado, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- Arendt, Hannah  
1979 *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo, Perspectiva.
- Bourdieu, Pierre  
1990 “Les Conditions Sociales de la Circulation Internationale des Idées”. *Romanistische Zeitschrift für Literaturgeschichte*, Ano 14.
- Dias, Fernando Correa  
1973 “Presença de Max Weber na Sociologia Brasileira Contemporânea”. *Série Sociologia*, Brasília, Depto. de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, n. 3.
- König, René  
1981a “Die Situation der emigrierten deutschen Soziologen”, in Wolf Lepenies (org.), *Geschichte der Soziologie. Studien zur Kognitiven, Sozialen und Historischen Identität einer Disziplin*, Frankfurt a/M, Suhrkamp Verlag.
- 1981b “Soziologie in Berlin um 1930”. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, Sonderheft 23, organizada por R. König, F. Neidhardt e M. R. Lepsius, Opladen, Westdeutschen Verlag.
- Lepenies, Wolf (org.)  
1981 *Geschichte der Soziologie. Studien zur Kognitiven, Sozialen und Historischen Identität einer Disziplin*. Frankfurt a/M, Suhrkamp Verlag.

- 1990 *Les Trois Cultures. Entre Science et Littérature l'Avènement de la Sociologie*. Paris, Éditions de La Maison des Sciences de L'Homme.
- Moraes Filho, Evaristo de  
 1978 *O Sindicato Único no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega.
- Pereira de Queiroz, Maria Isaura  
 1989 "Desenvolvimento das Ciências Sociais na América Latina e a Contribuição Européia: O Caso Brasileiro". *Ciência e Cultura*, 41 (4), abril.
- Souza Lima, Antonio Carlos  
 1994 "As Traduções da Obra de Max Weber no Brasil. Elementos para uma Reflexão". *Antropologia Social. Comunicações do PPGAS*, n.º 3, julho.
- Villas Bôas, Gláucia  
 1992 A Vocação das Ciências Sociais no Brasil (1945/1964). Um Estudo de sua Produção em Livro. Tese de doutoramento, São Paulo, FFLCH, Universidade de São Paulo.
- 1994 "Das Dilemma der brasilianischen Sozialwissenschaften", in Detlev Schelsky e Rüdiger Zoller (orgs.), *Brasilien. Die Unordnung ders Fortschritts*, Lateinamerika-Studien 33, Munique, Vevuert Verlag.

#### Resumo

##### *A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil: Notas para uma Discussão*

O artigo tem como finalidade mostrar que a Sociologia alemã foi recebida no contexto brasileiro dos anos 40 a 60, muito embora se considere que no Brasil a disciplina tenha resultado de casamento bem-sucedido entre a teoria francesa e os métodos empíricos norte-americanos. Sugere duas modalidades de recepção: a primeira delas "direta", ligada ao trabalho de Emilio Willems na revista *Sociologia*, fez, sobretudo, a leitura de conceitos e idéias de sociólogos do "Círculo de Berlim", entre eles Simmel e Sombart, t picos representantes de uma concepção de sociedade fundada nas relações e interações dos indivíduos; a segunda "indireta" foi apadrinhada por autores ingleses ou norte-americanos. Corresponde à fase em que os sociólogos se identificam como atores das mudanç as sociais e fazem valer os ideais de modernidade como tarefas da Sociologia. Para a construção da "boa sociedade", a referência a Hans Freyer, Karl Mannheim e Max Weber torna-se de enorme importância.

#### Abstract

##### *The Reception of German Sociology in Brazil*

The article seeks to demonstrate that German sociology penetrated Brazil during the 1940s-1960s, contrary to the prevailing belief that this field made its way into the country solely as a successful marriage of French theory and US empirical methods. Sociological thought was in fact introduced via two paths. The first was a direct one, linked to Emilio Willems' work in the revista *Sociologia*. It was essentially a reading of the concepts and ideas defended by sociologists from the Berlin Circle — including Simmels and Sombart, typical representatives of a view of society grounded on relations and interactions between individuals. The second, indirect route was "sponsored" by English or US authors. It corresponds to the phase when sociologists identified themselves as agents of social change and posited the ideals of modernity as tasks of sociology. In the construction of the "good society", reference to Hans Freyer, Kurt Mannheim, and Max Weber is vital.

## Em Busca de um Novo Perfil Institucional do Estado: Uma Revisão Crítica da Literatura Recente\*

Carlos Pereira

### Introdução

Este artigo pretende oferecer uma abordagem crítica às principais concepções e perspectivas teóricas da reforma do Estado presentes na literatura recente. Primeiramente, é importante reconhecer que esta literatura não se traduz em um corpo unificado de pensamento. Ao contrário, oferece respostas diferentes, dispersas e fragmentadas à questão de como reconstruir o Estado no sentido de melhor capacitá-lo a intervir e implementar as políticas econômicas, manter a ordem pública e oferecer serviços sociais com boa qualidade. Embora as diferentes abordagens teóricas compartilhem da necessidade de reformar o Estado, são distintas as compreensões e os sentidos imputados à essa reforma, logo, diferentes agendas e programas de reforma têm sido propostos e adotados. Conseqüentemente, qualquer revisão nesta diversa literatura será sempre parcial e, naturalmente, incompleta.

De início, observa-se que, com raras exceções, esta literatura tem oferecido poucas alternativas além dos mecanismos de proteção das agências públicas contra as tentativas de sua apropriação pelos interesses privados, isto é, *rent seeking*.<sup>1</sup> Note-se também que a literatura é fortemente influenciada pelas abordagens da economia política que percebem a

reforma do Estado apenas como resultado das pressões do mercado internacional em busca do apoio de políticas econômicas capazes de garantir e atrair novos investimentos estrangeiros em uma economia globalizada. No entanto, é importante reconhecer que o Estado deve ser reformado não apenas como consequência das pressões do mercado internacional por mais agilidade e eficiência, mas principalmente porque o Estado tem fracassado nas suas funções de prover e administrar serviços públicos básicos e essenciais aos cidadãos, com qualidade.

Portanto, o que se deveria esperar de uma reforma estatal é justamente que ela permita ao Estado assegurar a *boa governança*, na qual o controle austero das finanças públicas e as soluções de mercado constituem as regras do jogo. Bom governo, boa empresa pública e boa administração pública significam o desenvolvimento da capacidade administrativa no sentido de melhorar tanto o desempenho público e a qualidade dos serviços dirigidos às necessidades públicas, como a satisfação dos consumidores.

Outro tema importante e ausente na maior parte da literatura é a análise dos mecanismos institucionais de controle mútuo, que permitem ao governo monitorar o comportamento de agentes econômicos privados e, aos cidadãos, controlar o próprio governo. A incorporação

\* Uma versão anterior deste artigo foi apresentada no Encontro Anual de Ciência Política do Estado de New York em março de 1996 em Ithaca-NY. Eu gostaria de agradecer os comentários dos participantes do seminário "Latin America Politics in Comparative Perspective" desenvolvido na Columbia University-NY, em especial do prof. Robert Kaufman. Também sou grato às importantes sugestões dos professores Anthony Pereira e David Plotke. [A tradução do original em inglês, *Pursuing a New Institutional Design for the State: A Critical Review of the Recent Literature*, é de Ingrid Sarti].

desses mecanismos de restrição define a reforma do Estado principalmente em termos de *accountability*<sup>2</sup> e participação, portanto não apenas como mera questão de eficiência. Aliás, a eficiência é justamente a consequência dos mecanismos de *accountability*.

Assim concebida a reforma do Estado, entende-se que a estratégia, adotada por alguns especialistas, de insular as agências econômicas com o objetivo de maximizar a eficácia estatal possa dar bons resultados apenas a curto prazo e, eventualmente, inclusive contribuir para fortalecer a confiança no governo, na medida em que facilita intervenções estatais drásticas e profundas, sem os custos “naturais” e as dificuldades que acompanham o processo de negociação democrática. A longo prazo, porém, o insulamento tende a produzir vários efeitos de *rent seeking* imprevistos, perversos e predatórios, pois aumentam excessivamente a autonomia burocrática. Por outro lado, na presença de mecanismos de *accountability* — especialmente via eleições —, políticos e burocratas perseguem seus interesses ao mesmo tempo que estão sujeitos a sanções pelos cidadãos. O desafio dos cidadãos consiste, então, em persuadir o governo a agir no sentido de fortalecer o bem-estar social, em vez de privilegiar interesses individuais, frequentemente em conluio com setores privados.

Na próxima seção, serão apresentadas as principais direções que têm norteado a reorganização da nova ação do Estado no sentido de uma melhor *performance* do setor público. Em seguida, será oferecida uma resumida descrição da gênese de cada escola teórica, bem como, das concepções e principais preocupações sobre a reforma do Estado oferecida pelas diferentes abordagens. No final, serão comparados as fragilidades e recursos analíticos, focalizando nos posicionamentos que cada abordagem tem adotado em relação à três temas fundamentais: formas de proteção das agências públicas contra *rent seeking*, quais são as melhores formas de governo e regime político capazes de implementar reformas; e as posições e ênfases adotadas pelas diferentes perspectivas teóricas em relação aos obstáculos políticos à reforma e *performance* das agências públicas.

## Fontes de uma Nova Ação Governamental

As últimas duas décadas revelaram as debilidades institucionais, financeiras e organizacionais do setor público.<sup>3</sup> Sob uma crise fiscal sem precedentes, o Estado tem sido impotente para formular políticas públicas capazes de superar problemas estruturais como a inflação, o desemprego, a corrupção etc. Conseqüentemente, é crescente o desequilíbrio entre a ineficiente ação governamental e a já saturada demanda coletiva por bens e serviços públicos.

A distância entre demandas coletivas e oferta governamental levou a uma ampla revisão conceitual do paradigma do Estado de Bem-Estar Social dos anos 50 e 60. Em busca da redefinição do papel ideal do Estado, várias questões foram formuladas visando a adequação do setor público como a melhor e mais eficiente alternativa de alocação de recursos para solucionar as falhas do mercado.

Entre os autores que apontaram a existência de “fracassos governamentais”, Anne Krueger observou que, independente das falhas do mercado, os fracassos governamentais foram colossais, em muitos países, chegando a superar significativamente o fracasso do mercado: houve fracassos “tanto de omissão como de comprometimento” (Krueger, 1990, p. 9).

Em sua avaliação, a autora considera os programas de investimento governamentais altamente ineficientes e perdulários e o controle governamental sobre as atividades do setor privado difuso e custoso. Afirma que o déficit do setor público governamental, alimentado pelo déficit das empresas do setor público, pelos excessivos programas de investimento e por outros gastos governamentais, conduziram a altos índices de inflação, com conseqüências previsíveis para alocação de recursos entre competidores e falha na manutenção das facilidades de infra-estrutura existentes. Todos esses fenômenos ocorreram no contexto de envolvimento governamental difuso no controle da economia privada.

De acordo com Guy Peters (1992),<sup>4</sup> é possível perceber uma nova orientação na

reorganização da ação governamental. Ao contrário das décadas anteriores, caracterizadas por ampla intervenção estatal, os recentes objetivos centrais dos governos têm sido eficiência e eficácia, de modo a garantir o melhor desempenho público.

Para atingir esses objetivos, as reformas das políticas públicas apresentam duas características indispensáveis: descentralização e *accountability*. Descentralização pretende fortalecer a autonomia administrativa, financeira, e decisória do governo local, assim como submeter a ação governamental ao controle social. Descentralização contém ainda outros componentes: “administração para o povo” e “administração pelo povo”. O primeiro componente, também chamado “objetivos administrativos”, dirige-se para a maximização da satisfação dos “cidadãos-consumidores” em termos de resultados. Refere-se à qualidade, eficácia e eficiência na oferta de serviços públicos. Deste ponto de vista, descentralização tem significado a agilidade administrativa do setor público na oferta de bens públicos, ao mesmo tempo que aborda o setor público a partir de padrões de bom governo.

O segundo componente, também chamado de “objetivos políticos”, propõe participação efetiva e controle dos “cidadãos-consumidores” na administração das políticas públicas. Além de serem consumidores de serviços produzidos, os cidadãos passam a ter também maior responsabilidade no que se refere à ação pública. A principal preocupação situa-se na democratização do processo decisório através da transferência de certo grau de poder real à esfera local.<sup>5</sup>

Descentralização não deve ser confundida com fragmentação ou com a perda de controle e poder governamentais. A necessidade de mais flexibilidade de ação estatal produzida pela descentralização também requer a manutenção de alguns instrumentos de supervisão e controle, especialmente no que se refere à capacidade do Estado de definir as ações estratégicas gerais que orientarão as decisões governamentais. A ausência de um mecanismo geral de coordenação que monitorize a ação descen-

tralizada pode deixar espaço livre para interesses *neolocais* e, ao mesmo tempo, produzir uma política pública ainda mais ineficiente e fragmentada do que a ação centralizada.

Por isso, a busca por *accountability* deve ser entendida como a necessidade de associar o desempenho do serviço público com a resposta fiscal e financeira do governo, em outras palavras, trata-se de unir o desempenho do governo com sua própria capacidade.

Outra preocupação para os reformistas tem sido tornar flexível o sistema de tomada de decisão na administração pública. Este processo estimulou a delegação de responsabilidades a burocratas, associados a expansão de mecanismos de controle societais. Agências públicas foram encorajadas a adotar estratégias organizacionais efetivamente orientadas para promover a diversidade, a flexibilidade e a criatividade em suas ações. De fato, o padrão de rigidez e a burocratização das organizações públicas, uma consequência do modo tradicional de administrar, limitaram a oferta de qualidade e políticas públicas eficientes.

No entanto, a dependência estrutural do financiamento em contexto de crise impôs uma agenda de reforma nos países em desenvolvimento que tem sido modelada pelos interesses das agências multilaterais — o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, o Fundo Monetário Internacional – FMI etc. Como resultado, a reforma nos países em desenvolvimento veio carregada de muitos “ideologismos”, que provocaram resistência nacional e muitos mal-entendidos no que diz respeito a alguns importantes objetivos da reforma do Estado.

Como observou Thomas Callaghy,

“os atores do Norte mais envolvidos no processo — o Fundo, os bancos e as principais agências ocidentais de financiamento — pouco a pouco perceberam que, sem prestar atenção à estabilidade política doméstica e aos conflitos político-sociais, a liberalização econômica tende a impedir tanto o sucesso econômico como o ajustamento político” (Callaghy, 1993, p. 165).

Logo, como Stephen Haggard e outros mencionaram, além da estabilização e do ajuste estrutural macroeconômico, um novo está-

gio de reforma — a reforma institucional — tornou-se central para a maioria dos novos governos democráticos.

“Instituições precisam ser reformadas, construídas ou reconstruídas, em parte porque os atuais desafios políticos incluem medidas que são muito mais intensivas no uso dos recursos administrativos, e em parte para consolidar as mudanças políticas que foram feitas” (Haggard, 1995, p. 1).

Conforme mencionado de início, apesar desse consenso em relação à necessidade da reforma estatal, são diferentes as concepções sobre o tipo de reforma adequada. Acrescentem-se que tempos e agendas também diferentes foram propostos. Em poucas palavras, é possível identificar pelo menos quatro<sup>6</sup> diferentes concepções teóricas da reforma do Estado: a *neoliberal*, a *sociológica*, a da *escolha racional* e o modelo do *principal-agente*. Neste ponto, pode ser interessante e útil estabelecer um diálogo crítico com esta literatura de modo a esclarecer suas principais perspectivas.

É o que me proponho neste trabalho, quando apresento as principais linhas que compõem o debate sobre as possibilidades de

reorganização da ação estatal com o objetivo de obter um desempenho público satisfatório. Brevemente, dou conta da origem de cada escola teórica e de suas principais perspectivas sobre a reforma do Estado, comparando seus méritos e debilidades analíticas a partir da postura que cada uma adota em relação a três questões fundamentais:

1. em relação às formas de proteção contra o comportamento *rent seeking*;
2. sobre a melhor forma de regime político para implementar as necessárias reformas;
3. sobre o grau de consideração dos obstáculos políticos à aprovação e à implementação das reformas e a importância dada a mecanismos de avaliação do desempenho do setor público propriamente dito.

Ao final desta resenha crítica, pretendo ter oferecido um panorama elucidativo das diferenças assim como das possíveis semelhanças entre elas. As quatro abordagens que serão apresentadas e discutidas no texto estão resumidas no Quadro que se segue.

Quadro 1

**Resumo das Abordagens Teóricas da Reforma do Estado**

	<b>Formas de Proteção contra <i>Rent Seeking</i></b>	<b>Natureza do Regime Político</b>	<b>Preocupações Políticas versus Desempenho</b>
<b>Neoliberal</b>	Redução das Agências Públicas	Governo Forte	Preocupações políticas para Consolidar a Estabilidade Econômica
<b>Sociologia Institucional</b>	Insulamento ou <i>Embedded Autonomy</i>	Governo Forte	Preocupações Políticas – Laços entre Estado e Sociedade Civil
<b>Escolha Racional</b>	Autonomia através da Delegação a Agências Burocráticas	Governo Forte	Preocupações Políticas + de desempenho (Delegação)
<b>Modelo Principal-Agente</b>	Controle Social via Mecanismos de <i>Accountability</i>	Democracia Institucional	Preocupações Políticas + de desempenho ( <i>Accountability</i> )

## Abordagens Neoliberais

Em primeiro lugar, os herdeiros diretos do pensamento neoliberal defenderam políticas de livre mercado recomendadas pelo assim chamado “Consenso de Washington”. Para seus adeptos, a reforma do Estado significa a redução da influência do governo no mercado e um aumento na eficiência burocrática: redução de regulamentação desnecessária, reorientação de prioridades de gastos de acordo com as opções orçamentárias do governo, privatização, melhora na entrega de serviços através de terceirização e eliminação de “desperdício, fraudes e abusos” mediante mudanças no sistema de administração financeira. Para Haggard,

“este padrão de pensamento, que nos remete ao progressivismo americano, nasceu das profundas crises fiscais, mas, em termos políticos, reflete a idéia fundamentalmente conservadora de que o papel do Estado deve ser limitado” (Haggard, 1995, p. 2).

O foco principal nesta primeira perspectiva é de que as reformas do mercado promovidas na fase de estabilização econômica não se consolidarão se o desempenho das instituições públicas não melhorar dramaticamente.<sup>7</sup> Assim, para aumentar a capacidade do Estado, são necessárias reformas que apoiem as novas políticas econômicas, as quais, por sua vez, são requisito para o desenvolvimento econômico.

Segundo Frieden e Rogowski, a expansão do comércio internacional causou uma “facilidade exógena” — um decréscimo geral dos custos, ou aumento nos lucros desse comércio — e, como resultado, afetou a política doméstica em virtualmente todos os países. Afirmam os autores que as conseqüências do declínio dos custos transacionais, no âmbito nacional, podem ser observadas pelas pressões por reformas comerciais por parte dos atores econômicos domésticos.

No entanto, à medida que as políticas de liberalização de comércio provocam efeitos distributivos, os atores econômicos domésticos que tendem a apoiar estas políticas são aqueles capazes de estimular a especialização e de competir em condições similares com o

mercado internacional. Isto ocorre porque só os atores mais capazes podem aproveitar as novas oportunidades internacionalmente disponíveis e obter benefícios das reformas.

“Aqueles atores que se sentem ameaçados pela maior especialização nos mais altos níveis de atividade econômica internacional, ao contrário, inclinam-se a pressionar por políticas que os protejam das tendências econômicas globais” (Frieden e Rogowski, 1994, p. 22).

O caso da implementação de reformas orientadas para o mercado no Brasil constitui um bom exemplo de dificuldades causadas por efeitos distributivos, na medida em que agravou a obtenção de uma ampla coalizão política. Como estas reformas necessariamente afetam os principais atores político-econômicos brasileiros porque inevitavelmente implicam a redistribuição de recursos de poder, o medo de que pudessem produzir resultados indesejáveis ou custos altos provocou incertezas que acabaram por prejudicar a realização de uma ampla coalizão a favor de reformas macroeconômicas. Assim, o caso brasileiro é sempre tido como problemático e talvez a experiência mais atrasada.

Sylvia Maxfield sugere que o comércio crescente e a competição pelo capital estrangeiro motivaram o aumento da qualidade, independência e autonomia dos bancos centrais. Segundo a autora,

“pelo menos no contexto de um país em desenvolvimento, as circunstâncias financeiras internacionais são uma parte importante da história sobre as decisões de políticos, no que diz respeito a delegar autoridade aos bancos centrais e a honrar e proteger as decisões prévias, em relação à discrição do banco central” (Maxfield, 1995, p. 5).

Para ela, a autoridade independente dos bancos centrais pode fortalecer ou limitar o governo democrático, especialmente porque pode provocar ou até mesmo garantir estabilidade política para atrair recursos financeiros internacionais.

Portanto, quando mercados financeiros são desregulamentados e se tornam cada vez mais integrados internacionalmente, o gover-

no já não desfruta de um mercado cativo para a segurança governamental. Quando o governo compete com uma miríade de outros instrumentos e países por investimentos externos, deve convencer os financistas sobre as garantias oferecidas pelo Estado. Assim, o valor da independência do banco central aumenta porque ele deve ser um sinal seguro para os investidores.

Para Kaufman (1995), no entanto, é crucial distinguir entre reformas que expandam a independência estatutária das instituições monetárias, por um lado, e a capacidade real das autoridades monetárias de tomar decisões independentes, por outro lado. Toma como exemplo o caso de Domingo Cavallo, quando Ministro da Economia na Argentina, para ilustrar o caso em que a credibilidade de uma política macroeconômica freqüentemente depende menos de arranjos institucionais impessoais do que da capacidade e confiança de indivíduos pessoalmente capazes de tomar decisões. Admite ainda que seja possível questionar até que ponto a abordagem político-econômica da reforma do Estado vai além das reformas de bancos centrais, ministros de finanças, e outras instituições macroeconômicas.

Segundo Hisham Aidi (1996), a experiência mexicana introduziu dúvidas quanto à reivindicação neoliberal de redução do Estado com o objetivo de atingir a liberalização econômica através da eliminação do *rent seeking*. Para o autor, a privatização do Estado mexicano não apenas não eliminou o comportamento típico de *rent seeking*, como o estimulou através da discreta alocação de oportunidades de mercado para o setor privado.

Contudo, é importante que se reconheça que a posição original de redução das agências estatais, largamente difundida durante a década de 80, já não encontra tanto consenso dentro do próprio grupo dos representantes e difusores do pensamento neoliberal. Na realidade, na segunda metade da década de 90 vem sendo claramente percebido que a agenda neoliberal perde fôlego, consistência e homogeneidade perante seus principais representantes. Um bom exemplo é o relatório do Banco Mundial

(1997) dedicado exclusivamente às experiências de reforma do Estado e aos desafios para a construção de um Estado capaz e eficiente.

Neste relatório, o Banco Mundial deixa claro que

“reduzir ou diluir o papel do Estado não pode ser o final da história da reforma. Mesmo com mais seletividade e maior confiança dos cidadãos e dos agentes privados, a entrega eficiente de um grande conjunto de necessidades coletivas ainda significa fazer as instituições centrais do Estado funcionarem melhor. Para o bem-estar humano avançar, as capacidades do Estado — definidas enquanto as habilidades de implementar e promover ações coletivas eficientemente — devem ser aumentadas. [...] Mas capacidade estatal não é destino. Aumentar a capacidade do Estado significa revigorar as instituições públicas; significa definir as regras efetivas e constrangimentos orientados para checar as ações arbitrárias do Estado, bem como, combater a corrupção enraizada; significa submeter as instituições do Estado a uma maior competição para aumentar a sua eficiência; significa a melhora do desempenho das instituições estatais melhorando pagamentos e incentivos; e, finalmente, significa fazer o Estado mais responsável em relação às necessidades da população trazendo o governo mais perto dos interesses da população ao aumentar a participação e descentralização.”

Esta nova tomada de posição do Banco Mundial de revalorização das instituições governamentais fica mais explícita quando o relatório afirma que

“mais importante é que nós agora vemos que mercados e governos são complementares: o Estado é essencial para organizar as fundamentais e apropriadas instituições do mercado” (Banco Mundial, pp. 3-4).<sup>8</sup>

### A Abordagem Sociológica

Esta abordagem pressupõe um Estado mais ativo e se inspira em modelos de intervencionismo estatal, como o dos países recém-industrializados da Ásia Oriental. Percebe na força da sociedade civil um elemento importante para a eficácia do governo e das instituições públicas. Segundo esta abordagem, a reforma do Estado implica a *expansão seletiva*

das atividades do governo, vez que a mudança para a economia de mercado teria criado uma demanda tanto de novas ações reguladoras — supervisão de mercados financeiros, das relações industriais e das empresas recém-privatizadas, por exemplo — como de algumas medidas distributivas — de infra-estrutura, manutenção etc.

A autonomia estatal aliada à uma capacidade burocrática fortalecida é citada por Peter Evans como o traço mais importante do Estado em desenvolvimento. No entanto, esta é uma autonomia sutilmente diferente, que ele chama de *'embedded autonomy'*.<sup>9</sup> Em suas palavras, esta autonomia,

“precisamente a imagem especular do despotismo incoerente do Estado predatório, é a chave para a eficácia do Estado em desenvolvimento. *'Embedded autonomy'* alia o insulamento burocrático weberiano em intensa conexão com a estrutura social que rodeia o Estado” (Evans, 1995, p. 12).

Para este autor,

“a autonomia estatal foi limitada pelo contexto internacional — tanto geopolítico quanto econômico — que conspirou para criar a convicção de que primeiro, a rápida industrialização era necessária para a sobrevivência do regime e depois, a competitividade na exportação era essencial para a industrialização. O compromisso com a industrialização motivou tentativas de promover o crescimento do capital industrial local, que, por sua excepcional autonomia, permitiu ao Estado controlar a formação de vínculos que unem capital e Estado. A conjuntura como um todo tornou possível esta *embedded autonomy*, que caracterizou estes impressionantes períodos estatais de crescimento industrial” (Evans, 1995, p. 124).

No entanto, Evans acrescenta que a *embedded autonomy* presente nos Estados em desenvolvimento foi construída essencialmente em torno das elites individuais, através de um apoio mútuo, no qual um aparelho de Estado fortalecido e coerente facilitou a organização do capital industrial. Logo, reconhece que a *embedded autonomy* aumenta a coerência do capital a expensas do trabalho. Esta idéia contradiz a validade da *embedded autonomy* em

termos de uma maior capacidade redistributiva de Estados em desenvolvimento.

Sua preocupação principal no último capítulo de *Rethinking the Embedded Autonomy* é, portanto, sobre a possibilidade de que a *embedded autonomy* possa também ser construída em torno de laços que unam outros grupos sociais, em vez de vínculos exclusivos entre elites empresariais. Menciona o exemplo do Estado hindu de Kerala, onde cidadãos têm uma longa tradição de participação e ativismo social. Para Evans, o caso de Kerala apresenta dois traços possíveis de Estado em desenvolvimento:

“em primeiro lugar, demonstra que a *embeddedness* não é necessariamente restrita à conexões com o capital industrial; em segundo lugar, revela que estar ligado a um só grupo é sempre problemático, seja qual for o grupo. Em poucas palavras, o caso Kerala reforça a idéia de que a reconstrução deva envolver uma definição de *embeddedness* mais abrangente” (Evans, 1995, p. 246).

No entanto, argumenta, como Kerala não é um Estado em desenvolvimento desde que definido em termos de crescimento econômico, dificilmente pode ser considerado uma experiência hipotética.

Considera então o caso da Áustria como alternativa. Para ele, “a Áustria exemplifica o modo pelo qual o Estado e as classes se constituem mutuamente [...]. Na medida em que os atores na sociedade civil tornam-se mais organizados, um aparelho de Estado sólido e sofisticado passa a ser mais necessário, e não menos”. No entanto, acrescenta, se o Estado for representativo de todos os tipos de interesses da sociedade, a autonomia deste Estado e sua burocracia serão no mínimo questionáveis.

Outro defensor das “associações cívicas” entre o Estado e os atores sociais como meio de obter confiança e cooperação nas ações do Estado é Robert Putnam. Numa rara análise profunda sobre as diferenças regionais na Itália, afirma que o desempenho de um governo está intimamente relacionado ao caráter cívico da vida política e social. Assim, quanto mais civicamente organizada for a região, mais eficaz será seu governo. Para Putnam, “regiões

com muitas associações cívicas, muitos leitores de jornal, muitos eleitores voltados para causas específicas e poucas redes clientelísticas tendem a alimentar governos mais eficazes” (Putnam 1993, p. 99). De acordo com sua tese, a participação em associações cívicas promoveu tradições de assistência mútua, solidariedade e espírito público, porque inculcou hábitos de cooperação assim como um senso de responsabilidade compartilhada. Portanto, associações civis fortes e Estado forte caminham juntos.

Chalmers e outros chegam a uma conclusão similar. Acreditam que houve uma nova onda de estruturas diferentes de representação popular — ainda incipiente e parcial mas, real — que denominam “redes associativas”. Estas redes, que ligariam o Estado aos atores sociais através de laços interpessoais, mediáticos e/ou interorganizacionais, surgem principalmente em contexto de estruturas de representação menos centralizadas. Os autores sugerem também que a presença de associações populares podem garantir o progresso ao

“estabelecer um governo estável e eficaz, superar a desigualdade ainda drástica na região e, em terceiro lugar, ao construir espaços onde o povo pode efetivamente participar e ter suas reivindicações seriamente consideradas” (Chalmers, Martin e Piester 1996, p. 19).

Portanto, ao oferecer uma participação expressiva, as redes associativas abrangem um padrão de eficácia democrática.

O'Donnell (1993) insiste que a tarefa mais importante das novas democracias é a de criar canais e incentivos para que todas as forças políticas possam expressar seus interesses no marco das instituições representativas. Se as decisões e as escolhas não forem mediatizadas pelas instituições, estabelece-se o que o autor chama de “democracia delegativa”, na qual as instituições representativas não necessariamente deterioram, mas certamente perdem seu vigor.

### Escolha Racional

A terceira interpretação teórica da reforma estatal tem seu expoente em Stephan Haggard (1995) e sua noção de “delegação” e governo eficiente. Em suas palavras,

“a reforma do Estado pode ser vista como um processo de reelaboração de um contrato entre políticos eleitos e burocratas, em termos de um processo político que procura estabelecer um equilíbrio entre os ganhos de eficiência a serem obtidos pela delegação, os interesses dos executivos e legisladores de controlar os agentes burocráticos para fins políticos, e a necessidade de políticos e burocratas de responder aos grupos de interesses organizadores”.

Haggard enfatiza o papel decisivo de determinadas agências administrativas na manutenção de sua própria *autonomia* e *independência* a longo prazo. No entanto, ao contrário da abordagem tecnocrática da reforma da burocracia, que defende o insulamento da pressão dos grupos políticos e de interesses, o autor autor argumenta que as burocracias e as agências ganham sua independência precisamente ao construírem as bases de um apoio eleitoral organizado.

Haggard prossegue apontando um conjunto de fatores que tende a influenciar a natureza do perfil administrativo e constitucional, entre eles o grau de conflito ou de cooperação entre o Presidente, o Legislativo e o poder do Presidente. Para o autor, onde o Presidente e o Legislativo são aliados, ou onde o Presidente conta com significativo poder Legislativo, há uma grande possibilidade de se criar uma estrutura administrativa coerente. Disciplina partidária é outro item que aumenta as chances de êxito numa reforma de Estado. Por outro lado, se o perfil institucional for caracterizado pela polarização ideológica e pela presença de um sistema partidário com frágil disciplina interna, será mais difícil implementar a reforma estatal enquanto, simultaneamente, grupos contrários à reforma tenderão a obter maior representação política.<sup>10</sup>

Haggard afirma ainda que qualquer análise da reforma do Estado deveria partir da constatação de que mudanças institucionais são promovidas por políticos que têm interesse específico em servir às suas bases eleitorais. O Presidente e todo o Executivo estão mais inte-

ressados em implementar uma administração mais competente. Mesmo se não puderem concorrer à reeleição imediata, presidentes estão sempre preocupados em maximizar seu poder político e sua influência a longo prazo. No entanto, o autor concorda que o desempenho dos políticos depende das preferências dos grupos de interesse e do eleitorado, assim como do contexto institucional onde operam. De acordo com a perspectiva do novo institucionalismo, as instituições organizam os incentivos não apenas para os executivos, ministros e legisladores, mas também para importantes grupos de interesse; como resultado, as instituições configuram a eficiência do processo político (Haggard, 1995; Geddes, 1994, Moe, 1994).<sup>11</sup>

A teoria da capacidade do Estado desenvolvida por Geddes confronta os interesses de modo mais preciso. Em particular, percebe o Estado como uma coleção de políticos e burocratas egoístas em busca da maximização do sucesso da carreira. Argumenta que a capacidade do Estado é essencialmente a questão dos políticos identificarem seus interesses individuais com os de um Estado eficaz. Como considera que os políticos apoiarão a reforma do Estado apenas se ela maximizar suas chances pessoais de sobrevivência política no sistema eleitoral, conclui que no governo democrático não se deve esperar cooperação espontânea através da ação das massas ou pela representação automática dos interesses, a não ser na presença de alguns incentivos seletivos. Geddes acrescenta que se estes benefícios à cooperação individual para a reforma estatal forem incertos no presente, os indivíduos tenderão a agir como *free-riders*, isto é, procurarão usufruir dos benefícios sem contribuir para sua realização e sem estímulo para se organizar e reivindicar coletivamente a reforma do Estado.

Segundo Geddes, um melhor desempenho burocrático requer algumas formas de *insulamento burocrático*, entendendo-se por *insulamento* a presença de algumas proteções institucionais, tais como recrutamento por mérito, regras de promoção etc., que permitiriam aos burocratas ser mais eficientes para agregar

as escolhas políticas dos cidadãos. O mais importante, no entanto, é que as agências burocráticas precisam ser protegidas das reivindicações de recursos feitas por poderosos indivíduos ou grupos da sociedade.

Contudo, reconhece que o insulamento não resolve todos os problemas burocráticos, pois as burocracias sempre encontrarão motivos para expandir seus orçamentos e tolerar a ineficiência. Além disso, observa,

“insulamento não significa que os burocratas governamentais devam ser cercados por fossos e muros de pedras. Ao contrário, uma agência insulada é antes uma célula cercada por suas membranas semipermeáveis. A informação e os recursos circulam através da membrana do meio ambiente para a agência e vice-versa, mas a agência, como a célula, é capaz de manter sua integridade organizacional e perseverar na busca de seus próprios objetivos. Pode constituir alianças e relações cooperativas, mas é sempre capaz de limitar a capacidade de intervenção de atores externos no exercício de suas tarefas” (Geddes 1994, p. 50).<sup>12</sup>

Como os indivíduos sempre se beneficiam de bens públicos — tais como a reforma burocrática —, quer tenham participado ou não de movimentos para obtê-los, Geddes considera ainda que os cidadãos comuns não encontram estímulo para arriscar-se ou dispendar recursos para organizar-se:

“os esforços para obter reformas configuram *problemas de ação coletiva*<sup>13</sup> nos quais a maioria dos membros de uma determinada sociedade estariam em melhor posição se todos tivessem cooperado para resolvê-los, mas cooperação implicaria sacrifícios que não seriam racionais para um indivíduo” (Geddes, 1994, p. 127).

Logo, reitera, não é de se esperar encontrar no governo democrático cooperação espontânea através da ação de massa ou pela representação automática de interesses.

Geddes argumenta também que os políticos nacionais podem até estar interessados na transformação social, mas seus objetivos específicos só serão atingidos se eles se mantiverem no poder. Assim, políticos enfrentam o dilema de escolher entre trocar compromissos clientelistas por votos, ou adotar a legislação

que insula a burocracia da pressão tanto partidária como social. A primeira estratégia pode chegar a aumentar a probabilidade de reeleição dos políticos, a curto prazo, mas arruinaria a capacidade estatal de implementar políticas. Já a última estratégia levaria ao desenvolvimento de uma burocracia competente capaz de promover desenvolvimento econômico e mudança social e, a longo prazo, melhorar a chance de reeleição dos políticos. As escolhas políticas dependeriam da estrutura das recompensas disponíveis e, ao mesmo tempo, as recompensas dependeriam dos arranjos institucionais. Para Geddes, particularmente quando os partidos ou coalizões relativamente estáveis de partidos têm igual acesso a patronagem, os ganhos podem ser tais que seria do interesse dos políticos aprovar a reforma na burocracia.

Finalmente, para entender o porquê de alguns Estados serem fortes e outros fracos, é preciso considerar as condições sob as quais seria do interesse dos políticos aprovar reformas que os separam da burocracia, assim como a afastam das forças sociais. No entanto, conforme observado, o uso que faz Geddes do “dilema do prisioneiro” como analogia para a interação entre políticos e seus clientes é teoricamente problemático (Montinola, 1996). O “dilema do prisioneiro” supõe o poder simétrico entre os atores, o que não se dá no caso da reforma estatal. Aliás, em alguns casos é preciso recorrer a algum mecanismo que capte o poder assimétrico entre políticos e clientes. É o que acontece na abordagem que se segue.

### O Modelo do Principal-Agente

Finalmente, eis a quarta abordagem, segundo a qual o objetivo da reforma do Estado é criar instituições que permitam ao aparelho do Estado fazer o que deve e o impeçam de fazer o que não deve. Para ser mais preciso, a reforma do Estado é concebida em termos de mecanismos institucionais através dos quais governos podem controlar o comportamento de agentes econômicos, enquanto cidadãos, por sua vez, podem controlar os governos. Segundo esta concepção, portanto, reformar o

Estado não é mera questão de eficiência, mas implica em *accountability* e participação.

Em outras palavras, a tarefa da reforma estatal consiste, por um lado, em equipar o Estado com instrumentos para intervenções efetivas e, por outro, em criar incentivos específicos para que os agentes governamentais ajam na defesa do interesse público. Alguns desses incentivos podem ser produzidos pela organização interna do governo, mas são insuficientes. O bom desempenho do governo requer uma burocracia efetivamente supervisionada pelos políticos eleitos, os quais, por sua vez, devem prestar contas de seus atos aos cidadãos.

Przeworski associa este último mecanismo ao fato de que os representantes quase sempre querem ser reeleitos. Para o autor, a preocupação com a reeleição reduziria a propensão de governos desonestos a estabelecer conluios com empresas privadas. O governo será *accountable* quando os cidadãos puderem discernir se seus interesses são efetivamente representados ou não. E se não, tem sempre a possibilidade de sancionar o governo ineficiente adequadamente, isto é, através de sua não-reeleição. Acrescente-se ainda que, segundo o autor, os políticos eleitos devem querer e ser capazes de controlar a burocracia, que não está diretamente submetida às sanções populares: “governos *accountables* intervêm melhor do que aqueles que não o são” (Przeworski, 1995a, p. 9).

Para Przeworski, já que os mercados são inevitavelmente incompletos e os agentes econômicos têm acesso a diferentes níveis de informação, o problema que se apresenta não é do “mercado” *versus* “Estado”, mas de criar instituições específicas capazes de persuadir atores individuais — sejam agentes econômicos, políticos ou burocratas — a se comportar de uma maneira coletivamente benéfica.

Assim, segundo o autor, quando indivíduos particulares têm acesso a diferentes tipos de informação, as relações entre tipos de atores são aquelas de *principal* e *agentes*. O *principal* expressa um conjunto de preferências sobre resultados, e o agente aceita agir em nome do

*principal* em troca de alguma forma de compensação.

Induzir o agente a agir segundo os interesses do *principal* é o problema mais geral deste último, que dispõe de fundamentalmente dois mecanismos para resolvê-lo. Primeiro, o *constrangimento à participação*, isto é, a possibilidade de oferecer ganhos suficientes para superar os custos do agente em participar; e, segundo, o *incentivo à participação*, isto é, que permite ao agente agir em interesse próprio.<sup>14</sup>

Neste contexto propenso a atitudes oportunistas, dois importantes conceitos, o de *risco moral* e o de *seleção adversa*, são particularmente úteis para compreender como um partido tenta controlar o comportamento do outro, ou, em termos genéricos, obter certos resultados apoiando-se em e estruturando o comportamento de vários outros atores. *Seleção adversa* tem sua origem na impossibilidade de conhecer a informação, as crenças e os valores dos agentes nos quais se baseiam as decisões dos outros. Terry Moe (1984) exemplifica com o caso de uma relação de trabalho, na qual o empregador busca candidatos para um cargo numa pesquisa de *marketing* que requer um trabalho criativo e independente. Ao mesmo tempo que ele gostaria de atrair indivíduos altamente qualificados e motivados, não tem como saber ao certo a inteligência real do candidato, nem quais suas atitudes ou hábitos de trabalho. Logo, o empregador tenderá a enfrentar situações de *seleção adversa*: acaba atraindo um número desproporcional de candidatos de baixa qualificação. Por outro lado, o *risco moral* vem da impossibilidade de conhecer o comportamento efetivo de um agente na situação *ex-post* à contratação. No exemplo

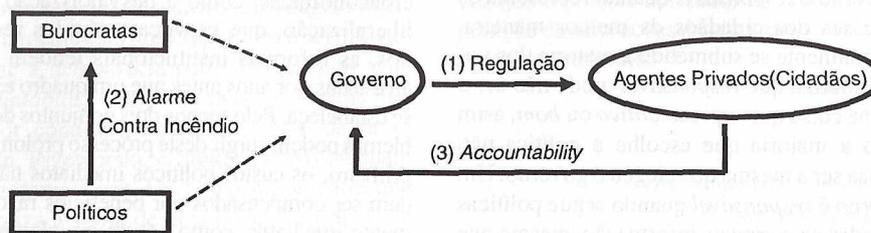
prévio, depois do candidato ser contratado, terá um incentivo perverso maior do que antes de ser contratado — o *risco moral* — para se expor em uma situação de risco, por exemplo, tendo um comportamento esquivo ou irresponsável.

Em suma, para Przeworski, a economia como um todo é uma rede de relações institucionais diferenciadas e multifacetadas entre tipos particulares de *principais* e agentes: os que são puramente “econômicos” (gerentes e empregados, proprietários e gerentes, investidores e empresários) e os que são puramente “políticos” (cidadãos e governo, políticos e burocratas, governo e Congresso). O desempenho de governos e a economia como um todo dependem do perfil das instituições que regulam estas relações.

“O que conta é se empregados têm incentivos para maximizar seus esforços, se gerentes têm incentivos para maximizar lucros, se empresários têm incentivos para arriscar-se positivamente, se os políticos têm incentivos para promover o bem-estar público e se os burocratas têm suficientes incentivos para implementar os objetivos estabelecidos pelos políticos” (Przeworski, 1996, p. 6).

Portanto, o desempenho da empresa, do setor público e da economia dependem do perfil das instituições definido por contratos explícitos ou implícitos entre os seguintes tipos de relações: 1. entre governo (burocratas e políticos) e agentes econômicos privados através de regulamentação; 2. entre políticos eleitos e burocratas nomeados através da perspectiva do *alarme contra incêndio* (McCubbins e Schwartz, 1984), e 3. entre cidadãos e políticos eleitos através de mecanismos de *accountability*.

#### Relações Principal-Agente



Este modelo baseado no marco teórico do *principal-agente* demonstra que, a menos que as preferências eleitorais estejam amplamente estruturadas num único *continuum*, não será do interesse dos políticos eleitos adotar a reforma. Dito de outra maneira, a construção de burocracias efetivas não requer o insulamento do Estado das forças sociais, ao contrário, requer justamente a organização das forças sociais e sua capacidade de persuadir os políticos para criar e manter burocracias efetivas. Embora nesta perspectiva os burocratas estejam isolados do controle direto das forças sociais, tampouco têm autonomia em relação a elas. Na verdade, os burocratas devem satisfação às forças sociais, ainda que indiretamente e através dos políticos, já que as instituições democráticas não contêm mecanismos que permitam aos cidadãos sancionar diretamente as ações legais dos burocratas. De fato, cidadãos podem, no máximo, considerar o desempenho da burocracia quando sancionam políticos eleitos. Mesmo que a autoridade legal permaneça com os políticos eleitos, a perspectiva do *alarme contra incêndio* consiste num mecanismo de *accountability* da burocracia do qual dispõem os cidadãos.

Contudo, Przeworski reconhece que os mecanismos de *accountability* não são uma condição suficiente para garantir a atuação de governos e burocracias no interesse dos cidadãos. Ainda que os cidadãos sejam capazes de tornar o governo *responsável*<sup>15</sup> por suas ações, o governo pode simplesmente se eximir de fazer tudo o que for possível na defesa dos interesses públicos.<sup>16</sup> Mais importante ainda, os burocratas podem fugir ao controle dos políticos e organizar seus próprios interesses. Aqui o autor segue Stokes (1995), para quem o governo é *responsável* quando representa os interesses dos cidadãos da melhor maneira, especialmente se submetido à maioria dos votos. Enfatiza que *responsável* pode não ser a mesma coisa que *representativo* ou *bom*, assim como a maioria que escolhe a política não precisa ser a mesma que elegeu o governo. Um governo é *responsável* quando segue políticas baseadas na completa informação, mesmo que

estas políticas se distanciem de sua plataforma original:

“nenhuma plataforma original pode especificar previamente o que o governo deveria fazer em todos os Estados contingentes da natureza: governos devem ter alguma flexibilidade para enfrentar as circunstâncias de mudança” (Przeworski, 1996, p. 19).

Logo, governos podem ser *accountables* mas não *responsáveis*. Podem também ser *responsáveis* sem ser *accountables*. Para Przeworski, o *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado Brasileiro* requer burocracias que sejam *responsáveis* pelos cidadãos-clientes, mas *accountables* apenas para as legislaturas, possivelmente porque as legislaturas são *accountables* aos clientes.

Políticos perseguem seus interesses sendo submetidos a sanções por cidadãos, que as implementam através de uma variedade de mecanismos, especialmente via eleições. O desafio dos cidadãos consiste, portanto, em persuadir o governo a agir de modo a garantir o bem-estar da população, em vez de perseguir o interesse próprio, freqüentemente em conclusão com interesses privados.

Governos são *responsáveis* só quando os mandatários e sua burocracia têm consciência de que podem ser punidos pelo desempenho inadequado no poder. No processo da reforma administrativa, o governo deve tentar fazer alianças e, simultaneamente, oferecer alguns incentivos materiais para virtuais perdedores, de modo a minimizar a resistência à reforma. Contudo, o governo deve estar ciente de que alguns segmentos burocráticos, especialmente aqueles que acumularam benefícios através de procedimentos particularistas, serão certamente fortes opositores à reforma burocrática.

Assim, em contraste com as políticas macroeconômicas, como a desvalorização ou a liberalização, que provocam rápidos resultados, as reformas institucionais tendem a ser arrastadas por anos antes que um quadro estável se estabeleça. Pelo menos dois conjuntos de problemas podem surgir deste processo prolongado: primeiro, os custos políticos imediatos não podem ser compensados por benefícios razoavelmente imediatos, como ocorre em alguns pro-

cessos de estabilização de inflação alta; e, segundo, o quadro institucional que pode resultar desta situação conflitiva não precisa ser o mais efetivo e pode produzir resultados coletivos subótimos (Nelson, 1995; Przeworski, 1995).

### **Conclusão: Comparando as Abordagens da Reforma Estatal**

Embora estas quatro abordagens tenham o mesmo ponto de partida, qual seja, a necessidade de proteger as agências públicas da pressão dos grupos de interesse, evitando assim, tanto quanto possível, todos os tipos de *rent-seeking*, elas divergem entre si pelo menos em três aspectos principais: nos mecanismos de proteção propriamente ditos, na natureza do regime político e na saída que prescrevem para lidar com os problemas políticos e o desempenho burocrático. (V. Quadro 1)

Em relação aos mecanismos de proteção recomendados, a primeira abordagem enfatiza a necessidade de redução das agências públicas de modo a evitar a intervenção estatal nas relações de mercado; a segunda concepção defende o insulamento ou a variante da *vinculada* das agências públicas; a terceira interpretação, ao contrário, afirma a necessidade de autonomia e independência através da delegação de agências públicas burocráticas; e, finalmente, a última abordagem adota o controle social via mecanismos de *accountability* como principal estratégia para evitar maus governos.

Em relação à natureza do regime político, as duas primeiras abordagens enfatizam o requisito de um governo forte — possivelmente, um regime autoritário ou a variante moderna do *populismo* (Roberts, 1995) — para o exercício da proteção da agência pública e para a realização da reforma; já a última abordagem rejeita justamente esta prescrição com o argumento de que a democracia pode não garantir uma *accountability* completa, mas é o regime que melhor conduz à realização deste objetivo. Manin, Przeworski, e Stokes (1996) afirmam que a democracia é o único mecanismo que minimiza a soma de dois erros: “o tipo 1, de

erro de eliminar bons governos, e o tipo 2, de manter os maus”.

Finalmente, enquanto as duas primeiras abordagens, a da economia política e a da sociologia institucional, enfatizam a necessidade de resolver problemas políticos — como o grau de conflito e cooperação entre presidente, Congresso e sociedade civil e o perfil institucional do sistema partidário — de modo a aumentar a eficiência burocrática, alguns autores insistem que, além de superar os obstáculos políticos, o sucesso ou o fracasso da reforma estatal como um todo depende da existência de mecanismos institucionais que garantam a presença de um desempenho burocrático muito melhor, tais como o processo de delegação a setores executivos — na perspectiva da abordagem da escolha racional — e controle social e mecanismos de *accountability*, nos termos da abordagem principal-agente.

Embora este artigo não tenha tido a intenção de propor receita ou modelo para a construção de um Estado efetivo, ficou patente após a revisão crítica desta literatura que a última abordagem, principal-agente, oferece uma alternativa que melhor se adapta às diferentes realidades e estágios da relação estado-mercado, ao reconhecer que é a partir do desenho institucional das diversas relações desenvolvidas entre os variados tipos particulares de principais e agentes que depende o desempenho efetivo destas instituições.

Além do mais, ao propor o desenvolvimento de um conjunto de incentivos seletivos no sentido de persuadir os atores públicos individuais a agirem de uma maneira coletivamente benéfica, onde todos sairiam ganhando, a abordagem principal-agente fornece instrumentos gerenciais potencialmente eficazes no sentido de uma ação gerencial eficiente, uma vez que o critério norteador de recompensa e punição de suas ações é essencialmente baseado no desempenho.

(Recebido para publicação  
em maio de 1997)

## Notas

1. Dada a definição conceitual, o texto mantém a expressão *rent seeking* no original. *N.T.*
2. Em ciência política, a noção de *accountability* significa a prática de prestação de contas de atos e gastos públicos por parte de agentes governamentais à sociedade. Como ocorre na literatura brasileira em geral, mantém-se neste texto a expressão no original, em inglês. *N.T.*
3. Em termos mais precisos, a reorganização do setor público em escala mundial ocorreu na passagem dos anos setenta e oitenta. Por um lado, os problemas fiscais e financeiros dos governos e, por outro, as sucessivas tentativas liberais de anular a capacidade do Estado e, ao mesmo tempo, fortalecer a via das soluções de mercado, constituíram as razões principais que provocaram este movimento.
4. O autor afirma que duas pressões combinadas — crise fiscal e convicção política ou engajamento — apontaram a necessidade de reforma governamental.
5. Descentralização entendida como democratização é defendida principalmente pelo setor reformista que considera este conceito uma expressão homogênea e positiva. Como consequência deste mal-entendido, os reformistas, com frequência superestimam os benefícios de uma política descentralizada, sem considerar seus custos e limites, especialmente a curto prazo, quando a descentralização conduz ao declínio da capacidade do Estado. No entanto, como observou Bobbio (1992), a descentralização e sua antítese — a centralização — não existem em sua “forma pura” mas são, antes de mais nada, faces de uma mesma moeda.
6. De modo semelhante, Robert Kaufman apresentou outra classificação em três diferentes perspectivas teóricas que abordaram a reforma do estado: economia política, escolha racional institucional e sociologia institucional. Em sua opinião, estas três perspectivas podem ser tanto complementares como mutuamente exclusivas, mas cada uma oferece pistas precisas sobre atores, preferências e constrangimentos. A primeira abordagem — a da economia política — “explica os resultados políticos e as mudanças sociais principalmente a partir das relações entre grupos de interesses econômicos e a maneira como esses grupos estão ligados ao comércio global e aos mercados de capital. Uma questão chave que emerge desta abordagem é em que medida os líderes políticos nacionais são limitados em suas escolhas sobre a reforma do Estado pela globalização desses mercados e pelo fortalecimento de eleitores econômica e internacionalmente orientados ... Para aumentar a credibilidade de sua adesão a estas políticas, líderes políticos têm um incentivo para delegar autoridade a agências de elite centralizadas e altamente insuladas, que administram a política por procedimentos de operação estreitamente definidos”. O suposto central da segunda abordagem — a da escolha racional institucional — é de que “organizações burocráticas refletem as preferências de políticos em competição, cujos objetivos são obter ou manter o cargo. As respostas às demandas por reformas de Estado dependeriam então do modo que esses atores calculam a maneira pela qual a reforma afetaria sua capacidade de competir com seus rivais”. Para Kaufman esta abordagem é útil para compreender reformas “intra-Estados” — padrões de equipes, mandatos formais, distribuição de autoridade no aparelho de estado. Finalmente, a última abordagem — a da sociologia institucional — “dirige sua atenção à ampla matriz das normas sociais e instituições das quais o comportamento burocrático e econômico está imbuído. Estas instituições sociais formam as preferências, conhecimentos e valores de indivíduos que nelas agem. Os escritores nesta abordagem centralizam suas análises “nos espaços associacionais que existem entre a autoridade estatal e a troca de relações do mercado. Redes informais, associações formais e outros grupos cívicos que preenchem esses espaços oferecem mecanismos críticos de coordenação e de alocação de recursos no interior das sociedades” (Kaufman, 1955, pp. 4-6).

7. Moisés Naím oferece uma excelente análise das duas fases da reforma. Para ele, “o medo da iminente catástrofe econômica foi a motivação fundamental para o Estágio I das reformas. O Estágio II requer a motivação mais elusiva de um amplo consenso nacional sobre a direção geral das políticas econômica e social” (Naím, 1994, p. 7). Acredita o autor que a *era dos decretos*, difícil de decidir, mas simples de executar choques macroeconômicos, está chegando ao fim. Em meados dos anos noventa, a América Latina entrou numa nova fase em seu processo de reformas, na qual a manutenção de seu ainda precário equilíbrio macroeconômico obtido no Estágio I depende da construção da infra-estrutura organizacional do Estado. Portanto, conclui, sem a utilização intensa deste novo marco teórico a estabilidade das reformas de mercado estará seriamente ameaçada.
8. The World Bank, *The State in a Changing World. World Development Report 1997*, Oxford University Press.
9. Quando formula este conceito, Evans afasta-se das idéias tradicionais de autonomia e independência das agências públicas. Através da noção de *embedded autonomy*, as agências continuariam a ter uma grande autonomia, mas também teriam laços com grupos estratégicos na sociedade, no sentido de facilitar a decisão e implantação de políticas de interesse do Estado e destes mesmos grupos. Uma sugestão de tradução seria *autonomia inserida*, porém mantém-se a expressão no original, *embedded autonomy*. N.T.
10. Especialmente em relação à tentativa atual de reforma do Estado brasileiro, observei em outra oportunidade que o comportamento dos legisladores tem sido diretamente relacionado aos custos e benefícios que podem extrair em cada área temática votada. Em outras palavras, nas áreas temáticas em que os interesses individuais dos deputados ou de suas bases são ameaçados, seus votos tendem a ser pessoais, quer dizer, não necessariamente votam segundo a indicação partidária. Por outro lado, quando não correm o risco de perda pessoal, seu comportamento é disciplinado e integrado às indicações de voto do partido (ver Pereira, 1996).
11. Segundo Hall e Taylor (1996), no lugar de uma abordagem unificada do novo institucionalismo, há pelo menos três diferentes perspectivas analíticas, que apresentam diferentes visões sobre o mundo político, cada uma revelando pontos fortes e debilidades próprias: são as perspectivas *histórica*, *escolha racional* e *sociológica*. O institucionalismo *histórico* seria aquele que utiliza o cálculo e a perspectiva cultural, portanto especifica a relação entre instituições e comportamento de modo mais amplo do que os institucionalismos da *escolha racional* e o *sociológico*. Entretanto, os autores reconhecem que esse ecletismo tem seus custos: o institucionalismo *histórico* prestou menos atenção do que as outras tendências ao desenvolvimento de uma compreensão sofisticada de como exatamente as instituições afetam o comportamento. O institucionalismo da *escolha racional*, ao contrário, apresentou a noção mais precisa da relação entre instituições e comportamento através da construção de um corpo teórico mais sistemático. Ainda assim, consideram que estas microfundações repousam sobre uma imagem relativamente simplista da motivação humana. A utilidade desta abordagem seria também limitada pelo grau de especificação exógena das preferências ou objetivos dos atores. Para os autores, os institucionalistas *sociológicos*, por outro lado, estão melhor situados para elucidar o modo pelo qual as instituições afetam as preferências básicas ou as identidades dos atores, que os institucionalistas da *escolha racional* consideram como dadas. Em suma, o institucionalismo *sociológico* afirma que os atores escolhem estratégias, mas a partir de repertórios culturalmente específicos desenhados pelo ambiente institucional no qual se inserem. Para classificações alternativas e outras interpretações sobre as abordagens institucionalistas, ver também Thellen e Steinmo (1992) e March e Olsen (1995).

12. Richard Doner é outro autor que enfatiza a necessidade de isolar as agências estatais das forças sociais para serem fortalecidas. Para ele, o isolamento permite aos encarregados formular políticas e mediar a influência do capital estrangeiro independentemente de poderosas coalizões distributivas. Além disso, afirma que o Estado deveria ser suficientemente bem organizado para implementar políticas coerentes. “Altos níveis de coesão interna e centralização são supostamente necessários, desde que se pretenda superar os problemas do agente-principal e de ação coletiva dentro do Estado” (Doner, 1992, p. 399).
13. Outro argumento com relação a possíveis obstáculos à reforma do Estado é dado por Przeworski, para quem as mudanças nos arranjos institucionais causam conflito quando as instituições têm conseqüências (re)distributivas, não necessariamente problemas de ação coletiva. Afirma que “se a escolha das instituições for mera questão de eficiência, os desentendimentos serão apenas um caso de divergência de perspectivas em relação à melhor maneira de obtê-la: ninguém teria razão para temer um sistema que melhora a situação de alguém sem prejuízo algum de outros. Mas, dada a distribuição de recursos, as instituições de fato afetam em modo e grau o processo de desenvolvimento de interesses e valores particulares. Logo, as preferências relativas às instituições diferem” (Przeworski, 1995a, p. 49).
14. *Constrangimento à participação e incentivo à participação*, são conceitos econômicos utilizados principalmente na literatura sobre os custos da transação (*transactional costs*), respectivamente *Participation Constraint* e *Incentive Compatibility*. O primeiro significa que a ação de um ator (agente) só acontecerá se ele perceber que agir proporcionar-lhe-á mais benefícios do que não agir. Como toda ação tem custos, este agente tem de ser compensado com um valor maior que os custos naturais de participação, para sentir-se estimulado a participar. Assim, *Constrangimento à participação* significa convencer o agente a participar, em vez de não participar ou de agir contra os interesses do *principal*. O segundo conceito implica que o *principal* deverá antecipar os interesses do agente e deixar claro que realizar os interesses do *principal* representa, ao mesmo tempo, para o agente, a melhor oportunidade pessoal, ou seja, o agente também estará ganhando ao agir como deseja o *principal*.
15. No original, *responsive*, conceito que se diferencia de *accountable*.
16. Outro limite significativo no que diz respeito à possibilidade de aplicar mecanismos de *accountability* no problema do *principal-agente* entre governo e cidadãos, especialmente em países em desenvolvimento, é que os cidadãos não dispõem de suficiente informação para escolher o candidato que melhor representa seus interesses, além de não terem a capacidade de monitorar as atividades dos políticos. E, principalmente, a opinião pública pode ser manipulada. Segundo Geddes, “os únicos indicadores do cumprimento das promessas que os políticos fizeram são a disponibilidade de benefícios particulares e o desempenho geral da economia. Estes indicadores são seriamente imperfeitos, já que os políticos podem frequentemente oferecer benefícios particulares sem adotar as políticas gerais preferidas, e o desempenho econômico geral reflete muitos fatores sobre os quais os políticos não exercem o controle” (Geddes, 1994, p. 39). Neste caso, portanto, os cidadãos têm poucos recursos tanto para premiar o bom governo como para punir os que não representam seus interesses nas eleições seguintes.

## Bibliografia

- Alston, Lee J, Eggertsson, Thráinn e North, Douglas C.  
1996 *Empirical Studies in Institutional Change*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Ames, Barry  
1995 "Electoral Rules, Constituency Pressures, and Pork Barrel: Bases of Voting in the Brazilian Congress." *The Journal of Politics*, vol. 57, n.º 2, pp. 324-343.
- Armijo, Leslie E.  
1993 "Conversation on Democratization and Economic Reform." Working Papers of the Southern California Seminar.
- Barron, David T.  
1995 "The Economics and Politics of Regulation: Perspective, Agenda, and Approachs", in Jeffrey Banks e Erik A. Hanushek (eds.), *Modern Political Economy*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Bobbio, Norberto  
1992 *Dicionário de Política*. Brasília, Universidade de Brasília.
- Callaghy, Thomas R.  
1993 "Vision and Transformation in the Global Political Economy: Lessons from the Second and Third Worlds", in Robert Slater, Schutz Barry e Steven Dorr (eds.). *Global Transformation and the Third World*. Boulder, Lynne Rienner.
- Câmara da Reforma do Estado  
1995 "Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado". Presidência da República, versão 3, 9 de setembro, Brasília.
- Chalmers, Douglas A., Martin, Scott B. e Piester, Kerianne  
1996 "Associative Networks: A New Structure of Representation for Popular Sectors?", in *The New Politics of Inequality in Latin America*, Oxford University Press (no prelo).
- Cheibub, Jose Antonio e Przeworski, Adam  
1996 "Democracy, Elections, and Accountability for Economic Outcomes". Trabalho apresentado na Conference on Democracy and Accountability, Nova York University, abril, pp. 26-28.
- Diniz, Eli  
1995 "Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90." *Dados — Revista de Ciências Sociais*, vol. 38, n.º 3, pp. 385-415.  
1996 "Em Busca de Um Novo Paradigma: A Reforma do Estado no Brasil dos anos 90". Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, outubro.
- Doner, Richard F.  
1992 "Limits of State Strength: Toward and Institutional View of Economic Development." *World Politics*, vol. 44, n.º 3, pp. 398-432.
- Evans, Peter  
1995 *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

- 1989 "Predatory, Developmental, and Other Apparatuses: A Comparative Political Economy Perspective on the Third World State." *Sociological Forum*, vol. 4, n.º 4, pp. 561-587.
- Fearon, James D.  
1996 "Elections as Choosing a Good Type Versus Elections as a Mechanism of Accountability." Trabalho apresentado na Conference on Democracy and Accountability, New York University, abril, pp. 26-28.
- Ferejohn, John A.  
1995 "The Spatial Model and Election", in Bernard Grofman (ed.) *Information, Participation, and Choice*. Ann Arbor, University of Michigan Press.  
1986 "Incumbent Performance and Electoral Control." *Public Choice*, n.º 50, pp. 5-25.
- Figueiredo, Argelina C. e Limongi, Fernando  
1995 "Mudança Constitucional, Desempenho Legislativo e Consolidação Institucional." *Revista Brasileira de Ciências Sociais — RBCS*, outubro, n.º 29, pp. 176-200.
- Frieden, Jeffrey A. e Rogowski, Ronald  
1994 "The Impact of the International Economy on National Policies: An Analytical Overview." Trabalho preparado para The Project on Internationalization and Domestic Politics. Department of Political Science, University of California Los Angeles-UCLA, mimeo.
- Garman, Christopher, Haggard, Stephan, e Willis, Eliza  
1996 "Decentralization in Latin America". Trabalho apresentado na 1996 Annual Meeting of the American Political Science Association, San Francisco.
- Geddes, Barbara  
1994 *Politician's Dilemma — Building State Capacity in Latin America*. Berkeley-Los Angeles-London, University of California Press.
- Goodin, Robert (ed.)  
1996 *The Theory of Institutional Design*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Grindle, Merilee S.  
1996 *Challenging the State: Crises and Innovation in Latin America and Africa*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Grossman, Gene M.  
1990 "Promoting New Industrial Activities: A Survey of Recent Arguments and Evidences." *OECD Economic Studies*, n.º 14, spring.
- Haggard, Stephan  
1995 "The Reform of the State in Latin America". Trabalho apresentado no Annual Bank Conference on Development in Latin America and Caribbean, World Bank, Rio de Janeiro, junho.
- Haggard, Stephan e Kaufman, Robert  
1992 *The politics of Economic Adjustment: International Shocks, Distributive Conflicts and the State*. Princeton, Princeton University Press.  
1995 *The Political Economy of Democratic Transitions*. Princeton, Princeton University Press.
- Hall, Peter A. e Taylor, Rosemary C.R.  
1996 *Political Science and the Three New Institutionalisms*, mimeo.

- Horn, Murray J.  
1995 *The Political Economy of Public Administration: Institutional Choice in the Public Sector*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Immergut, Ellen M.  
1996 "Political Institutions and Universalist Policies: Revising the Swedish Constitution". Trabalho apresentado na Reunião Anual da American Political Science Association, San Francisco.
- Johnson, Ronald N. e Libecap, Gary D.  
1994 *The Federal Civil System and the Problem of Bureaucracy: The Economics and Politics of Institutional Change*. Chicago, The University of Chicago Press.
- Kalfman, Robert  
1995 "The Politics of State Reform: A Review of Theoretical Approaches". Trabalho apresentado no Seminário Latin American Politics in Comparative Perspective, Columbia University.
- Kiewiet, D. Roderick e McCubbins, Mathew D.  
1991 *The Logic of Delegation Congressional Parties and the Appropriations Process*. Chicago e Londres, The University of Chicago Press.
- Krueger, Anne O.  
1990 "Government Failure in Development." *The Journal of Economic Perspective*, summer, vol.4, n.º 3, pp. 9-23.
- Laver, Michael e Shepsle, Kenneth  
1996 "Events, Equilibria, and Government Survival". Trabalho apresentado na Reunião Anual da IPSA — American Political Science Association, San Francisco.
- Lafont, Jean-Jaques e Tirole, Jean  
1994 *A Theory of Incentives in Procurement and Regulation*. Cambridge, MIT University Press.
- Lima, Maria Regina Soares e Boschi, Renato  
1995 "Democracia e Reforma Econômica: A Visão das Elites Brasileiras." *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 38, n.º 1, pp. 7-29.
- Manin, Bernard, Przeworski, Adam, e Stokes, Susan C.  
1996 "Democracy and Accountability: A Proto-Introduction". Trabalho apresentado na Conference on Democracy and Accountability, Nova York University, Nova York.
- March, James e Olsen, Johan P.  
1989 *Rediscovering Institutions*. Nova York, The Free Press.  
1995 *Democratic Governance*. Nova York, The Free Press.
- Martins, Luciano  
1996 "Reforma da Administração Pública e Cultura Política no Brasil: Uma Visão Geral". *Cadernos ENAP*, n.º 8, pp. 9-39.
- McGuire, Martin C. e Olson, Mancur Jr.  
1996 "The Economics of Autocracy and Majority Rule." *Journal of Economic Literature*, vol.34, pp. 72-97.
- Maxfield, Sylvia  
1995 *Gatekeepers of Growth: The International Political Economy of Central Banking in Developing Countries*. New Hampshire, Yale University.

- Melo, Marcus A.  
 1996 Governance e Reforma do Estado: O Paradigma Agente x Principal, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, mimeo.  
 1997 "O Jogo das Regras: A Política da Reforma Constitucional 1993-1996". *Revista Brasileira de Ciências Sociais — RBCS*, fevereiro n.º 33, pp. 63-85.
- Meltzer, Allan e Richard, Scott F.  
 1981 "A Rational Theory of the Size of the Government." *Journal of Political Economy*, vol. 89, pp. 914-927.
- Miller, Gary J.  
 1992 "Managerial Dilemmas: The Political Economy of Hierarchy". Cambridge, Cambridge University Press.
- Miller, Gary J. e Moe, Terry M.  
 1983 "Bureaucrats, Legislators, and the Size of Government". *The American Political Science Review*, vol. 77, n.º 2, pp. 297-322.
- McCubbins, Matthew e Schwartz, Thomas  
 1984 "Congressional Oversight Overlooked: Police Patrols versus Fire Alarms." *American Journal of Political Science*, vol. 28, n.º 4, pp. 165-179.
- Moe, Terry M.  
 1984 "The New Economic of Organization," *American Journal of Political Science*, vol.28, n.º 4, pp. 739-777.  
 1990 "Political Institutions: The Neglected Side of the Story," *Journal of Law, Economic and Organization*, vol.6, pp. 213-253.
- Moe, Terry M. e Caldwell, Michael.  
 1994 "The Institutional Foundations of Democratic Government: A Comparison of Presidential and Parliamentary Systems." *Journal of Institutional and Theoretical Economics (JITE)* 150/1, pp. 171-195.
- Monteiro, Alfredo P.  
 1995 "Building Embeddedness by Shifting the State: Industrial Policy in Contemporary Brazil and Spain". Trabalho apresentado no 1995 Meeting of the Latin American Studies Association, Washington D. C., September 28-30.
- Montinola, Gabriela  
 1996 "Manufacturing Weak States: Lessons from Philippines". Trabalho apresentado no New York University's Faculty Research Seminar, mimeo.
- Naím, Moisés  
 1994 "Latin America's Journey to the Market: From Macroeconomics Shocks to Institutional Therapy". Trabalho apresentado na conferência sobre Economic Reform and Democracy, Washington, May 5-6.
- Nelson, Joan M.  
 1992 "Poverty, Equity, and The Politics of Adjustment" in *The Politics of Economic Adjustment: International Shocks, Distributive Conflicts and the State*. Princeton, Princeton University Press.  
 1995 Rebuilding the State: The Social Sectors, mimeo.

- Noll, Roger  
 1985 *Regulatory Policy and Social Sciences*. Berkeley, University of California Press.
- O'Donnell, Guillermo  
 1993 "Sobre o Estado, a Democratização e alguns Problemas Conceituais: Uma Visão Latino-Americana com uma Rápida Olhada em Alguns Países Pós-Comunistas". *Novos Estudos Cebrap*, julho n.º 36, pp. 123-45.
- Ostrom, Elinor  
 1990 *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Pereira, Carlos  
 1996 "Por Que os Deputados Brasileiros Resolveram Limpar suas Calçadas?" Trabalho apresentado no Encontro Anual XX da Anpocs, Caxambu, MG.  
 1997 "A Política Pública como Caixa de Pandora: Organização de Interesses, Processo Decisório e Efeitos Perversos na Reforma Sanitária Brasileira — 1985-1989." *Dados — Revista de Ciências Sociais*, vol.39, n.º 3, pp. 423-473.
- Pereira, Luiz C. Bresser  
 1995 A Reforma do Aparelho do Estado e a Constituição. *Fundação Escola Nacional de Administração Pública — ENAP*, mimeo.
- Peters, Guy  
 1992 "Reorganizando o Governo em uma Era de Contenção e Compromisso". *Dados — Revista de Ciências Sociais*, vol.35, n.º 3, pp. 301-335.
- Pierson, Paul  
 1994 *Dismantling the Welfare State? Reagan, Thatcher, and the Politics of Retrenchment*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Prud'homme, Remmy  
 1995 "The Dangers of Democratization." *The World Bank Research Observer*, n.º 10, pp. 201-220.
- Przeworski, Adam  
 1991 *Democracy and the Market: Political Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America*. Cambridge, Cambridge University Press.  
 1995a "Reforming the State: Political Accountability and Economic Intervention". Versão revisada do trabalho preparado para a Conference on *Inequality, The Welfare State and Social Values*, El Escorial, Spain, July 12-14.  
 1995b *Sustainable Democracy*. Cambridge, Cambridge University Press.  
 1996 "On the Design of the State: A Principal-Agent Perspective", trabalho apresentado no Seminário sobre "Reforma estatal na América Latina e no Caribe", Ministério da Administração e Reforma do Estado, Brasília, May 16-17.
- Przeworski, Adam e Stokes, Susan C.  
 1995 "Citizen Information and Government Accountability: What Must Citizens Know to Control Governments?". Trabalho apresentado na Reunião Anual da American Political Science Association, Chicago.
- Przeworski, Adam; Alvarez, Mike, Cheibub, José e Limongi, Fernando.  
 1997 *Democracy and Development: Political Regimes and Economic Performance, 1950-1990*. Cambridge, Cambridge University Press (no prelo).

- Putnan, Robert D.  
 1993 "Explaining Institutional Performance", in *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton / New Jersey, Princeton University Press.
- Stark, David  
 1992 "Path Dependence and Privatization Strategies in East Europe." *East European Politics and Societies*, vol. 6, n.º. 1, winter, pp. 17-53.
- Silberman, Bernard S.  
 1993 *Cages of Reason: The Rise of the Rational State in France, Japan, The United States and Britain*. Chicago, The University of Chicago Press.
- Stigler, George  
 1975 *The Citizen and the State: Essays on Regulation*. Chicago, University of Chicago Press
- Steinmo, Sven, Thelen, Kathleen e Longstreth, Frank (eds.)  
 1992 *Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Stiglitz, Joseph  
 1994 *Whither Socialism?* Cambridge, Cambridge University Press.
- Thelen, Kathleen e Steinmo, Sven  
 1992 "Historical Institutionalism in Comparative Politics", in Thelen Steinmo e Longstreth (eds.), *Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Tirole, Jean  
 1994 "The Internal Organization of Government". *Oxford Economic Papers*, 46, pp. 1-29.
- The World Bank  
 1997 "The State in a Changing World". *World Development Report 1997*, Oxford University Press.

## Resumo

*Em Busca de um Novo Perfil Institucional do Estado: Uma Revisão Crítica da Literatura Recente*

Este artigo oferece uma revisão crítica da literatura recente acerca das diferentes abordagens de reforma do Estado. Para tanto, classifica em quatro as diferentes concepções teóricas: neoliberal, sociológica, escolha-racional e principal-agente. A partir desta divisão, são analisadas as respectivas contribuições e fragilidades de cada orientação teórica em relação a três pontos fundamentais: primeiro, quais as formas de proteção das agências públicas dos interesses privados; segundo, a melhor forma de regime político para produzir um Estado mais eficiente; terceiro, qual a principal ênfase destas abordagens tanto em relação ao desempenho das agências públicas bem como em relação aos obstáculos políticos às iniciativas de reformar o Estado. Embora tenha existido um amplo consenso entre os autores acerca da necessidade de se reformar o Estado tanto para capacitá-lo a responder às demandas sociais, como para consolidar as reformas econômicas previamente implementadas, este consenso não tem se traduzido em um mesmo entendimento sobre como reformar este Estado. Essa grande variedade de interpretações vem acarretando diferentes agendas e procedimentos a respeito do que seria reformar este Estado.

**Abstract**

*Pursuing a New Institutional Design for the State: A Critical Review of the Recent Literature*

This review of recent literature on State reform divides theoretical approaches into four categories: neoliberal, sociological, rational choice, and principal-agent. The strong and weak points of how each approach responds to three fundamental questions are analyzed: how can public agencies be protected from private interests? What political regime is deemed best suited to producing a more efficient state? What is the prime emphasis regarding public agency performance and regarding the political roadblocks which hamper initiatives to reform the State? Although authors widely agree that reform is necessary both to equip the State to respond to social demands as well as to solidify the economic reforms already implemented, the question of how to actually go about achieving this reform does not elicit the same degree of consensus. The resulting range of interpretations has produced distinct agendas and approaches on how to reform the State.



## Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates\*

Flavia de Campos Mello

A aplicação da teoria dos jogos às relações internacionais foi tradicionalmente um campo, por excelência, da escola realista, fundamentada nas premissas de que os Estados são os principais atores do sistema internacional, agentes unitários e racionais, movidos pela preocupação com o poder e a segurança, e predispostos ao conflito e à competição. Na década de 60, em particular, a partir de contribuições importantes de diversos economistas como Thomas Schelling, a teoria dos jogos forneceu ao realismo um novo instrumental para reafirmar suas proposições pessimistas quanto às perspectivas da cooperação entre os Estados, tendo sido aplicada essencialmente às questões de segurança e estratégia militar. Jogos como o “Dilema do Prisioneiro” e o “Chicken” foram amplamente usados na análise dos fenômenos internacionais, ilustrando especialmente, no caso do primeiro, o “dilema de segurança” na corrida armamentista, no qual todos os Estados têm uma estratégia dominante em se armar, embora para todos o resultado seja menos preferível do que um mundo totalmente desarmado.

No entanto, a centralidade posteriormente adquirida pela teoria dos jogos no debate contemporâneo da área de relações internacionais (ou talvez, mais especificamente, no debate norte-americano) não decorreu diretamente do desenvolvimento de suas aplicações tradicionais por parte da abordagem realista. Nessa perspectiva, os estudos produzidos na década

de 70 continuaram a focalizar, quase exclusivamente, a investigação empírica específica dos processos de barganha em situações de crise. Muitas vezes associada a posições realistas extremadas e às visões dos anos iniciais da Guerra Fria, essa literatura foi também criticada por ater-se a um uso meramente descritivo da teoria dos jogos, como metáfora ou analogia de determinadas situações.<sup>1</sup>

O interesse renovado pela teoria dos jogos no início dos anos 80 teve suas origens mais relacionadas às aplicações do paradigma da ação coletiva ao estudo da política internacional, e especialmente à crítica posteriormente desenvolvida a estas aplicações.<sup>2</sup> A contribuição pioneira de Mancur Olson com *A Lógica da Ação Coletiva* (Olson, 1965) teve sua primeira aplicação importante na área internacional com a teoria econômica das alianças (o modelo Olson-Zeckhauser, de 1966). Mas, seu principal marco para a teoria das relações internacionais foi sua aplicação na “teoria da estabilidade hegemônica”, associada à obra do economista Charles Kindleberger. Seu argumento central é que a concentração de poder tende a garantir uma maior estabilidade do sistema internacional, porque o ator hegemônico assume os custos da provisão do “bem coletivo” que é a estabilidade — ao provê-la para si próprio, os demais participantes do sistema também se beneficiam (Kindleberger, 1973). Contudo, uma segunda vertente dessa teoria conferiu aos atores hegemônicos um

\* Agradeço os comentários e sugestões de Maria Hermínia Tavares de Almeida à versão preliminar deste artigo.

papel menos benevolente, centrada na idéia de que as potências simplesmente estabelecem o regime internacional que preferem, e forçam os demais atores a contribuir. Essa vertente originou-se nos trabalhos de Gilpin e especialmente Krasner (Krasner, 1976), autores centrais na perspectiva posteriormente conhecida como “realismo estrutural” ou “neo-realismo”, e aos quais o “neo-institucionalismo” buscou se contrapor, na década de 80, com base na teoria da escolha racional, para afirmar que o conflito e a hegemonia não são inevitáveis, e que a cooperação é possível mesmo por parte de atores puramente racionais e egoístas.

Com efeito, a partir do início dos anos 80, a investida neo-institucionalista contra o realismo fez ressurgir com força o interesse pela teoria dos jogos, que assumiu um lugar central no debate entre as duas principais perspectivas da teoria das relações internacionais (mais especificamente no cenário norte-americano). Ao longo da década de 80 e até meados dos anos 90, o debate “racionalista” entre neo-realistas e neo-institucionalistas, centrado na questão da cooperação entre os Estados, explorou aspectos fundamentais da teoria das relações internacionais, como a possibilidade de ganhos comuns, o conflito distributivo que esses ganhos podem gerar, bem como o papel da coerção e das instituições em criar e alocar os ganhos comuns.

Este artigo procura situar o uso da teoria da escolha racional e da teoria dos jogos nesse debate contemporâneo da área de relações internacionais, sistematizando as principais perspectivas e mostrando como a utilização dos diferentes jogos e modelos reflete paradigmas alternativos na teoria das relações internacionais. A primeira seção apresenta o uso da escolha racional na investida neo-institucionalista contra os argumentos realistas, e discute as novas perspectivas que a teoria dos jogos conferiu aos debates na área de relações internacionais. A segunda seção examina a resposta neo-realista e sua ênfase nas consequências distributivas da interação estratégica. Em seguida, são discutidas algumas contribuições recentes a esse debate, especialmente no que

diz respeito à diferenciação entre jogos de colaboração e jogos de coordenação, e aos efeitos da informação. A quarta seção examina o modelo dos “jogos de dois níveis”, que introduziu a dimensão da política doméstica ao “jogo internacional” e, embora ainda pouco formalizado, constitui um dos resultados mais interessantes da aplicação da teoria dos jogos às relações internacionais. Por fim, são apresentadas sucintamente algumas implicações da posição paradigmática do modelo da escolha racional no estudo das relações internacionais.

### O Neo-Institucionalismo e a Escolha Racional

O neo-institucionalismo da década de 80 tem suas origens nas análises da interdependência da década de 70, centradas na idéia de que o aumento dos níveis de interação dos atores internacionais gera uma maior “demanda” por cooperação. No fortalecimento dessa perspectiva, seus principais autores buscaram contrapor-se tanto à idéia realista de que a cooperação é praticamente impossível (porque a estrutura anárquica do sistema internacional configuraria um jogo de impasse), quanto à visão da estabilidade hegemônica (segundo a qual o estabelecimento de regimes internacionais requer a liderança ou a coerção por parte dos atores hegemônicos). O argumento central dos neo-institucionalistas (ou “institucionalistas neoliberais”, ou ainda, como o próprio Keohane se autodenominou posteriormente, “institucionalistas racionais”<sup>3</sup>) é que as instituições internacionais têm papel fundamental na promoção da cooperação, pelo seu impacto na forma como os Estados definem seus interesses.

Em *After Hegemony*, um dos marcos iniciais desta literatura, Keohane declarou recorrer à escolha racional para mostrar, “ao contrário do que sugere a sabedoria convencional”, que a cooperação é possível mesmo por parte de atores puramente racionais e egoístas.<sup>4</sup>

“A análise da escolha racional nos ajuda a criticar, em seus próprios termos, o quadro sombrio do Realismo quanto à inevitabilidade da hegemonia

ou do conflito. Reexaminando o Realismo à luz da teoria da escolha racional, e com atenção para a importância das instituições internacionais, podemos avaliar suas fraquezas e forças. Podemos remover parte da aura de verossimilitude que cerca o Realismo e reconsiderar os fundamentos lógicos e empíricos de suas pretensões” (Keohane, 1984, p. 84).

Do ponto de vista metodológico, a proposta neo-institucionalista consistiu em substituir o uso tradicional do modelo do Dilema do Prisioneiro, jogado uma única vez, pelo modelo do jogo repetido. A idéia é que a cooperação entre os Estados se dá de forma contínua e, portanto, envolve estratégias de reciprocidade e o ajustamento mútuo do comportamento dos dois jogadores no sentido da cooperação.

Tradicionalmente, o Dilema do Prisioneiro representa a essência de uma situação de impasse, na qual a estratégia dominante é a não-cooperação.<sup>5</sup> Na síntese de Lima,

“Este jogo é caracterizado por uma escolha-dilema apresentada aos dois jogadores numa situação em que não têm como se comunicar e nenhum controle sobre a escolha do outro, além do que, os interesses das partes não são estritamente opostos. Embora ambos os jogadores pudessem beneficiar-se caso optassem por cooperar, a lógica do jogo, na versão não-interativa, força-os a competir. O dilema reside no fato de que a estratégia racional, que é dominante, não é ótima para nenhum dos dois jogadores. Tanto o ‘dilema do prisioneiro’ como a lógica da ação coletiva tratam uma situação na qual o que é racional no plano micro não o é, necessariamente, no nível macro, configurando a chamada falácia da composição” (Lima, 1990, p. 12).

É nesse sentido, portanto, que o realismo usou tradicionalmente o Dilema do Prisioneiro para ilustrar situações, como a corrida armamentista, em que a busca individual do que seria racional é coletivamente desastrosa, com resultados inferiores para todos. Embora todos os jogadores pudessem se beneficiar da cooperação, a lógica do jogo faz com que ela não ocorra.

Para o neo-institucionalismo, no entanto, com o uso do Dilema do Prisioneiro repetido,

a escolha racional permite demonstrar as grandes perspectivas da cooperação internacional. Em *After Hegemony*, o fundamento do argumento de Keohane para a análise da cooperação econômica entre os países desenvolvidos na década de 70 é que a interação dos atores com interesses mútuos se dá de forma contínua, podendo, portanto, ser formalizada com o uso do Dilema do Prisioneiro repetido.<sup>6</sup> Com a repetição do jogo, a deserção deixa de ser compensadora no longo prazo, na medida em que os ganhos de curto prazo serão superados pela punição mútua que ocorrerá a longo prazo. Se as recompensas futuras forem suficientemente valorizadas, uma estratégia de *Tit for Tat* (que pode ser traduzida como “elas por elas”) pode ser aplicada — e será metodologicamente consistente. Cada jogador atua de forma recíproca, retaliando a deserção e reproduzindo a cooperação, resultando na completa cooperação mútua. Desta forma, se atores egoístas monitoram mutuamente seu comportamento, e se um número suficiente dentre estes estiver disposto a cooperar com a condição de que os outros também cooperem, estes atores poderão ajustar seu comportamento para reduzir a discórdia e o conflito. E poderão até mesmo criar e manter princípios, normas, regras e procedimentos — instituições — que, por sua vez, fornecendo diretrizes para o comportamento dos atores, irão facilitar o ajustamento não-negociado.

Na avaliação de Snidal, outro autor de destaque da teoria neo-institucionalista, a força desta perspectiva consiste em ter demonstrado que, embora não seja individualmente racional no Dilema do Prisioneiro jogado uma única vez, a cooperação torna-se racional sob certas condições no superjogo do Dilema do Prisioneiro repetido (Snidal, 1986). A cooperação descentralizada torna-se possível (refutando a teoria da estabilidade hegemônica), demonstra-se a importância da análise dinâmica da política internacional, e apresenta-se um exemplo primordial do uso do poder dedutivo da teoria dos jogos para derivar novos resultados.

Na análise neo-institucionalista com base na teoria dos jogos, o Dilema do Prisioneiro é

o jogo mais utilizado. Axelrod e Keohane, por exemplo, afirmam que a subotimalidade de Pareto é “o” problema fundamental para a discussão da cooperação internacional, e argumentam que

“não se trata de focalizar exclusivamente o Dilema do Prisioneiro *per se*, mas de enfatizar o problema fundamental que este jogo ilustra (junto com o de *Chicken* e o de *Stag Hunt*). Nestes jogos, a busca míope do interesse próprio pode ser desastrosa. Mas ambos os lados podem se beneficiar da cooperação — se conseguirem atingi-la” (Axelrod e Keohane, 1985, p. 231).

Na mesma linha, Lipson argumenta que

“porque o Dilema do Prisioneiro destaca tanto os ganhos da cooperação quanto as tentações que impedem a cooperação, este jogo foi tomado como expressão elegante dos mais profundos dilemas *políticos*, incluindo o do contrato social”, e acrescenta, citando Jon Elster, que a política é “o estudo das formas de transcender o Dilema do Prisioneiro” (Lipson, 1984 *apud* Baldwin, 1993, p. 62).

No cerne da perspectiva neo-institucionalista está a idéia de que os principais obstáculos à cooperação são a fraude e a deserção, mas estes podem ser enfrentados através das instituições internacionais. Estas são vistas como soluções intencionalmente criadas para os problemas de ação coletiva, atuando por meio do suprimento de informações, da promoção da transparência e do controle, da redução dos custos de transação, do desenvolvimento de expectativas convergentes, e da facilitação do uso produtivo de estratégias específicas.

Especificando melhor as proposições neo-institucionalistas, Axelrod e Keohane (1985) definiram as três dimensões situacionais básicas que afetam a propensão dos atores a cooperar: a mutualidade dos interesses, a “sombra do futuro”, e o número de atores. A mutualidade de interesses enfatiza que as perspectivas da cooperação são evidentemente maiores quando os Estados têm uma ampla gama de interesses políticos, militares e econômicos comuns, que aumentam as expectativas quanto aos ganhos absolutos que podem ser alcançados por meio da ação conjunta. A

“sombra do futuro” refere-se ao horizonte temporal sobre o qual se formam as expectativas, e cujo “prolongamento” é facilitado pelas instituições. E o número de jogadores é relevante na medida em que, quando reduzido, diminui os custos de controle e sanção. Por fim, também constitui um elemento contextual importante a possível inter-relação dos diversos jogos (áreas de cooperação), que acentua a natureza repetitiva do jogo e, portanto, também inibe a fraude e a deserção (divergências econômicas, por exemplo, poderão ser atenuadas por interesses comuns mais amplos na área de segurança).

Esse último aspecto, na avaliação dos autores neo-institucionalistas, constitui uma das principais vantagens da aplicação da teoria dos jogos às relações internacionais (Snidal, 1986, pp. 55-57). A diferença do realismo, que utilizou a teoria dos jogos essencialmente para a análise das questões de estratégia militar e de segurança, a abordagem institucionalista permitiu a incorporação de diversas áreas temáticas sob a mesma estrutura teórica. E, neste sentido, também foi superado o uso restrito da teoria dos jogos como mera metáfora ou analogia, buscando, de forma mais abrangente, ampliar a compreensão dos diversos aspectos da interação dos Estados no sistema internacional. Finalmente, com o uso da teoria dos jogos, a investida neo-institucionalista também possibilitaria a junção, sob uma mesma estrutura teórica, do debate entre institucionalistas e realistas.

### A Resposta Neo-Realista

Para responder às novas proposições neo-institucionalistas, alguns dos principais autores da teoria neo-realista, como Grieco e Krasner, incorporaram o instrumental da teoria da escolha racional e da teoria dos jogos às suas análises, com vistas a reafirmar seu pessimismo quanto às possibilidades da cooperação internacional (vista essencialmente como resultado da imposição dos países hegemônicos), bem como sua idéia central de que os Estados são movidos pela disputa por poder.

Grieco, desde meados dos anos 80, bus-

cou apresentar suas críticas ao neo-institucionalismo de forma sistematizada, contrapondo-se a cada uma de suas principais proposições (Grieco, 1988; 1993). O cerne do debate entre as duas teorias reside na oposição entre ganhos relativos (para os neo-realistas) e ganhos absolutos (para os neo-institucionalistas), refletindo, basicamente, suas perspectivas fundamentais relativas à disputa pelo poder, no caso do realismo, e à imagem liberal da cooperação no caso dos institucionalistas. Conforme observado por diversos autores, esse debate reproduz, em grande medida, o desafio, no século XVII, das idéias hobbesianas contra a teoria grotiana.<sup>7</sup> Cada um dos argumentos está fundamentado em visões radicalmente distintas quanto à essência da natureza humana, do Estado e do sistema inter-estatal (Cox, 1986, p. 213).

#### *Ganhos Absolutos X Ganhos Relativos*

Frete ao argumento central do neo-institucionalismo de que o principal obstáculo à cooperação advém da preocupação dos Estados com o cumprimento efetivo dos acordos por parte de seus parceiros (que resulta em sua ênfase nas instituições para prevenir a fraude e a deserção), o neo-realismo contrapõe sua idéia fundamental segundo a qual o que move os Estados é a preocupação com o poder relativo. O objetivo maior dos Estados, em qualquer relação, não é o de alcançar o maior ganho individual possível, mas sim de impedir que os outros possam aumentar seu poder relativo. A preocupação central dos Estados não é maximizar poder em si, mas manter sua posição relativa no sistema. Assim, em qualquer relação, os Estados avaliam sua atuação em termos da atuação dos outros. Nesse sentido, o principal obstáculo à cooperação advém do temor de que os demais Estados possam alcançar ganhos relativamente maiores, gerando um problema de “ganhos relativos”. Desta forma, um Estado poderá recusar-se a participar de um arranjo cooperativo, ou desertar, ou limitar seu compromisso com a cooperação mesmo na perspectiva de grandes ganhos absolutos. A preocupação com a fraude e a deserção existe, mas é secundária com relação à preocupação

básica com os ganhos relativos dos demais jogadores.

#### *A Função Utilidade*

Dado que os Estados avaliam sua *performance* em termos daquela dos demais jogadores, a sua função utilidade não será meramente, como infere o neo-institucionalismo,  $U = V$ , onde  $V$  é o ganho individual desse Estado. Para o neo-realismo, é necessário incluir um termo adicional, que integre tanto o seu ganho individual quanto o do seu parceiro ( $W$ ), de tal forma que diferenças a seu favor aumentem sua utilidade, enquanto diferenças a favor do parceiro diminuam sua utilidade. Assim, para o neo-realismo, a função utilidade de um Estado é  $U = V - k(W - V)$ , onde  $k$  representa o coeficiente de sensibilidade deste Estado a diferenças entre os ganhos individuais de cada um, tanto para sua vantagem quanto para sua desvantagem. Desta forma, para o neo-realismo, as funções utilidade dos Estados são ao menos parcialmente interdependentes, e a função utilidade de um Estado pode afetar a do outro. E o coeficiente  $k$  será sempre positivo, aumentando, por exemplo, se os jogadores forem adversários tradicionais mais do que aliados tradicionais, ou se as questões em jogo envolverem segurança mais do que bem-estar econômico (dado que, para o realismo, a preocupação mais fundamental de um Estado refere-se à sua própria sobrevivência).

Grieco também indica algumas oposições adicionais relativas à modelagem das situações de interação por parte de cada uma das duas teorias, sugerindo que possam ser empiricamente testadas com sua aplicação a áreas diversas das relações internacionais.

#### *A Durabilidade dos Arranjos Cooperativos (Jogos Repetidos)*

Para o neo-liberalismo, dado que a fraude é menos provável em jogos repetidos, a melhor forma de estimular a cooperação é garantir a durabilidade dos arranjos (“prolongar a sombra do futuro”). Para o neo-realismo, ao contrário, dada sua ênfase nas incertezas e nos

ganhos relativos, os Estados irão preferir arranjos menos duráveis, dos quais possam se retirar caso as diferenças nos ganhos venham a favorecer seus parceiros.

#### *O Número de Jogadores*

É central no argumento institucionalista a idéia de que, com um número menor de participantes, é mais fácil garantir o cumprimento dos arranjos cooperativos e impor sanções aos fraudadores. Para o neo-realismo, ao contrário, num contexto de incertezas, um Estado deveria preferir arranjos com maior número de jogadores, pois aumentaria a probabilidade de que os ganhos dos parceiros melhor posicionados possam ser compensados por distribuições que lhes sejam mais favoráveis nas interações com parceiros mais fracos.

De forma geral, a oposição entre as duas teorias refere-se a dois aspectos básicos de suas abordagens da interação dos Estados em arranjos internacionais: a estrutura mais apropriada para o estudo da questão da cooperação internacional, e os mecanismos específicos para a promoção da colaboração. No primeiro aspecto, a teoria neo-institucionalista leva a enfatizar o problema do cumprimento efetivo dos acordos, e o neo-realismo focaliza as questões distributivas. No segundo aspecto, o neo-institucionalismo dedica-se a buscar definir estratégias e arranjos institucionais mais adequados para inibir a fraude, enquanto o neo-realismo enfatiza a necessidade de lidar com as preocupações sobre ganhos relativos por parte dos atores menos favorecidos nestes arranjos.

Neste debate, a crítica neo-realista mais contundente foi formulada por Krasner, argumentando que os problemas da cooperação internacional não são caracterizados por pontos de equilíbrio subótimos, mas sim pela discórdia no que se refere à distribuição dos ganhos. São, portanto, conflitos distributivos e não problemas de falhas de mercado, relativos à eficiência dos arranjos (Krasner, 1991).

Krasner desenvolveu seu argumento com base na análise da criação de regimes internacionais na área de telecomunicações, para a

qual afirma que as questões de monitoramento e sanção (ênfatisadas pelos neo-institucionalistas) foram irrelevantes: o problema fundamental é o da distribuição de poder. Segundo este autor, a literatura neo-institucionalista centrada nos problemas de falhas de mercado ignora a questão do poder. Enfatizando a possibilidade de ganhos mútuos, o problema central desta perspectiva é o de definir os arranjos institucionais apropriados para a cooperação quando a lógica da maximização individual de utilidade leva a resultados subótimos. E, neste sentido, o foco se restringe à questão do monitoramento dos arranjos, negligenciando o poder, isto é, a capacidade de determinar quem joga o jogo, define as regras, ou altera os valores da matriz de ganhos individuais. Quando discutem a questão mais ampla do contexto no qual o jogo é especificado, em vez de atender para os conflitos distributivos, os neo-institucionalistas apenas enfatizam as formas como a redução do número de jogadores ou a inter-relação das áreas diversas podem facilitar a cooperação.

Segundo Krasner, o neo-institucionalismo toma o Dilema do Prisioneiro como matriz exemplar. Outras situações que também levam a resultados subótimos, como nos jogos de Chicken e Stag Hunt, são eventualmente discutidas. No entanto, jogos como o Deadlock (que representa a ausência de interesses mútuos), e especialmente a Batalha dos Sexos (que é a essência de um modelo de barganha envolvendo escolhas distributivas) são totalmente ignorados nas análises neo-institucionalistas.

Para ilustrar seu argumento quanto à centralidade do poder na distribuição dos benefícios, exercido por meio de ameaças e inter-relações táticas entre diversas áreas da interação estratégica dos Estados no sistema internacional, Krasner utiliza o jogo da Batalha dos Sexos, com vistas a demonstrar as diversas formas como o exercício do poder por parte de um dos jogadores afeta a matriz de ganhos individuais. O jogo da Batalha dos Sexos é tradicionalmente ilustrado pela situação de um casal que tem duas opções de lazer para um

noite: uma luta de boxe ou um balé. Cada um dos jogadores tem sua preferência, mas para ambos é mais importante saírem juntos do que irem a seu espetáculo preferido. Trata-se, portanto, de um problema de coordenação das estratégias, para superar o desacordo quanto ao resultado preferido.

Neste contexto, segundo Krasner, o poder pode ser usado, em primeiro lugar, para determinar quem pode participar do jogo. Nas relações internacionais, os atores menos poderosos sequer são convidados para a mesa de negociações. Em segundo lugar, o poder também pode ser usado para ditar as regras do jogo — por exemplo, quem joga primeiro. No caso da Batalha dos Sexos, o jogador que se move primeiro pode determinar o resultado, se o outro jogador estiver convencido de que a estratégia do primeiro é irrevogável.

Por fim, o poder pode ser usado para mudar a própria matriz de ganhos individuais. Por exemplo, um jogador mais poderoso pode usar uma ameaça, ou uma vinculação tática com uma outra área de interação, para mudar a distribuição dos resultados para cada um dos jogadores.

Desta forma, desde a perspectiva neo-realista de Krasner, o poder é exercido não para liderar a cooperação (como seria o caso na versão original da teoria da estabilidade hegemônica), mas para garantir uma distribuição mais favorável dos benefícios para os atores mais poderosos. Os arranjos institucionais não são irrelevantes nesta abordagem — na medida em que são necessários para resolver os problemas de coordenação e conferir estabilidade —, mas a ênfase reside no fato de que a escolha das regras beneficia mais alguns atores do que outros. Embora todos os atores alcancem um resultado melhor com a coordenação, a forma de coordenação efetivamente adotada não afeta a todos de maneira homogênea.

### **Jogos de Colaboração X Jogos de Coordenação**

Com a investida crítica neo-realista baseada também na escolha racional e na teoria dos jogos, consolidou-se o debate entre as duas

perspectivas no âmbito desta mesma estrutura teórica. Desenvolveu-se uma extensa literatura nesta área, com réplicas e trélicas por parte de seus principais autores e, ao mesmo tempo, enfoques que cada vez mais tendem a se centrar em pontos específicos do debate, com a aplicação de testes empíricos e a sofisticação na formalização dos modelos. Contudo, o resultado fundamental da consolidação do debate é que algumas de suas dimensões centrais foram reconhecidas, por cada uma das perspectivas, como próprias às suas abordagens específicas.<sup>8</sup> Mas novos autores têm também buscado trabalhar na junção das proposições de ambas as perspectivas.

Um primeiro aspecto que cabe aqui mencionar se refere à questão dos *jogos de soma-zero*. Na ciência política em geral, o modelo de soma-zero já foi praticamente descartado, na medida em que, mesmo no caso de eleições presidenciais, o resultado não é analisado simplesmente em termos de que uma vitória democrata significa uma derrota republicana. No entanto, na área de relações internacionais, o modelo de soma-zero permanece central no debate, basicamente porque reflete a concepção do poder que é básica na perspectiva do realismo clássico.

Concretamente, Thomas Schelling já havia indicado, em 1960, que as situações de soma-zero são raras na política internacional, e surgiriam somente no caso de uma guerra de extermínio total. Mas os neo-realistas continuaram a considerar que, *em termos de poder*, as relações internacionais são ainda um jogo de soma-zero. Assim, conforme amplamente destacado pela crítica neo-institucionalista, é esta a concepção de poder subjacente ao foco dos neo-realistas na questão dos ganhos relativos. No modelo em que os Estados buscam exclusivamente ganhos relativos, o mundo de dois atores torna-se de fato um jogo de soma-zero, e a cooperação é, portanto, impossível. Keohane resume esta questão na oposição entre as duas teorias quando afirma que, para as situações em que existe pouco interesse mútuo — e nas quais, portanto, as relações internacionais *se aproximariam* de um série de jogos de

soma-zero — as análises das duas perspectivas tenderiam a convergir. Sob estas condições, os neo-realistas estariam certos ao considerar que os Estados resistiriam a cooperar, prefeririam arranjos menos duradouros e as inter-relações inibiriam a cooperação. Contudo, para as situações em que existe a possibilidade de ganhos mútuos (e que segundo os institucionalistas, é claro, são muito mais comuns), as divergências entre as duas teorias tornam-se explícitas (Keohane, 1989, p. 18, nota 20).

O segundo aspecto que cabe aqui destacar se refere ao reconhecimento, no debate mais recente, da necessidade de diferenciar, nas análises, *jogos de colaboração* e *jogos de coordenação*, que refletem paradigmas alternativos na teoria das relações internacionais, e para os quais o debate entre as duas teorias mostra que as soluções são distintas.<sup>9</sup> A diferenciação original entre essas duas categorias de jogos é de Stein, em artigo de 1982, e tornou-se um dos cerne da discussão na evolução mais recente do debate (Stein, 1982).

A diferenciação entre problemas de colaboração e problemas de coordenação encontra-se sintetizada de forma interessante no trabalho de Martin, que analisa o papel potencial das organizações multilaterais e dos princípios do multilateralismo como solução para cada um dos dois tipos de problemas (Martin, 1993). Segundo a autora, os problemas de colaboração constituíram o cerne das preocupações da literatura neo-institucionalista, tendo o Dilema do Prisioneiro como modelo básico. A resolução do dilema dos jogos de colaboração é uma questão de ajustamento mútuo, na medida em que os dois jogadores precisam concordar em se afastar do equilíbrio subótimo, rejeitando sua estratégia dominante.

Os problemas de colaboração contêm fortes incentivos a desertar, em oposição aos jogos de coordenação, nos quais nenhum Estado tem um incentivo imediato a desertar unilateralmente de um equilíbrio estabelecido. Em colaboração, a tentação a desertar é grande, pois resulta em ganhos imediatos. Estes jogos, portanto, requerem mecanismos para garantir

a manutenção dos acordos (em vez da facilitação da barganha prévia ao acordo, que caracteriza os jogos de coordenação) e, nesse sentido, conferem um papel importante às organizações internacionais formais.

Dois fatores, em particular, promovem a cooperação em jogos de colaboração. Em primeiro lugar, os atores irão requerer um grande volume de informação sobre o comportamento dos outros, já que a deserção dos outros é cara para quem continua cooperando e dificulta a possibilidade de retaliação. Assim, a resolução destes jogos, conforme enfatizado pelos neo-institucionalistas, envolve o amplo monitoramento e o controle do cumprimento do acordo, em contraposição aos jogos de coordenação, nos quais a troca de informações se dá por meio da comunicação das intenções para evitar um resultado mutuamente insatisfatório. “De acordo com a lógica da interação estratégica, em colaboração os Estados irão trocar informações de forma retrospectiva; em coordenação, de forma prospectiva” (Martin, 1993, p. 96).

Em segundo lugar, em colaboração, os Estados precisam buscar mecanismos que garantam a durabilidade da cooperação (a “sombra do futuro” do neo-institucionalismo), para assegurar que os custos imediatos da cooperação sejam compensados, no longo prazo, pelos benefícios da atuação conjunta. E este é também um papel importante para as organizações internacionais.

Por outro lado, os problemas de coordenação são tipicamente ilustrados pelo jogo da Batalha dos Sexos (como na análise neo-realista de Krasner), enfatizando a barganha prévia. Os jogos de coordenação podem ter grandes implicações distributivas, que podem dificultar a obtenção de soluções cooperativas. Mas não há incentivos à fraude e, uma vez estabelecido o equilíbrio, nenhum jogador tem incentivos a desertar. A informação é importante, mas refere-se às intenções futuras, portanto, o modelo não requer instituições fiscalizadoras e controladoras do cumprimento da cooperação — refletindo a crítica neo-realista

à ênfase neo-institucionalista no papel das organizações internacionais formais.<sup>10</sup>

Por fim, um último aspecto a ser mencionado refere-se ao surgimento de uma literatura mais recente que procura considerar conjuntamente os problemas de colaboração e de coordenação, bem como aprofundar a formalização de seus modelos. Um exemplo nesse sentido é o artigo de Morrow (1994), que discute as questões da distribuição e da informação para a análise da cooperação internacional.<sup>11</sup>

Morrow considera que existem dois pares de problemas que obstruem a cooperação internacional: os problemas de monitoramento e sanção, que já foram amplamente discutidos na literatura (neo-institucionalista), e os problemas de distribuição e informação, bem menos analisados (dado que o neo-realismo destaca essencialmente o problema distributivo como empecilho à cooperação). Segundo o autor, os problemas de distribuição e informação precedem os de monitoramento e sanção, já que, se os atores não conseguirem concordar quanto à forma como irão cooperar, não haverá o que monitorar e cumprir. Contudo, por terem usado o Dilema do Prisioneiro como modelo básico, autores como Keohane e Axelrod ignoraram este aspecto, embora enfatizem, em seu argumento, que um dos papéis centrais das instituições internacionais para promover a cooperação é o de facilitar a informação. A questão da comunicação permanece problemática pois, se as instituições se limitarem a divulgar informações coletadas junto aos países-membros, estes poderão ter fortes incentivos, por exemplo, a "fraudar" seus relatórios.

Com base no jogo da Batalha dos Sexos, que representa a essência de um problema distributivo, e ao qual acrescenta um problema de informação, Morrow desenvolve um modelo extremamente complexo para demonstrar que estes dois problemas se exacerbam mutuamente. Sua conclusão básica é que as questões distributivas impedem a solução do problema da informação, e que a análise da cooperação internacional tem como principal desafio, atualmente, enfrentar o problema da distribuição.

## O Modelo dos Jogos de Dois Níveis

Ao lado da formalização crescente e do caráter cada vez mais técnico do debate, uma outra linha no desenvolvimento recente da aplicação da teoria dos jogos às relações internacionais é o modelo dos "jogos de dois níveis", que busca analisar simultaneamente o jogo doméstico e o jogo internacional da barganha entre os Estados. Concretamente, o modelo é o resultado de uma nova investida neo-institucionalista contra o realismo, voltando-se para o tema das fontes domésticas do comportamento internacional.

De fato, a limitação fundamental do debate racionalista entre neo-realistas e neo-institucionalistas consistiu na sua completa descon sideração dos fatores domésticos que afetam as motivações dos Estados e a natureza do jogo internacional.<sup>12</sup> Fundamentada na hipótese de que os Estados são atores unitários, a perspectiva racionalista assume a determinação exógena das preferências dos atores. Conforme observado por Cohen,

"Não há nada na lógica essencial da teoria dos jogos que diga como é inicialmente determinada a configuração das preferências. Por sua própria natureza, essa teoria nada diz sobre a motivação inicial dos jogadores. [...] Mesmo as aplicações mais ambiciosas da teoria dos jogos têm suas limitações na tendência a se concentrarem mais no que resulta das concepções de interesse próprio do Estado do que na conformação destas concepções" (Cohen 1990, pp. 277-278).

O modelo dos jogos de dois níveis constitui uma tentativa incipiente de incorporar a dimensão da política doméstica à abordagem racionalista. O marco inicial desta discussão foi um artigo de Putnam (1988) com base na metáfora de que os governantes (ou seus representantes) jogam simultaneamente em duas mesas de negociação: o jogo doméstico e o jogo internacional. A grande repercussão deste artigo resultou na coletânea organizada por Evans, Jacobson e Putnam, publicada em 1993, reunindo diversas aplicações empíricas do modelo.

A novidade, nesta discussão, não é em si a noção dos jogos interligados, mas principal-

mente a investigação de hipóteses específicas quanto às inter-relações, buscando analisar, por exemplo, como a configuração dos grupos de interesse domésticos afeta as decisões de política externa. Segundo Putnam, trata-se de superar as análises tradicionais de equilíbrio parcial (*interpretações em termos das causas domésticas e seus efeitos internacionais, ou das causas internacionais e seus efeitos domésticos*), para buscar teorias de equilíbrio geral que possam dar conta simultaneamente da interação entre fatores domésticos e internacionais.

A premissa básica aos jogos de dois níveis é que os governantes buscam tipicamente alcançar dois objetivos: manipular as políticas doméstica e internacional simultaneamente. As estratégias e táticas diplomáticas têm constrangimentos determinados tanto pelo que os outros Estados irão aceitar quanto pelo que as *constituencies* domésticas irão ratificar. A diplomacia é, portanto, vista como um processo de interação estratégica no qual os atores buscam ao mesmo tempo ter em conta e, se possível, influenciar a reação dos outros atores, domésticos e internacionais. E o resultado das negociações internacionais pode então depender da estratégia que um governante escolhe para influenciar a sua política doméstica, mas também a política doméstica do seu parceiro internacional. Explorando o controle sobre a informação, os recursos e a definição da agenda com respeito à sua política doméstica, o governante pode abrir novas oportunidades de entendimento internacional e também de vantagem na barganha. E, no sentido inverso, as estratégias internacionais também podem ser usadas para mudar o caráter dos constrangimentos domésticos. Ademais, o governante pode também usar estratégias que tenham como alvo grupos domésticos em outros países.<sup>13</sup>

Uma das principais conclusões da abordagem dos jogos de dois níveis é que, ao contrário da visão tradicional de que as divisões internas enfraquecem a posição de barganha de um Estado no jogo internacional, sob certas condições a fraqueza interna significa força externa. Considerando os dois jogos simultanea-

mente, demonstra-se que um jogador pode, por exemplo, evitar maiores concessões no plano internacional pelo fato de que estas não seriam ratificadas no plano doméstico. Nesse sentido, chega-se também à conclusão de que os arranjos internacionais que fortalecem os governantes no plano doméstico podem enfraquecer sua posição na barganha internacional, e vice-versa.

Concretamente, a importância crescente da abordagem interativa dos jogos de dois níveis na análise das relações internacionais não resulta apenas do desenvolvimento de modelos analíticos mais abrangentes. No contexto da interdependência crescente entre Estados democráticos, a prática da diplomacia, cada vez mais, reflete a interpenetração da política internacional com a política doméstica.

No entanto, a perspectiva dos jogos de dois níveis, até o momento, não foi objeto de formalizações mais sofisticadas, e continua a ser usada, essencialmente, como uma metáfora descritiva. Cabe também observar que seu alcance analítico aplica-se apenas às relações entre o processo de negociação de um tema internacional e sua eventual aprovação ou rejeição doméstica. Não estão contempladas nem a dimensão da modalidade do relacionamento entre os países negociadores (a dimensão propriamente sistêmica), nem a forma como se organiza a interação entre os atores domésticos (a dinâmica da política interna).

### Considerações Finais

O debate racionalista entre neo-realistas e neo-institucionalistas trouxe contribuições importantes à teoria das relações internacionais. Da perspectiva institucionalista, o uso da teoria dos jogos demonstrou como o comportamento dos Estados é suficientemente afetado por fatores contextuais, como a facilitação da comunicação, a disponibilidade de informação, a densidade e regularidade das interações, e a existência de instituições de monitoramento e fiscalização. Nesse sentido, o instrumental da teoria dos jogos subsidiou o desenvolvimento de hipóteses específicas quanto às condições mais propícias à cooperação entre os Estados.

Da perspectiva realista, a ênfase nos problemas distributivos reformulou a dimensão do conflito e da coerção mesmo no âmbito da possibilidade da cooperação. De forma geral, o debate estimulou o reexame dos fundamentos das principais teorias das relações internacionais.

No entanto, a completa desconsideração das fontes domésticas das relações internacionais, por parte de duas de suas correntes teóricas mais influentes, não deixou de ter impactos sobre a própria conformação do campo de estudos ao longo da década de 80. Em particular, a posição paradigmática do modelo do ator racional, para além da desvinculação entre o doméstico e o internacional, também marginalizou dos debates acadêmicos as perspectivas não-racionalistas, como as abordagens socio-

lógicas e construtivistas das relações internacionais. As dimensões analíticas relativas a identidades, cultura e entendimentos intersubjetivos apenas recentemente voltaram a atrair maior atenção nos debates centrais.

O resultado mais interessante da aplicação da teoria dos jogos às relações internacionais é, sem dúvida, o modelo dos jogos de dois níveis. Contudo, a tentativa de incorporar aos jogos a dinâmica da política interna permanece ainda incipiente. Nesse sentido, a tendência mais recente na literatura é de uma maior aproximação com perspectivas já desenvolvidas no campo da ciência política e dos estudos comparados.

*Recebido para publicação  
em agosto de 1997)*

#### Notas

1. Para um exemplo das críticas ao uso tradicional da teoria dos jogos por parte do realismo, ver especialmente Snidal (1986).
2. Para uma discussão das contribuições da teoria da ação coletiva aos estudos de relações internacionais, ver Lima (1986), e uma versão sucinta em Lima (1990). Esses dois trabalhos de Maria Regina Soares de Lima são também referências fundamentais para um exemplo do uso da abordagem da ação coletiva no desenvolvimento de um esquema de análise para a política externa brasileira.
3. Ver Keohane (1993, pp. 288 e 298).
4. Um outro marco importante desta literatura é a coletânea organizada por Oye (1986).
5. Para algumas referências básicas sobre o Dilema do Prisioneiro e o estudo da teoria dos jogos aplicada às relações internacionais e à ciência política, ver Allan e Schmidt (1994), Hargreaves Heap e Varoufakis (1995), Morrow (1994) e Ordeshook (1988).
6. Nesse trabalho, Keohane afirma ter restringido sua análise à cooperação entre países desenvolvidos para melhor focalizar as áreas em que os interesses comuns são maiores e a cooperação mais facilmente alcançada, mas considera que seus argumentos se aplicariam também às relações Norte-Sul. No entanto, trata-se de uma perspectiva típica do institucionalismo neoliberal, que ignora as desigualdades entre os países, enfatizando apenas o consenso e a convergência para proclamar seu otimismo com relação à cooperação. Para uma visão crítica a este respeito, ver especialmente Krasner (1985).
7. Pode-se observar também, em algumas perspectivas neo-institucionalistas, uma forte dimensão kantiana na idéia do progresso, e de uma evolução progressiva rumo à cooperação.
8. São duas as referências básicas sobre esta literatura: a coletânea organizada por Keohane, *Neorealism and its Critics*, e a coletânea organizada por Baldwin, *Neorealism and Neoliberalism — The Contemporary Debate*. Ambas reproduzem artigos anteriores dos principais autores bem como novas análises sobre o estágio do debate (Keohane, 1986; Baldwin, 1993). Para uma resenha destes dois livros, ver Powell (1994).

9. A colaboração se refere a jogos como o Dilema do Prisioneiro, nos quais os resultados de equilíbrio são subótimos. A coordenação se refere a jogos como a Batalha dos Sexos, nos quais existem equilíbrios múltiplos, e cada jogador tem preferência por um dos pontos de equilíbrio. A título de esclarecimento, a idéia de “jogo de colaboração” em nada se refere à “teoria dos jogos cooperativos” (nos quais o acordo é predeterminado). Esta teoria há muito tempo deixou de ser utilizada, e a teoria dos jogos atual é exclusivamente não-cooperativa.
10. Martin, entretanto, identifica um papel importante para os princípios do multilateralismo (como a não-discriminação, a indivisibilidade e a reciprocidade difusa) na fase de *pré-negociação* dos jogos de coordenação, para a facilitação da barganha prévia.
11. Cabe observar, no caso de Morrow, que se trata de um autor alheio à tradição do debate na área de relações internacionais, e sua contribuição é um exemplo da tendência à formalização crescente das discussões nesta área. Outro exemplo nesse sentido é o artigo de Ordeshook e Niou, que propõem uma reformulação do debate entre neo-realistas e neo-institucionalistas, considerando que essas perspectivas constituem apenas equilíbrios alternativos de um jogo mais amplo. Ver Niou e Ordeshook (1994).
12. Para uma crítica à ausência da dimensão doméstica no debate racionalista, ver Milner (1992). Trata-se de uma crítica interna à própria perspectiva racionalista. Para algumas críticas mais abrangentes por parte de autores identificados com a abordagem sociológica das relações internacionais, ver Cox (1986) e Wendt (1987).
13. Por exemplo, o artigo de Odell na coletânea organizada por Evans *et alii* (1993), analisando o contencioso da informática entre o Brasil e os Estados Unidos, mostra que a IBM e outras multinacionais norte-americanas do setor foram aliados importantes para a posição do governo brasileiro na defesa da reserva de mercado. Ver Odell (1993). Para uma outra aplicação dos jogos de dois níveis às relações internacionais do Brasil, ver Lehman e McCoy (1992) sobre as negociações da dívida externa.

## Bibliografia

### 1. Bibliografia citada sobre o debate entre neo-realistas e neo-institucionalistas

- Axelrod, Robert e Keohane, Robert O.  
1985 “Achieving Cooperation Under Anarchy: Strategies and Institutions”. *World Politics*, vol. 38, october, pp. 226-254.
- Baldwin, David A. (org.)  
1993 *Neorealism and Neoliberalism — The Contemporary Debate*. Nova York, Columbia University Press.
- Cohen, Benjamin  
1990 “The Political Economy of International Trade”. *International Organization*, vol. 44, spring, pp. 261-281.
- Cox, Robert W.  
1986 “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory”, in R. O. Keohane, (org.), *Neorealism and its Critics*. Nova York, Columbia University Press.
- Grieco, Joseph M.  
1988 “Anarchy and the Limits of Cooperation: A Realist Critique of the Newest Liberal Institutionalism”. *International Organization*, n. 42, agosto, pp. 485-507.

- 1993 "Understanding the Problem of International Cooperation: The Limits of Neoliberal Institutionalism and the Future of Realist Theory", in D. A. Baldwin, (org.), *Neorealism and Neoliberalism — The Contemporary Debate*. Nova York, Columbia University Press.
- Keohane, Robert O.  
 1984 *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton, Princeton University Press.  
 1986 (org.) *Neorealism and its Critics*. Nova York, Columbia University Press.  
 1989 *International Institutions and State Power*. Boulder, Westview Press.  
 1993 "Institutional Theory and the Realist Challenge After the Cold War", in D. A. Baldwin, (org.), *Neorealism and Neoliberalism — The Contemporary Debate*. Nova York, Columbia University Press.
- Krasner, Stephen  
 1976 "State Power and the Structure of International Trade". *World Politics*, vol. 28, abril, pp. 317-345.  
 1985 *Structural Conflict: The Third World Against Global Liberalism*. Berkeley, University of California Press.  
 1991 "Global Communications and National Power: Life on the Pareto Frontier". *World Politics*, vol. 43, abril, pp. 336-366.
- Lipson, Charles  
 1984 "International Cooperation in Economic and Security Affairs". *World Politics*, vol. 37, outubro, pp. 1-23.
- Martin, Lisa L.  
 1993 "The Rational State Choice of Multilateralism", in J. G. Ruggie, (ed.), *Multilateralism Matters — The Theory and Praxis of an Institutional Form*. Nova York, Columbia University Press.
- Milner, Helen  
 1992 "International Theories of Cooperation Among Nations". *World Politics*, vol. 44, abril, pp. 466-496.
- Morrow, James D.  
 1994 "Modeling the Forms of International Cooperation: Distribution versus Information". *International Organization*, vol. 48, summer, pp. 387-424.
- Niou, Emerson M.S. e Ordershook, Peter C.  
 1994 "Less Filling, Tastes Great: The Realist-Neoliberal Debate". *World Politics*, vol. 46, janeiro, pp. 209-234.
- Oye, Kenneth E. (org.)  
 1986 *Cooperation Under Anarchy*. Princeton, Princeton University Press.
- Powell, Robert  
 1994 "Anarchy in International Relations Theory: The Neorealist-Neoliberal Debate". *International Organization*, vol. 48, Spring, pp. 313-344.
- Snidal, Duncan  
 1986 "The Game Theory of International Politics", in K. E. Oye, (org.), *Cooperation Under Anarchy*. Princeton, Princeton University Press.

Stein, Arthur A.  
1982 "Coordination and Collaboration: Regimes in an Anarchic World". *International Organization*, vol. 36, spring, pp. 299-324 .

Wendt, Alexander  
1987 "The Agent-Structure Problem in International Relations Theory". *International Organization*, vol. 41, summer, pp. 441-470.

## 2. Bibliografia citada sobre os jogos de dois níveis

Evans, Peter B., Jacobson, Harold K. e Putnam, Robert D. (orgs.)  
1993 *Double-Edged Diplomacy*. Berkeley, University of California Press.

Lehman, Howard P. e McCoy, Jennifer L.  
1992 "The Dynamics of the Two-Level Bargaining Game: The 1988 Brazilian Debt Negotiations". *World Politics*, vol. 44, julho, pp. 600-644.

Odell, John S.  
1993 "International Threats and Internal Politics: Brazil, the European Community, and the United States, 1985-1987", in P. B., Evans, H. K. Jacobson, e R.D. Putnam, (orgs.), *Double-Edged Diplomacy*. Berkeley, University of California Press.

Putnam, Robert D.  
1988 "Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games". *International Organization*, vol. 42, summer, pp. 427-461.

## 3. Referências básicas citadas para o estudo da teoria dos jogos aplicada às relações internacionais e à ciência política

Allan, Pierre e Schmidt, Christian (orgs.)  
1994 *Game Theory and International Relations: Preferences, Information and Empirical Evidence*. Aldershot, Edward Elgar.

Hargreaves Heap, Shaun P. e Varoufakis, Yanis  
1995 *Game Theory — A Critical Introduction*. Londres, Routledge.

Morrow, James D.  
1994 *Game Theory for Political Scientists*. Princeton, Princeton University Press.

Ordeshook, Peter C.  
1988 *Game Theory and Political Theory — An Introduction*. Cambridge, Cambridge University Press.

## 4. Referências bibliográficas gerais

Kindleberger, Charles  
1973 *The World in Depression, 1929-39*. Berkeley, University of California Press.

Lima, Maria Regina Soares de  
1986 *The Political Economy of Brazilian Foreign Policy: Nuclear Energy, Trade and Itaipu*. Ph.D Dissertation, Vanderbilt University.

1990 "A Economia Política da Política Externa Brasileira: Uma Proposta de Análise". *Contexto Internacional*, n. 12, julho-dezembro, pp. 7-28.

- Olson, Mancur  
1965 *The Logic of Collective Action*. Cambridge, Harvard University Press.
- Olson, Mancur e Zeckhauser, Richard  
1966 "An Economic Theory of Alliance". *Review of Economics and Statistics*, vol. 48, agosto, pp. 266-279.
- Schelling, Thomas C.  
1960 *The Strategy of Conflict*. Cambridge, Cambridge University Press.

### Resumo

#### *Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates*

O artigo procura situar o uso da teoria da escolha racional e da teoria dos jogos nos debates contemporâneos da área de relações internacionais. A abordagem racionalista é sistematizada, em suas vertentes neo-institucionalista e neo-realista, mostrando como a utilização dos diferentes jogos e modelos reflete paradigmas alternativos na teoria das relações internacionais. O artigo discute a evolução do debate nos anos 90, e indica algumas implicações da posição paradigmática do modelo da escolha racional no estudo das relações internacionais.

### Abstract

#### *Game Theory and International Relations: An Evaluation of the Debate*

The article examines the application of rational choice and game theory in contemporary debates within the field of international relations. An exploration of both the neo-institutionalist and neo-realist versions of the rationalist approach shows how the use of different games and models reflects alternative paradigms in international relations theory. The article discusses how the debate has evolved in the 1990s and points to some implications of the paradigmatic position of the rational choice model within the study of international relations.



**Almeida, Tania Mara Campos de**

*A Geração de um Mito: A Aparição da Virgem Maria em Piedade dos Gerais.* Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1994, 281 pp. Orientadora: Rita Laura Segato.

O tema central desta dissertação é a aparição de Nossa Senhora, desde 1987, em Piedade de Goiás, pequena cidade do interior mineiro. Tal fenômeno é visto como o momento inicial da produção de um poderoso mito — o instante da cristalização de um complexo simbólico por parte de um extenso e heterogêneo grupo social, diante das herméticas falas vindas diretamente de uma fonte qualificada como sobrenatural. Para recuperar a aparição em sua especificidade e riqueza, é dada voz a sua principal personagem: Maria, atribuindo as suas palavras o lugar de uma afirmação. Isto é possível porque a mensagem divina não explica ou analisa o mundo, mas o prediz, tanto que a partir de sua simples enunciação, a realidade local foi alterada e um novo universo social erguido em seu lugar. Além disto, observa-se que, como ela é enigmática e carregada de possibilidades significativas, o seu caráter é oracular, o que lhe permite transcender à experiência particular da região onde surgiu e inserir-se, simultaneamente, em diversos contextos histórico-sociais.

**Alvarez, Gabriel Omar**

*Los Límites de lo Transnacional: Brasil y el Mercosur. Una Aproximación Antropológica a los Procesos de Integración.* Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1995, 103 pp. Orientador: Gustavo Sérgio Lins Ribeiro.

Este trabalho aborda o Mercosul a partir da análise dos discursos dos deputados federais brasileiros no Congresso Nacional, no período 1991-1994. Estes são considerados como representações sociais medidas pelo sistema político. Este recurso metodológico nos permite apreender o processo de integração na inter-relação entre o processo de integração *de jure* e a integração *de facto*. As discussões no Congresso sobre a inserção do Brasil no Mercosul apresentam-se como um cenário privilegiado para analisar o processo de integração regional, propiciado pelo Estado, em um contexto onde se percebem diferentes atores, que recriam o espaço a partir das suas identidades. Isto nos permite observar as articulações possíveis entre diferentes níveis de identidade: nacional, supranacional e subnacional. Trabalhamos a forma como estas são invocadas nos diferentes discursos no plenário do Congresso, analisando a mudança cultural a partir da imposição de um “discurso de verdade” e das diferentes respostas com as quais se confronta, em um processo de re-territorialização ou construção social do espaço-tempo, que acompanha a implementação do processo de integração jurídico-econômico.

**Araújo, Carlos Henrique Ferreira**

*A Constituição da Ciência como Objeto Sociológico: Racionalidade e Historicidade.* Mestrado em Sociologia da Ciência, Universidade de Brasília, 1995, 170pp. Orientadora: Mariza Veloso Motta Santos.

Este trabalho mostra como é possível conciliar analiticamente as teorias sociológicas sobre a ciência com os estudos teóricos internos do desenvolvimento científico. As fronteiras entre Sociologia e Filosofia da Ciência foram analisadas tendo em vista a tentativa de conciliação entre os conceitos de racionalidade e historicidade. O estudo das teorias do Círculo de Viena, de Popper, Kuhn e Paul Feyerabend foi fundamental para mostrarmos a aproximação das premissas filosóficas às teorias clássicas e contemporâneas do pensamento sociológico. Por fim, por meio da análise do pensamento de Durkheim, Weber, Parsons e Pierre Bourdieu elaboramos os conceitos de racionalidade condicionada, autonomia racional da ciência e tradição progressista como conceitos-chave de um estudo sociológico interno e externo do empreendimento científico. O que caracteriza este tipo de abordagem é a conciliação entre as metodologias racionalistas e historicistas, afastando-se, desta forma, dos estudos meramente lógico-empiricistas ou internalistas e relativistas do desenvolvimento teórico e empírico das ciências.

**Augusto, Caccia Bava Jr.**

*Formação Cultural do Jovem para o trabalho: "Pra que isto?"* Universidade Estadual de Campinas, 1995, 249 pp. Orientador: Edmundo Fernandes Dias.

O estudo de políticas de aprendizado, formação metódica, treinamento e estágio profissional de jovens, pode se realizar com base no entendimento da formação profissional como processo cultural voltado à inserção de jovens no mundo do trabalho, seja ela tomada no âmbito político-institucional ou como processo histórico de formação da força de trabalho. Nessas dimensões evidencia-se, mais claramente, a subordinação das classes a interesses dominantes, hegemônicos, que se concretizam em políticas de financiamento e gerência da formação profissional. A formação cultural para o trabalho, entendida como processo histórico objetivo pode, assim, ser considerada como sendo mediada por categorias históricas objetivas como são: hegemonia, subjetividade, consciência, que entre outras se concretizam no processo que envolve todos os momentos da capacitação técnica dos jovens para o trabalho. Os jovens capacitados tornam-se, por isso, diferenciados segundo o perfil que assume o processo de formação, a seu tempo associado à realização de estratégias empresariais diversificadas, segundo as instituições formadoras, no âmbito das unidades produtivas e de prestação de serviços.

**Bindá, Andréa Havt**

*Viajar é Mais...* Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1995, 80pp. Orientador: Gustavo Sérgio Lins Ribeiro.

As abordagens que prevalecem nas análises sobre turismo tomam-no como a indústria que usa o turista como o veículo para fazer dos "nativos", ou dos locais visitados, um produto de consumo, estabelecendo para o encontro entre estes — turistas e "nativos" — uma relação de compra e venda. A proposta desta dissertação é sugerir questões e possibilidades para complexificar a análise do fenômeno turístico, que não se define exclusivamente pelos

aspectos econômicos associados à expansão capitalista. Para isso, utilizo a noção de sentimento de liberdade para repensar, através de formas historicamente localizadas, a idéia de “manipulação por interesses econômicos” do uso do tempo livre. Faço uso, principalmente, da idéia de sentimento de lugar como forma de apresentar possibilidades variadas para a relação do turista com o “espaço visitado.”

**Borges, Maria Inês Smiljanic**

*Das Amazonas aos Yanomami: Fragmentos de um Discurso Exotizante.* Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1995, 84 pp. Orientadora: Alcida Rita Ramos.

Esta monografia reflete sobre o exotismo como uma forma de representação que delimita o universo de seu discurso a partir de três categorias fundamentais: selvageria, barbárie e civilização. Iniciando com as amazonas, primeiro ícone da alteridade dos povos indígenas amazonenses, para depois fixar-se em um grupo específico: os Yanomami — grupo que comunga hoje a mesma notoriedade que as amazonas tiveram nos séculos XVI e XVII. Este trabalho procura ver as continuidades e rupturas presentes no discurso exotizante ocidental através dos séculos.

**Coelho, João Érico Lucas**

*Representação e Voto no Contexto Brasileiro: Diagnóstico no Rio Grande do Sul (1982-1992).* Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Santa Maria, 1995, 137pp. Orientador: Selvino Antonio Malfatti.

Procede-se a análise das eleições no período compreendido entre 1982-1992, no Rio Grande do Sul, dividindo-se em etapas que compreendem as eleições de 1982, 1986 e 1990, onde encontra-se o voto vinculado, voto cruzado e voto pós-constituente. Procura-se delimitar os marcos mais importantes dessa história eleitoral em seus aspectos conjunturais, econômicos e históricos.

**Couto, Márcia Thereza Cavalcanti**

*Eu Nem Me Reconheço Daquela Que Eu Era — Redefinindo Espaços: Mulheres, Ação Política e Relações de Gênero.* Mestrado em Antropologia, 1996, 157pp. Orientador: Russel P. Scott.

A dissertação toma como objeto a participação feminina em movimentos populares urbanos, através de um grupo de mães do Recife. Foi realizado um trabalho de campo antropológico. Os dados resultantes foram analisados tomando por base a adequação de três correntes de pensamento: epistemologia feminista, antropologia interpretativa e hermenêutica de Paul Ricoeur. A complexa dinâmica que envolve a conformação do grupo de mães congrega aspectos de constituição de uma nova identidade (coletiva) entre as mulheres, ao mesmo tempo em que se forma uma rede de tensão nos espaços da casa (família), trabalho e comunidade.

**Itacaramby, Kenia Gonçalves**

*Os (Des)encantos da Terra: A Desvalorização do Trabalho Feminino no Campo e nos Textos Etnográficos.* Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1995, 69pp. Orientadora: Mireya Suárez de Soares.

Essa dissertação constitui-se uma tentativa de oferecer respostas sobre as razões pelas quais,

na década de 70, afirmou-se, contra todas as evidências empíricas, que nas comunidades agrárias brasileiras, os homens “trabalhavam” enquanto as mulheres “ajudavam.” As respostas encontradas são as três ordens distintas: proponho, em primeiro lugar, que os trabalhos sobre as comunidades agrárias da década de 70, empenhados em propor projetos para nação, perderam de vista a especificidade das diversas populações estudadas e conceberam mulheres e homens e conformidade com esses projetos. Argumento, em segundo lugar, que os etnógrafos do campesinato, fizeram uma tradução etnocentrada do conceito “ajuda”, entendendo-o como auxílio prestado ao trabalho de outrem e desconsiderando sua conotação de tipo de trabalho. Finalmente, mostro que categoria “ajuda” enquanto denominação do trabalho feminino protege a honra da família bem como, em última análise, justifica o acesso desigual das mulheres ao rendimento do trabalho realizado por todos.

**Klein, Estanislau Paulo**

*Práticas Sociais de Saúde entre Seringueiros e Agricultores do Estado do Acre.* Mestrado em Antropologia, 1996, 163 pp. Orientador: Russel Parry Scott.

É um estudo comparativo das práticas sociais de saúde em três comunidades, empregando participação, observações, entrevistas. Foram verificadas diferenças nas práticas de saúde relacionadas à produção, bem como semelhanças socialmente produzidas.

**Machado, Glorini Aparecida**

*Direitos x Responsabilidades: Os Paradoxos da Isonomia Conjugal.* Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1995, 124 pp. Orientador: Luís Roberto Cardoso de Oliveira.

O presente trabalho versa sobre as práticas processuais na Terceira Vara de Família do Fórum de Brasília, em 1993/1994. Analisa as discussões sobre os direitos e as responsabilidades do marido e da esposa no texto processual, em razão da instituição da isonomia conjugal no direito constitucional brasileiro. Parti do entendimento de que isonomia é uma idéia — valor, um princípio ordenador de julgamento. Nesse sentido, o problema da pesquisa aparece em face da pergunta: a isonomia conjugal ordena algo nos textos processuais? Ao observar textos processuais relativos a rituais de dissolução do casamento, destaquei temáticas em que a isonomia conjugal está presente, ordenando o discurso judicial, e temáticas em que este princípio não é invocado. Assim, procurei focar diferentes situações, nas quais a isonomia penetra ou não no discurso dos atores do processo judicial.

**Maxera, Maria Carranza**

*De Cesárias, Mulheres e Médicos: Uma Aproximação Antropológica ao Parto Cesáreo no Brasil.* Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1994, 159 pp. Orientadora: Rita Laura Segato.

O objetivo principal desta dissertação é situar a mulher brasileira dentro da problemática do excessivo número de cesárias realizado no país. Através da análise dos discursos de um grupo de mulheres, tentou-se elucidar sua percepção com relação à cesária. Investigou-se, também, o grau de influência que o obstetra, o companheiro, os cursos de preparação para o parto, bem como, a mãe e as irmãs da mulher entrevistada, possam ter exercido sobre a atitude adotada por ela. Os resultados da investigação apontam para a existência de uma influência determi-

nante por parte do obstetra. O companheiro, os cursos de preparação para o parto, a mãe e as irmãs, ao contrário, não parecem exercer influência marcante sobre a mulher.

**Mendoza, Edgar Salvador Gutierrez**

*Uma Aldeia de Antropólogos: A Antropologia em Brasília.* Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1994, 238 pp. Orientador: Gustavo Lins Ribeiro.

Este trabalho busca identificar as tradições antropológicas no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Para melhor entender essa identificação utilizei a noção de tradição antropológica e estilos de antropologia como categorias analíticas. Também se faz referência à institucionalização da antropologia no Brasil enquanto contexto global onde situa-se o Departamento. O Departamento é entendido como um cenário ou espaço acadêmico onde se observam e se identificam as tradições antropológicas imersas em um campo intelectual. A etnografia revela a vida na aldeia, a cultura dos antropólogos, os mecanismos de socialização, distribuição do espaço, relações sociais da aldeia etc. Também se mantém um diálogo com os professores identificando através de depoimentos, programas de disciplinas, bibliografia e temas de seleção as diversas tradições antropológicas na trajetória do Programa e o impacto recente da antropologia interpretativa. Finalmente, analisa-se a produção antropológica dos professores através da Série Antropologia, (veículo divulgado do DAN) com a finalidade de identificar temáticas e problemáticas. Todos estes fatores permitem conhecer a existência de “uma antropologia em Brasília”.

**Nalin, Jaime Antonio**

*Positivismo X Trabalhismo de Alberto Pasqualini: Caminhos Entrecruzados.* Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Santa Maria, 1995, 166 pp. Orientador: Selvino Antonio Malfatti.

Este estudo é uma análise da gênese filosófico-política da doutrina de Alberto Pasqualini no cenário político brasileiro. Verifica a influência da filosofia positivista no pensamento trabalhista de Pasqualini. Os resultados evidenciaram que Alberto Pasqualini afastou-se do positivismo clássico ou ortodoxo, como também do positivismo gaúcho castilhistas. Suas teses aproximam-se da vertente positivista dos pensadores paulistas. Esses acreditavam que a ação governamental deveria ser eminentemente pedagógico-cultural, e a condução política seria feita pelo esclarecimento, via mudança de mentalidade da sociedade.

**Norte, Selmo José Queiroz**

*A Vida que a Morte Cria: Uma Interpretação Antropológica da Percepção Japonesa do Fenômeno Morte.* Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1994, 214 pp. Orientador: Roque de Barros Laraia.

Esta dissertação demonstra, centrando a análise no caso japonês, que as representações da morte culturalmente elaboradas orientam os atores de toda e qualquer sociedade. O *homo sapiens*, dentre todas as espécies animais, é o único a possuir consciência da morte e, através de artifícios míticos e religiosos, afastar a idéia de morte como finitude para transformá-la em possibilidade de continuidade. A categoria japonesa kami — espírito dos mortos e/ou forças espirituais a habitar por toda a natureza — informa que o antepassado é o modelo a ser seguido e homenageado: vive-se para a morte e para os mortos; constrói-se o cotidiano

perspectiva desta transmutação *post-mortem*. A ancestralidade constitui-se, assim, conexão privilegiada entre a sociedade dos vivos e os seus mortos divinizados. Este estudo, realizado a partir de uma pesquisa na comunidade nipo-brasileira do Núcleo Rural de Vargem Bonita/DF, discute ainda alguns dos princípios japoneses tradicionais que definem a vida em sociedade (*giri*, aprimoramento e refinamento espiritual, *hardship*, honra e vergonha), revelando-se como fundamentais para que possamos compreender a postura japonesa diante da morte.

**Oliveira Júnior, Adolfo Neves de**

*O Faccionalismo Caiapó: Um Exercício de Investigação Antropológica*. Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1995, 100 pp. Orientador: Julio Cezar Melati.

Esta dissertação trata de um aspecto pouco analisado da sociedade caiapó: sua atividade faccionária. Analisando a rica literatura etnográfica existente sobre este grupo, ela tem por objetivo compreender esta atividade no contexto de sua organização social. Propõe-se que tal análise pode ajudar a entender aspectos poucos explicados da organização social do grupo, relacionados a diferenças entre as descrições etnográficas da vida social de diferentes grupos caiapós.

**Paula, Maria Lucia Bueno de**

*Artes Plásticas no Brasil; Modernidade, Campo Artístico e Mercado (de 1917 a 1964)*. Mestrado em Ciências Sociais, 1991, 310 pp. Orientador: Renato José Pinho Ortiz.

A tese enfoca o processo de implantação da modernidade nas artes plásticas brasileiras, dando relevância à constituição de um campo artístico autônomo e de um mercado. A história do mercado e do campo artístico no Brasil está ligada ao desenvolvimento de uma cultura moderna no país no início do século XX. Por esta razão, o texto, embora restrito às artes plásticas, encaminhou-se levando em consideração o universo mais amplo, no qual este campo se encontra inserido. O trabalho apoiou-se numa reconstrução histórica da trajetória das artes plásticas brasileiras, tendo em vista as conotações que assumiu em períodos distintos da vida política e econômica do país. A reflexão foi dividida em 3 partes, que correspondem a diferentes formulações de modernidade. Na primeira — de 1917 à 1929 — está sintonizada com o processo de modernização iniciado sob a gestão de forças tradicionais. Na segunda — entre 1930 e 1945 — abordamos o fenômeno num espaço de transição entre a sociedade tradicional e o universo dos anos 50. No terceiro segmento destacamos a consolidação da modernidade brasileira, com a implantação de uma sociedade urbana industrializada regida pela lógica do mercado.

**Paz, Renata Marinho**

*As Beatas do Padre Cícero: Participação Leiga Feminina no Movimento Sócio-Religioso de Juazeiro do Norte*. Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1995, 99pp. Orientador: José Jorge de Carvalho.

A proposta deste trabalho é de lançar luzes sobre a participação leiga no movimento sócio-religioso de Juazeiro do Norte (CE). Para tanto, buscou-se enquadrar a constituição deste movimento no interior de tensão entre os catolicismos popular e romanizado, ressaltando a participação do laicato no contexto desta tensão. A partir deste embasamento, foi feita a

a análise da ação sócio-religiosa das beatas do Padre Cícero, procurando revelar não só uma outra face de vida dessas mulheres, tradicionalmente vistas sob uma ótica pejorativa, mas também compreender a ação e as estratégias do laicato (de uma forma mais ampla) frente aos desígnios da hierarquia eclesial ortodoxa na questão religiosa que engendra este movimento.

**Pechincha, Mônica Thereza Soares**

*Histórias de Admirar: Mito, Rito e História Kadiwéu.* Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1994, 148 pp. Orientador: Júlio Cezar Melatti.

Este trabalho ocupou-se em refletir sobre as implicações mútuas entre história e contexto cultural a partir da conjugação entre história, mito e ritual, conforme ela se dá entre os índios Kadiwéu do Mato Grosso do Sul. A construção que fazem os Kadiwéu do passado não transcende o contexto vivido, e encontra-se indissociada da necessidade de marcar posição frente ao confronto intercultural: é instrumento de reafirmação étnica e de reivindicação territorial.

**Renzi, José Pedro**

*Um Terceiro Partido nos Caminhos da Liberdade: Socialistas Brasileiros na Redemocratização em 1945.* Mestrado em Sociologia, 1994, 140 pp. Orientador: Ricardo Antunes.

Esta dissertação pretende apresentar os principais problemas e propostas do Partido Socialista Brasileiro de 1974. Para isto, foram pesquisados os exemplares da Folha Socialista e foram feitas entrevistas com os militantes Antonio Candido e Fúlvio Abramo. A dissertação apresenta a importância do resgate histórico com a formação política da esquerda e em particular dos socialistas dos anos de 1940 e 1950. A entrevista com Antonio Candido também foi publicada na revista *Praga*, n.º 1, dezembro de 1996.

**Rodrigues, Carmem Izabel**

*Entre Jê e Tupi: A Especificidade Jê/Tupi e a Etnologia Brasileira.* Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1995, 87pp. Orientador: Julio Cezar Melatti.

A Etnologia Brasileira produziu, ao longo de sua história, algumas especificidades básicas que deram à disciplina uma feição particular. Entre essas especificidades destacamos o lugar central das sociedades de língua jê e tupi nos diversos períodos da história da disciplina. Essa especificidade tem uma raiz histórica — a “centralidade” dos grupos tupi nas primeiras narrativas e crônicas coloniais; e uma base etnográfica — a direção ou “tendência” que tomou a Etnologia Brasileira em seu processo de constituição, incorporando as classificações linguísticas produzidas pelos naturalistas e privilegiando os grupos de língua tupi, num primeiro momento, e os grupos de língua jê, num segundo, como objetos privilegiados de estudo. Desde então, as sociedades jê e tupi estão presentes, como categorias centrais ou referenciais, nas principais etnografias e sínteses comparativas que tentam dar conta das diferenças e semelhanças entre as sociedades indígenas brasileiras.

**Rodrigues, Debora Diniz**

*O Reino da Solidão: Uma Etnografia da Vida em Clausura das Monjas Carmelitas Descalças.* Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1995, 198pp. Orientadora: Mireya Suárez de Soares.

Esta monografia é a descrição da vida em clausura das monjas Carmelitas Descalças. O fio condutor da narrativa etnográfica é a organização social do mosteiro, tendo por base os primeiros anos da vida religiosa e, em seguida, a estrutura da instituição. A conclusão é de que a vida consagrada corresponde a um momento de um rito de passagem de cada monja em particular e que se consuma graças à organização da instituição (enquanto uma instituição total.)

**Sayago, Doris Aleida Villamizar**

*O Internato: A Reprodução de um Grupo no Colégio Militar de Brasília.* Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1994, 114 pp. Orientador: Gustavo Lins Ribeiro.

Os Colégios Militares são instituições encarregadas da educação e re-socialização dos jovens alunos na vida militar e talvez, como em nenhum outro lugar, esta re-socialização se dê através do uso de uma disciplina que guarda relação íntima com a reprodução da corporação militar. Procurei compreender esta reprodução a partir de três segmentos existentes no Colégio Militar de Brasília: 1) professores militares, 2) professores civis e 3) os estudantes. Dentro desse último segmento privilegiei os internos. Assim, o objetivo principal da pesquisa foi compreender o internato como *locus* privilegiado de reprodução da ideologia militar. Igualmente se procurou compreender como se manifesta no dia-a-dia do internato, a disciplina militar enquanto mecanismo de controle e hierarquia. É o internato o lugar onde melhor se pode identificar a maneira como a disciplina é implementada e como é transmitida. A análise das relações dos três principais segmentos mencionados enquanto agentes produtores, receptores e reprodutores de uma ideologia, de valores e práticas, permite entender uma forma específica de reprodução de uma instituição militar.

**Schettino, Marcos Paulo Fróes**

*Espaços do Sertão Conjugal.* Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1995, 87 pp. Orientadora: Mireya Suárez de Soares.

Esta dissertação interpreta algumas representações construídas em torno dos espaços do sertão, procurando retirar destas representações os fundamentos simbólicos que informam a noção de sertão.

**Silveira, Marcos Silva da**

*Cultos de Possessão do Distrito Federal.* Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1994, 246 pp. Orientador: Luiz Tarlei de Aragão.

Esta dissertação tem por objetivo apresentar uma caracterização de alguns cultos de possessão do Distrito Federal. São descritos os centros de umbanda do Plano Piloto e terreiros identificados como os mais antigos e mais conhecidos, além de seus líderes e alguns membros. As características desses cultos são comparados com as de outras formas de religiosidade já pesquisadas na atual capital brasileira.

**Sousa, Paulo Augusto Guimarães de**

*Metáforas Convencionais & Atribuição de Crenças.* Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1995, 65 pp. Orientadora: Mireya Suárez de Soares.

O objetivo mais geral deste ensaio é contribuir para que nós antropólogos sejamos mais eficazes na interpretação do discurso alheio e na atribuição de crenças à alteridade. Para tanto,

vou lidar particularmente com um problema na interpretação de metáforas convencionais e sua relação com a atribuição de crenças. Com isso, pretendo também reelaborar, tornando mais complexa, uma oposição entre liberalismo e simbolismo utilizada alhures. De início, exponho o pressuposto epistemológico concomitante à demanda por eficácia interpretativa. Depois, operacionalizo um aparato conceitual de modo a apresentar o que entendo por uma metáfora convencional. Por fim, faço uma breve ilustração de modo a exemplificar um problema quanto à atribuição de crenças a partir da interpretação de metáforas convencionais.

**Süffert, Ratia Romera**

*Bailarina: Imagens da Construção de um Feminino*. Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1994, 207 pp. Orientador: José Jorge de Carvalho.

Este trabalho propõe-se a entender a bailarina como participante de um mundo extraordinário, que atribui às bailarinas uma feminilidade específica. Feminilidade essa que, mesmo mostrando-se adversa às expectativas comumente relacionadas ao feminino, onde à mulher é reservado o casamento, a administração do lar e a educação dos filhos, é ainda hoje buscada por muitas meninas e jovens que sonham tornar-se bailarinas. A tentativa de compreensão dessa feminilidade segue três caminhos: 1) A análise do processo de construção do balé e seus símbolos; 2) A análise simbólica do balé como ritual cotidiano responsável pela formação da bailarina; e 3) A análise das representações de alcance popular criadas em torno de imagens de uma bailarina generalizada e idealizada. Nestes três caminhos da análise confrontam-se a bailarina que representa um feminino específico, que participa do ritual do balé, a bailarina imaginada nas representações populares e a bailarina-sujeito empírico, que muitas vezes é também sujeito oculto.

**Torres, João Batista de Miranda**

*As Folhas do Mal: Espectros da Antropologia na Imprensa*. Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1994, 321 pp. Orientadora: Mariza G.S. Peirano.

O presente estudo é uma incursão etnográfica pela cultura de massa, cuja ênfase incisiva recai especificamente sobre a imprensa diária. As reflexões têm como base o diário *Folha de S. Paulo*. A partir desse campo etnográfico se investiga até que ponto as perspectivas do relativismo ou do niilismo podem isolada e completamente responder pelo fenômeno das mídias. O objetivo central é examinar o problema da representação midiática em sociedade complexa e sustentar sua relação profunda, necessária e simultânea com forças mágicas de encantamento e forças pérfidas do desencantamento. Esse jogo de simultaneidade entre contradições é o projeto cultural da modernidade. Pela lacuna do tema nas produções antropológicas, optou-se por empreender insistentes e sucessivas jornadas etnográficas. Com isso, visa-se coletar o maior número de informações possíveis para fins descritivos e interpretativos. Nessa linha, a tese visa preencher parte desse vazio na medida em que se propõe a estudar a imprensa sob três enfoques: o do contato etnográfico, o da reflexão teórica e, finalmente, o do discurso.

**Trindade, Rinez**

*A Problemática da Justiça e Aspectos do Chamado "Direito Alternativo"*. Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Santa Maria, 1995, 105pp. Orientador: Selvino Antonio Malfatti.

Sob o argumento de que os paradigmas teóricos que até então sustentaram a ordem sociocultural ocidental não conseguem mais responder as inquietações e as necessidades do homem contemporâneo erige-se uma autodenominada teoria crítica do direito, cuja consequência prática é a sedimentação de certo “direito alternativo”. Bem examinada a questão, ver-se-á de que não se trata de um achado “teórico original” a partir do qual se pudesse dinamitar as bases de sustentação da normatividade instituída. Em verdade, há o resgate da visão marxista do processo social, onde tudo se reduz a luta de classe, ou seja, de um lado os proprietários dos meios de produção (burguesia), representando a exploração, a injustiça e, de outro, os proletários, os despossuídos, os oprimidos, representando a verdade e a justiça.

**Waizbort, Leopoldo**

*Vamos Ler George Simmel? Linhas para uma Interpretação.* Doutorado em Sociologia, 1996, 675 pp. Orientador: José Carlos Bruni.

A tese pretende oferecer linhas gerais para uma interpretação da obra de George Simmel (1858 — 1918). Apresenta inicialmente a caracterização da sua idéia de cultura filosófica, e a seguir delinea o complexo formado por sua filosofia da cultura, sua teoria do moderno e sua análise do presente. Conclui a tese uma interpretação mais livre de suas relações com a Berlim do Segundo Império.

## RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS PUBLICADAS PELO B I B

### BIB 1

*Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi*, "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica".

### BIB 2

*Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro*, "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico".

### BIB 3

*Luiz Werneck Vianna*, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências".

### BIB 4

*Lúcia Lippi Oliveira*, "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada".

### BIB 5

*Bolivar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo*, "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978".

### BIB 6

*Alba Zaluar Guimarães*, "Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura".

### BIB 7

*Roque de Barros Laraia*, "Relações entre Negros e Brancos no Brasil".

### BIB 8

*Amaury de Souza*, "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes".

### BIB 9

*Maria Valéria Junho Pena*, "A Mulher na Força de Trabalho" e *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos".

### BIB 10

*Lia F. G. Fukui*, "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil".

### BIB 11

*Luiz Antonio Cunha*, "Educação e Sociedade no Brasil" e *Licia do Prado Vallada-*

*res e Ademir Figueiredo*, "Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente".

### BIB 12

*Maria Tereza Sadek de Souza*, "Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro" e *José Guilherme C. Magnani*, "Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas".

### BIB 13

*Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima*, "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica".

### BIB 14

*Licia Valladares e Magda Prates Coelho*, "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica".

### BIB 15

*José Cesar Gnacarini e Margarida Moura*, "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate".

### BIB 16

*Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima*, "Histórias de Vida na América Latina" e *Neuma Aguiar*, "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico".

### BIB 17

*Julio Cesar Melatti*, "A Antropologia no Brasil" e *Luiz Werneck Vianna*, "Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica".

### BIB 18

*Rubem Cesar Fernandes*, "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente" e *Mariza Corrêa*, "Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente".

### BIB 19

*Edmundo Campos Coelho*, "A Instituição Militar no Brasil".

**BIB 20**

*Maria Alice Rezende de Carvalho*, "Letras, Sociedades & Política: Imagens do Rio de Janeiro".

**BIB 21**

*Sônia Nahas de Carvalho*, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica".

**BIB 22**

*Inaiá Maria Moreira de Carvalho*, "Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes".

**BIB 23**

*Roque de Barros Laraia*, "Os Estudos de Parentesco no Brasil".

**BIB 24**

*Angela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira*, "Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise".

**BIB 25**

*Giralda Seyferth*, "Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia" e *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico".

**BIB 26**

*Maria Rosilene Alvim e Licia do Prado Valladares*, "Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura".

**BIB 27**

*Teresa Pires do Rio Caldeira*, "Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes" e *Cláudia Fonseca*, "A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar".

**BIB 28**

*Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna*, "A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira"; *Anette Goldberg*, "Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percorso Intelectual de um Ideário Político"; *Maria Cecília Spina Forjaz*, "Cientistas e Mi-

litares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)".

**BIB 29**

*Emília Viotti da Costa*, "Estruturas versus Experiência. Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O que se Perde e o que se Ganha" e *Berta G. Ribeiro*, "Perspetivas Etnológicas para Arqueólogos 1957-1988".

**BIB 30**

*José Sávio Leopoldi*, "Elementos de Etnoastronomia Indígena do Brasil: "Um Balanço" e *Rafael de Menezes Bastos*, "Mucologia no Brasil, Hoje".

**BIB 31**

*Helena Hirata*, "Elisabeth Souza Lobo 1943-1991"; *Elisabeth Souza Lobo*, "O Trabalho como Linguagem: O Gênero no Trabalho"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Interesses, Organizações e Políticas Sociais" e *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, "Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano".

**BIB 32**

*Angela M. C. Araújo e Jorge R. B. Taça*, "Corporativismo e Neocorporativismo: O Exame de Duas Trajetórias"; *José Ricardo Ramalho*, "Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: Um Balanço do Debate" e *Marcos Luiz Bastas*, "O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente".

**BIB 33**

*Paulo Freire Vieira*, "A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil 1980 - 1990"; *Guita Grin Debert*, "Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento" e *Marco Antonio Gonçalves*, "Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul".

**BIB 34**

*Olavo Brasil de Lima Junior, Rogério Augusto Schmitt e Jairo César Marconi Nicolau*, "A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Polí-

co: Balanço Bibliográfico"; *Arabela Campos Oliven*, "O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos"; *Wilma Mangabeira*, "O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica".

**BIB 35**

*Sérgio Adorno*, "A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático"; *Christian Azais e Paola Cappellin*, "Para uma Análise das Classes Sociais"; *Guillermo Palacios*, "Campesinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis"; "Arquivo de Edgard Leuenroth."

**BIB 36**

*Maria Ligia de Oliveira Barbosa*, "A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto"; *Maria da Glória Bonelli*, "As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro"; *Marieta de Moraes Ferreira*, "O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes — 1930-1975".

**BIB 37**

*Fernando Limongi*, "O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente"; *Nadya Araujo Castro e Marcia de Paula Leite*, "A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações"; *Maria Julia Carozzi*, "Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos".

**BIB 38**

*Theodore Lowi*, "O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos"; *Luis Fernandes*, "Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte – As Principais Interpretações Ocidentais)"; *Julia Silvia Guivant*, "Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia".

**BIB 39**

*Marta T. S. Arretche*, "Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas"; *Luis Fernandes*, "Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte — As Principais Interpretações Marxistas)"; *Ronald H. Chilcote*, "Teoria de Classe"; *Adélia Engrácia de Oliveira e Lourdes Gonçalves Furtado*, "As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia".

**BIB 40**

"Florestan Fernandes: Esboço de uma Trajetória"; *Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho e Manuel Palacios Cunha Melo*, "As Ciências Sociais no Brasil: 'A Formação de um Sistema Nacional de Ensino e Pesquisa'"; *Laís Abramo e Cecília Montero*, "A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos".

**BIB 41**

*Gustavo Sorá*, "Os Livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt"; *Mario Grynszpan*, "A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada"; *Jorge Ventura de Moraes*, "Trabalhadores, Sindicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical"; *Maria da Glória Bonelli e Silvana Donatoni*, "Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras".

**BIB 42**

*Alba Zaluar, Antonio Augusto Prates, Claudio Beato Filho e Ronaldo Noronha*, "Antônio Luis Paixão, Intelectual e Amigo"; *José Maurício Domingues*, "Evolução, Histórica e Subjetividade Coletiva"; *Marcia de Paula Leite e Roque Aparecido da Silva*, "A Sociologia do Trabalho frente à Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica"; *Marco A. C. Cepik*, "Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana"; *Angela Alonso*, "De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro".

**BIB 43**

Sérgio Costa, "Categoria Analítica ou *Passe-Partout* Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil"; Luis Fernandes, "Leituras do Leste III: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Parte Final — As Leituras Centradas na Prevalência do Capitalismo de Estado e/ou Burocrático e a Convergência Problemática no Conceito de Stalinismo"; Eduardo C. Marques, "Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos"; Paulo J. Krischke, "Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: Interfaces nos Estudos da Democratização".

## BIB

### Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais

#### DISTRIBUIÇÃO E VENDA

##### BELO HORIZONTE

Boa Viagem Distribuidora de Livros Ltda.  
Rua Sergipe, 314  
30130-170 – Belo Horizonte – MG  
Tel.: (031) 273-4000  
Fax: (031) 273-3334

##### BRASÍLIA

A Casa do Livro de Brasília Ltda.  
Ed. Venâncio VI Lojas 03/17 SDS  
70393-900 – Brasília – DF  
Tel.: (061) 224-34-72 Fax: (061)224-3387

##### BLUMENAU

Livraria Alemã Ltda.  
Rua Dr. Amadeo da Luz, 260 – Centro  
89010-160 – Blumenau – SC  
Tel./Fax: (047) 326-4558

##### CURITIBA

Livraria do Chain Editora  
Rua General Carneiro, 441  
80060-150 – Curitiba – PR  
Tel.: (041) 264-3484 Fax: (041) 263-1693

##### FORTALEZA

Distribuidora de Livros Arte de Ler  
Rua Gonçalves Ledo, 620 – Aldeota  
60110-260 – Fortaleza – CE  
Tel. / Fax: (085) 231-0074

##### PORTO ALEGRE

Livraria Parlenda Ed. Dist. Ltda.  
Rua Riachuelo, 1236  
90010-273 – Porto Alegre – RS  
Tel.: (051) 226-7703 / 226-9170

##### RECIFE

Cortez Editora e Livraria Ltda.  
Rua Gonçalves Maia, 221 – Boa Vista  
50070-060 – Recife – PE  
Tel.: (081) 424-4227 / 423-5088  
Fax: (081) 424-4227

##### Best-Seller Comércio e Repres. Ltda.

Rua Marques de Amorim, 09 – Lj. 03  
50070-330 – Recife – PE  
Tel.: (081) 222-0144 / 421-4991

##### RIO DE JANEIRO

Dumará Distribuidora de Publicações Ltda.  
Rua Barata Ribeiro, 17 – sl/202  
22011-000 – Rio de Janeiro – RJ  
Fone: (021) 542-0248 Fax: (021) 275-0294

##### SALVADOR

Gilson Barros Lima  
Rua Miguel Calmon, 37 – sala 705  
40015-010 – Salvador – BA  
Tel.: (071) 243-9662 Fax: (071) 243-9662

##### Chaves Comércio de Livros Papelaria Ltda.

Av. Dorival Caymi, 1.100 – Itapoã  
41635-150 – Salvador – BA  
Tel.: (071) 359-5776

##### SÃO PAULO

Editora Estação Liberdade Ltda.  
Rua Oscar Freire, 1.233 – Cerqueira César  
01426-001 – São Paulo – SP  
Tel. / Fax: (011) 3064-8268

##### Brasílivros Editora e Distribuidora Ltda.

R. Conselheiro Ramalho, 701 – Lj. 22  
01325-001 – São Paulo – SP  
Tel.: (011) 284-8155 Fax: (011) 285-0305

##### Primeira Linha Distr. e Livraria Ltda.

Rua Sabará, 483  
01239-011 – São Paulo – SP  
Tel.: (011) 255-3852 Fax: (011) 255-3862

##### VITÓRIA

Representação Paulista Ltda.  
Av. Carlos Moreira Lima, 61  
29052-111 – Vitória – ES  
Tel.: (027) 227-5199 / 227-5760 / 227-5501  
Fax: (027) 235-1760

A Revista **BIB** divulga periodicamente atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

A Revista **BIB**, portanto, depende de você e da cooperação que você fornece.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para poder manter a continuidade da Revista.

A correspondência pode ser enviada à

**Associação Nacional de Pós-Graduação e  
Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS**  
Editoria da Revista **BIB**

Universidade de São Paulo – USP  
Av. Prof. Luciano Gualberto, nº 315, sala 116  
05508-900 – São Paulo, SP